

A Carta Educativa de Leiria como instrumento de planeamento estratégico:
a opinião dos diretores das escolas e da autarquia.

Relatório de Projeto

Donato Filipe Nobre Rosa

Trabalho realizado sob a orientação de

Professora Doutora Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto

Leiria, julho 2022

Ciências da Educação – Gestão Escolar

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

À Carla, que voltou a percorrer este caminho comigo.

À Maria e ao Afonso, as minhas fontes de motivação e inspiração.

À minha Mãe, por tudo.

À Sara, minha irmã, pelo babysitting.

Ao Município de Leiria e aos colegas Diretores que me abriram as portas num ato de confiança e disponibilidade.

À Professora Doutora Maria Antónia Barreto pela partilha de saberes, orientação, crítica e apoio.

A todos os Professores deste mestrado pelos momentos de debate.

Aos colegas de mestrado, com quem tanto aprendi, pela boa disposição.

A todos, muito obrigado.

RESUMO

A crescente valorização da participação das autarquias na educação, reforçada pela publicação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, obriga à construção de instrumentos estratégicos de planeamento que contextualizem e orientem as políticas educativas locais. Assim, torna-se indispensável perceber a influência da Carta Educativa, como instrumento do planeamento estratégico e do reordenamento prospetivo das redes municipais de oferta de educação e formação, e a forma como este documento se relaciona e contribui para a efetivação das políticas educativas locais.

O estudo qualitativo que aqui se apresenta, incide na Carta Educativa de 2007 e no Relatório Preliminar da Carta Educativa 20-30 do concelho de Leiria. Foi feita uma análise documental dos dois documentos e foram realizadas entrevistas aos gestores escolares, à vereadora da educação e à técnica municipal responsável pela elaboração da próxima Carta Educativa.

Aferimos que a Carta Educativa de 2.^a geração, ainda em elaboração, aprofundará a sua relação com as políticas educativas locais pela inclusão do Plano Educativo Municipal e de outras intervenções na área da educação, e que estão em curso dinâmicas que promovem a participação de diversos atores com responsabilidades na educação na elaboração das cartas. Podemos perceber ainda que na opinião de diretores das escolas e da autarquia a Carta Educativa é um documento maleável, ajustável às mudanças na realidade local e que não interfere com a autonomia das escolas.

Palavras chave

Carta Educativa, Descentralização, Municípios, Política Educativa Local, Planeamento Estratégico

ABSTRACT

The growing appreciation of the participation of municipalities in education, reinforced by the publication of the Decree-Law No. 21/2019, of January 30, requires the construction of strategic planning instruments that contextualize and guide local education policies. Thus, it becomes essential to understand the influence of the Educational Charter, as an instrument of strategic planning and prospective reordering of municipal networks of supply of education and training, and how this document relates to and contributes to the effectiveness of local education policies.

Reduced to the municipality of Leiria, the qualitative study presented here is based on the analysis of the Educational Charter of 2007 and of the Preliminary Report of the Educational Charter 20-30. We also conducted interviews with school managers, the town councillor for education and the municipal technician responsible for the preparation of the next Educational Charter.

We found that the 2nd generation Educational Charter will deepen the relationship with local education policies through the inclusion of the Municipal Educational Plan and other interventions in the area of education and that there are dynamics that promote the participation of various actors with responsibilities in education in the elaboration of the charters. We can also see that the Educational Charter is a malleable document, adjustable to changes in the local reality and that it does not interfere with the autonomy of schools.

Keywords

Educational Charter, Decentralization, Municipalities, Local Educational Policy, Strategic Planning

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Índice Geral.....	v
Índice de Figuras.....	vii
Índice de Quadros	vii
Abreviaturas.....	viii
Introdução	1
Parte I – Enquadramento Teórico e Legal	3
Capítulo I – As relações entre o poder central e o poder local na Educação.....	3
1.1. Política Educativa Local – conceitos chave	3
1.1.1. Centralização, Desconcentração e Descentralização.....	3
1.1.2. Autonomia, Territorialização e Municipalização	7
1.2. O percurso da descentralização da Administração da Educação em Portugal	10
1.3. Evolução do Papel do Município na Administração da Educação.....	15
1.4. Evolução dos normativos reguladores das competências dos municípios em democracia.....	18
Capítulo II – Planeamento da educação e instrumentos de planeamento	26
2.1. Do Planeamento Tradicional ao Planeamento Estratégico.....	26
2.2. Reorganização da Rede Escolar	28
2.3. Plano de Transportes Escolares.....	29
2.4. A Carta Educativa.....	30
2.4.1. As cartas da 1. ^a e da 2. ^a geração.....	31
2.4.2. Operacionalização da Carta Educativa	35
Parte II – Estudo Empírico: Metodologia e Resultados.....	41
Capítulo III – Metodologia	41
3.1. Problemática, questão da investigação e objetivos.....	41
3.2. Paradigma e Tipo de Estudo.....	42

3.3. População do Estudo	44
3.4. Fontes de dados	44
3.5. O inquérito por entrevista.....	46
3.6. Objetivos das entrevistas	47
3.7. Planeamento das entrevistas	47
3.8. Análise de conteúdo	52
3.9. Leitura e análise dos dados.....	53
Capítulo IV – O Concelho em Estudo-Leiria	55
4.1. Características geográficas e demográficas.....	55
4.2. Caracterização Educativa	56
Capítulo V – Evolução das Políticas Educativas Locais e as cartas da 1.ª e 2.ª geração do Concelho de Leiria	59
5.1. Políticas Educativas Locais	59
5.2. Análise da CE de 2007 e do Relatório Preliminar da CE 20 30.....	61
5.2.1. A Carta Educativa de Leiria de 2007.....	61
5.2.2. Carta Educativa de Leiria 2020-2030 – Relatório Preliminar	64
Capítulo VI – Apresentação, análise e comentário dos dados recolhidos nas entrevistas	68
Conclusões	98
Bibliografia	103
Documentos consultados	106
Legislação consultada	107
Anexos	1
Anexo I.....	2
Anexo II	8
Anexo III.....	87
Anexo IV.....	141

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – A Intervenção dos Municípios na Educação	16
Figura 2. Carta Educativa – Resumo das competências previstas no Artigo 14.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro	34
Figura 3. Procedimentos metodológicos para elaboração da Carta Educativa	36
Figura 4. Objetivos e indicadores do Programa Educação	38
Figura 5. Variáveis a incluir no cronograma do programa de ação da CE	39
Figura 6. Revisão da CE de acordo com GECE	40
Figura 7. Localização da cidade de Leiria	55
Figura 8. Distribuição das freguesias constituintes do concelho de Leiria.....	56
Figura 9. Distribuição dos Agrupamentos de Escola no Concelho de Leiria	58
Figura 10. Modelo de análise da CE.....	64
Figura 11. Matriz SWOT - Educação do Concelho de Leiria - 2020	66

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Objetivos da Centralização e da Descentralização	6
Quadro 2. Áreas de Intervenção da Lei de Bases do Sistema Educativo	15
Quadro 3. Resumo da participação dos órgãos municipais no domínio da educação, de acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.	24
Quadro 4. Principais características do Planeamento Tradicional e do Planeamento Estratégico	27
Quadro 5. Objeto da Carta Educativa – análise comparativa de normativos.....	32
Quadro 6. Componentes da Carta Educativa	35
Quadro 7. Codificação dos Diretores(as) de AE / caracterização dos AE.....	54
Quadro 8. Categorização das entrevistas	54
Quadro 9. Rede Escolar do Concelho de Leiria em 2020/2021	56
Quadro 10. Número de Alunos no ano Letivo – 2020/2021	57
Quadro 11. Distribuição dos estabelecimentos por Agrupamentos de Escola.....	57
Quadro 12. Evolução das Políticas Educativas no Concelho de Leiria	59
Quadro 13. Potencialidades e limitações da CE – resumo da análise das entrevistas	74

ABREVIATURAS

AAAF	Atividades de Animação e Apoio à Família
AE	Agrupamento de Escolas
AEC	Atividades Extra Curriculares
AMAE	Associação de Municípios da Alta Estremadura
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação Profissional e o Ensino Profissional
CE	Carta Educativa
CIMRL	Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGESTE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DGESTE Centro	Direção Geral do Estabelecimentos Escolares – Centro
ENA	Escola Não Agrupada
GECE	Guião de Elaboração da Carta Educativa
IGEFE	Instituto de Gestão Financeira da Educação
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo
NUT	Nomenclatura de Unidades Territoriais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PDM	Plano Diretor Municipal
PIICIE	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar
PEM	Plano Educativo Municipal
PMRRE	Plano Municipal de Reabilitação da Rede Escolar
SACE	Sistema de Avaliação das Cartas Educativas

INTRODUÇÃO

O quadro de transferência de competências no domínio da educação para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais concretizado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, vem ampliar de forma significativa o âmbito de intervenção das autarquias, podendo vir a ser considerado um marco no percurso da descentralização da administração da educação em Portugal. Este percurso, iniciado essencialmente a partir de 1974, foi realizado com avanços e alguns recuos, “com os cuidados políticos e burocráticos de não esvaziar a sua chefia” (Martins, 2005, p. 139). A descentralização de competências da administração central para o governo local obrigou à construção de instrumentos de política educativa local. A Carta Educativa é um desses instrumentos.

Consagrada legalmente como um instrumento “fundamental” de planeamento e ordenamento prospetivo da rede de ofertas de educação e formação expressa inicialmente no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, o documento, conhecido ao abrigo do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, como Carta Educativa de 2.ª Geração, vê a sua importância reforçada em relação à primeira.

Num momento em que os municípios assumiram as (novas) responsabilidades previstas no recente diploma legal e que estão em fase de construção das cartas educativas à luz das novas orientações, considerámos pertinente compreender a opinião dos diretores das escolas e da autarquia sobre este instrumento de planeamento estratégico e a forma como se relaciona, influenciando ou condicionando, com as políticas educativas locais, em particular no concelho de Leiria.

Sendo a elaboração das CE um processo de elevada importância no contexto do planeamento educativo local, consideramos conveniente analisar a Carta Educativa de 2007 do concelho de Leiria e recolher opiniões junto dos dirigentes escolares e da autarquia. Apesar da nova Carta Educativa de estar ainda em fase de elaboração, analisamos o Relatório Preliminar da CE de 20-30 que se apresenta como um documento muito próximo do final.

O facto de estarmos em comissão de serviço na direção de um agrupamento de escolas do concelho de Leiria, associado ao desejo de conhecer e contribuir para o desenvolvimento do conhecimento sobre as políticas educativas locais, foi o impulso indispensável para a escolha da temática para o nosso trabalho de investigação.

Centrámos a nossa investigação na análise da Carta Educativa de 2007 e no Relatório Preliminar da CE de 20-30 e nas entrevistas aos diretores e diretoras de escolas públicas, escolas profissionais

e da autarquia (na pessoa da Sr.^a Vereadora e da Coordenadora da Equipa responsável pela elaboração da nova Carta Educativa).

Definimos a seguinte pergunta de partida: como é que a Carta Educativa influencia ou condiciona a política educativa local na perspetiva dos gestores educativos locais?

De modo a encontrarmos resposta à pergunta de partida, desenvolvemos a nossa ação em torno de cinco objetivos: (1) comparar o conteúdo da CE de 2007 com o do relatório preliminar CE 20-30; (2) analisar a opinião da autarquia e dos gestores escolares sobre as CE enquanto instrumentos de planeamento local da educação; (3) perceber níveis de participação dos intervenientes na elaboração das CE; (4) analisar a maleabilidade da CE face a conjunturas específicas (variação no número de alunos, variação do número de turmas/salas); (5) refletir sobre a CE enquanto instrumento de planeamento estratégico para a promoção do sucesso escolar.

O estudo apresenta-se dividido em duas partes e seis capítulos. A primeira parte intenta esclarecer sobre as relações de poder entre o sistema central e o sistema local, através da clarificação de conceitos-chave associados à descentralização. Traçamos, em linhas gerais, o percurso da descentralização da educação em Portugal, e refletimos sobre o papel das autarquias na administração da educação. Apresentamos a evolução dos normativos reguladores das competências dos municípios em democracia. Depois de apresentados os instrumentos de planeamento, a primeira parte do estudo finda com uma análise aprofundada daquilo que é a Carta Educativa.

A segunda parte – parte empírica – inicia-se com o capítulo da metodologia, contendo a problemática, a questão da investigação e os objetivos da investigação, o paradigma e tipo de estudo, assim como os instrumentos de recolha e tratamento da informação. Segue-se a apresentação do concelho em estudo e uma retrospectiva das suas políticas educativas locais.

É apresentada a análise da primeira Carta Educativa do concelho de Leiria, datada de 2007 e do Relatório Preliminar da Carta que se encontra neste momento em fase de elaboração.

No penúltimo capítulo deste relatório apresentamos, analisamos e comentamos os dados recolhidos nas entrevistas.

No capítulo Conclusões sistematizamos todo o trabalho, apresentamos a resposta para a pergunta de partida e confirmamos que os objetivos que definimos para a investigação foram atingidos.

Esperemos que o resultado deste estudo contribua para a reflexão sobre o que foi a Carta Educativa de 2007 e para o que se deseja que seja a próxima Carta Educativa, contribuindo desta forma para a melhoria das políticas educativas locais no concelho de Leiria.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E LEGAL

CAPÍTULO I – AS RELAÇÕES ENTRE O PODER CENTRAL E O PODER LOCAL NA EDUCAÇÃO

O systema administrativo que hoje triumphá por toda a parte é o da centralisação. (...) á força de tudo querer administrar, nada administra ou tudo administra imperfeitamente; (...) exerce uma tyrannia por vezes ridicula e injustificada; (...) multiplica consideravelmente o serviço do expediente. (Nogueira, 1855, p. 212)

Cento e sessenta e sete anos depois das palavras de Henriques Nogueira a descentralização continua a ser um tema pertinente e nevrálgico da administração pública em geral e da administração da educação em particular. Se por um lado esta distância temporal expõe a morosidade e a lentidão dos processos de transformação, demonstra, por outro, que a descentralização não se resume à publicação de legislação ou normativos legais, não podendo, portanto, ser encarada de um modo estático. É sim um caminho, um percurso, construído socialmente e politicamente por diferentes atores (Barroso, 1996). Se elaborar um projeto de descentralização pode executar-se em poucos meses, “descentralizar é um processo que só em duas ou três gerações poderá ter algum sentido” (Martins G. C., 1981, p. 114).

Antes de prosseguirmos pelo caminho da descentralização da administração da educação em Portugal, impõe-se uma reflexão sobre os conceitos-chave que este caminho atravessa.

1.1. Política Educativa Local – conceitos chave

1.1.1. Centralização, Desconcentração e Descentralização

O esclarecimento dos conceitos de centralização, descentralização e desconcentração assenta na análise da distribuição das responsabilidades de execução e poderes de decisão entre as partes de um sistema organizacional. Sousa Fernandes considera que “conforme o grau de concentração ou de distribuição destas responsabilidades e poderes, assim nos encontramos em situações de

centralização, desconcentração ou descentralização” (2005, p.54). Para o autor, centralização significa, em traços gerais, que a responsabilidade e o poder de decidir se concentram no Estado ou no topo da Administração Pública. Este conceito é de relativamente fácil entendimento por se tratar de um conceito historicamente enraizado nos contextos dos países latinos (Ferrer, 1994, p.91 in Fernandes, 2005).

Os conceitos de desconcentração e descentralização são frequentemente confundidos. Segundo Amaro (1996) e Fernandes (2005) a desconcentração é inteiramente compatível com a centralização. Para os autores referidos, a desconcentração, ao manter apenas um centro decisional, mantém também as características essenciais da centralização, transferindo apenas determinadas competências para outras posições e níveis de uma só estrutura hierárquica da administração. Formosinho & Machado (2004) consideram que a desconcentração “tanto pode ser um instrumento ao serviço da centralização do poder como um corolário da descentralização” (2004, p.6). Os autores consideram que a desconcentração liberta os órgãos centrais de decisões instrumentais para poderem concentrar as suas atividades nas funções de direção, supervisão e controlo. Os procedimentos de desconcentração precedem os processos de descentralização e é “comum a Administração Central vender desconcentração por descentralização combinando uma retórica descentralizadora com normativos meramente desconcentradores” (Formosinho, 2005, p.26).

Sousa Fernandes identifica e esclarece duas formas de desconcentração, a desconcentração territorial e a desconcentração técnica ou funcional:

Estamos perante uma desconcentração territorial quando ela se efetua em relação a serviços distribuídos pelo território como é o caso de Direções Regionais de Educação (...). No caso da desconcentração técnica ou funcional as competências dos órgãos desconcentrados incidem sempre sobre um leque delimitado de competências. (...) São exemplos de serviços desconcentrados deste tipo o Instituto de Estradas de Portugal no domínio das obras públicas ou o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas no âmbito do Ministério da Educação. (Fernandes, 2005, p. 56)

Descentralização “é o surgimento de novos centros, a nível periférico, regional ou local, ou seja, algo que parte de baixo, ficando para o estado apenas o que não puder ser feito pelos outros níveis” (Amaro, 1996, p. 23). Para Formosinho (2005) a descentralização é um conceito dinâmico que representa os processos de passagem de modelos mais estatizados para modelos menos estatizados

da administração pública, tornando menos dependentes do Estado áreas de atividade até aí submetidas a tipos mais estatizados. João Formosinho apresenta os conceitos de descentralização territorial e descentralização funcional, baseando o primeiro em razões de eficácia acrescido da representação e realização dos interesses da comunidade regional ou local. Dado que a descentralização funcional estará mais relacionada com a autonomia da escola, o autor identifica um conflito:

Se se substituir o controlo central rígido sobre as escolas pelo controlo autárquico rígido sobre as escolas, [não] está a promover-se uma descentralização territorial, mas uma centralização funcional com outro centro de poder que não promove autonomia da escola.
(Formosinho, 2005, p. 26)

Já Fernandes (2005) admite a conciliação de uma certa centralização com descentralização, tendo em conta a importância do papel do Estado para assegurar certos objetivos educativos de âmbito nacional nomeadamente na criação de “condições de igualdade”, na necessidade de “garantir recursos suficientes para promover a educação” e “evitar discriminações em relação a minorias” (p.75). Contudo, atesta que a descentralização educativa tem vantagens incontestáveis quanto à consecução das exigências modernas de flexibilidade e diversidade nas formações escolares e de maior proximidade e participação nas decisões educativas, referindo que uma política educativa atenta deverá estabelecer um certo equilíbrio entre medidas descentralizadoras para as autarquias, comunidades locais e escolas e medidas reguladoras e compensatórias asseguradas pelo Estado. De modo a contribuirmos de forma sólida para o esclarecimento destes dois conceitos resumimos no quadro que se segue os objetivos de um e de outro conceito.

Quadro 1. Objetivos da Centralização e da Descentralização

		Centralização	Descentralização
Objetivos	Políticos	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a unidade do Estado contra as tendências separatistas locais ou regionais; • Aplicar uma política educativa coerente em todo o território nacional; • Contrariar a manutenção das desigualdades entre regiões e localidades de um mesmo país; • Assegurar um currículo idêntico de formação para todos os cidadãos agora que estão ultrapassadas, em larga medida, as barreiras de acesso existentes nos inícios da escolarização; • Transmitir um património comum e valores considerados como fundamentos da identidade cultural e moral de um país; • Impedir previsíveis tendências etnocêntricas, racistas ou xenófobas a nível local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a cooperação entre parceiros e atores educativos; • Aprofundar o exercício da democracia dando mais conteúdo à participação dos cidadãos; • Entregar às comunidades educativas locais a gestão dos seus interesses; • Possibilitar a implementação de projetos educativos locais integrados tendo em conta o desenvolvimento pessoal e comunitário dos jovens em formação; • Obter a colaboração de cooperadores locais nos processos educativos desenvolvidos pelas escolas.
	Económicos e Administrativos	<ul style="list-style-type: none"> • Impedir a multiplicação de intermediários ou a duplicação de esforços entre os diferentes parceiros ou autoridades educativas, nacionais, regionais ou locais; • Baixar os custos do ensino fazendo economias de escala na gestão do sistema; • Assegurar estruturas e regras uniformes para todas as escolas no que respeita à gestão administrativa, patrimonial, financeira e de gestão de pessoal; • Suprir a incapacidade local de assumir custos elevados com equipamentos ou pessoal especializado; • Impedir ou controlar a corrupção e os nepotismos desenvolvidos por cliques ou grupos locais de pressão; • Promover a uniformização de produtos e processos: programas idênticos, compêndios de âmbito nacional, uniformização da organização pedagógica e da avaliação através de regras processuais uniformes o dia exames de âmbito nacional; • Facilitar a mobilidade de emprego docente dentro de todo o território nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acelerar o processo de decisão pela proximidade local dos decisores reduzindo a burocracia e o percurso pelos vários canais hierárquicos da administração; • Permitir decisões mais adequadas às situações concretas a que se aplicam; • Envolver os implicados nos processos de decisão aumentando a sua corresponsabilidade e o envolvimento pessoal na aplicação; • Permitir um uso mais eficiente dos recursos educativos e comunitários; • Reduzir os encargos financeiros do governo através da obtenção de financiamentos locais.
	Pedagógicos	<ul style="list-style-type: none"> • Compensar a carência de preparação de professores e administradores educativos através do maior dirigismo administrativo e pedagógico assumido pela administração central; • Garantir uma formação adequada nas matérias básicas – por exemplo língua materna, e matemática – através de programas mais taxativos e de exames nacionais rigorosos para todos os alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Flexibilizar os currículos introduzindo componentes locais no currículo nacional ou, pelo menos, adaptações locais dos currículos nacionais; • Desenvolver perfis de formação que tenham em conta a personalidade e o contexto familiar e social de cada aluno; • Diversificar as modalidades e cursos de formação, e introduzir pedagogias participativas; • Possibilitar a elaboração de pactos e parcerias educativas com outros agentes e organizações locais; • Envolver todos os implicados nos processos educativos, nomeadamente, professores, alunos, famílias, empresas e autarquias, entre outros, de forma a potencializar as aprendizagens e reforçar a cooperação e responsabilização local.

Fonte: Fernandes, 2005.

Sobre descentralização devemos ainda referir a ideia de vários autores, nomeadamente de João Pinhal, de que a descentralização não pode ser afastada das questões do desenvolvimento local ao mesmo tempo que não pode ser afastada dos conceitos de democracia e autonomia local. Na opinião do autor, desenvolvimento, democracia e autonomia serão conceitos base para a análise da descentralização (Pinhal, 2012, p. 76).

Suzana Batista (2014) diz que as motivações para políticas de descentralização são várias, tais como a eficiência na gestão e afetação de recursos ou razões políticas. Refere que a regulação decorrente deste processo de descentralização é uma regulação partilhada, que para além de uma contratualização, não dispensa a norma legal que legitima essa partilha. Esta partilha, que pode ser cessada pelo Estado, pode decorrer por iniciativa do Estado Central, normativos de carácter

obrigatório ou por reivindicação dos poderes locais, não esquecendo a influência das tendências transnacionais.

1.1.2. Autonomia, Territorialização e Municipalização

David Justino (2013) considera que a municipalização não é mais do que a transferência de poderes e competências para as autarquias locais, especialmente os municípios.

Municipalização será um conceito de fácil entendimento ainda que por vezes seja utilizado num sentido pejorativo. É com alguma frequência que nos apercebemos que nem sempre autarcas ou professores, por exemplo, encaram com conforto a palavra. Uma pesquisa rápida na internet por sítios de sindicatos indiciam que professores e dirigentes escolares estão contra a municipalização considerando que esta é contrária à autonomia de escola. Exemplo deste descontentamento, é a petição “Não à transferência de competências para os municípios (municipalização) em Educação” lançada em novembro de 2020, que tem como primeiros subscritores presidentes de associações de diretores e dirigentes escolares, secretários-gerais de federações de professores ou representantes de confederações de pais. Esta petição apelava à reversão do processo em curso decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro:

O processo de transferência de competências para os municípios e as comunidades intermunicipais, previsto na Lei n.º 50/2018, constitui uma clara desresponsabilização do poder central, que se pretende livrar de áreas sociais geradoras de descontentamento que resulta da falta de investimento público que garanta as respostas adequadas às necessidades dos portugueses.

Com o Decreto-Lei 21/2019, o governo pretende transferir para as autarquias competências na área da educação, algumas indevidamente retiradas às escolas e livrar-se de problemas que têm vindo a gerar frequentes e justos protestos e insatisfações de pais, alunos, trabalhadores não docentes e professores. (...)

O governo, com este Decreto-Lei, procura alijar para o Poder Local responsabilidades que devem pertencer ao governo e às escolas e agrupamentos. (...)

O governo, com o Decreto-Lei 21/2019, ao invés de descentralizar, (re)centraliza, uma vez que transfere para as autarquias e para as CIM competências que hoje são exercidas pelos órgãos de gestão das escolas e agrupamentos. (www.escolapublica.net, 29/02/2022)

O conceito de autonomia situa-se, segundo Fernandes (2005), num outro campo epistemológico uma vez que articula a forma político-administrativa de organização do poder e as capacidades individuais ou coletivas de agir (p.54). A autonomia, que pode ser vista como uma consequência da descentralização, tornou-se um dos princípios centrais das políticas educativas dos anos 90 (Nóvoa, 1998, p.26 in Bico, 2019). Para a temática desta investigação interessa-nos distinguir dois tipos de autonomia: a autonomia local e a autonomia das escolas.

De acordo com Pinhal (2012), tendo Portugal subscrito a Carta Europeia da Autonomia Local e porque a organização do Estado Português contempla justamente o princípio da autonomia das autarquias locais, a autonomia local passou a ser definida como o “direito e a capacidade efectiva das autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos” (Carta Europeia da Autonomia Local, artigo 2.º, nº1 in Pinhal, 2012, p.95).

No que diz respeito à autonomia das escolas, João Barroso (1998) considera que esta procura dar resposta à crise de governabilidade do sistema de ensino, enquadrada na teoria do “governo sobrecarregado”. O crescimento exponencial do sistema educativo, a complexidade das situações geradas pela heterogeneidade dos alunos individual, social e cultural, a quebra de confiança na transição entre educação e emprego, as restrições orçamentais e os disfuncionamentos burocráticos, são, para Barroso, os fatores determinantes da crise assinalada (1998, p.12-13). Assim, o autor alerta que, apesar do conceito de autonomia estar etimologicamente ligado à faculdade que os indivíduos têm de se regerem por regras próprias, o conceito não deve ser confundido com “independência”, por se tratar de um conceito relacional:

A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis. (...) é um campo de forças, onde se confrontam e equilibram diferentes detentores de influência (externa e interna) dos quais se destacam: o governo, a

administração, professores, alunos, pais e outros membros da sociedade local. (Barroso, 1998, p. 16-17)

Para David Justino (2013), autonomia e municipalização são duas tendências distintas de descentralização na medida em que a autonomia é um “fim a que se quer chegar e a descentralização deverá ser o processo que a concretiza” (Justino, 2016, p. 109).

A territorialização pode ser considerada como um conceito que pretende inverter a nacionalização do ensino e a universalização e uniformização das escolas, que sob a bandeira da igualdade acentuou os desequilíbrios regionais (Formosinho & Machado, 2004). Para Barroso (1997) trata-se de um fenómeno essencialmente político que representa a complexidade da transformação das relações entre o Estado e a Educação. O autor aponta quatro finalidades da territorialização (Barroso, 1997, p. 11-12):

- Contextualizar e localizar as políticas e a ação educativas, contrapondo a homogeneidade das normas e dos processos à heterogeneidade das formas e das situações.
- Conciliar interesses públicos (na busca do “bem comum” para o serviço educativo) e interesses privados para a satisfação de interesses próprios dos alunos e suas famílias.
- Fazer com que na definição e execução das políticas educativas a ação dos atores deixe de ser determinada por uma lógica de submissão, para passar a subordinar-se a uma lógica de implicação.
- Passar de uma relação da autoridade baseada no controlo “vertical” monopolista e herárquico do Estado, para uma relação negociada e contratual baseada na desmultiplicação e “horizontalização” dos controlos (centrais e locais).

Da perspectiva de João Barroso entende-se que a territorialização pretende contextualizar políticas e as ações educativas, ajustadas à realidade da comunidade onde se insere, respeitando os interesses dos alunos e famílias, implicando todos os atores numa relação negociada e contratualizada, que vai para além da “luta” entre centralização e descentralização:

Este conceito é utilizado para significar uma grande diversidade de princípios, dispositivos e processos inovadores, no domínio da planificação, formulação e administração das políticas educativas que, de um modo geral, vão no sentido de valorizar a afirmação dos poderes periféricos, a mobilização local dos atores e a contextualização da ação política.

Trata-se de um conceito difuso que traduz uma realidade complexa e global da transformação das relações entre o Estado e a Educação, nos finais deste século e que não se esgota na dicotomia tradicional entre “centralização” e “descentralização”. (Barroso, 2016, p. 25)

1.2. O percurso da descentralização da Administração da Educação em Portugal

A evolução das políticas e da administração da educação resultam da tensão entre centralização e descentralização administrativas (Cordeiro, 2014a; Barroso, 2002; Formosinho & Machado, 2004). A centralização da administração da educação em Portugal teve início no séc. XVIII, quando o governo central, com as medidas adotadas pelo Marquês de Pombal, procurou substituir a Igreja na Educação, dando início à estatização “que se prolongaria até aos nossos dias, continuando-se a tratar o território nacional como um espaço homogéneo” (Almeida, 2004, p. 1). É em 1870 que D. António da Costa, primeiro ministro da instrução pública durante os 69 dias de vida desse ministério¹, considerando a “organização centralizadora” como um bloqueio à concretização do intento de uma “educação nacional”, apresenta uma reforma que propõe a descentralização da instrução primária para a localidade. De acordo com Justino (2013) este diploma não foi regulamentado. Mais tarde, em 1878, António Rodrigues Sampaio decide reformular a proposta de D. António da Costa, aprovando-a como Lei de 2 de maio, completada pela Lei de 11 de junho de 1880, regulamentando-a pelo Decreto de 28 de julho de 1881 (Silva, 2012 in Justino, 2013). Esta tentativa de descentralização procurou deslocar algumas responsabilidades para as autarquias (entre outras a seleção e vencimento dos professores), apesar de o governo manter as responsabilidades pedagógicas, curriculares e inspetivas, com o compromisso de subsidiar parte das construções escolares (Batista, 2014; Justino, 2013). As razões que mais contribuíram para o seu insucesso relacionaram-se com o atraso nos pagamentos aos professores e com o clientelismo e compadrio das suas nomeações. Assim, a recentralização do ensino primário foi concretizada pelo Decreto de 6 de maio de 1892 e reforçada pela legislação de João Franco (1894).

Três anos após a implantação da República, é decretada uma nova tentativa descentralizadora com o diploma de 29 de junho de 1913, que, recuperando algumas bases descentralizadoras de

¹ Fonte: Infopédia -[https://www.infopedia.pt/\\$d.-antonio-da-costa](https://www.infopedia.pt/$d.-antonio-da-costa), 08 de dezembro de 2021

Rodrigues Sampaio, previa a reforma do ensino primário ao entregar a administração das escolas aos municípios, para além de algumas despesas financeiras, tais como a manutenção dos edifícios escolares ou o vencimento dos professores. O balanço desta experiência foi igualmente negativo, contribuindo para isso o atraso no pagamento de vencimentos aos docentes, por exemplo, mas sobretudo porque esta nova tentativa de descentralização não produziu na maioria dos municípios os benefícios que deveriam resultar desta autonomia administrativa (Diário do Governo de 13 de julho de 1918, in Justino, 2013). Assim, o decreto de 12 de julho de 1918 determinou que os “os serviços da instrução primária que estavam sob tutela das Câmaras Municipais passam a ser administrados pelo Estado, a partir do ano económico de 1918-1919” (Justino, 2013, p. 104).

Depois de se tentar uma solução intermédia, as Juntas Escolares (retomadas em 1919, revogadas em 1922 e extintas em 1925), as escolas passaram novamente para a tutela do Estado (Batista, 2014; Justino, 2013).

A centralização e a burocratização consolidaram-se, de forma ainda mais evidente, durante o Estado Novo, assumindo o Estado o conceito de “Estado Educador” na sua plenitude, através de um “modelo extremado de uma regulação coerciva, autoritária e de pendor fortemente nacionalista e endoutrinadora” (Justino, 2013, p. 104).

Ainda antes da chegada à democracia, foi publicada a Lei nº 5/73, de 25 de julho, conhecida como a Reforma de Veiga Simão, considerada por muitos um marco da história da Educação em Portugal:

É tentador interpretar-se a reforma Veiga Simão como desenlace final de mais de uma década de projetos de reforma do ensino, iniciado nos anos 50 com o ministro da Educação, Leite Pinto, depois com Galvão Teles e a elaboração, em 1968 do Projeto de Estatuto da Educação Nacional, seguido da proposta de lei da reforma do ensino médio, sobre o mandato do ministro da educação, José Hermano Saraiva, até chegar, finalmente à época de Veiga Simão. (Stoer, 1983, p. 795)

A Reforma Veiga Simão foi importante não só pela inesperada relevância atribuída à educação em Portugal (Stoer, 1983), mas porque apontava para a democratização do ensino, através do alargamento da escolaridade obrigatória e da expansão quantitativa dos estabelecimentos, ao mesmo tempo que se propunha facilitar a ocupação, por parte professores e alunos, de espaços de participação dentro das escolas (Formosinho & Machado, 2000). No entanto “num contexto de um

estado autoritário e administrativamente centralizado”, a centralização não era posta em causa (Fernandes, 1988, in Batista, 2014).

João Pinhal (2012) reforça a ideia de Fernandes considerando que esta reforma pouco mudou em relação ao que vinha de trás porque “manteve a organização administrativa da educação”, “concentrando no Ministério a capacidade política e administrativa para implementar a reforma” (Pinhal, 2012, p. 227).

Depois de abril de 1974, desenvolveram-se várias tentativas de reforma do sistema administrativo da educação mas sem efeitos práticos duradouros. Este fracasso deveu-se principalmente, na opinião de Câncio Martins (in Pinhal, 2012), a vários fatores tais como falta de vontade política, inexistência de um sentido de sistema educativo ou simplesmente pela ingenuidade dos que julgavam que mudando os responsáveis mudavam a estrutura.

O documento que reunirá maior concordância, e neste caso, maior relevância para o percurso de evolução da administração escolar será o Decreto-Lei nº 769-A/76, de 23 de outubro, conhecido como o decreto da “gestão democrática das escolas”. Pinhal (2012) destaca a importância deste diploma, considerando-o um “marco na história da administração educacional em Portugal”, “na medida em que consagrou de modo duradouro, o princípio da elegibilidade dos órgãos de topo da gestão escolar, bem como o princípio da colegialidade na composição e funcionamento desses órgãos.” (idem, p. 229).

Ainda assim, Câncio Martins, um antigo reputado técnico do Ministério da Educação (Pinhal, 2012), revelava a inevitabilidade da descentralização:

Intacto o sistema centralizado e centralizador da administração, frustradas as tentativas da sua transformação quando da ruptura político-administrativa de 1974, o processo de descentralização e regionalização parece inevitável a prazo não só pelas razões anteriormente evocadas mas sobretudo pelo desencadear de alguns mecanismos e actuações no âmbito do poder local que de certa forma o tornam irreversível. (Câncio Martins, 1981, p. 109 in Pinhal, 2012)

Apesar da Constituição da República prever a descentralização democrática da administração pública, o sistema educativo manteve-se “altamente centralizado e muito confuso” nos dez anos

consequentes à sua aprovação (Pinhal, 2012). Este período, considerado como Estado Dual (Santos, 1984 in Formosinho & Machado, 2000), apesar de ainda muito dependente da administração central, permitiu, ainda assim, através da legitimidade revolucionária, o “ensaio do poder popular” e a participação política e social “sem precedentes” (Formosinho & Machado, 2000). Na sua análise à evolução da administração pública do sistema escolar de interesse público, Formosinho (2005) concluiu que, entre 1926 e 1986, “não ocorreu nenhum processo de descentralização” nem “nenhum processo sistemático de desconcentração territorial” (p.106).

Finalmente, em 1986, após um longo período de discussão pública, com larga participação da sociedade portuguesa (Pinhal, 2012), é aprovada, por unanimidade, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), que determina como se deve organizar o sistema educativo, especificando a distribuição de competências dentro dessa mesma organização:

Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes. (LBSE, 1986, Art.º 3, g)

O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas da actividades sociais, económicas e culturais e ainda instituições de carácter científico. (LBSE, 1986, Art.º 43, 2)

Para os efeitos do número anterior serão adoptadas orgânicas e formas de descentralização e de desconcentração dos serviços, cabendo ao Estado, através do Ministério responsável pela coordenação da política educativa, garantir a necessária eficácia e unidade de acção. (LBSE, 1986, Art.º 43, 3)

A inovação presente na LBSE, ou seja, a nova forma de distribuição de poderes, é segundo Fernandes (1987), a maior diferença relativamente a reformas anteriores. Considerando que a LBSE deveria de ser interpretada e aplicada através do “princípio de que a distribuição de poderes inerente à conceção de estado democrático assumida pela Constituição é um princípio político orientador de toda a organização do sistema educativo” (p.107), o autor distingue quatro tipos de distribuição de poderes, que apesar de diferentes, considera serem complementares:

- *Autonomização institucional da função administrativa do Estado* – separação entre funções políticas e funções administrativas em educação. (p.108)

- *Descentralização funcional* – baseada em razões mais técnicas do que políticas, transfere poderes de controle de órgão de administração geral para um órgão especializado. (p.110)

- *Descentralização territorial* – o poder é distribuído por diversos órgãos dotados de autonomia com competências próprias atribuídas diretamente pelo poder político e independentes entre si. (p.110)

- *Desconcentração administrativa* – desconcentram-se poderes predominantemente executivos e mantém-se o controle hierárquico sobre os órgãos desconcentrados, libertando o poder central de decisões instrumentais para este se focar nas funções de direção, supervisão e controle. (p.112)

O autor esclarece que a descentralização funcional procura evitar a concentração de poderes a nível central, enquanto que a desconcentração administrativa tenta bloquear a concentração de poderes a nível regional e local. Por seu lado, as funções administrativas e a descentralização territorial, põem em prática a descentralização propriamente dita uma vez que têm como objetivo a instituição de centros autónomos de decisão.

João Pinhal (2012) acrescenta que a LBSE introduziu relevantes alterações, passíveis de serem resumidas em três grandes áreas de intervenção:

Quadro 2. Áreas de Intervenção da Lei de Bases do Sistema Educativo

Áreas de Intervenção da Lei de Bases do Sistema Educativo		
Estrutura do Sistema e Duração da Escolaridade Obrigatória	Objetivos da Educação	Organização e Administração do Sistema Educativo
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da escolaridade de 6 para 9 anos; • Educação Pré-Escolar; • Educação Escolar (ensino básico, ensino secundário e ensino superior) • Educação Extra-Escolar; • Inclusão de modalidades especiais: educação especial, formação profissional, o ensino recorrente de adultos, ensino à distância e ensino português no estrangeiro; 	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação do sistema para a promoção do sucesso escolar e educativo dos alunos; • Definição de novos temas e objetivos associados à formação pessoal e social; • Contrariação da configuração demasiado académica do currículo antecedente; 	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação no sentido da descentralização, desconcentração e diversificação das estruturas e das ações educativas; • Favorecimento da integração comunitária dos estabelecimentos de educação e ensino; • Adoção de modelos participativos de gestão da educação;

Fonte: Adaptado de Pinhal, 2012, p. 229-230.

1.3. Evolução do Papel do Município na Administração da Educação

Em Portugal, a participação municipal na educação acentuou-se a partir de 1974, depois da instauração da democracia. Contudo, esta não foi a única causa da crescente valorização desta participação. Fernandes (2005) considera que “as mesmas causas que originaram a crise dos sistemas educativos nos outros países de modelos centralizados tiveram aqui um papel relevante” (p. 193). De acordo com o autor, o conceito de Estado Educador ao assumir-se como exclusivo educador dos cidadãos, absorveu todas as funções educativas da família e de outras instituições, distanciando a escola do meio envolvente, designadamente da família, da igreja, do município e de outras organizações locais. Neste contexto, a família e a comunidade local são sujeitos a obrigações específicas:

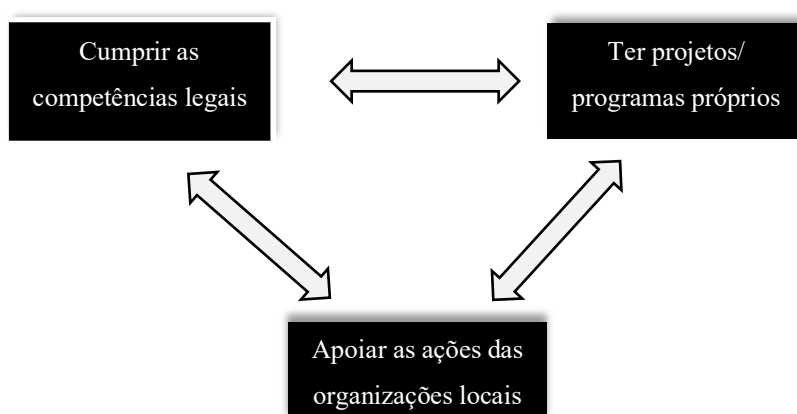
Para as famílias, elas consistem em enviar os filhos à escola durante a escolaridade obrigatória e de suportar as despesas com a educação na escolaridade não obrigatória. Quanto ao município, o estado liberal impôs-lhe a obrigação de contribuir financeiramente para os custos do ensino obrigatório que abranja a escolaridade primária. Os restantes atores da comunidade deviam manter simplesmente afastados de qualquer intervenção na escola. (Fernandes, 2005, p. 195)

No entanto, Sousa Fernandes (2005) admite que em países de acentuado atraso económico social e cultural, como era o caso de Portugal, este modelo foi um instrumento importante para a modernização e desenvolvimento social e económico.

Terá sido na segunda metade do século passado que começaram a acentuar-se as incapacidades do sistema educativo centralizador em responder às necessidades de uma sociedade contemporânea contribuindo para isso as mudanças identificadas por Fernandes (2005, p. 196): massificação escolar, mudanças tecnológicas, crises económicas dos anos 70, movimentações demográficas, atribuição à escola de novas responsabilidades e democratização dos estados onde vigoravam regimes autoritários. Estas mudanças não só levaram à aceitação da ligação da escola com o meio envolvente, como encetaram a procura de uma “política educativa a partir do local” (idem, p. 197). Assim, importa compreender qual o papel do município na educação e como foi (está a ser) construída esta política educativa local.

A primeira perspetiva de análise da ação educacional dos municípios é-nos sugerida por João Pinhal que entende que a intervenção do município pode ser distinguida em três categorias:

Figura 1 – A Intervenção dos Municípios na Educação



Fonte: Pinhal, Os Municípios Portugueses e a Educação, 2012, p. 304

Relativamente à categoria “cumprir as competências legais”, João Pinhal destaca dois momentos legislativos principais. O primeiro decorre da publicação dos Decretos-Lei n.ºs 77/84, de 8 de março e 100/84, de 29 de março, que consagram a intervenção dos municípios em tarefas de apoio ao funcionamento do sistema educativo e de apoio aos alunos e às escolas, para além de confirmar a competência municipal que vinha do tempo do Estado Novo, a construção e conservação das escolas do primeiro ciclo do ensino básico. O segundo momento identificado pelo autor, ocorre em 1999, pela publicação das Leis n.ºs 159/99, de 14 de setembro e 169/99, de 18 de setembro,

que acrescenta às competências anteriormente legisladas “um conjunto de novas responsabilidades com mais relevância política, designadamente a criação dos conselhos locais de educação e a elaboração das cartas educativas” (Pinhal, 2012, p. 306). O autor é da opinião que estes dois momentos deram a possibilidade ao município de intervir em áreas-chave do sistema educativo.

Na categoria de “ter projetos/ programas próprios” o autor reúne as ações municipais tomadas ao abrigo da LBSE e relativas à educação pré-escolar, à educação especial, ao ensino profissional e à educação extra-escolar. São ainda consideradas nesta categoria os projetos socioeducativos idealizados e executados pelos executivos municipais que, na opinião do autor, “constituem um dos melhores exemplos da assunção de uma certa autonomia das autarquias locais em matéria educativa” (Pinhal, 2012, p. 307).

Por último, João Pinhal refere que “apoiar as ações das organizações locais” diz respeito aos apoios (logísticos, materiais, financeiros, humanos) dados à escola e às restantes organizações locais que interagem no domínio da educação ou em domínios conexos, fora do quadro das suas obrigações legais. Segundo o autor, estes apoios, situados fora dos limites da intervenção obrigatória dos municípios, “contribuem para o reforço da oferta educativa local” e para “o *empowerment* das organizações e do próprio município”, “ajudando a concretizar uma verdadeira autonomia local” (Pinhal, 2012, p. 308).

Sousa Fernandes (2005) considera que o papel educativo do município foi-se alterando ao longo do tempo e apresenta “três perspetivas assumidas em tempos diferentes e que se sobrepõem entre si” (Fernandes, 2005, p. 203).

Esclarece o autor que a primeira perspetiva encara o município como um serviço da administração periférica do Estado, encarregue de cumprir certas funções e encargos educativos circunscritos. Esta perspetiva foi assumida em Portugal pelas reformas de 1870, 1878 e 1881 na monarquia liberal e retomadas em 1911 pela I República, não tendo sido alterada pela mudança política de 1974 (Fernandes, 2005).

A publicação da LBSE em 1986 conduz a uma segunda perspetiva sobre o papel do município, sendo este considerado “um parceiro privado e um agente educativo supletivo” (Fernandes, 2005, p.204). Sousa Fernandes observa que apesar de haver um maior protagonismo do município na educação, “o Estado continua a considerá-lo um interveniente menor e supletivo na educação”, sobre a qual pretende manter o controlo (Fernandes, 2005, p. 205).

A partir de 1995, o autor revela que desponta uma nova perspetiva que considera “o município como um interveniente de estatuto público e não privado, embora o âmbito das suas atribuições se mantivesse limitado aos domínios anteriormente assinalados” (Fernandes, 2005, p. 207).

Assistimos, de facto, a uma evolução, digamos, natural do papel do município na educação. Sem alterações súbitas no seu contributo, a evolução da participação municipal fez-se da periferia para o centro, tendo progredido de um papel de espectador, de trivial executante para o papel de protagonista e de participante.

1.4. Evolução dos normativos reguladores das competências dos municípios em democracia

A Constituição de 1976 patenteava os fundamentos da autonomia política e financeira das autarquias locais face ao poder central e da descentralização da administração pública. Contudo, a distribuição da autoridade política definida constitucionalmente acabou por “ter reflexos e adaptações nos diferentes sectores, entre os quais o educativo, contribuindo para a afirmação dos poderes locais com competências, recursos e capacidades de iniciativa” (Batista, 2014, p. 409).

Um dos primeiros documentos a relevar influência ao nível das decisões autárquicas foi a Lei n.º 1/77, de 6 de janeiro – instauração do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Este normativo, que determinava a transferência de uma percentagem do orçamento do Estado para os municípios, teve consequências notáveis, abrindo caminho para uma fase de intervenção municipal sem paralelo na história municipal anterior, através não só da construção, recuperação e expansão do parque escolar, mas também através da criação de bibliotecas municipais e escolares, no apoio à educação de adultos e outros apoios diversos no âmbito das atividades extracurriculares, ação social ou desporto (Fernandes, 1996, p.114). Ainda segundo Fernandes, este acréscimo de atividades teve como consequência a estruturação de departamentos ou serviços educativos municipais.

A intervenção dos municípios foi também prevista na Lei n.º 5/77, de 1 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 542/79, de 31 de dezembro (no que diz respeito ao sistema público de educação pré-escolar), e na Lei n.º 3/79, de 10 de janeiro (combate ao analfabetismo). Contudo, tratavam-se de meros “apoios às políticas de estado, ou quando muito, de iniciativa facultativa das autarquias” (Pinhal, 2012, p. 251).

Na década de oitenta, assistia-se a um aumento do número de alunos matriculados e Portugal entrava na Comunidade Económica Europeia (CEE). Foram crescendo críticas ao modelo centralizado e ao aparelho demasiado burocrático. De facto, neste tempo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) invocava que o sistema educativo carecia de modernização, não só no currículo, mas também nas estruturas administrativas (Batista, 2014). A

OCDE recomendava ainda a transferência de algumas responsabilidades para níveis regionais e locais. Curiosamente, em 1984, o denominado por João Pinhal “pacote autárquico”, foi promulgado durante o governo do bloco central. De acordo com Suzana Batista (2014) o Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de março, foi publicado dois meses antes da publicação do relatório da OCDE, que resultou de trabalho desenvolvido desde 1982. Este Decreto-Lei visava distribuir investimentos públicos entre os vários níveis da administração. Para além das construções e manutenções de edifícios, o nível local tornou-se igualmente responsável por apoios socioeducativos. Estas medidas representavam um seguimento e aprofundamento das tentativas de descentralização anteriores, sem incluir a seleção e o vencimento dos professores. No entanto, Fernandes (1996) considera que o Decreto-Lei n.º 77/84 veio legalizar, no fundo, um encargo muitas vezes já assumido pelo nível local uma vez que não são transferidas competências verdadeiramente educativas mas sim encargos financeiros. Na opinião de Pinhal (2012), o Estado não teve intenção em reforçar o poder de decisão dos municípios, mas sim de “libertar-se de tarefas logísticas e operacionais geradores, sobretudo, de encargos” (Pinhal, 2012, p. 252).

Em março de 1984 foi também promulgado o Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de março, que veio definir as atribuições das autarquias locais e competências dos respetivos órgãos. Porém, Pinhal observa que a formulação deste decreto “era muito ampla e indefinida, permitindo uma certa amplitude na interpretação do campo de intervenção dos municípios” (Pinhal, 2012, p. 252).

Ainda no mesmo ano foram aprovados dois diplomas importantes no que diz respeito ao aumento de responsabilidades por parte dos municípios. São eles o Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, que regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares e o Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, que estabelece as normas relativas à transferência para os municípios das novas competências em matéria de ação social escolar em diversos domínios.

Em 1986, a publicação da já aqui referida LBSE, marca um novo momento de produção normativa de incidência autárquica apesar de não contribuir para clarificar ou reforçar as competências educativas municipais (Fernandes, 1996). Assim a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, não veio alterar substancialmente o panorama que vinha de trás, até porque remetia para legislação posterior a definição das funções de administração e apoio que caberiam aos municípios (Pinhal, 2012). Já Canário (1996) considera que houve uma intenção clara por parte do legislador de descentralização política, com maior participação local e maior democratização do sistema, ao mesmo tempo que manifestava uma vontade de desconcentrar, transferindo competências para níveis hierárquicos mais baixos. O facto de a LBSE ditar o alargamento da escolaridade obrigatória, criou alguma

tensão entre as entidades, no sentido que os municípios temiam herdar os encargos financeiros de todos os ciclos (Batista, 2014). Ainda assim, Manuela Prata considera que a LBSE, apesar de não ter introduzido alterações muito significativas, “foi o ‘motor’ da legislação que remete para os municípios responsabilidades na área da educação” (Prata, 2004, p. 173).

A legislação posteriormente publicada, por consequência das determinações da LBSE, retrata a segunda perspetiva observada por Fernandes, na qual o município é considerado um parceiro privado e um agente educativo supletivo (Fernandes, 2005; Pinhal, 2012). Desta forma, assistimos à publicação de normativos que remetem a representação do município para órgãos consultivos e dispositivos de gestão dos estabelecimentos de ensino, sem aumentar a capacidade de intervenção autárquica (Batista, 2014; Pinhal, 2012):

- Decreto-Lei n.º 31/87, de 9 de julho – alteração do Decreto-Lei n.º 125/82, de 22 de abril – prevê na composição do Conselho Nacional de Educação dois elementos a designar pela Associação Municipal de Municípios.

- Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro – criação, através de parcerias, de escolas profissionais no âmbito do ensino não superior.

- Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de maio – aprovação do regime jurídico de direção, administração e gestão escolar, que prevê na composição dos conselhos de escola e conselho de área escolar um representante da câmara municipal.

Todavia, Batista (2014) afirma que, o Decreto-Lei n.º 172/91, aplicado apenas a uma amostra de escolas, permitiu aos representantes da autarquia intervir na decisão sobre as grandes decisões pelo facto de terem assento no órgão de direção.

De acordo com as perspetivas anteriormente partilhadas e sugeridas por Sousa Fernandes (2005), foi a partir de 1996, que o município começou a ser reconhecido como um parceiro educativo público.

A Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, Lei Quadro da Educação Pré-Escolar, que consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar e o Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho, que estabelece as condições de participação das autarquias locais na concretização dos objetivos previstos na Lei Quadro, são, também de acordo com Pinhal (2012) sinais de iniciativas legislativas que acentuam a intervenção autárquica, designadas nesse tempo por “territorialização das políticas educativas”. O Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-Escolar previsto pelo Decreto-Lei n.º 147/97, permitiu aos municípios desenvolver competências associadas ao apoio aos alunos, ação social e atividades extracurriculares.

Nos finais dos anos 90 foram publicados importantes dispositivos legais que vieram atribuir novas e interessantes competências educacionais aos municípios (Pinhal, 2012). O Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de maio, que vem alargar a todo o território o previsto pelo Decreto-Lei n.º 172/91, aprovando o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário, prevê no artigo 2.º, a criação, facultativa, de Conselhos Locais de Educação:

Com base na iniciativa do município, serão criadas estruturas de participação dos diversos agentes e parceiros sociais com vista à articulação da política educativa com outras políticas sociais, nomeadamente em matéria de apoio sócio-educativo, de organização de actividades de complemento curricular, de rede, horários e de transportes escolares. (D.L. n.º 115-A/98, Cap. I, Art.º 2)

O Decreto-Lei n.º 115-A/98 introduz ainda os denominados contratos de autonomia – “acordo celebrado entre a escola, o Ministério da Educação, a administração municipal e eventualmente outros parceiros interessados” (D.L. n.º 115-A/98, Cap. VII, Art.º 48). O diploma prevê que cada fase do processo de desenvolvimento da autonomia seja objeto de negociação prévia entre a escola, o ministério e o município (Art.º 47), ao mesmo tempo constitui como requisito, na 2.ª fase de apresentação de propostas de contratos de autonomia, uma avaliação favorável realizada não só por parte da administração educativa central mas também da administração municipal (Art.º 48). As Leis n.ºs 159/99 e 169/99, de 14 e 18 de setembro, respetivamente, constituem aquilo que foi considerado por João Pinhal (2012), um “novo pacote autárquico”. A primeira lei “estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, bem como de delimitação da intervenção da administração central e da administração local, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local” (Lei nº159/99, Art.º 1); a segunda lei estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias.

Era de esperar que este pacote autárquico de 1999, tendo surgido depois de vária legislação avulsa com influência nas competências educacionais das autarquias locais, tivesse constituído um momento de reunião, sistematização e clarificação do quadro Geral das

competências das autarquias e da organização do sistema educativo local. Mas não foi assim, pelo que persiste a produção de medidas por vezes desligadas entre si e mal ancoradas na fundamentação que as sustenta. (Pinhal, 2012, p. 253)

No quadro da transferência de competências, a Lei n.º 159/99 pronunciou-se pela primeira vez sobre o papel dos municípios no planeamento e gestão da rede escolar, através da Carta Escolar a integrar nos planos diretores municipais e pela criação dos Conselhos Locais de Educação (CLE).

Mais tarde, o Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro, vem alterar as denominações do CLE para Conselhos Municipais de Educação (CME) e das CE para Cartas Educativas (CE). Este normativo determina a obrigatoriedade dos municípios no desencadeamento de “processos de criação dos CME e de elaboração das CE”, esclarecendo ainda as “responsabilidades central e local em matérias como a construção e manutenção das escolas públicas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico” (Pinhal, 2012, p. 253). Formosinho & Machado referem que o Decreto-Lei n.º7/2003 “concretiza uma política de desconcentração administrativa que, ao mesmo tempo que aproxima os serviços das populações, garante um controlo mais próximo das políticas definidas a nível central” (2004, p. 26). Para os autores, este movimento de descentralização a nível do município procura a sua legitimização numa terminologia proveniente da gestão, mobilizando conceitos de modernização, resultados, eficiência, eficácia que surgem associados a conceitos políticos – cidadão, autonomia, comunidade educativa.

Ainda em 2003, é publicado o Despacho n.º 13313/2003, de 8 de julho, que reforça a importância do ordenamento da rede educativa numa perspetiva de criação de condições de gestão das escolas, de racionalização dos meios e de aumento da qualidade das aprendizagens.

Depois da aprovação do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário, através do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, e após um consenso negocial entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), surge em 2008 nova legislação sobre a transferência de competências, com a publicação do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho. No preâmbulo pode ler-se que este se insere numa “nova geração de políticas locais e de políticas sociais”, cujo objetivo central é “o reforço e a qualificação do poder local”, depois da “experiência muito positiva desenvolvida pelos municípios no âmbito do sistema educativo”. O normativo prevê a celebração

de contratos de execução no caso das transferências e atribuições no domínio do pessoal não docente das escolas básicas e secundárias, atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico e gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. Estes contratos de execução vêm alargar e aprofundar os domínios que as autarquias exercem sobre outros ciclos, através de “contratos de execução” entre municípios e o governo central (Seabra et all, 2012 in Batista, 2014).

Dez anos mais tarde, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretiza “os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local”. O diploma legal refere que as transferências previstas são universais e propõe que o processo seja concretizado de forma gradual até 1 de janeiro de 2021. O diploma “garante” ainda que esta transferência de competências é acompanhada “dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados” (alínea f), Art. 3º).

Mais recentemente, o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, redefine o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação e regula o funcionamento dos conselhos municipais de educação. Além de reforçar áreas anteriormente descentralizadas para os municípios, decreta novas competências e reúne num único diploma legal as competências das autarquias locais e entidades intermunicipais. O Artigo 3.º estabelece a distinção:

Art. 3.º

Transferência de competências

- 1- É da competência dos órgãos municipais participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, nos termos regulados no presente decreto-lei.
- 2- É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal. (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro)

O quadro 3. Resume a participação dos órgãos municipais de acordo com o presente diploma.

Quadro 3. Resumo da participação dos órgãos municipais no domínio da educação, de acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Participação dos Órgãos Municipais no domínio da Educação		
<i>(de acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro)</i>		
Planeamento	Investimento	Gestão
<p>Carta Educativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - rede educativa; - equipamentos educativos; - ordenamento da rede educativa; - respeito por parâmetros técnicos; 	<p>Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares</p> <p>Equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares</p>	<p>Apoios e complementos educativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ação social escolar - refeitórios escolares - transportes escolares - residências escolares, - alojamento; - escola a tempo inteiro; - organização e funcionamento das AAAF, CAF e AEC;
<p>Plano de Transporte Escolar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - elaboração do plano de transportes escolares; 		<p>Pessoal Não Docente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - mapas de pessoal; - procedimento de transição de trabalhadores; - gestão de pessoal; - ações de formação;
<p>Ofertas de educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - rede da oferta de educação; - planeamento plurianual da rede da oferta educativa; - definição anual da rede da oferta educativa; 		<p>Funcionamento dos Edifícios Escolares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - fornecimento e serviços externos; - utilização de espaços fora do período das atividades escolares (consignação); <p>Segurança Escolar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - segurança dos equipamentos educativos; <p>Financiamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção, requalificação e modernização dos edifícios escolares e residências escolares, apoios e complementos educativos, pessoal não docente;

Fonte: Elaboração própria

Além de redefinir as áreas de intervenção dos órgãos municipais, o presente diploma define com clareza o âmbito de ação dessa intervenção, com forte enfoque nos campos do planeamento e da gestão. O ponto 1 do Artigo 4.º, a propósito do exercício das competências, ressalva o seguinte:

Salvo indicação em contrário, todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal, com faculdade de delegação no diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada. (Ponto 1, do Art. 4.º, do Decreto-Lei n. 21/2019, de 30 de janeiro)

Consideramos que com este ponto, o legislador, teve intenção de aliviar a quantidade de responsabilidades do município, nomeadamente na gestão, podendo parte dessa gestão ser transferida (executada) para (pelos) diretores dos AE e escolas não agrupadas.

Como é referido no preâmbulo do normativo legal a partilha de responsabilidades entre a administração central e a administração local desenvolveu-se através de sucessivos quadros legais que ampliaram progressivamente o âmbito de intervenção das autarquias.

Tal como Cordeiro (2014a) observou, assistimos novamente a uma “tentativa de alteração profunda do sistema educativo português”, através da transferência de competências, poderes ou responsabilidades históricas do Estado (p.442).

CAPÍTULO II – PLANEAMENTO DA EDUCAÇÃO E INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO

Neste capítulo abordaremos a importância do planeamento da rede educativa e apresentamos os dois instrumentos de planeamento previstos no mais recente diploma legal, o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro: o Plano de Transportes e a Carta Educativa. Debruçar-nos-emos especialmente na Carta Educativa, por esta ser o tema central da nossa investigação.

2.1. Do Planeamento Tradicional ao Planeamento Estratégico

O planeamento é reconhecido como um processo fundamental na gestão e ordenamento dos territórios, que deve integrar a visão da comunidade no desenho de estratégias de resposta aos desafios demográficos e socioeconómicos, bem como das necessidades locais. (Casaleiro, 2012, p. 25 e Ferrão, 2003 in Santos, Duarte & Marques, 2019)

A passagem de políticas de administração em educação altamente centralizadoras para políticas descentralizadoras e a consequente transferência de competências para o local, levou a administração central a dotar as autarquias de instrumentos de planeamento que permitissem dar resposta às necessidades do local. Assim, à semelhança do processo de descentralização, também o planeamento evoluiu de um modelo centralizado para outro mais estratégico. Para Cordeiro, Martins, & Ferreira (2014b) a Carta Educativa, consagrada como instrumento de planeamento da rede escolar, foi a responsável pelo desencadeamento do processo de mudança:

Este documento de planeamento da rede escolar [...] traduziu o culminar da tentativa de desencadeamento de um processo de mudança conceptual e metodológica do planeamento da rede educativa do ensino básico [...]. Até então foi o planeamento tradicional ou compreensivo (*limitado à formulação e execução do plano*), de carácter centralizado burocrático e assente na matematização dos fenómenos sociais, em soluções uniformes, neutras, racionais e replicáveis traço a previsão perfeita que sustentou o plano de

construções escolares executado em Portugal desde a década de 30 do século passado.

(Cordeiro, Martins, & Ferreira, 2014b, p. 582)

Para os autores, o planeamento tradicional na educação está presente na rede escolar edificada até aos finais dos anos 80, em Portugal, tendo como grande exemplo o Plano dos Centenários. A uniformidade e rigidez de soluções da rede face às dinâmicas demográficas e pedagógicas contribuíram para que a densa rede de escolas primárias se tornasse desajustada da realidade (Cordeiro, Martins, & Ferreira, 2014b). Por outro lado, os desafios da globalização e do desenvolvimento da rede de transportes associados aos fatores socioeconómicos e demográficos colocaram novos reptos ao processo de planeamento (Santos, Duarte, & Marques, 2019).

Foi no final dos anos 70 que se começou a abandonar a abordagem burocrática, assente num planeamento centralizado, passando-se de soluções uniformes para soluções mais complexas, surgindo assim um planeamento estratégico, uma visão para o território fundamentada num diagnóstico prospetivo e numa gestão de longo prazo (Cordeiro, Martins, & Ferreira, 2014b).

Quadro 4. Principais características do Planeamento Tradicional e do Planeamento Estratégico

Planeamento tradicional	Planeamento Estratégico
<ul style="list-style-type: none">▪ Sectorial▪ Físico▪ Normativo/ regulador▪ Extrapolação de tendências▪ Tecnocrático▪ Orientado pela oferta▪ Rígido	<ul style="list-style-type: none">▪ Global e integrado▪ Diversas vertentes▪ Processual/ operacional▪ Prospetivo▪ Participativo▪ Orientado pela procura▪ Flexível

Fonte: Adaptação de Cordeiro, Martins, & Ferreira (2014b) baseado em Ferreira (2005)

As diferenças entre o planeamento tradicional e o planeamento estratégico são notórias. Se o protagonismo da dimensão local no planeamento estratégico facilitará a afirmação de uma identidade educativa local, na medida em que viabiliza a participação e o envolvimento da comunidade (Santos, Duarte, & Marques, 2019), também é certo que, à semelhança do que acontece com qualquer processo de transformação, também o novo modelo de planeamento teve dificuldades em impor-se, demorando cerca de 17 anos para o conseguir.

2.2. Reorganização da Rede Escolar

A evolução de um planeamento tradicional para um planeamento estratégico trouxe ao reordenamento da rede escolar novas lógicas “que se traduziram por diferentes respostas por parte dos municípios portugueses” (Cordeiro, Martins, & Ferreira, 2014b, p. 581).

A investigação sobre as CE e o reordenamento da rede escolar no Centro de Portugal, encetada por Cordeiro, Martins e Ferreira, identificou e analisou as principais tendências de reordenamento da rede educativa do 1º ciclo do ensino básico, e, apesar de terem encontrado soluções em CE de reorganizações híbridas que não seguem um padrão inequívoco, permitiu reconhecer três tipos de soluções prevalentes de reordenamento: decretado, conciliado e comunitário.

As soluções do “*tipo decretado*” estão sustentadas em lógicas de predomínio técnico-administrativas e pressupõem uma imbricação político-normativa das soluções das periferias às políticas decididas pelo centro. O papel desempenhado pelo município na definição das soluções do reordenamento da rede escolar tipo decretado e remetido para um mero intérprete local das medidas e orientações definidas centralmente. (Cordeiro, Martins, & Ferreira, 2014b, p. 595)

O encerramento de um número expressivo de escolas, a opção por uma rede escolar fortemente concentrada, aumento de alunos em mobilidade e a aposta no centro escolar são alguns dos resultados deste tipo de reordenamento, identificados pelos autores.

Por reordenamento do tipo conciliação, Cordeiro *et al.*, são entendidas as soluções de reorganização que harmonizam “os objetivos do Estado Central com o contexto e especificidades do próprio território municipal” (Cordeiro, Martins, & Ferreira, 2014b, p. 597). Prosseguem, considerando que a posição do município neste caso “é remetido a um papel de coautor”, assumindo que “as soluções encontradas são as ‘possíveis’ e não as ‘desejadas’ ou mesmo as ‘necessárias’” (p.597). Uma rede escolar de malha menos larga, mais próxima das comunidades locais e mais consentânea com o defendido pelo poder local são alguns dos resultados identificados pelos autores, neste tipo de reordenamento.

Sobre o reordenamento do tipo comunitário:

Neste tipo de reorganização, ao contrário do que se verifica na *reorganização decretada*, são os interesses políticos e sociais locais que se sobrepõem, num complexo jogo de estratégias, negociações e ações protagonizadas pelos vários atores locais. As soluções de reorganização da rede escolar, neste caso, resultam de tensões políticas vincadas entre o município e o Estado, onde a força e influência política local procuram secundarizar ou mesmo contrariar a força política-normativa do poder central. Aqui imperam as lógicas comunitárias dos administrados face às lógicas institucionais dos administradores. (Cordeiro, Martins, & Ferreira, 2014b, p. 598)

Neste tipo de reordenamento os investigadores reparam que a diferenças entre as fases iniciais e finais de reordenamento são menos significativas do que nas reorganizações descritas anteriormente, “muito por força de uma oposição acérrima do poder local, designadamente das freguesias” (Cordeiro et al, 2014b, p. 598).

Os tipos de reordenamento observados, pelas diferenças apresentadas, comprovam a unicidade de cada uma das CE, posicionando-se mais ou menos próximas das necessidades locais, conforme a capacidade e força do poder local face ao poder central, avançando para uma efetiva descentralização.

Neste sentido, as cartas educativas apareceram como um instrumento necessário a tomada de consciência e a responsabilização dos poderes municipais convocando-os a pensar a rede escolar em face das novas realidades demográficas e das exigências educacionais do século XXI. (Cordeiro, Martins, & Ferreira, 2014b, p. 601)

2.3. Plano de Transportes Escolares

Prevista desde 1984 pelo Decreto-Lei n.º 299/84, mais tarde revista pela Lei n.º 75/2003, de 12 de setembro, a competência dos transportes escolares não é novidade para os municípios. O Decreto-

Lei n.º 21/2019 destaca-lhe a importância, a par com a CE, de ser um importante instrumento de planeamento.

Em dois artigos, o mais recente diploma esclarece sobre as competências e a vigência e revisão do plano de transportes escolares. Assim, o Artigo 21.º dita que são as Câmaras Municipais as responsáveis pela elaboração e aprovação do plano de transportes, após discussão e parecer do conselho municipal de educação. Contudo, sempre que existam estabelecimentos de educação supramunicipal a competência de elaboração passa a ser do secretariado executivo intermunicipal, sendo aprovado pelo conselho intermunicipal, depois da discussão e parecer dos conselhos municipais de educação envolvidos.

O Artigo 22.º avança a data de 1 agosto como data limite para aprovação do plano escolar de transportes a entrar em vigor no ano letivo seguinte, devendo ser remetido para os municípios, para os AE e ENA e para o “departamento governamental com competência de regulamentação técnica, licenciamento, coordenação, fiscalização e planeamento no setor dos transportes terrestres”. Em caso de alterações conjunturais o plano pode ser alterado no decorrer do ano letivo a que respeita.

O Plano de Transportes Escolares insere-se no âmbito da ação social escolar e é um instrumento importante para o cumprimento dos princípios gerais da LBSE, garante da justa e igualdade de oportunidade no acesso e sucesso escolares.

2.4.. A Carta Educativa

Depois da Carta Escolar ter sido considerada uma tentativa falhada² (Cordeiro & Martins, 2013) ou somente entendida como um documento de planeamento estático e dogmático, onde se registava o levantamento dos edifícios escolares existentes e os que faltava construir (Martins, 2000, p. 7), é consagrada a obrigatoriedade da elaboração da CE por parte dos municípios (primeiramente pela publicação do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, entretanto revogado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

Édio Martins (2005) considera que, relativamente à Carta Escolar, a CE reflete um conjunto de problemáticas muito mais amplo e por remeter para uma multiciplidade de situações e decisões com poderes e decisões partilhadas, exige um processo de negociação muito diferente da imposição (p. 149).

² Os autores consideram que a falta de regulamentação, financiamento e vontade política levaram a que poucos municípios elaborassem este instrumento de planeamento (p. 347).

2.4.1. As cartas da 1.^a e da 2.^a geração

Constituída como “um instrumento de orientação da gestão do sistema educativo” (Artigo 16.º D.L. n.º 21/2019, de 30 de janeiro), a CE é:

O instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município. (Artigo 5.º, D.L. n.º 21/2019, de 30 de janeiro)

Tal como é descrito no Artigo 5.º, o conceito atual da CE vai muito para além da contagem de edifícios. Com o princípio da redução de custos subentendido (que decorre da racionalização dos recursos existentes, por exemplo), a CE deve satisfazer as ofertas de educação e formação previstas num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico. Este conceito da CE transita do normativo anterior, o Decreto-Lei n.º 7/2003.

São ainda objetivos da CE segundo o D.L. n.º 21/2019, de 30 de janeiro:

- 1 – A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente.
- 2 – A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação.
- 3 – A carta educativa deve promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis.
- 4 – A carta educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

5 – A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele. (Artigo 6.º, D.L. n.º 21/2019, de 30 de janeiro)

À exceção da omissão de uma e/ou acrescento de outra palavra, também aqui houve uma clara manutenção dos objetivos previstos no D.L. n.º 3/2007 para o D.L. n.º 21/2019, que espelham com clareza quais os intentos da CE.

A CE deve incluir “todo o universo de educação e formação (público, privado e solidário), incluindo o ensino artístico bem como as suas modalidades especiais de educação e da educação extraescolar (DGEEC, DGESTE, & IGEFE, 2021, p. 8). A inclusão destas modalidades acrescenta a devida coerência às propostas e orientações da política educativa municipal, facilitando uma leitura e análise integrada do sistema de ensino.

No que diz respeito ao objeto da CE houve uma manifesta reformulação na transição de normativos. Resumimos de seguida essas diferenças.

Quadro 5. Objeto da Carta Educativa – análise comparativa de normativos

Objeto da Carta Educativa	
Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro	Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extra-escolar. 2. Identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas referidas no número anterior e da análise da integração dos mesmos a nível municipal, de acordo com os cenários de desenvolvimento urbano e escolar. 3. Incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária. 4. Deve incidir, igualmente, sobre a concretização da ação social escolar no município, nos termos das modalidades estabelecidas na lei e de acordo com as competências dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades. 5. Deve prever os termos da contratualização entre os municípios e o Ministério da Educação, ou outras entidades, relativamente à prossecução pelo município de competências na área das atividades complementares de ação educativa e do desenvolvimento do desporto escolar, de acordo com tipologias contratuais e custos padronizados, a fixar em protocolo a celebrar entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. A carta educativa tem por objeto a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescolar. 2. A carta educativa incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária. 3. A carta educativa deve refletir a estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo. 4. A carta educativa deve prever os termos da prossecução, pelo município, de ações na área das atividades complementares de ação educativa e do desenvolvimento do desporto escolar.

Fonte: Elaboração própria, com base nos Decretos Lei n.º 7/2003 e n.º 21/2019, de 15 de janeiro e 30 de janeiro, respetivamente.

Pelo quadro comparativo é possível intuir que houve uma clara intenção por parte do legislador de simplificar e focalizar o objeto da Carta Educativa. Ao mesmo tempo que deixa cair a responsabilidade de levantamento de necessidades de recursos humanos (responsabilidade financeira?), retribui com a (maior?) responsabilidade de refletir a estratégia do município para a redução do abandono escolar precoce e a promoção do sucesso educativo (prestação de contas?).

Quanto aos parâmetros técnicos, a dimensão de recursos humanos (quadros de pessoal, docente e não docente de cada estabelecimento) não é considerada na CE de 2ª geração, por eliminação da alínea e) do Artigo n.º 17.

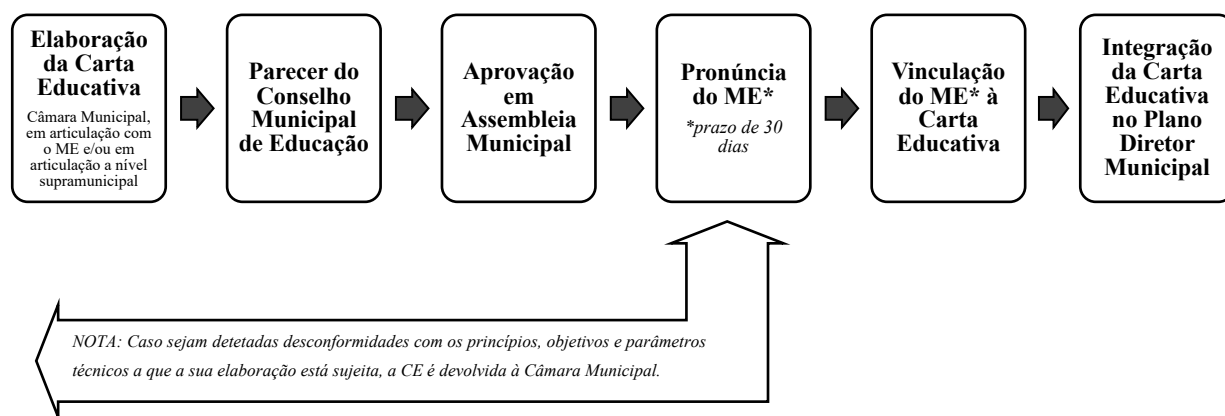
Relativamente ao conteúdo da CE, esta deixa de ser obrigada a incluir o plano de financiamento e estimativas de custos, prevista no normativo anterior. No entanto, isto não significa que os municípios não sejam sujeitos a uma validação dos custos até porque a plataforma SACE³, plataforma através da qual os municípios devem submeter a sua CE para avaliação, está alojada no sítio do IGEFE⁴. Mais, recentemente, em maio de 2021, foram publicados dois importantes documentos de apoio ao município no que ao preenchimento da plataforma SACE e elaboração da CE dizem respeito: “Manual de Procedimentos SACE” e “Guião para Elaboração da Carta Educativa”, ambos datados de maio de 2021. Por outro lado, o Artigo 65ª prevê, no Ponto 1, a constituição de “uma comissão que define e propõe fórmulas de financiamento das despesas cujas competências são transferidas para os municípios” ao abrigo do D.L. n.º 21/2019.

A elaboração da CE continua da “competência da câmara municipal, sendo aprovada pela assembleia municipal respetiva, após discussão e parecer do conselho municipal de educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria” (ponto 1, do Artigo n.º 19). A Figura 2. descreve o percurso da CE.

³ ‘A Plataforma “Cartas Educativas - Sistema de Avaliação das Cartas Educativas” (SACE) permite de forma centrada, simplificada e digital a execução dos procedimentos relativos à submissão das Cartas Educativas Municipais que aguardam pronúncia do Ministério da Educação e de novas Cartas que estejam ainda em elaboração ou que venham a ser elaboradas. Disponível no sítio do IGEFE, em <https://www.igefe.mec.pt/Page/Index/1>, consultado a 6 de janeiro de 2022.’

⁴ O IGEFE ‘tem por missão garantir a programação, a gestão financeira e o planeamento estratégico e operacional do MEC, a gestão previsional fiável e sustentada do orçamento da educação e ciência, bem como a avaliação global da execução das políticas e dos resultados obtidos pelo sistema educativo e o funcionamento dos sistemas integrados de informação financeira, em articulação com os demais serviços e organismos do MEC.’ Disponível no sítio do IGEFE, em <https://www.igefe.mec.pt/Page/Index/1>, consultado a 6 de janeiro de 2022.

Figura 2. Carta Educativa – Resumo das competências previstas no Artigo 14.º do DL n.º 21/2019, de 30 de janeiro



Fonte: Elaboração própria, com base no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

*Por iniciativa própria substituímos a expressão “departamento governamental com competência na matéria”, por considerarmos que o Ministério da Educação será, em última análise, responsável pela delegação de poderes.

No que concerne à revisão da CE, a diferença entre normativos está relacionada com a obrigatoriedade de revisão: 5 em 5 anos, no D.L. n.º 3/2007 contra os atuais 10 em 10 anos anunciados pelo D.L. n.º 21/2019. A revisão pode ainda ocorrer sempre que a rede educativa “fique desconforme os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa” (Artigo 15.º).

Por “rede educativa” deve entender-se o seguinte:

Entende-se por rede educativa a configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, visando a sua adequação às orientações. (Ponto 1 do Artigo 8.º, D.L. n.º 21/2019, de 30 de janeiro)

A definição da rede educativa será o resultado da articulação entre o “departamento governamental com competência na matéria”, os municípios e os AE e ENA, cuja revisão periódica visa a sua “adequação à procura e ao seu desenvolvimento” (Pontos 2 e 3 do Artigo 8.º, D.L. n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

O Artigo 9.º do mais recente normativo refere-se aos equipamentos educativos⁵, que devem obedecer a termos de referência fixados, mais uma vez, pelos departamentos governamentais com competência na matéria.

Constatamos que as diferenças entre as CE de 1.ª e de 2.ª geração não são de número assinalável. Entendemos que, por força das restantes competências entretanto transferidas para os municípios, exista agora uma maior vontade política, tanto ao nível central como ao nível local, de usar este instrumento como forma de afirmação das políticas educativas locais.

2.4.2. Operacionalização da Carta Educativa

2.4.2.1. Componentes técnicas e componentes políticas da Carta Educativa

Cordeiro & Martins (2013) circunscrevem a elaboração da carta a dois momentos, sendo o primeiro caracterizado por um trabalho fundamentalmente técnico e o segundo essencialmente político.

Quadro 6. Componentes da Carta Educativa

Carta Educativa	
<i>1º momento</i> Caracterização Técnica	<i>2º momento</i> Componente política
<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização da localização e geometria da rede de edifícios e equipamentos educativos; • Diagnóstico estratégico; • Projeções de desenvolvimento; • Propostas de intervenção à rede pública; 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório com as principais medidas a adotar e respetiva justificação; • Programa de execução com as calendarizações das intervenções;

Fonte: Santos, Duarte, & Marques (2019), com base em Cordeiro & Martins (2013) e no n.º 1 e 2, do Artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Pela análise do Quadro 6., temos num primeiro momento um trabalho essencialmente técnico, constituído pela caracterização dos edifícios e equipamentos educativos, por um diagnóstico estratégico e por projeções de desenvolvimento que culminam nas propostas de reordenamento da rede. O segundo momento, será então composto pelas justificações das medidas adotadas e por um

⁵ 'Os equipamentos educativos são o conjunto dos meios materiais, designadamente os edifícios escolares, o equipamento básico, o mobiliário, o material didático e os equipamentos tecnológico e desportivo, utilizados, ainda que não exclusivamente, para a conveniente realização da atividade educativa' (Ponto 1 do Artigo 9.º, D.L. n.º 21/2019, de 30 de janeiro)

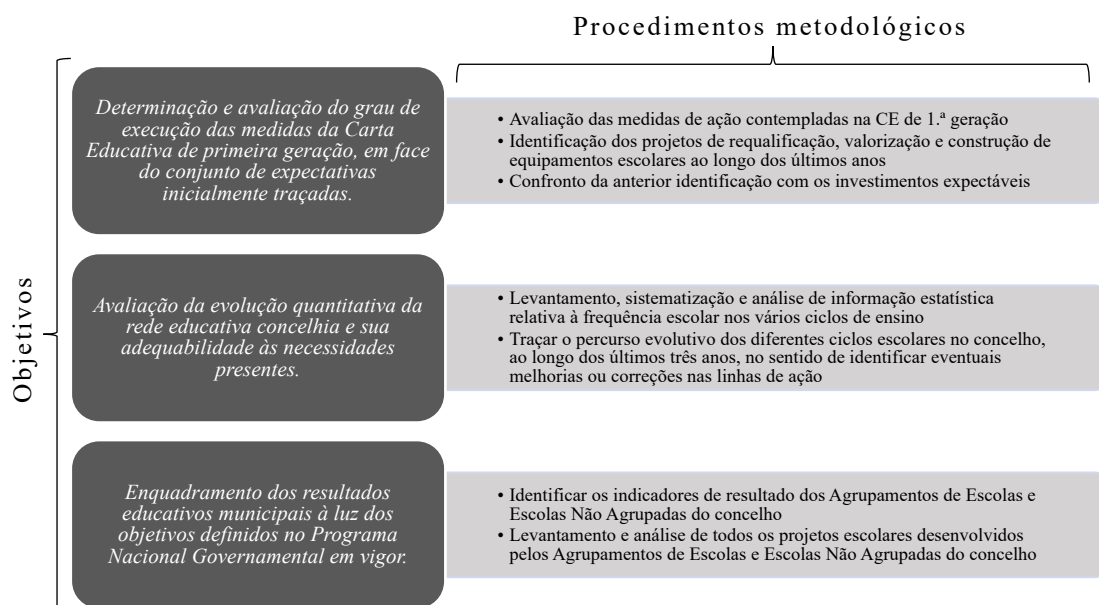
programa de execução das mesmas. Édio Martins (2005) considera a CE como um documento técnico-político, alertando que “não deve, nem pode, existir uma separação entre os trabalhos técnico e políticos”, dada a importância do documento como instrumento de acesso a recursos financeiros (p. 149). O autor atenta para a necessidade de se “insistir na importância de conjugar esforços com os gestores do Plano Diretor Municipal” (p.150).

2.4.2.2. Etapas metodológicas para a elaboração da CE

O mais recente guia de elaboração da CE⁶ define, como linhas gerais, o contacto regular com os organismos do Ministério da Educação (acompanhamento técnico), com os AE e ENA, com a Câmara Municipal e outros parceiros sociais. Este contacto tem como objetivo a partilha e discussão de informação e dos resultados de análise, principalmente no caso de propostas que demandem a gestão partilhada da rede educativa.

Resumimos de seguida os procedimentos metodológicos aconselhados, de acordo com os objetivos definidos pelo mesmo guião.

Figura 3. Procedimentos metodológicos para elaboração da Carta Educativa



Fonte: Elaboração própria, baseado no “Guião de Elaboração da Carta Educativa”, DGEEC, DGESTE, & IGEFE (2021, p. 8-9).

⁶ Já referido anteriormente: *Guião para elaboração da Carta Educativa*, DGEEC, DGESTE, & IGEFE, 2021.

2.4.2.3. Eixos de intervenção

O GECE sugere que, com base num conjunto de princípios operacionais, adequados aos princípios gerais do sistema educativo português e aos objetivos definidos a nível nacional, sejam identificados “um conjunto de objetivos específicos para os quais serão desenhadas as propostas de desenvolvimento educativo para o concelho” (DGEEC, DGESTE, & IGEFE, 2021, p. 19). Estas propostas deverão distinguir-se entre si, podendo ser organizadas em três (ou mais) eixos principais. O GECE avança com a proposta de três eixos principais:

Eixo 1 – Requalificar os equipamentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário.

Eixo 2 – Promover a qualidade e o sucesso educativo e formativo nas escolas do concelho;

Eixo 3 – Incentivar a oferta de ensino profissionalizante no concelho, perseguindo as áreas prioritárias.

O primeiro eixo, de natureza material, diz respeito unicamente às intervenções físicas no parque escolar do concelho. De todas estas intervenções⁷, apesar de contemplarem todos os níveis de ensino, o GECE destaca a necessidade expansão e universalidade referente à Educação Pré-Escolar, assumindo que são privilegiadas as propostas de intervenção que respondam simultaneamente à Educação Pré-Escolar e ao 1.ºCEB. É também assumido o privilégio para intervenções que visem a melhoria do desempenho energético, condições de conforto térmico e lumínico dos edifícios e diminuição da pegada ecológica⁸.

Ainda de acordo com o Eixo 1 as propostas de intervenção devem incluir um estudo analítico que investigue a possibilidade da rede pública em acolher as turmas contratualizadas pelo Ministério da Educação.

O GECE avança ainda com alguns indicadores necessários à programação e caracterização dos diferentes equipamentos escolares, no âmbito deste eixo de intervenção.

O segundo e terceiro eixos são de natureza imaterial. O segundo eixo, diz respeito às intenções de desenvolvimento educativo do concelho que promovam a excelência e a diversidade das

⁷ Do tipo: requalificação, ampliação e construção de equipamentos escolares (DGEEC, DGESTE, & IGEFE, 2021, p. 20).

⁸ São valorizados os aspetos referentes a energia sustentável, eficiência térmica, poupança energética, reciclagem, utilização de plantas endógenas e materiais locais (DGEEC, DGESTE, & IGEFE, 2021, p. 20).

competências educativas (programas, projetos de ação educativa, atividades do desporto escolar, observatórios da qualidade, formação de adultos, projetos educativos municipais, entre outros). O terceiro eixo diz respeito especificamente ao ensino profissionalizante no concelho mas deve adotar a mesma metodologia do segundo eixo, contemplando os campos de caracterização e avaliação assumidos como fundamentais ao cumprimento do objetivo da carta educativa.

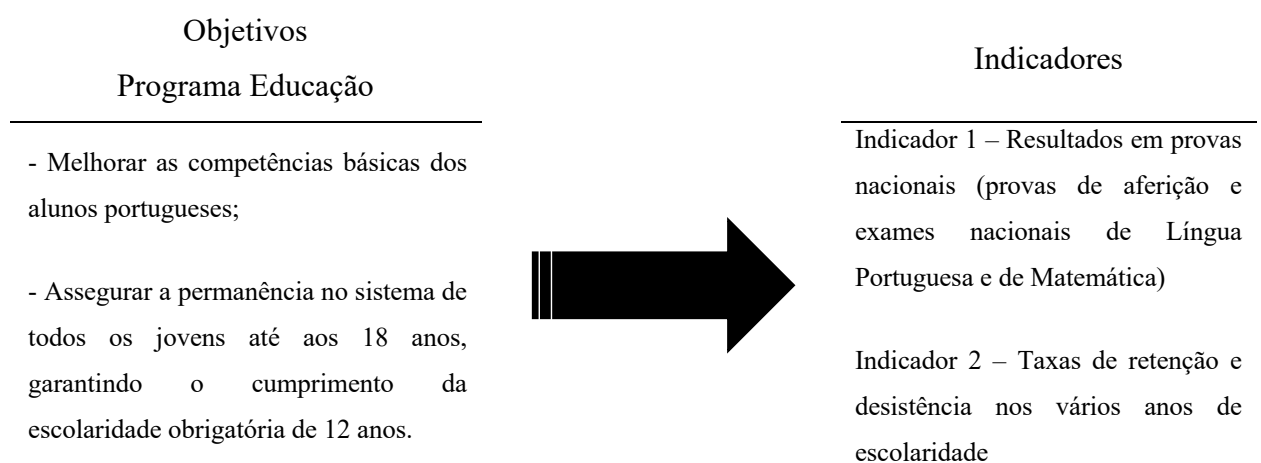
2.4.2.4. Outros constituintes da Carta Educativa

O GECE relembra que além da necessidade de integrar a CE no respetivo PDM, esta “deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas” (DGEEC, DGESTE, & IGEFE, 2021, p. 23).

De acordo com o guião e assente na regulação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a CE deve ainda “identificar e monitorar todo o trabalho que o Município tem desenvolvido, em conjunto com o Ministério da Educação e demais parceiros, no exercício das suas novas competências no domínio da Educação” (DGEEC, DGESTE, & IGEFE, 2021, p. 23). A necessidade de inclusão deste tipo de supervisão é ainda alargada aos municípios que tenham sido abrangidos pelos Decretos-Lei n.º 144/2008 e n.º 30/2015, de 28 de julho e 12 de fevereiro, respetivamente.

A CE poderá ainda incluir a revisão das dinâmicas educativas do concelho definidas em sede do atual Programa de Educação. Para efeitos da referida revisão são enumerados dois objetivos e respetivos indicadores:

Figura 4. Objetivos e indicadores do Programa Educação



Fonte: Elaboração própria, baseado no “Guião de Elaboração da Carta Educativa”, DGEEC, DGESTE, & IGEFE (2021, p. 25)

O GECE (2021) recomenda também a elaboração de um programa de ação que inclua “um cronograma com três variáveis: ação, tempo e custo” (p.25).

Figura 5. Variáveis a incluir no cronograma do programa de ação da CE



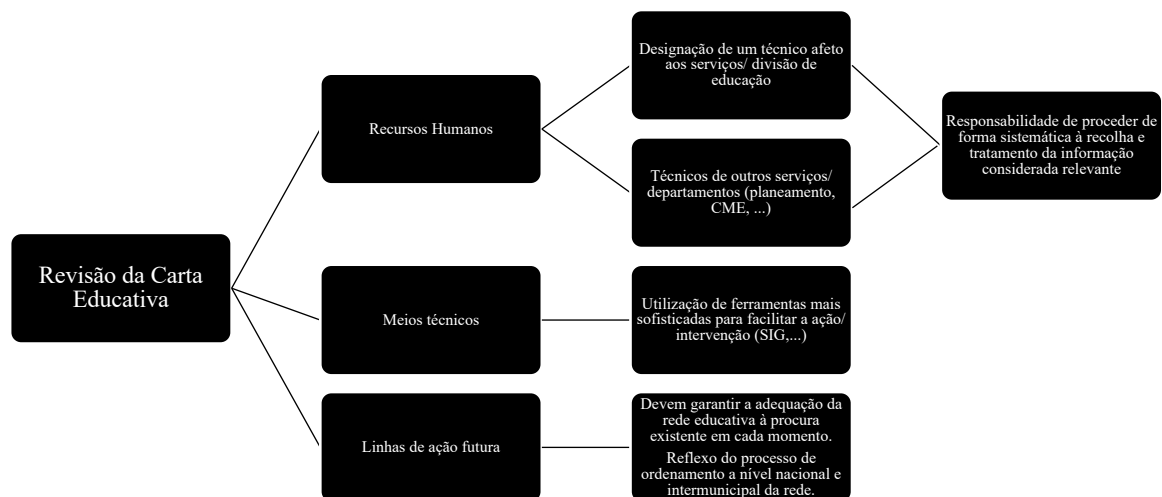
Fonte: Elaboração própria, baseado no “Guião de Elaboração da Carta Educativa”, DGEEC, DGESTE, & IGEFE (2021, p. 25)

O presente guião recomenda também que as considerações finais da CE sejam sistematizadas pelos seguintes objetivos:

- Determinar e avaliar o grau de execução das propostas da Carta Educativa, em face do conjunto de expectativas inicialmente criadas.
- Avaliar a evolução quantitativa da rede educativa do Município e avaliar sobre a sua adequabilidade às necessidades presentes.
- Enquadrar os resultados educativos municipais em função dos objetivos definidos nas metas educativas definidas para o país. (DGEEC, DGESTE & IGEFE, 2021, p. 26)

Finalmente são partilhadas instruções sobre a necessidade de acompanhamento e de avaliação periódica das CE, com revisões obrigatórias sempre que a rede educativa do município não esteja em conformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento. Esta revisão, que pode ser iniciada pelo ME ou pelas Câmaras Municipais, deve “assumir um lugar central nas prioridades autárquicas em matéria de educação” (DGEEC, DGESTE, & IGEFE, 2021, p. 27). A figura que se segue resume as sugestões de monitorização presentes no documento.

Figura 6. Revisão da CE de acordo com GECE



Fonte: Elaboração própria, baseado no “Guião de Elaboração da Carta Educativa”, DGEEC, DGESTE, & IGEFE (2021, p. 27)

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO: METODOLOGIA E RESULTADOS

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

3.1. Problemática, questão da investigação e objetivos

A execução do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, introduzido pelo Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, “redefine as áreas de intervenção e o âmbito de ação e responsabilidade de cada interveniente, assentes nos princípios e regras consagrados na LBSE” (DL 21/2019, preâmbulo), destacando a manutenção da CE como instrumento de planeamento. No caso do concelho de Leiria a descentralização de competências na área da educação concretizou-se a 1 de janeiro de 2021. Concomitantemente, o Município de Leiria encontra-se neste momento a concluir a CE 20-30, carta de segunda geração, sucedânea da CE de 2007.

Na linha de Bogdan & Biklen (1994), que consideram que uma investigação “pode contribuir para tirar conclusões que sejam de crucial importância para a educação ou para a sociedade, em geral” (p.88), consideramos que esta investigação surge em tempo certo, ambicionando contribuir para uma reflexão sobre a CE do concelho de Leiria de 2007 e dessa reflexão sugerir algumas orientações para a CE 20-30.

De acordo com a classificação de Seltitz, Jahoda, Deutch e Cook (1967, in Carmo & Ferreira, 2008) trata-se de um estudo sociográfico ou descritivo, cuja “intenção é descrever rigorosa e claramente um dado objecto de estudo na sua estrutura e no seu funcionamento” (p.49).

Tal como sugerido por Tuckman (2002), a problemática da nossa investigação surge da relação entre duas variáveis e leva à seguinte questão investigativa:

Como é que a Carta Educativa influencia ou condiciona a política educativa local na perspectiva dos gestores educativos locais?

Sendo a “investigação uma tentativa sistemática de atribuição de resposta às questões” (Tuckman, 2002, p. 5), reduzimos a nossa ação a cinco objetivos, que consideramos enquadrados na problemática. São eles:

1. Comparar o conteúdo da CE de 2007 com o do relatório preliminar CE 20-30.
2. Analisar a opinião da autarquia e dos gestores escolares sobre as CE enquanto instrumentos de planeamento local da educação.
3. Perceber níveis de participação dos intervenientes na elaboração das CE.
4. Analisar a maleabilidade da CE face a conjunturas específicas (variação no número de alunos, variação do número de turmas/salas).
5. Refletir sobre a CE enquanto instrumento de planeamento estratégico para a promoção do sucesso escolar.

3.2. Paradigma e Tipo de Estudo

Alferes (1997, in Almeida & Freire, 2008), intentando destacar a exigência do método científico, considera que a investigação ou é científica ou não é investigação. O enquadramento e as opções metodológicas adotadas são, portanto, essenciais para o sucesso da investigação. Considerando que a investigação científica assenta essencialmente em duas abordagens, a qualitativa e a quantitativa, procuramos perceber a que melhor se enquadrava na investigação a que nos propomos.

Os investigadores quantitativos recolhem os factos e estudam a relação entre eles. Realizam medições com a ajuda de técnicas científicas que conduzam a conclusões quantificadas e, se possível, generalizáveis. Os investigadores que adoptam uma perspectiva qualitativa estão mais interessados em compreender as percepções individuais do mundo. Procuram compreensão, em vez de análise estatística. (Bell, 2002, p. 20)

De acordo com a resposta à problemática, e considerando que queremos “compreender” a influência da CE nas políticas educativas locais, enquadrámos a nossa investigação no paradigma qualitativo. Este paradigma é “fundamentado na realidade, orientado para a descoberta, exploratório, expansionista, descritivo e indutivo” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 195). Tal como refere Bogdan & Biklen (1994) os dados recolhidos durante a investigação serão palavras e não números. Por outro lado, Guba e Lincoln (1981 in Tuckman, 2002), consideram que certas características da investigação qualitativa, conferem que “o processo seja credível, apropriado,

consistente, confirmável e neutral” (p. 510). Sustentamo-nos também em Marie-Fabienne Fortin para a eleição de uma abordagem qualitativa:

O investigador que utiliza o método de investigação qualitativa está preocupado com uma compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo. Ele observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los. O objetivo desta abordagem de investigação utilizada para o desenvolvimento do conhecimento é descrever ou interpretar mais do que avaliar. Esta forma de desenvolver o conhecimento demonstra a importância primordial da compreensão do investigador e dos participantes no processo de investigação. (Fortin, 1999, p. 22)

Dado que o contexto do nosso estudo é o concelho de Leiria, o método adotado para a investigação qualitativa que se quer apresentar é o estudo de caso. Este método é particularmente indicado por proporcionar “uma oportunidade para estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspecto de um problema em pouco tempo” (Bell, 2002, p. 22). Já Merriam (1988, in Bogdan & Biklen, 1994) atesta que “o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, e duma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico” (p.89). Por outro lado, Yin (1988, in Carmo & Ferreira, 2008) sugere que esta é a estratégia indicada quando se quer responder a questões de “como” e “porquê”, não existindo por parte do investigador qualquer controlo sobre os acontecimentos, focalizando-se o estudo “na investigação de um fenómeno atual no seu próprio contexto” (p. 234).

Como outras, também esta abordagem comporta alguns problemas sendo a validade externa um deles. Judith Bell (2002) afirma que a generalização não é comumente praticável e que a impossibilidade de voltar a verificar a informação proporciona o perigo de distorção. Consideramos contudo que o contributo para o aumento de conhecimento sobre a realidade do concelho de Leiria, no que às políticas educativas locais diz respeito, sobrepõe-se à eventual impossibilidade de generalização da investigação realizada. Bassey (1981, in Bell, 2002) considera que “o facto de um estudo poder ser relatado é mais importante do que a possibilidade de ser generalizado” e que se os estudos de caso “alargarem os limites do conhecimento existente, podem ser consideradas formas válidas de pesquisa” (p.24).

A validade interna e a fiabilidade do estudo são aspetos que merecem a nossa atenção e que necessitam de ser assegurados, não só nos estudos de caso como em quaisquer outros estudos. Se por um lado a validade interna está relacionada com a necessidade de os resultados garantirem que estes traduzem a realidade estudada, a fiabilidade diz respeito à possibilidade de replicação do estudo (Carmo & Ferreira, 2008).

A validade interna pode ser assegurada de diferentes maneiras: por triangulação — utilizando vários investigadores, várias fontes de dados ou diferentes métodos; verificando se os dados recolhidos estão de acordo com o que os participantes disseram ou fizeram e se a sua interpretação foi correctamente feita; observando o fenómeno em estudo durante um período longo ou realizando observações repetidas do mesmo; discutindo os resultados com outros investigadores; envolvendo os participantes em todas as fases da investigação. A fiabilidade pode ser garantida sobretudo através de uma descrição pormenorizada e rigorosa da forma como o estudo foi realizado, a qual implica, não só uma explicitação dos pressupostos e da teoria subjacentes ao próprio estudo, mas também uma descrição do processo de recolha de dados e da forma como se obtiveram os resultados. (Carmo & Ferreira, 2008, p. 236)

3.3. População do Estudo

A população do estudo compreende os diretores dos agrupamentos escolares de Leiria, a diretora da escola profissional de Leiria, a vereadora da educação da Câmara Municipal de Leiria e a chefe de divisão de Programas Educativos do Município de Leiria.

3.4. Fontes de dados

Tuckman (2002) revela que existem três tipos de fontes de dados utilizadas num processo de estudo de caso:

- 1) Entrevistas a diversas pessoas ou participantes na situação, que estão envolvidas no fenómeno em estudo.
- 2) Documentos tais como atas de encontros, relatos de jornais, autobiografias ou testemunhos.
- 3) Observação dos fenómenos em ação.

O autor considera ainda que:

Um dos processos mais directos para encontrar informação sobre um determinado fenómeno, consiste em formular questões às pessoas que, de algum modo, neles estão envolvidas. As respostas de cada uma das pessoas vão refletir as suas percepções e interesses. Dado que pessoas diferentes têm também diferentes perspectivas, pode emergir assim um quadro razoavelmente representativo da ocorrência ou ausência do fenómeno e, desse modo, propiciar-nos uma base para a sua interpretação. (Tuckman, 2002, p. 517)

A proposta de Tuckman foi justamente adotada na investigação uma vez que foram realizadas entrevistas a pessoas que estão ou estiveram diretamente envolvidas quer na elaboração, quer na aplicação da CE, assim como pessoas com responsabilidades na política educativa local. As entrevistas foram a estratégia dominante para a recolha de dados (Bogdan & Biklen, 1994).

Para complementar a informação recolhida, fizemos análise documental da CE de 2007 e do relatório preliminar da CE de 20-30, uma vez que a carta ainda não está aprovada. A análise documental pode ser definida como “uma operação ou conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior a sua consulta e referência” (Chaumier in Bardin, 2004, p. 40). Por outro lado, Judith Bell (2002) refere que “a maioria dos projetos de ciências da educação exigem a análise documental”, que servem, precisamente, “para complementar a informação obtida por outros métodos” (p.90).

Tendo em conta que a cada Carta Educativa espelha a visão de um determinado território, a análise documental, nomeadamente da CE de 2007 e do relatório preliminar da CE 20-30, forneceu informações pertinentes sobre a visão do município de Leiria, no que às políticas educativas diz respeito.

3.5. O inquérito por entrevista

A decisão de avançarmos com o inquérito por entrevista semiestruturada em detrimento do inquérito por questionário assentou em diversos aspetos. Um deles é sem dúvida o facto de o investigador conhecer pessoalmente, por razões profissionais (exerce as funções de Subdiretor de um AE do concelho), as pessoas que participam no estudo. Assim, não houve necessidade de iniciar a entrevista com conversas banais ou por tópicos que têm apenas como propósito o estabelecimento uma relação entre entrevistador e entrevistado, podendo dar início à entrevista propriamente dita (Bogdan & Biklen, 1994). Não menos importante é o aspeto realçado por Quivy & Campenhoudt (1998) que consideram que ao serem corretamente valorizados e aplicados os processos fundamentais de comunicação e interação humana o investigador retirará das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados (p.192). Outro aspeto que pesou na opção pelo inquérito por entrevista semiestruturada prende-se com o facto de esta poder fornecer informações que uma resposta escrita nunca revelaria, tal como o tom de voz, a expressão facial ou a hesitação, ao mesmo tempo que permite a clarificação e desenvolvimento das respostas (Bell, 2002).

Fortin (1999) afirma que as entrevistas preenchem geralmente três funções: “(1) servir de método exploratório para examinar conceitos; (2) servir de principal instrumento de medida de uma investigação; (3) servir de complemento a outros métodos, tanto para explorar resultados não esperados, como para validar os resultados obtidos com outros métodos ou ainda para ir mais em profundidade” (p. 245-246). No estudo que apresentamos identificamos a segunda função identificada por Fortin. Por fim, concordamos com a autora quando refere que o questionário não permite ir tão em profundidade como a entrevista apesar de permitir um melhor controlo dos enviesamentos (1999, p. 249).

No que diz respeito aos inconvenientes da entrevista, Bell (2002) reconhece que estas consomem tempo e que por isso o número de pessoas a entrevistar dependerá do tempo disponível para o projeto. Por outro lado, a autora considera que a entrevista é uma técnica altamente subjetiva, correndo o risco de se tornar parcial. Por seu lado, Tuckman (2002) sugere a construção de um esquema para a entrevista de modo a maximizar a neutralidade do processo. A dificuldade de codificação e análise dos dados, num processo exigente em termos de tempo e de energia são outros constrangimentos reconhecidos por Fortin (1999).

3.6. Objetivos das entrevistas

De seguida apresentamos os objetivos das entrevistas:

- Identificar a relação dos entrevistados e de outros elementos na elaboração das cartas 1º e 2ª geração.
- Conhecer a opinião dos entrevistados sobre as potencialidades, constrangimentos, pontos fortes e fracos das cartas educativas.
- Refletir sobre as cartas educativas enquanto instrumentos de planeamento estratégico, autonomia, descentralização administrativa e de promoção do sucesso escolar.

3.7. Planeamento das entrevistas

As entrevistas ocorreram no início de 2022.

O primeiro passo para o planeamento da recolha de dados prendeu-se com a escolha da população a entrevistar. Assim, seguimos os conselhos de Fortin ao selecionarmos pessoas “susceptíveis de fornecer dados válidos e completos” e “capazes de testemunhar sobre a sua experiência ou de descrever o que interessa ao investigador” (1999, p.156). Nesta orientação, considerou-se pertinente a participação dos Diretores de AE/ENA que exerciam funções aquando a elaboração da CE de 2007. Dentro do grupo de Diretores a entrevistar, procurou-se alguma diversidade no que diz respeito às características dos AE/ENA representados: a inclusão de um AE TEIP, a localização (urbano vs periferia), a oferta de ensino profissional ou o historial de projetos de autonomia de escola. Com refere Fortin, procurou-se uma base de amostragem não estatística capaz de juntar entre os participantes de um estudo as propriedades concretas de um grupo ou de uma situação (1999, p. 156). Também (Carmo & Ferreira, 2008) consideram que “a escolha dos futuros entrevistados deve ser adequada aos objetivos da pesquisa” e que esta adequação “pode ser personalizada” em situações “em que se procura inquirir um conjunto de informadores qualificados” (p. 150).

Por considerarmos que seria pertinente que o Diretor tivesse de alguma forma testemunhado a elaboração da CE de 2007, os cinco Diretores identificados correspondiam todos a Agrupamentos de Escola. Após ponderação, considerámos avançar com os critérios estabelecidos. Dos Diretores contactados, um não respondeu ao email de apresentação, que especificava o objetivo do estudo e que propunha a realização da entrevista, apesar de, presencialmente numa reunião profissional

com o investigador, em momento pós envio do email, ter afirmado que ia responder ao email. Como será possível comprovar na análise de conteúdo, um dos Diretores que participou nas entrevistas não exercia em 2007 a função de Diretor, mas acompanhou o processo como coordenador TEIP. É de assinalar o caso de outro Diretor, que se aposentou durante a investigação e que, apesar de ter sido convidado a participar antes disso, foi entrevistado um mês após a efetivação da reforma.

Igualmente indispensável seria a participação da Vereadora da Educação, por ser, em última análise, a responsável pelas políticas educativas locais.

A participação da Diretora da Escola Profissional de Leiria foi considerada importante por poder contribuir com uma visão muito particular daquilo que se pretendia investigar.

No decorrer da investigação foi identificada a pertinência da participação da atual Chefe de Divisão de Programas Educativos do Município de Leiria, por se tratar da pessoa que acompanhou a elaboração da CE de 2007 e que é neste momento uma das responsáveis pela elaboração da CE 20-30.

O segundo passo no planeamento das entrevistas recaiu sobre o tipo de entrevista a implementar. Tuckman, Carmo & Ferreira, Bell, Bogdan & Biklen ou Ghiglione & Matalon sugerem vários tipos de entrevista. Essencialmente, o tipo de entrevista depende do nível de estruturação, da dimensão de diretividade da mesma ou do seu grau de formalidade.

Num extremo encontra-se a entrevista completamente formalizada, em que o entrevistador se comporta, tanto como possível como uma máquina. No outro extremo está a entrevista completamente informal cuja forma é determinada por cada entrevistado. Quanto mais standardizada for a entrevista, mais fácil será agregar e quantificar os resultados. Uma entrevista estruturada pode adotar a forma de um questionário ou de uma lista que sejam completados pelo entrevistador e não pelo entrevistado. Se entrevistar pela primeira vez será mais fácil usar um formato estruturado. (Bell, 2002, p. 120)

Por outro lado,

As entrevistas qualitativas variam quanto ao grau de estruturação. Algumas, embora relativamente abertas, centram-se em tópicos determinados ou podem ser guiadas por questões gerais (Merton e Kendall, 1946). Mesmo quando se utiliza um guião, as entrevistas qualitativas oferecem ao entrevistador uma amplitude de temas considerável, que lhe permite levantar uma série de tópicos e oferece ao sujeito a oportunidade de moldar o seu conteúdo. Quando o entrevistador controla o conteúdo de uma forma demasiado rígida, quando o sujeito não consegue contar a sua história em termos pessoais, pelas suas próprias palavras, a entrevista ultrapassa o âmbito qualitativo. (Bogdan & Biklen, 1994, p. 135)

No que diz respeito à dimensão da diretividade, Ghiglione & Matalon (2001) fazem referência a quatro técnicas:

- 1) A entrevista não directiva: o entrevistador propõe um tema e apenas intervém para insitir ou encorajar.
- 2) A entrevista semidirectiva (por vezes chamada clínica ou estruturada): o entrevistador conhece os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista.
- 3) O questionário aberto: a formulação e a ordem das questões são fixas, mas a pessoa pode dar uma resposta tão longa quanto desejar e pode ser incitada por insistência do entrevistador.
- 4) O questionário fechado: a formulação das questões, a sua ordem e a gama de respostas possíveis são previamente fechadas. (Ghiglione & Matalon, 2001, p. 64)

Finalmente, Tuckman (2002, p. 518) apresenta os quatro diferentes tipos de entrevista descritos por Patton (1990): (1) entrevista através de conversa informal; (2) modelo de entrevista-padrão; (3) entrevista estandardizada de final aberto; (4) entrevista fechada ou de resposta fixa.

Considerámos que o tipo de entrevista que melhor servia o propósito da investigação seria a entrevista de final aberto. Patton (1990) refere que neste tipo de entrevista “a formulação exata e a sequência das questões estão antecipadamente determinadas”, que “são feitas a todos os entrevistados as mesmas questões básicas, na mesma ordem” e que “as questões estão redigidas, completamente, em formato de final-fechado” (in Tuckman, 2002, p. 518.). O autor considera que nesta situação a possibilidade de comparação de respostas aumenta porque os entrevistados respondem às mesmas questões. Por outro lado, acrescenta que facilita a organização e análise dos dados. Como factor de fragilidade, Patton considera que “a redação estandardizada pode constranger e limitar a naturalidade e a relevância das questões e respostas” (Patton, 1990, in Tuckman, 2002, p. 518).

Uma vez escolhido o tipo de entrevista procedemos à construção do guião. Para tal, tivemos em consideração as sugestões de Fortin (1999): “definição clara e rigorosa dos objetivos” e “encadeamento das questões de forma adequada ao objetivo da pesquisa” (p. 150). Igualmente convenientes, foram as sugestões de Bell:

Siga as regras estabelecidas para os questionários (não fazer perguntas que influenciem a resposta, que partam de certas premissas, que possam ser ofensivas, etc.). Prepare os tópicos e aponte-os em fichas ou pedaços de papel, de forma a poder decidir a ordem das perguntas, assim que tiver considerado todos os assuntos a abordar. Pense na melhor ordem para colocar as perguntas, pois esta pode ser importante para estabelecer um relacionamento fácil com entrevistado. A forma como colocar as questões será certamente muito importante. Pratique a entrevista e a gestão do tempo para garantir que o seu estilo de entrevista é claro, que apoia a vontade do entrevistado e que lhe permite registar respostas de forma a saber quando a entrevista chegou ao fim. (Bell, 2002, p. 119)

Atendendo às funções das pessoas a entrevistar foram elaborados 4 guiões distintos (Anexo I, p. 3-7):

- Guião da entrevista aos Diretores(as);
- Guião da entrevista à Diretora da Escola Profissional de Leiria;
- Guião da entrevista à Vereadora de Educação;
- Guião da entrevista à Chefe de Divisão de Programas Educativos do Município de Leiria.

Apesar de os guiões partilharem os mesmos objetivos, foram adaptadas, retiradas ou acrescentadas perguntas consoante a funções desempenhadas.

A validação da entrevista à vereadora da educação foi atestada pelo vereador da educação de um município do distrito de Leiria, enquanto que um diretor de um agrupamento de escolas validou o guião da entrevista aplicado aos diretores (Anexo IV, p. 142).

Como foi anteriormente referido, a preparação dos entrevistados (Carmo & Ferreira, 2008) foi diligenciada através de email no qual se explicitava a informação sobre o estudo e os motivos da escolha do entrevistado. O lugar, a data e hora de realização da entrevista foram acordados depois da resposta dos entrevistados. Aqui, tal como sugere Bell (2002), os futuros entrevistados mereceram a nossa consideração, e todos os que acederam a ser entrevistados estipularam o local, a data e a hora independentemente da disponibilidade e dos planos do investigador. As entrevistas foram marcadas em dias diferentes, à exceção de duas que ocorreram no mesmo dia mas em períodos diferentes, uma de manhã e outra de tarde.

A questão inicial da entrevista foi preparada com o objetivo de “aquecer o ambiente relacional”, recorrendo a uma “pergunta de aquecimento” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 151) e dizia respeito à carreira do entrevistado. O facto de o investigador conhecer todos os entrevistados (à exceção de um) criou condições favoráveis para encontrar o equilíbrio sugerido por Bell (2002), entre a objetividade total e a tentativa de colocar o entrevistado à vontade.

Por fim, tivemos em consideração as palavras de Bogdan & Biklen:

As boas entrevistas caracterizam-se pelo facto de os sujeitos estarem à vontade e falarem livremente sobre os seus pontos de vista (para uma discussão compreensiva, ver Biggs, 1986). As boas entrevistas produzem uma riqueza de dados recheados de palavras que revelam as perspectivas dos respondentes não existem regras que se possam aplicar

constantemente a todas as situações de entrevista, embora possam ser feitas algumas afirmações gerais. O que se revela mais importante é a necessidade de ouvir cuidadosamente. Oiça o que as pessoas dizem. Encare cada palavra como se ela fosse potencialmente desvendar o mistério que é o modo de cada sujeito olhar para o mundo. (Bogdan & Biklen, 1994, p. 136)

3.8. Análise de conteúdo

Em investigação social, o método das entrevistas está sempre associada a um método de análise de conteúdo. Durante as entrevistas trata-se, de facto, de fazer aparecer o máximo possível de elementos de informação e de reflexão, que servirão de materiais para uma análise sistemática de conteúdo que corresponda, por seu lado, às exigências de explicitação, de estabilidade e de intersubjetividade dos processos. (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 195)

Esta indissociação entre o método das entrevistas e o método de análise levou-nos a ponderar e projetar o uso do gravador durante as entrevistas. Esta decisão prendeu-se essencialmente com o facto de as entrevistas serem a principal fonte de dados da investigação. Contudo existem algumas considerações especiais relativamente à utilização de um gravador. Perguntar aos entrevistados se se importam ou se aceitam a gravação, são alguns dos cuidados apontados por Bogdan & Biklen (1994), e que foram tidos em consideração.

Por se tratarem dos principais “dados”, a transcrição das entrevistas foi um processo minucioso e demorado. Bell (2002) menciona que para um trabalho de cerca de dez horas para cada hora gravada. Julgamos que não ficámos longe deste valor, já que o tempo médio das entrevistas foi de 55 minutos.

Carmo & Ferreira (2008) avançam algumas definições para a análise de conteúdo:

Uma técnica de investigação que permite fazer uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objetivo a sua interpretação. (Berelson (1952, 1968, in Carmo & Ferreira, 2008, p. 269)

Uma técnica que permite fazer inferências, identificando objectiva e sistematicamente as características específicas da mensagem. (Stone, 1966, in Carmo & Ferreira, 2008, p. 269)

Contudo, Bardin destaca a importância do aspeto inferencial da análise de conteúdo, dado que a “Análise de Conteúdo não deve ser utilizada apenas para se proceder a uma descrição do conteúdo das mensagens”, uma vez que o seu objetivo “é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente de recepção), com a ajuda de indicadores (quantitativos ou não)” (Bardin, 1977, in Carmo & Ferreira, 2008, p. 269-270).

Assim, o tratamento de dados foi realizado com recurso à técnica de análise de conteúdo sugerida por Bardin (2004), suplementada com as recomendações de Bogdan & Biklen (1994).

3.9. Leitura e análise dos dados

As entrevistas revelaram-se de uma grandíssima riqueza. A “conversa intencional” marcou a generalidade das entrevistas. À semelhança do que foi referido aquando do contacto com os futuros entrevistados, foi notório que os entrevistados sabiam que o investigador conhecia o que mencionavam ou aquilo a que se referiam, que falavam a mesma língua, portanto. A entrevista que poderá escapar a esta generalidade terá sido a entrevista à Diretora da EPL, pela especificidade da temática, como poderá ser comprovado pela transcrição em anexo.

Apresentam-se de seguida os códigos atribuídos aos Diretores entrevistados utilizados na análise das entrevistas e uma breve descrição dos AE:

Quadro 7. Codificação dos Diretores(as) de AE / caracterização dos AE

Código	Características do Agrupamento de Escolas							
	Pré-Escolar	1.ºCEB	2.º/3.ºCEB	Ensino Secundário	Ensino Profissional	Periferia do concelho	Zona Urbana	Historial de Autonomia de Escola
D. TEIP	•	•	•				•	•
D. B	•	•	•	•		•		•
D. C	•	•	•			•		•
D. D	•	•	•	•	•	•		•

No caso dos restantes entrevistados não foi necessário recorrer à codificação pelo que se utilizará a terminologia presente na Listagem de abreviaturas, siglas e acrónimos.

Por vezes, os entrevistados acrescentaram informação que considerámos pertinente, como é o caso do plano de transporte escolar, que apesar de não estar explícito nas questões realizadas na generalidade dos guiões, acabou por fazer parte da última entrevista realizada, à Chefe de Divisão de Programas Educativos do Município de Leiria.

O quadro que se segue apresenta as categorias e subcategorias aplicadas na análise de conteúdo.

Quadro 8. Categorização das entrevistas

	Categorias	Subcategorias
Influência da CE na política educativa local	I – Participação na elaboração das CE	1 – Participação na CE de 2007
		2 – Nível de participação dos AE /ENA/EP na elaboração das CE
		3 – Envolvimento dos pais e encarregados de educação na elaboração das CE
		4 – Dinâmicas da autarquia e interesses da comunidade
	II – Maleabilidade da CE às circunstâncias	5 – Maleabilidade das CE ao longo do tempo
		6 – Alterações no número de turmas/salas durante a vigência da CE de 2007
		7 – A lotação das escolas do concelho: a CE como documento orientador num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico
	III – Relação entre a CE e a promoção do sucesso escolar	8 – Potencialidades e limitações da CE
		9 – Relação entre a CE de 2007 e a promoção do Sucesso Escolar
	IV – Identificação das necessidades formativas do concelho	10 – Melhoria dos níveis de equidade entre as condições dos alunos, decorrente da CE de 2007
		11 – Melhoria do parque escolar, decorrente da CE de 2007
	V – A CE do ponto de vista dos intervenientes	12 – Identificação e gestão das ofertas formativas previstas na CE de 2007
		13 – Oferta de ensino profissionalizante
		14 – Relação entre a CE e a Autonomia das escolas
	VI – Operacionalização da CE	15 – CE: ferramenta de descentralização ou de municipalização
		16 – Mais-valias da CE
		17 – Monitorização da CE
		18 – Orientações para a elaboração da CE 20-30
		19 – Plano de transporte escolar
		20 – Ponto de situação da CE 20-30

CAPITULO IV – O CONCELHO EM ESTUDO-LEIRIA

4.1. Características geográficas e demográficas

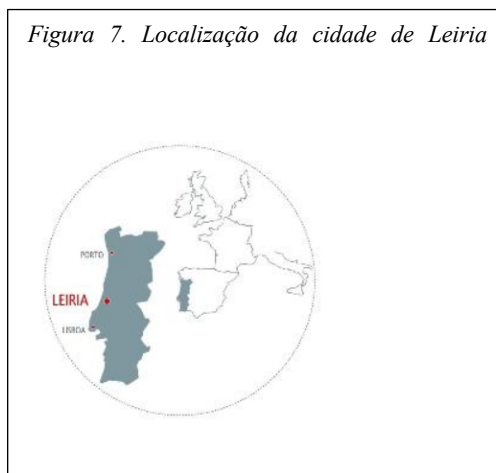
Situado na região centro (NUT II), no Pinhal Litoral (NUTIII), a cidade de Leiria é sede de concelho e capital de distrito. O distrito de Leiria faz fronteira a norte com o de Coimbra, a sul com o de Lisboa, leste com os de Castelo Branco e Santarém, e a oeste com o oceano Atlântico. O concelho de Leiria abrange uma área de aproximadamente 565 km² e é delimitado a nascente pelo concelho de Ourém, a norte pelo concelho de Pombal, a Poente pelo oceano Atlântico e a sul pelos concelhos da Batalha e Porto de Mós (PDM – TOMO I, 2014).

Administrativamente, o concelho de Leiria é composto por 18 freguesias⁹. As principais atividades económicas do concelho são o comércio, a agropecuária, indústrias de cerâmica, plásticos, moldes e cimento.

O Plano Diretor Municipal(PDM)(2014) refere que desde os anos 70 que o concelho tem tido uma evolução populacional positiva, cuja forte dinâmica demográfica atrai pessoas e investimentos, que afetam a realidade local ao nível económico e social (p. 10-11). O movimento migratório iniciado em pequena escala nos anos 90 prolongou-se até hoje em larga escala, evoluindo para um movimento migracional muito forte (PDM, 2014).

Na base de dados PORDATA é possível verificar que o concelho de Leiria conta com mais de 128 mil habitantes, dos quais 13,2% são população jovem (0-14 anos). As freguesias que envolvem a Zona Urbana de Leiria são as que apresentam maior ocupação populacional, contrastando com a área norte da cidade, que apesar de autónoma apresenta sinais de ruralidade e menor ocupação populacional.

Figura 7. Localização da cidade de Leiria



⁹ Freguesias de Amor, Arrabal, Bajouca, Bidoeira de Cima, Caranguejeira, Coimbrão, Maceira, Milagres, Regueira de Pontes, União das Freguesias de Colmeias e Memória, União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, União das Freguesias de Marrazes e Barosa, União das Freguesias de Monte Real e Carvide, União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, União de Freguesias de Parceiros e Azoia, União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça, União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista, União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa.

No ano letivo 2020/2021 o concelho contava com 26 552 alunos e estudantes, com a seguinte distribuição:

Quadro 10. Número de Alunos no ano Letivo – 2020/2021

Nível de Ensino N.º Alunos	Pré-Escolar	1.ºCEB	2.ºCEB	3.ºCEB	Secundário	Profissional	Superior	Total
Total Alunos Rede Pública	1.928	4.060	1.856	3.135	2.436	706	8 791	22.912
Total Alunos Rede Privada	1.255	585	553	877	12	358	0	3.640
Total	3.183	4.645	2.409	4.012	2.448	1.064	8 791	26.552

Fonte: Câmara Municipal de Leiria (site oficial, 2022)

A rede de estabelecimentos públicos é composta por oito AE e duas EA¹¹, num total de 138 estabelecimentos de ensino. A distribuição dos estabelecimentos de ensino pelos agrupamentos é a seguinte:

Quadro 11. Distribuição dos estabelecimentos por Agrupamentos de Escola

Agrupamento de Escola	EB2,3	Jardim de infância	Escola Básica do 1.º CEB
Caranguejeira – Santa Catarina da Serra	EB Dr. Correia Alexandre (sede) EB Santa Catarina da Serra	EB Vale Sumo (JI) JI Santa Eufémia JI Caldelas JI Caranguejeira JI Souto do Meio EB Palmeiria (JI) JI Loureira JI Magueigia JI Santa Catarina da Serra	EB Caranguejeira EB Palmeiria EB Chainça EB Santa Catarina Serra EB Caxieira EB Souto de Cima EB Vale Sumo
Colmeias	EB Colmeias (sede)	JI Bidoeira de Cima JI Boavista JI Bouça EB Agodim (JI) JI Mata JI Milagres JI Colmeias	EB Bidoeira de Cima EB Bouça EB Colmeias EB Machados EB Mata EB Milagres EB Agodim
D. Dinis	EB D. Dinis (sede)	EB Barosa (JI) EB Guimarota (JI) JI Capuchos	EB Amarela EB Arrabalde EB Barosa EB Branca EB Capuchos EB Guimarota
Domingos Sequeira	ES Domingos Sequeira (sede) EB José Saraiva	JI Azoia JI Barreira JI Cortes JI Parceiros JI Pernelhas	EB Cruz D'Areia EB Parceiros (CE) EB Reixida EB Azoia EB Barreira (CE)

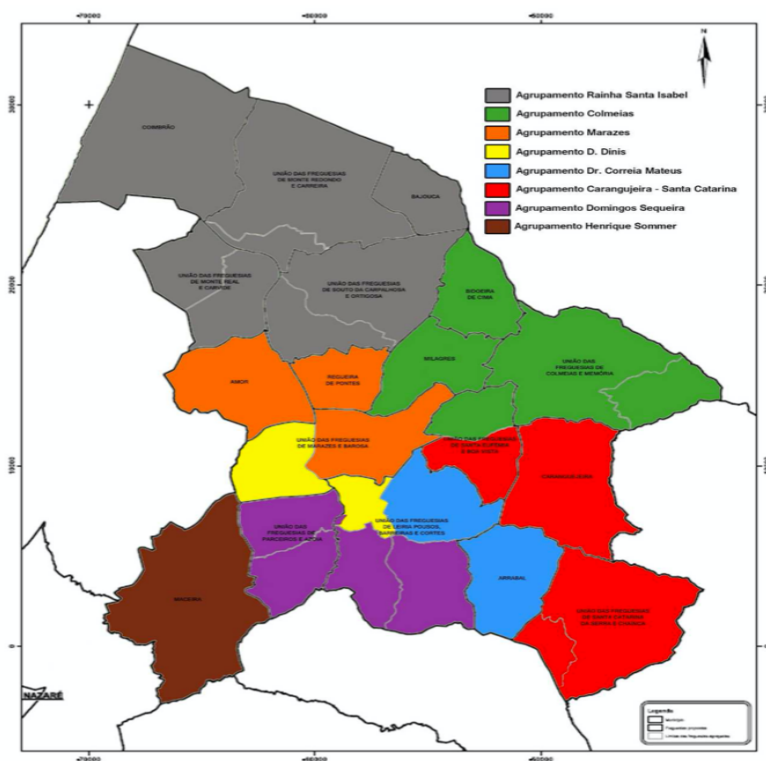
¹¹ Escola Secundária de Francisco Rodrigues Lobo e Escola Secundária Afonso Lopes Vieira.

		JI Telheiro EB Cruz D'Areia (JI) JI Reixida	
Dr. Correia Mateus	EB Dr. Correia Mateus (sede)	EB Andrinos (JI) EB Dr. Correia Mateus (JI) EB Vidigal (JI) JI Soutocico JI Campo Amarelo JI Pousos	EB Arrabal EB Andrinos EB Courelas EB Dr. Correia Mateus EB Touria EB Vidigal
Henrique Sommer	EB/Sec. Henrique Sommer	EB Costas (JI) EB Maceira (JI) JI A-do-Barbas JI A-dos-Pretos JI Cavalinhos JI Maceirinha JI Pocariça JI Porto do Carro	EB A-dos-Pretos EB Cavalinhos EB Costas EB Maceira (CE) EB Porto do Carro
Rainha Santa Isabel	EB Rainha Santa Isabel	EB Carreira (JI) EB Coimbraõ (JI) EB Moita da Roda (JI) EB Monte Redondo (CE) JI Bajouca JI Monte Real JI Outeiro da Fonte JI Riba D' Aves JI Ruivaqueira JI Vale da Pedra EB Souto da Carpalhosa (JI)	EB Bajouca EB Coimbraõ EB Carvide EB Monte Real EB Outeiro da Fonte EB Serra Porto de Urso EB Carreira EB Monte Redondo (CE) EB Lameira EB Moita da Roda EB Ortigosa EB Souto da Carpalhosa EB Vale da Pedra

Fonte: Projeto Educativo Municipal – Leiria Concelho Educador, 2013/2017

A Figura 9. Representa a distribuição dos agrupamentos pelo território.

Figura 9. Distribuição dos Agrupamentos de Escola no Concelho de Leiria



CAPÍTULO V – EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS LOCAIS E AS CARTAS DA 1.^a E 2.^a GERAÇÃO DO CONCELHO DE LEIRIA

5.1. Políticas Educativas Locais

De acordo com as palavras de Graça & Silva¹² (2015), o Município de Leiria desde cedo assumiu as suas responsabilidades no que à educação diz respeito:

Em termos de política educativa, há cerca de 25 anos que o município de Leiria caminha no sentido de agir para dar resposta às necessidades locais do território e da comunidade, quer ao nível de reorganização da rede escolar, quer também no que diz respeito à componente pedagógica, operando a transição de uma conceção político-administrativa da educação para uma gestão de proximidade planeada do ponto de vista técnico e científico, integradora das mudanças sociais. (Graça & Silva, 2015, p. 69)

Este “caminho” teve início com a elaboração da primeira Carta Escolar, em 1990, que, de acordo com Graça & Silva, foi “um documento pioneiro no contexto nacional, integrando os primeiros estudos realizados no nosso país conducentes à cartografia educativa dos municípios portugueses” (2015, p.70). Com base no artigo dos autores Graça & Silva analisaremos a evolução das políticas educativas no concelho.

Quadro 12. Evolução das Políticas Educativas no Concelho de Leiria

Evolução das Políticas Educativas no Concelho de Leiria	
Data	Documentos/ Iniciativas
Década de 1990	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração da Carta Escolar (1990);• Constituição do 1.º Conselho Municipal de Educação (1990);• Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-Escolar;

¹² Em 2015, Anabela Graça desempenhava as funções de vereadora da educação na Câmara Municipal de Leiria, cargo que atualmente continua a desempenhar, acumulando a vice-presidência do município. José Manuel Silva desempenhava, em 2015, as funções de Presidente da Assembleia Municipal.

	<ul style="list-style-type: none"> • Componente de Apoio à Família (iniciativa municipal); • Programas de Refeições para o 1.ºCEB e Apoio aos Tempos Livres – 1.ºCEB; • Génese de “Leiria Concelho Educador”; • Criação de um Gabinete de Animação Pedagógica – desenvolvimento das primeiras atividades de <i>Animação Pedagógica</i> (recursos culturais e científicos para professores) e de Educação Ambiental; • Aproximação das escolas à comunidade através da organização de ateliers e exposições; • Criação do Sistema de atribuição de bolsas de estudo para frequência do ensino superior;
Década de 2000	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Agenda de Informação Pedagógica • Reestruturação do Conselho Municipal de Educação de acordo com a Lei n.º 7/2003(2003); • Construção da Carta Educativa (2005) – homologada pelo ME em 2007; • Integração de Leiria na Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (2005); • Desenvolvimento de diversos projetos: “Educação Ambiental”, “Educação para a Cidadania” (Assembleia de Pequenos Deputados), “Educação pela Arte” (Festival de Teatro Juvenil);
Década de 2010	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e aprovação do Projeto Educativo Municipal – Leiria Concelho Educador (2013/2017 e 2018/2021); • Monitorização e adenda à Carta Educativa (2010); • Elaboração dos estudos “<i>Ensino com Vertente Profissionalizante – o que temos e o que queremos</i>”; “<i>Educação Especial no Concelho de Leiria</i>”; • Elaboração do Cronograma de ações para elaboração da Carta Educativa de Leiria 2017/2027 (2016); • Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Região de Leiria – 1.ª fase (iniciado em 2017/2018 – iniciativa da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria);
Década de 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da maioria dos projetos e desenvolvimento de novos projetos e serviços educativos; • Apresentação do diagnóstico preliminar da Carta Educativa 2020/2030; • Concretização da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação; • Assinatura do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Município de Leiria nos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias, no domínio da Educação; • Assinatura de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Município de Leiria nas Juntas de Freguesia, no domínio da Educação; • Manutenção do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Região de Leiria – 2.ª fase – 2020/2022;

Fontes: Elaboração própria, baseado em Graça & Silva (2015) e site da CML (2022) – atas do Conselho Municipal de Educação.

Pela análise do quadro anterior é possível perceber que o Município de Leiria desde cedo que intervém na Educação, para além das competências definidas pelos normativos legais, numa perspetiva de aproximação e desenvolvimento locais (Graça & Silva, 2015).

Poderemos concluir que, no Município de Leiria nos últimos 25 anos, pensar Educação é definir claramente a relação existente entre espaços e funções educativas e sociais, articulando recursos, criando parcerias e definindo áreas de concentração educativa devendo basear-se numa estratégia planeada e estruturada, procurando a obtenção de resultados mais assertivos face às necessidades e potencialidades locais. (Graça & Silva, 2015, p. 73)

Graça & Silva(2015) consideram ainda que foram estreitados “laços entre a escola e a comunidade” e definida uma “estratégia de política educativa” que tem vindo a “contribuir para a qualidade da educação e formação ao longo da vida, valorizando a inclusão, a cooperação e o empreendedorismo, promovendo o desenvolvimento do Concelho de Leiria” (Graça & Silva, 2015, p. 74).

5.2. Análise da CE de 2007 e do Relatório Preliminar da CE 20 30

5.2.1. A Carta Educativa de Leiria de 2007

A CE de Leiria, ratificada pela Assembleia Municipal a 20 de março de 2007 e homologada pelo ME em 29 de maio de 2007, foi elaborada por uma empresa especializada em arquitetura, planeamento e engenharia em colaboração com o município de Leiria, nomeadamente com a Divisão de Gestão e Planeamento Educativo , contando com o apoio da Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE).Assim, a CE de 2007 é composta por dois documentos: o diagnóstico prospetivo e a proposta de reordenamento da rede educativa.

Relativamente ao diagnóstico prospetivo,

O objectivo principal do presente projecto (reordenamento da rede escolar) poder-se-á subdividir em dois grandes vectores: a reconfiguração e a programação. A reconfiguração consiste na adequação da rede escolar para que os objectivos da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)⁵ sejam cumpridos. Com efeito, a LBSE ressalta a necessidade de se proceder à reconfiguração da rede escolar visando a integração da Educação Pré-Escolar e dos três ciclos de Ensino Básico (Ensino obrigatório). A programação é a compatibilização da oferta/procura de equipamentos de Educação (Educação Pré-Escolar) e Ensino (Ensino Básico e Secundário) existentes e planeados, com a realidade projectada, num horizonte temporal previamente definido, (no presente estudo o horizonte temporal escolhido foi de 10 anos – ano lectivo 2014/2015). (CE de Leiria, 2007, p.12)

O documento continua com a apresentação da metodologia e do plano de trabalho, as fontes de informação, enquadramento legal, conceitos e nomenclaturas, caracterização socioeconómica, breve resumo da organização do sistema educativo, terminando com a análise do sistema educativo da alta estremadura.

Através de uma breve análise ao diagnóstico prospetivo concluímos que se trata de um documento-tipo na medida em que o estudo é feito a nível intermunicipal (Alvaiázere, Ansião, Batalha, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós), realçando-se a realidade do concelho de Leiria nos quadros e gráficos apresentados. Notamos ainda que muitos dados têm como fonte a AMAE, datam de agosto de 2004, três anos antes da homologação da CE. Na generalidade dos dados apresentados, e tanto na rede pública como na privada, o concelho de Leiria é aquele que apresenta maior número de alunos a frequentar os diversos níveis de ensino, maior evolução do número de alunos ou taxas de variação do número de alunos positivas. A exceção está na rede privada do ensino secundário.

Respeitante à proposta de reordenamento de rede, é possível perceber pela nota de abertura, que se trata de um documento à escala municipal. Este documento é composto por:

- Diagnóstico sintético da situação do concelho quer a nível socio-económico quer a nível educativo (a informações referentes à rede educativa incluem a rede pública e rede não pública);
- Taxas de cobertura e escolarização;
- Enquadramento teórico – princípios a que as propostas apresentadas obedecem;
- Apresentação das propostas de intervenção na rede educativa;
- Notas referentes ao processo de monitorização do projecto. (CE de Leiria, 2007, p.8)

Não sendo nosso objetivo a análise profunda do documento, destacamos o seguinte:

Tal como no 2.º e 3.º ciclos do Ensino básico na Cidade de Leiria, o Ensino Secundário possui uma situação desequilibrada. A procura estimada é superior à oferta, o que origina que tenhamos de estar atentos às novas orientações para o Ensino Secundário, no processo de monitorização, embora este nível de ensino não seja da competência directa do

município, é um actor-chave da política educativa local. (CE de Leiria - PRRE, 2007, p.126)

No dia de hoje, podemos atestar que a previsão estava correta e que a procura excede em muito a oferta existente, sendo a lotação das escolas de 2.º/3.º CEB, da malha urbana de Leiria, um dos maiores desafios para o executivo autárquico.

Também importa salientar as conclusões referentes ao Ensino Profissional:

- 1) O ensino profissional é um factor de desenvolvimento económico e social, que no caso de Leiria, se traduz numa oferta muito diminuta face à procura, quer ao nível dos candidatos a alunos, quer ao nível da satisfação da forte procura pelas empresas.
- 2) As instalações provisórias onde funciona a EPL não respondem às necessidades quantitativas e qualitativas, dificultando o desenvolvimento das actividades.
- 3) Leiria já possui, ao nível do ensino superior, um Instituto Politécnico, também ele vocacionado para o saber-fazer, pelo que falta uma escola, de nível intermédio, com capacidade suficiente para responder aos jovens candidatos e ao mercado de trabalho.

(CE de Leiria - PRRE, 2007, p.130)

No que diz respeito à monitorização, o documento indica que este deve “ser encarado como um processo inacabado que deverá evoluir em constante adequação com a realidade identificada” pelo que a CE “deve prever um adequado processo de monitorização e avaliação por forma a que se estabeleçam as necessárias reorientações de acordo com as novas dinâmicas do território e do sistema educativo” (CE de Leiria - PRRE, 2007, p. 139).

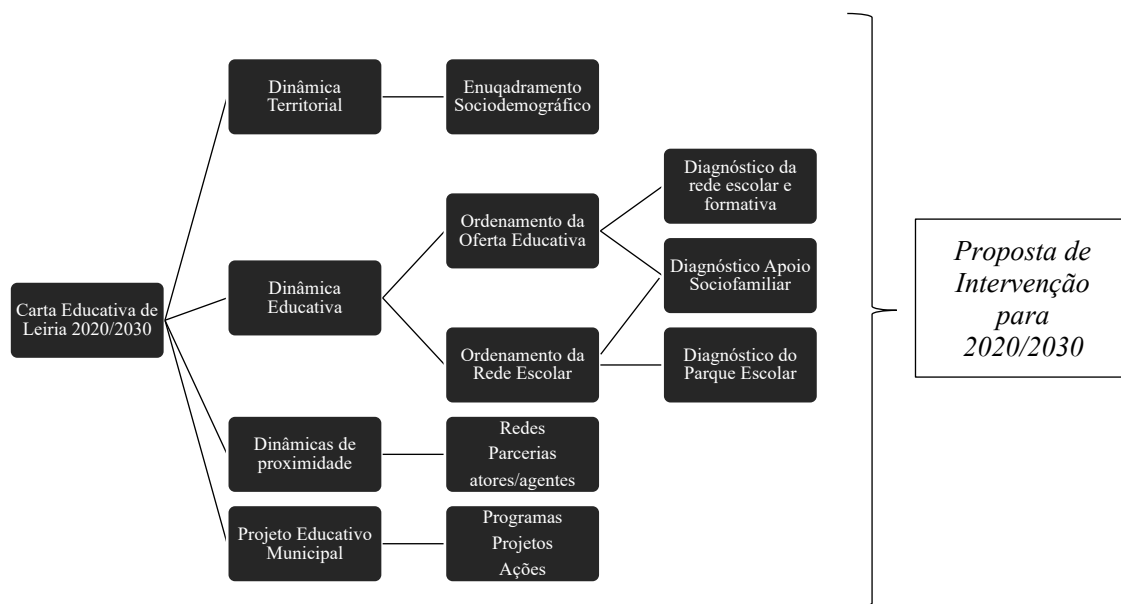
Finalmente, nas considerações finais, podemos encontrar referência aos transportes escolares, que, apesar de não ter sido objeto de estudo, aconselha a que a oferta de transporte escolar se adapte à rede proposta e não o contrário. Encontramos ainda a recomendação de um estudo pormenorizado sugerindo “o envolvimento vários responsáveis autárquicos, incluindo freguesias, e até a colaboração da ESTG” (CE de Leiria - PRRE, 2007, p.141).

5.2.2. Carta Educativa de Leiria 2020-2030 – Relatório Preliminar

Ao contrário do que aconteceu na primeira CE, o município chamou a si a responsabilidade de construção da CE de 2.^a geração do concelho de Leiria. Apesar de, neste momento, apenas o relatório preliminar da CE 20 30 ser do domínio público, podemos registar esta primeira grande diferença entre as duas CE.

Com horizonte temporal até 2030, a nova CE “assume como principal missão garantir no concelho de Leiria, nas suas 18 freguesias e uniões de freguesias, uma educação cujos pilares assentam na QUALIDADE, SUCESSO E EQUIDADE” (CE de Leiria 20 30, RP, 2020, p.12). No que diz respeito ao modelo de análise da CE 20- 30, podemos verificar que existe uma preocupação de articulação com as diferentes dinâmicas do território e com o Projeto Educativo Municipal. De acordo com o documento, além das alterações económicas, sociais ou demográficas, esta necessidade decorre do processo de descentralização no âmbito da educação.

Figura 10. Modelo de análise da CE



Fonte: CE de Leiria 20 30 – Relatório Preliminar, 2020, p.14.

O documento esclarece ainda que o Projeto Educativo Municipal (PEM) traduz a orientação estratégica da comunidade leiriense, complementando as ofertas educativas e pedagógicas junto das escolas, pelo que está integrado no documento.

Outro ponto de interesse do documento é “a avaliação da implementação do programa de intervenção da CE aprovada em 2007”. Neste, é possível ler que os projetos estruturantes da CE de 2007 tiveram por base dois problemas fundamentais: o desdobramento de horários e a dispersão de escolas com reduzida população escolar e elevado número de escolas de lugar único. Por outro lado os projetos estruturantes distribuíram-se por três grandes áreas de intervenção:

- Construção de Centros Educativos, EB 1, 2, 3 implementação do ensino Profissional
- Ampliação de equipamentos existentes;
- Requalificação de equipamentos existentes para conversão noutra nível de ensino ou melhoria de condições. (CE de Leiria 20 30, RP, 2020, p.22)

Das 107 medidas previstas na CE de 2007 foram executadas 26, tendo sido aplicadas outras 147 medidas “que resultaram do processo de monitorização” (p.27). De acordo com o relatório preliminar, durante a vigência da CE de 2007 foram ainda “implementados outros projetos decorrentes de decisões posteriores, inseridas em três documentos estruturantes do reordenamento da rede escolar” (p.27), a saber:

- Adenda à Carta Educativa, aprovada pela Câmara Municipal em 02/11/2010 (Adenda 2010);
 - Projeto Educativo Municipal 2013/2017 (PEM);
 - Programa Municipal de Reabilitação da Rede Escolar por Freguesia - 2015 (PMRRE).
- (CE de leiria 20 30, RP, p. 27)

O documento clarifica que a Adenda 2010 “reestruturou as áreas de intervenção na rede educativa, dando maior ênfase à construção de novos estabelecimentos para o pré-escolar e 1.º ciclo” (p.28), enquanto que o PEM 2013/2017 e o PMRRE 2015 “redefiniram as prioridades dos projetos introduzidos pela Adenda 2010” (p.29).

É de salientar que o diagnóstico do sistema educativo apresentado integra pontos como a inclusão e multiculturalidade do concelho e os resultados escolares. É ainda integrado no documento o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), com a caracterização das atividades de intervenção e da equipa multidisciplinar.

O presente relatório expõe as diferenças de população escolar existente entre os territórios da periferia do concelho e os territórios pertencentes à malha urbana. Assim, no caso do 1.ºCEB, a reduzida população escolar não permite o fim das denominadas “turmas mistas” nas freguesias da

periferia enquanto que existe uma “sobrelotação das escolas da cidade”, com “elevada procura e concentração de alunos em todos os ciclos” (p. 200).

São também descritas no documento as condições da delegação, por parte do município, das competências de reparação e manutenção dos estabelecimentos do Pré-Escolar e do 1.ºCEB, concretizada através dos Acordos de Execução nas Juntas de Freguesia.

As dinâmicas de proximidade incluem a conceção e planeamento do sistema educativo a nível local, com descrições mais ou menos detalhadas do CME, da Representação do Município nos Conselhos Gerais das Escolas e Agrupamentos de Escolas ou da rede local de parceiros.

Registamos ainda o facto de a caracterização efetuada se apresentar traduzida numa análise SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats – (Figura 11.). Pretende-se que esteja seja o ponto de partida para a construção da estratégia para a Educação no concelho de Leiria até 2030.

Figura 11. Matriz SWOT - Educação do Concelho de Leiria - 2020

<p>Forças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resultados escolares concelhios • Elevada taxa de sucesso escolar • Por qualificação e modernização do parque escolar(Pré-Escolar e 1.ºCEB) • Oferta educativa diversificada • Práticas de Educação Inclusiva • Centros de Apoio à Aprendizagem • Práticas de Ensino Bilingue para alunos surdos • Equipa Multidisciplinar • Rede de Bibliotecas Escolares • Generalização da escola a tempo inteiro • Oferta desportiva e cultural concelhia • Unidade de Apoio ao Alto Rendimento -UAARE • Ensino Artístico (conservatórios de música e dança) • Oferta ao nível do ensino superior • Internacionalização das escolas (projetos europeus e outros) • Existência de 46 associações de pais e encarregados de educação • Articulação entre escolas agrupamentos colégios e município • Conselho Municipal de Educação • Consolidada rede de parceiros externos • Modelo de comunicação entre parceiros educativos • Dinâmicas de gestão em rede e trabalho de proximidade • Estratégia Municipal na área da educação: PEM 2013/17 e 2018/21 	<p>Fraquezas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resultados escolares: disparidade entre a avaliação interna e a externa • Insuficiente articulação horizontal e vertical • Reduzido envolvimento/ capacitação das famílias no acompanhamento escolar dos alunos • Falta de recursos humanos - assistentes operacionais • Assimetrias ao nível da qualidade dos equipamentos educativos • Rede de transportes escolares deficitária • Apoio pouco concertado ao nível de orientação vocacional, escolar e profissional • Falta de respostas para os indivíduos entre os 18 e os 23 anos de idade, que não concluíram o ensino secundário • Desatualização da carta educativa de 2007 • Falta de oferta social relativamente a creche e infantário da rede pública/ solidária • Resposta deficitária de apoios educativos • Sobrelotação das escolas da cidade em todos os níveis de escolaridade • Existência de escolas com reduzida frequência escolar em zonas rurais e periurbanas • Parque escolar do 2.º/3.º CEB e Secundário em mau estado de conservação • Falta de clarificação das zonas de influência das escolas • Rede digital e recursos informáticos deficitários
<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Localização estratégica do concelho • Dinâmica do tecido empresarial • Dinâmica da população residente • Aumento da escolarização da população • Diversidade de respostas sociais • Promoção da inclusão de jovens em risco • Promoção da formação do pessoal docente e não docente • Oferta diversificada de cursos de ensino profissional • Parcerias entre entidades ligadas à formação profissional e ao emprego • Constituição da rede concelhia do Programa Qualifica • Diversidade/qualidade de cursos de Ensino Superior • Instituições na área da saúde com programas de apoio às crianças e jovens • Colaboração entre as associações de pais e encarregados de educação e o município • Trabalho articulado entre a autarquia e as escolas/agrupamentos/colégios • Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar -PIICIE • Candidatura de Leiria a capital Europeia da cultura • Pandemia - diversificação de metodologias educativas 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alterações legislativas • Eventual cancelamento dos programas comunitários de apoio às equipas multidisciplinares • Que para cidade do município manter e alargar a intervenção das equipas multidisciplinares • Dificuldades na obtenção de financiamento • Insuficiência de recursos humanos • Insuficiência de formação para a inovação • Baixo alinhamento entre a oferta formativa e o mercado de trabalho regional • Envelhecimento da população docente e não docente • Resistência à mudança • Crise socioeconómica resultante da pandemia • Pandemia - implicações organizativas e metodológicas das escolas

Fonte: CE de Leiria 20 30 – Relatório Preliminar, 2020, p.264/265.

Finalmente o documento apresenta os objetivos da CE que terão como preocupação central a eliminação da sobrelotação das escolas da malha urbana (objetivo 1), a requalificação, manutenção e modernização dos edifícios, mobiliários e equipamentos (objetivo 2) e a promoção do sucesso e qualidade educativa, apoios às famílias e ajuste de transportes escolares (objetivo 3).

Pela sucinta análise dos documentos, CE de 2007 e Relatório Preliminar da CE 20 30, arriscamos afirmar que a CE 20 30 terá uma abordagem diferente do documento elaborado em 2007. A primeira razão estará relacionada com o facto de o município ter chamado a si a responsabilidade do documento. Estando a coordenação do processo de construção da CE sob a responsabilidade da vereação da educação, a equipa constituída por técnicos de diferentes divisões poderá contribuir para um melhor know-how sobre o território. A segunda razão está relacionada com a integração do PEM na CE, conferindo ao documento uma ligação efetiva às políticas educativas locais e ao planeamento estratégico.

CAPITULO VI – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E COMENTÁRIO DOS DADOS RECOLHIDOS NAS ENTREVISTAS

Antes de avançarmos para a análise dos dados recolhidos nas entrevistas, importa referir que estas tiveram como referência a CE de 2007. Não obstante, foi possível recolher opiniões daquilo que a nova CE, a CE 20-30, deverá integrar.

I.1 – Participação na CE de 2007

Todos os Diretores entrevistados participaram na elaboração da CE de 2007. A Dir. EPL afirmou que não participou. Por outro lado, a Chefe de DPEML acompanhou na altura a elaboração da CE fazendo articulação entre as diferentes divisões e áreas, uma vez que a elaboração da CE de 2007 foi entregue a uma empresa externa, por decisão da Associação de Municípios da Região de Leiria (AMLEI), na altura, hoje fundida por incorporação na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL).

I.2 – Nível de Participação dos AE/ENA/EP na elaboração das CE

A generalidade dos Diretores considera que a participação dos AE na elaboração das duas CE baseia-se na resposta a convites/desafios apresentados em reuniões, ao fornecimento de dados e à sua auscultação. Contudo, apesar de considerarem que as CE resultam de um processo participado, a Diretora B considera que esta participação é relativa uma vez que não é alargada a todos os professores, por exemplo. Considera assim que nas reuniões de trabalho é o seu olhar crítico e a sua opinião que estão representados. O Diretor C considera que em 2007 foi replicado “quase que transversalmente a nível do país” um modelo padrão de elaboração das CE, pelo que o seu agrupamento foi ouvido numa fase em que a estrutura da CE estava já lavrada. O Diretor D acrescenta que na reuniões de trabalho foram abordadas a necessidade de fecho de escolas e construção de centros escolares.

A Dir. EPL afirma que a formação profissional é considerada como uma “realidade paralela” cuja participação se resume ao preenchimento de inquéritos relativamente aos dados sobre o número de alunos e outros.

Acreditando que o “percurso se faz em conjunto, num trabalho de partilha”, a V.Edu. considera que foram criados espaços de reflexão, de encontro com professores, assistentes operacionais, associações de pais e outros parceiros com o objetivo de fazer um diagnóstico e traçar estratégias, num trabalho que irá de encontro às necessidades do território. A Chefe de DPEML reforça que a prática do município foi sempre a de dialogar não só com os Diretores dos agrupamentos, mas com as juntas de freguesia e com os pais, discutindo sobre o cruzamento do retrato demográfico com a oferta e procura em termos educativos de cada um dos territórios.

I.3 – Envolvimento dos pais e encarregados de educação na elaboração das CE

Os Diretores concordam que os pais e encarregados de educação são envolvidos na elaboração da CE. De acordo com o Diretor do TEIP são realizadas reuniões com o município, com os pais e com quem está elaborar a carta, num espaço de debate e colocação de problemas. O Diretor considera ainda que o diagnóstico prospetivo deve mesmo contemplar a auscultação sobre aquilo que preocupa os pais e encarregados de educação. Também neste aspeto, a Diretora B considera que esta participação é relativa, com um representatividade muito limitada. Acrescentou que teve duras reuniões sobre o fecho de escolas, em que estiveram presentes pais e a junta de freguesia, e que por vezes, são os pais e encarregados de educação que se organizam no sentido de impedir o fecho de uma escola. O Diretor C reforça que a CE “tem que ter a maior abrangência possível” e “tem que envolver toda a comunidade”. Já o Diretor D relata que as questões de fecho de escolas sempre foram partilhadas ao nível das estruturas representativas, de pais e escolas, numa reflexão conjunta.

Tendo como objetivo uma ação participativa, a V.Edu. dá exemplos de várias iniciativas que comprovam o envolvimento dos pais, não só aquando da elaboração das CE, mas anualmente ou bianualmente, nomeadamente no seu assento no Conselho Municipal de Educação, considerando que existem diversas oportunidades para que os pais e seus representantes digam o que pensam. A Chefe de DPEML considera que “a sociedade também vai estando mais alerta para as mais valias da participação” sentindo as associações de pais e encarregados de educação mais “pró-ativas”. Comparativamente à CE anterior, a chefe de divisão da autarquia considera que “desta vez” houve maior auscultação não só dos pais, mas dos restantes parceiros, inclusive partidos representados na Assembleia Municipal.

I.4 – Dinâmicas da autarquia e interesses da comunidade

De um modo geral podemos afirmar que os Diretores de AE reconhecem que a autarquia cria dinâmicas que facilitam a auscultação e a consulta, e que é sensível aos interesses, propostas e ideias das escolas, agindo em conformidade. Se o Diretor do TEIP considera que o conceito de comunidade participante, por razões de cultura e tradição, está a dar os primeiros passos, também considera que, por vezes, por parte dos pais e encarregados de educação, das diferentes instituições ou do poder local, há “pouca predisposição para discutir estas questões da educação”. Já a Diretora B reconhece que houve uma evolução, que existe “um agir em conformidade com aquilo que a escola efetivamente entende que é importante” e mais diálogo, numa “construção conjunta de soluções”. Para o Diretor C a criação do território educativo tem que ter em conta a conjuntura, pelo que “replicar o modelo de 2007 na segunda geração, poder-se-ia ficar um bocadinho aquém daquilo que hoje são as demandas de uma nova territorialização educativa”. Apesar de considerar que os autarcas de Leiria foram sempre sensíveis às propostas, ideias ou dúvidas do agrupamento, o Diretor D constata que a atual Câmara é ainda mais interventiva.

A Dir. EPL pressupõe que sim “até porque há uma ligação forte com a Câmara Municipal”. Esta ligação efetiva-se pelo assento da V. Edu. na Comissão Permanente da Escola, que reúne periodicamente, sendo os assuntos da escola tratados nessas reuniões.

II.5 – Maleabilidade da CE ao longo do tempo

A maleabilidade é uma característica que decididamente os Diretores atribuem à CE. O Diretor do TEIP considera-a ajustável na medida em que é “suficientemente maleável” para “encaixar as diferentes problemáticas nos seus diferentes níveis ao longo dos anos”. Para a Diretora B, apesar da CE ser um “documento que tenta aproximar-se o mais possível da realidade” com olhos no futuro, admite alguma flexibilidade, considerando que a CE nunca foi um entrave no território educativo do agrupamento uma vez que “sempre que é necessário as alterações acontecem”. O Diretor C confirma essa maleabilidade considerando que:

Maleabilidade, aqui deve-se entender a capacidade sustentada, refletida, partilhada, do conjunto de entidades e pessoas que devem pensar a educação e a territorialização por via da CE, serem convocadas para esse tipo de trabalho. A maleabilidade depende muito dessa abertura. (Diretor C)

O mesmo Diretor considera ainda que a sensibilidade, as dinâmicas de proximidade, a capacidade de auscultação por parte das diferentes equipas educativas ou vereações facilitaram as soluções que se entendem ser as melhores.

A V. Edu. considera a CE um instrumento de “planeamento”, “dinâmico” e “orientador”, “em construção” e que não pode ser estático. Admite que por vezes os dados recolhidos obrigam a pensar o território de outra maneira.

A Chefe de DPEML caracteriza a CE como um documento estratégico e “aberto” que deve ter “maleabilidade para se adaptar à realidade socioeconómica e demográfica”. Reforça que o planeamento requer “estratégias de adaptabilidade” pelo que a CE “nunca pode ser entendida como um documento fechado.”

II.6 – Alterações do número de turmas/salas durante a vigência da CE de 2007

No que diz respeito ao Pré-escolar e 1.ºCEB, os Diretores observam que as alterações foram sempre tratadas com o município, até porque obrigava depois à operacionalização das refeições, transportes, AAFs ou CAFs. Nas sinalizações que a Câmara recebia por parte da DGESTE, no que diz respeito ao encerramento de escolas, existiam diálogos prévios na procura de soluções. No que diz respeito ao 2.º/3.ºCEB e Secundário, a relação direta era com a DGESTE, que era menos flexível do que a autarquia, “eram muito mais bloqueadores” (Diretor D), por se tratar de “um veículo transmissor de ideias que já vinham de cima, top down” (Diretor C).

No que diz respeito à EPL, a Diretora é explícita na resposta, considerando que “não temos qualquer hipótese”:

As escolas profissionais como esta, pura e dura, precisam de uma licença prévia para funcionarem, para cada curso. Têm um alvará para o estabelecimento, com uma lotação de alunos e de turmas, em função dos alunos das turmas, mas depois, para cada curso específico, precisa de uma licença prévia de funcionamento. Coisa que as escolas públicas não necessitam. E portanto, há um catálogo com ofertas profissionalizantes.... a ANQEP entretanto surge neste processo todo... define um catálogo com as ofertas que podem ser oferecidas pelas escolas. Mas mais do que isso, passou a definir, a partir de certa altura, quais eram os cursos profissionais para cada região, para cada... para cada concelho até. E,

portanto, o que nós tivemos de fazer a partir de certa altura, nunca houve conflito com as escolas públicas, porque o que nós fizemos foi... Nós já tínhamos tradição em determinadas áreas e não entrávamos no território de outras áreas profissionalizantes. E fomos encaixando para que não houvesse sobreposição da oferta formativa. (Dir. EPL)

Acrescenta que o objetivo principal da EPL é a empregabilidade e que interessam à escola as áreas que tenham procura por parte dos empregadores. Partilha que não é a escola nem a pressão que a CIMRL possa exercer sobre “Lisboa” que define a oferta.

Segundo a vereadora da educação, a metodologia do município é reunir em conjunto na procura de respostas qualificadas. Considera ainda que os contactos de pais e diretores funcionam como “sistemas de alerta” e que sempre que o município é contactado pelo Ministério, há uma procura de soluções, que resulta de uma negociação, “num processo que tem de ser muito partilhado”.

A Chefe de DPEML reforça a estratégia de “ouvir as entidades locais” e tentar justificar junto da tutela “sim ou não, de acordo com a realidade”.

II.7 – A lotação das escolas do concelho: a CE como documento orientador num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico

Apesar de algumas ressalvas é legítimo afirmar que em geral os Diretores consideram que a CE de 2007 é um documento fiel num quadro prospetivo. Tal como o Diretor do TEIP afirma, houve “variáveis que não foram consideradas” e outras que não se podiam prever há dez anos atrás. Afirma que a CE traça as linha gerais e admite a capacidade prospetiva do documento numa perspectiva macro, mas considera que o documento não foi tão preciso quando ao desenvolvimento, nomeadamente da lotação das turmas. Por outro lado, a Diretora B confirma que o número de alunos estrangeiros aumenta dia após dia e que é preciso olhar para além do número de alunos que residem, que existem no concelho ou que reduzem a turma. Acha ainda pertinente projetar a dinâmica do número de turmas do concelho, fazer um levantamento, um diagnóstico daquilo que os alunos querem, nomeadamente ao nível do 9.º ano, para que depois os alunos sejam colocados de acordo com os critérios legalmente definidos e dentro das zonas de influência pedagógica das escolas, que, considera, devem ser claramente definidas.

O Diretor C concorda que as CE “têm uma forma de serem pensadas, elaboradas assim” culminando num “documento, que dê resposta às necessidades locais, à expansão e

desenvolvimento sociogeográfico, socioeconómico, portanto, mal estaríamos se isso não acontecesse”. Considera que ao nível do Pré-Escolar e do 1.ºCEB o concelho de Leiria tem conseguido responder, mas naquilo que diz respeito ao 2.º/3.º CEB e Secundário, “é decidido lá em cima e depois vêm aquelas decisões, e por isto, aquilo e aqueloutro, não se pode mexer”. Contudo, admite que quando o documento é finalizado, e em determinadas realidades, “a resposta final que se tornou operativa nessa Carta, nem sempre correspondeu a... já não vou dizer à expectativa, mas àquilo que era a tendência do debate”.

O Diretor D considera a lotação das escolas do concelho é uma matéria que tem tido maior prioridade nas reuniões que tem participado e que apesar de não sentir a pressão que as escolas da cidade sentem, sofre a pressão dos “alunos que não conseguem lugar de forma nenhuma, que se vêm confrontados com a necessidade de vir para aqui”.

No que diz respeito à Escola Profissional é de salientar que esta tem funcionado na sua capacidade máxima, existindo no entanto a ameaça de abandono. Segundo a Dir. EPL , o facto de muitos alunos ingressarem com 15/16 anos leva a que no 3.º ano desistam, por já serem maiores de idade. Acrescenta que muitas vezes este abandono tem o apoio da família, que se deve à deterioração das condições económicas das famílias e que, por norma, tem início com um part-time que vai influenciar o rendimento do aluno na escola. Este abandono prejudica financeiramente a escola já que cada anulação de matrícula diminui em 3.000 euros o orçamento da instituição.

A V. Edu. reconhece que não estavam à espera deste fluxo, mas considera também que o trabalho colaborativo é uma vantagem na resposta, num alinhamento da solução, verificando que quando existem turmas que não estão em conformidade, há um esforço do pessoal docente e das pessoas que estão envolvidas na inclusão das crianças.

Já a Chefe de DPEML considera que a CE é um documento importante, mas sendo um “instrumento de planeamento e de estratégia”, acaba “por não responder às pressões e aos lobbies locais” que exercem pressão “principalmente junto das autarquias”:

Porque nós temos desde Presidentes de Junta que acham que a freguesia deles é a mais populosa, a melhor e a que tem mais necessidades. Temos pais que não compreendem, porque é que não podem inscrever o filho em determinada escola e aconselhamos a inscrever noutra escola. E depois toda esta pressão é feita junto de quem decide, em última análise, são os políticos, não é? E, por vezes, há aqui desvios. Mas... mas felizmente, nos últimos anos, têm sido, de certa forma, respeitadas estas estratégias. Porque acima de tudo,

é importante que seja definida uma estratégia e se essa estratégia, normalmente tem que estar, de certa forma, em articulação com a CE, não é? Como instrumento orientador, não é? (Chefe de DPEML)

II.8 – Potencialidades e limitações da CE

Para facilitar a análise organizamos em tabela as potencialidades e as limitações identificadas pelos entrevistados:

Quadro 13. Potencialidades e limitações da CE – resumo da análise das entrevistas

	Potencialidades	Limitações
Diretor TEIP	<ul style="list-style-type: none"> - conhecimento do contexto educativo; - o estudo mais aprofundado em diferentes áreas; - documento planificador para todas as escolas [alinhável com o projeto educativo de cada uma]; 	<ul style="list-style-type: none"> - estar sujeito às alterações legislativas; - não prever o envelhecimento docente; - construções previstas estão sujeitas ao financiamento;
Diretora B	<ul style="list-style-type: none"> - projetar o futuro; - antecipar problemas; - agir preventivamente; - facilitar uma atitude mais proativa; 	<ul style="list-style-type: none"> - não ser um retrato tão real e fiel do território; - ainda não é um documento estratégico para as escolas;
Diretor C	<ul style="list-style-type: none"> - instrumento de planeamento com uma visão prospetiva; - aglutinador de todas as entidades e pessoas que ou prestam ou estão ao serviço daquilo que é a territorialização educativa; - ser um documento que se vai reajustando; 	<ul style="list-style-type: none"> - falta de recursos para uma análise sistemática; - se os processos de auscultação forem pouco amplos e pouco repetidos; - falta de conhecimento sobre as finalidades do documento por parte dos pais;
Diretor D	<ul style="list-style-type: none"> - confrontar a realidade do concelho; - definir regras de áreas de influência; 	<ul style="list-style-type: none"> - se estabelecer critérios ou limitações muito severos;
V. Edu.	<ul style="list-style-type: none"> - assegurar que a rede é adequada às respostas que têm que ser dadas; - excelente documento de trabalho para quem faz a gestão; - viabiliza a relação espaço-escola; - documento orientador de políticas públicas; 	

Pela análise do Quadro 13. concluímos que os diretores elogiam a capacidade prospetiva da CE e o conhecimento da realidade local que este documento proporciona. Contudo, consideram que este poderá tornar-se um documento limitativo “se os processos de auscultação não forem suficientemente amplos” (DC) ou se “estabelecer critérios ou limitações muito severos” (DD). Não se tratando “ainda” de “um documento estratégico para as escolas” (DB) e pouco conhecido por parte dos pais (DC), a CE pode encontrar limitações nas alterações legislativas e no acesso ao financiamento (DTEIP).

Por sua vez, e sem apontar limitações, destacamos o facto de a representante da autarquia considerar a CE um “excelente documento de trabalho para quem faz a gestão” e um “documento orientador de políticas públicas”.

III.9 – Relação entre CE de 2007 e a promoção do Sucesso Escolar

Não foi possível identificar de forma inequívoca uma relação entre a CE e a promoção do sucesso escolar. Ainda assim, o Diretor do TEIP refere que o impacto da CE na promoção do sucesso escolar se faz de forma indireta uma vez que a CE partilha os compromissos do TEIP. Já a Diretora B considera que aquilo que o agrupamento faz ao nível das aprendizagens não decorre da CE.

O Diretor C reconhece que, em certo sentido, a CE teve impacto na promoção do sucesso escolar, sem contudo haver forma de medir esse impacto, uma vez que as cartas não têm indicadores. Na sua opinião o impacto existente decorre das melhorias do edificado e dos eixos constituintes do projeto educativo municipal. Para além do edificado, o Diretor D relaciona o sucesso escolar aos recursos disponibilizados, ao melhoramento dos serviços (refeitórios, CAFs...).

A V. Edu. admite que inicialmente as cartas estavam muito focadas no edificado pelo que houve necessidade complementar a CE com o Projeto Educativo Municipal, que contemplava a promoção do sucesso escolar num dos seus eixos. Ainda assim, reconhece que este eixo continuará a ser trabalhado, tal como outros, com maior intensidade, na próxima CE. Acrescenta que neste momento os propósitos da CE serão mais abrangentes por haver objetivos comuns a uma região (CIMRL). Já a Chefe de DPEML consente que a primeira CE estava ainda “ligada” à carta escolar, com maior enfoque no reordenamento do parque escolar e na melhoria dos serviços, pelo que a promoção do sucesso escolar não era a “preocupação” primordial.

III.10 – Melhoria dos níveis de equidade entre as condições dos alunos, decorrente da CE de 2007

Se intentarmos resumir a opinião dos entrevistados podemos concluir que o Concelho de Leiria está a percorrer o caminho da equidade entre os alunos. O Diretor do TEIP repara que existem grandíssimas diferenças entre as escolas intervencionadas pela “Parque Escolar” e as restantes, por exemplo. No entanto reconhece que o investimento do município tem demonstrado vontade de “tornar mais igual as condições de aprendizagem para todos os alunos” e que a “racionalização dos recursos educativos existentes, poderá permitir uma maior equidade”, concluindo “que ainda estamos um pouco longe de a conseguir, porque temos pontos de partida muito diferentes”.

A Diretora B afirma que apesar de ainda haverem situações a resolver, existe agora uma maior equidade em termos de espaço físico, de conforto, de recursos materiais e humanos, e que as escolas ganharam com a transferência de competências para a autarquia, que demonstra uma maior preocupação e um “olhar” mais contextualizado.

Havendo espaço para “fazer mais e melhor”, o Diretor C recorre às evidências para assegurar que, “genericamente falando”, as taxas de sucesso escolar e de abandono escolar têm vindo a melhorar ao longo dos anos. De um modo geral, admite a existência de uma maior equidade. Para tal, na sua opinião, terá contribuído a criação da equipa multidisciplinar do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), o cumprimento de um conjunto de obras de raiz ou de requalificação do parque escolar previstas na CE, a melhoria dos serviços de apoio à família e às orientações educativas previstas no Projeto Educativo Municipal.

O Diretor D partilha da opinião que existe maior equidade e considera a CE como um instrumento mobilizador de partilha de “mais valias”, de “colaboração” e “compreensão” entre as escolas do concelho. Por seu lado, a V.Edu confessa que “todos os dias trabalhamos para isso”, que “nunca estamos satisfeitos” e que “enquanto tivermos intenções, não podemos descansar”.

III.11 – Melhoria do Parque Escolar, decorrente da CE de 2007

Naquilo que era competência do município antes da transferência de competências, pode-se concluir que todos os diretores consideram que houve uma melhoria efetiva do parque escolar uma vez que,

No que diz respeito ao edificado para a educação pré-escolar, portanto, os nossos jardins de infância e escolas do primeiro ciclo, elas foram, muitas delas intervencionadas, intervencionadas com qualidade, numa articulação muito grande entre a autarquia e as juntas de freguesia. (D.TEIP)

Também o Diretor C refere que, “comparativamente com outros concelhos, os leirienses devem-se orgulhar, pode-se melhorar, mas devem-se orgulhar, do parque escolar que o Concelho de Leiria tem a nível da educação pré-escolar e do 1.ºCEB”. Tendo em conta a transferência de competências, o mesmo diretor considera que a nova CE poderá permitir “fazer um reajustamento muito melhor do edificado, da requalificação de espaços”.

O Diretor TEIP considera que houve uma deterioração do edifício do 2.º/3.º CEB e que “o edificado está a precisar urgentemente de intervenção”. Também o Diretor D refere que apesar de ter havido um melhoramento do parque escolar, há uma necessidade constante de melhoramento e um conjunto de oportunidades que devem ser aproveitadas na nova CE.

A vereadora também não tem dúvidas que ao nível do Pré-Escolar e 1.ºCEB, o melhoramento das condições seja evidente por ter sido “uma aposta muito forte, um investimento muito grande, investimento financeiro, ao longo destes últimos 12 anos”. A V. Edu. considera que se tentou esbater as diferenças entre as escolas da cidade e as escolas da periferia, através, por exemplo, da universalização de refeitórios, da melhoria das condições de conforto ou dos recreios escolares. No que diz respeito ao 2.º/3.º CEB e Secundário, reconhece que a delegação de competências deu início a uma nova fase, à fase de projeto, que se prevê que demore tempo e que custe “muito dinheiro”. A Chefe de DPEML crê que “sem dúvida que houve” uma melhoria do parque escolar, até porque “é diferente gerir 113” escolas e agora 62, reforçando o papel das Juntas de Freguesia, que estão cada vez “mais preocupadas com a educação”. Considera que este melhoramento se deve à estratégia do município, que caracteriza como estruturada e abrangente.

Relativamente à EPL, a Dir. EPL admite uma relação de proximidade com o município, mas refere que, como sempre aconteceu no que diz respeito ao financiamento, a escola depende apenas do Fundo Social Europeu. Acrescentou ainda que é paga uma renda à CML pelo edifício que a escola ocupa.

IV.12 – Identificação e gestão das ofertas formativas previstas na CE de 2007

No que diz respeito às ofertas formativas, podemos concluir que os recursos humanos têm preponderância sobre as necessidades locais, na maioria dos agrupamentos:

Porque a escola não tem autonomia de contratação e nós até poderíamos chegar à conclusão que há uma necessidade na comunidade local, mais vocacionada para uma determinada área, mas não tendo nós no corpo docente do agrupamento, professores com formação nessa área, somos condicionados a fazer propostas que são mais orientadas para aquilo que temos disponível, porque senão estaríamos a fazer propostas irrealistas, uma vez que se as fizéssemos, depois iríamos encontrar a limitação de não poder contratar quem queríamos.

(Diretor do TEIP)

Também a Diretora B considera que no seu Agrupamento os recursos humanos existentes são potenciados de modo a responder às necessidades. No entanto garante que a oferta existente ao nível do secundário são “os cursos que os alunos querem ter”. Acrescenta que é importante a estabilização da rede, “um olhar holístico” sobre a mesma, de modo a facilitar uma gestão contextualizada das ofertas.

O Diretor C considera que a oferta formativa requer uma gestão inteligente, que “joga com os recursos que tem e reestrutura”, “gerindo internamente os seus recursos”, uma vez que não pode abrir um curso “para 3 ou 4 ou 5 alunos”. Assim, no caso do seu Agrupamento, a oferta formativa é pensada em “função dos recursos humanos” disponíveis, na formação e também na vocação desses mesmos recursos para determinadas áreas. Acrescenta que a rede deveria conjugar os recursos existentes com as limitações do espaços físicos, de modo a cada escola poder decidir em função de cada um destes fatores.

O Diretor D reforça que a oferta formativa do seu agrupamento resulta dos recursos humanos e equipamentos existentes, de acordo com o “ponto de vista estratégico da escola”. Acrescenta que no caso do Pré-Escolar e do 1.ºCEB as ofertas são articuladas com “algumas decisões nas reuniões da Câmara, com aquilo que a que a própria política da Câmara nos tem permitido”. Conclui afirmando que a oferta formativa é “refletida em cada ano”, “conforme as disponibilidades” e de acordo com as ofertas institucionais que “vão aparecendo”.

No que diz respeito à identificação das necessidades da oferta formativa profissionalizante, a Dir. EPL assegura que não é a Escola Profissional nem o município que definem a oferta formativa. Informa que é o Ministério da Educação e a ANQEP que definem os cursos que em cada região, neste caso na CIMRL, podem existir.

A V. Edu. declara que existem linhas de orientação que resultam de fóruns e que há Conselhos Municipais de Educação “que dedicam a sua ordem de trabalhos ao ensino profissional, por exemplo”.

IV.13 – Oferta de ensino profissionalizante

A Diretora B afirma que no seu agrupamento não existe este tipo de oferta formativa porque não têm alunos interessados no ensino profissional. Mais uma vez reforça a ideia de que a oferta formativa segue a reflexão sobre “o que é que é melhor para os nossos alunos?” e o “que é que os nossos alunos querem?”.

Apesar de não se considerar habilitado para “falar do ensino da via profissionalizante” por este nunca ter existido no seu agrupamento, o Diretor C afirma que num concelho não podem haver ofertas redundantes e que a CE serve para redistribuir as ofertas de forma eficaz.

Para o Diretor D, também nas ofertas profissionalizantes, os recursos humanos são “um critério fundamental”. Recorda que o curso profissional que ali “nasceu” resultou de uma estratégia que consistiu em acompanhar o “boom” das tecnologias e a vontade do Ministério em lançar as tecnologias nas escolas, culminando no equipamento de duas salas. Acrescenta que desde aí têm sido abertos sempre cursos na área da informática. O Diretor D considera ainda que o facto de ter neste momento 6 professores de TIC é um valor acrescentado por conseguir, por exemplo, oferecer programação nos 3.º e 4.º anos do 1.º CEB. Outra oferta relevante do agrupamento resultou da orientação da ANQEP, que sugeria a aposta do país no turismo ambiental e rural. Para o Diretor D as “necessidades formativas nascem muito do contexto”, nas condições existentes e reforça afirmando que a grande aposta é nos recursos humanos.

Depois de esclarecer sobre a evolução e a abertura do ensino profissional às escolas públicas, Dir. EPL explicou que as escolas profissionais “puras” precisam de uma licença prévia para o funcionamento de cada curso assim como de uma alvará de funcionamento. Nas ofertas formativas a disponibilizar nas Escolas Profissionais, a ANQEP tem o papel principal pois, se anteriormente era esta entidade que definia “um catálogo com as ofertas profissionalizantes”, “passou a definir, a partir de certa altura, quais eram os cursos profissionais para cada região”, “para cada concelho até”. Assim a Dir. EPL considerou que a estratégia para a escola foi manter a “tradição em determinadas áreas” sem entrar “no território de outras áreas profissionalizantes”, “encaixando para que não houvesse sobreposição da oferta formativa”. Considera que “tem corrido tudo muito bem”. Ainda assim, nas reuniões da CIMRL, admite que por vezes, entre outros municípios, subsiste alguma dificuldade de encaixe para que as coisas funcionassem todas bem”. Confessa ainda que as Escolas Profissionais nem sempre são ouvidas:

Temos uma associação com nos representa, que é a ANESPO, e que faz eco de todos... e faz muitos inquéritos, pedem-nos muitas opiniões, mas é a nível nacional. São os nossos representantes, são os nossos parceiros institucionais em reuniões no Ministério da Educação. Mas nem sempre somos ouvidos... porque nós....sentimos ainda um pouco que vivemos na franja, nas franjas do sistema educativo. Somos assim uns parentes mais pobrezinhos, digamos assim. (Dir. EPL)

Por fim, a V. Edu. Disse que a metodologia seguida em Leiria, para a definição da oferta profissionalizante foi a seguinte:

Primeiro que tudo nós fazemos sempre uma reunião dos diretores das escolas para perceber o que é que sentem quanto às necessidades e também às condições que a escola tem em ter determinado tipo de cursos. Depois, a própria... ANQEP e o Ministério da Educação definem as prioridades, depois de uma consulta também no trabalho que é feito, penso que também com as comunidades intermunicipais, as prioridades em termos de cursos. A partir daí com as propostas dos diretores, é necessário, numa reunião alargada, primeiro faz-se uma reunião concelhia e depois faz-se uma reunião com os diretores dos 10 municípios. Os 10 municípios reúnem-se com os seus diretores todos para conversarmos sobre a oferta educativa e, portanto, há algumas situações em que há negociação, também há, num âmbito acima e, portanto, junto dos vereadores da educação, algum trabalho nessa área, não é? Junto da sua comunidade, portanto, faz-se um trabalho preparatório. Mas depois há esta reunião com o Ministério da Educação, com a Comunidade Intermunicipal e com todos os diretores dos 10 municípios, pronto, onde se acertam as necessidades formativas, não é? Algumas que estão... havendo repetições, não estando adequadas e não estando de acordo com... com as indicações que o Ministério propõe, portanto, depois fazem-se esses ajustes.

Revela ainda que nos últimos 2 anos, por associação à COVID-19, houve maior percentagens do nível de abandono e de insucesso no ensino profissionalizante. Considera ainda que “houve sempre um grande estigma relativamente ao ensino profissional” e que houve uma quebra no caminho que estava a ser percorrido, de combate a esse estigma.

E agora temos que, novamente, fazer todo um trabalho de terreno, puxar pelas empresas, pelos estágios profissionais, tentar que esses estágios valorizem os cursos, não é? A relação das escolas com as empresas, há muito trabalho a fazer nesta área, muito trabalho a fazer, porque é muito importante que os nossos estudantes vejam isto como uma boa alternativa

em termos de percurso formativo, não é? Ou como excelente, não é? Há alternativa. Este... este é uma área que, em termos das necessidades que temos, do ensino profissional, que temos... que... que trabalhar, não tenho dúvidas. (V. Edu.)

A Chefe de DPEML acrescenta que “foi com a realização da primeira CE que nós nos apercebemos que algumas escolas próximas eram concorrentes, umas das outras, porque ofereciam os mesmos cursos”, levando o município a optar por reunir com os diretores e responsáveis das escolas profissionais antes do envio das propostas para a DGESTE de forma a “perceber o que é que cada um tem para oferecer, e não haver aqui concorrência”. Observa que atualmente “não temos cursos repetidos no concelho, a não ser uma exceção, por exemplo, Monte Redondo, mas Monte Redondo não está a concorrer com a Leiria”. Por outro lado, a Chefe de DPEML confessa que a relação com o tecido empresarial tem que ser trabalhada, não só no caso do ensino profissionalizante como na formação ao longo da vida e da formação de adultos. Conclui que o trabalho em rede e a partilha são essenciais no processo.

V.14 – Relação entre a CE e a autonomia das escolas

O Diretor do TEIP assegura que a relação entre a autonomia das escolas e a CE depende do ângulo e da perspetiva. Na sua perspetiva, a CE pode facilitar a autonomia das escolas “porque ajuda a escola a posicionar-se naquilo que é o contexto educativo onde está inserido”, porque se trata de um processo participado, sendo ‘elaborado com o contributo de todos’, “dá-nos uma visão”. Por outro lado observa que a CE pode ser “um instrumento pouco facilitador no que diz respeito, por exemplo, à inovação” porque “tem um horizonte temporal muito grande e pode condicionar”:

Enquanto, a CE enquanto instrumento dificultador da autonomia das escolas, eu vejo mais na perspetiva de poder eventualmente limitar alguma inovação que as escolas queiram implementar. Isto porquê? Porque como o horizonte temporal de vigência da CE é bastante alargado, esse será talvez o maior senão, porque não se consegue, e a educação, não se consegue certamente fazer uma previsão a 10 anos, considerando todas as variáveis e,

portanto, viria esse como talvez o instrumento mais difícil, dificultador dessa autonomia da escola, dela se renovar melhor e de propor diferença. (Diretor do TEIP)

A Diretora B confessa que, até ao momento, a CE não facilitou nem dificultou a autonomia da escola. Considera que a CE nunca foi impedimento para aquilo que estava projetado para o futuro do agrupamento, reforçando com o exemplo de , em determinado momento, ter sido necessário proceder à alteração da área de influência do agrupamento, concretização à revelia daquilo do que estaria estabelecido na CE.

Na sua opinião, o Diretor C considera que a “intencionalidade é fundamental”, “porque a educação não pode viver de impulsos, tem que ser uma coisa estruturada, pensada, planeada”:

Ora, se uma CE é um instrumento de planeamento, naturalmente estamos muito mal se alguma vez uma carta educativa foi constrangedora, não for facilitadora, porque a CE, não sendo um documento acabado, ser um documento dinâmico, tem que ter um, tem que ter um contínuo de monitorização e tem que ter momentos de avaliação e de necessidade de reajustamento. De correção de assimetrias, de capacidade de implementar soluções que são pensadas em conjunto, articuladas com parceiros e, portanto, tem que ser claramente um instrumento facilitador. No meu ponto de vista, tem que ser. Se me perguntar, ou se me perguntares se é isso que tem sido a prática? Eu acho que já dei a entender para trás, a intenção, sobretudo na proximidade com a autarquia, e vais ouvir muitos outros colegas podem ter uma ideia diferente, na minha opinião, acho que foi sempre lido e operacionalizado, em termos de processos, como um instrumento facilitador para uma melhor redefinição do território educativo e das ofertas educativas. Facilitador. Claro que os processos são importantes pois o produto vai depender de um conjunto de variáveis, que em cada momento, depois se pensam. Mas acho que sim. (Diretor C)

Rejeitando à priori a possibilidade de a CE ser um instrumento dificultador da autonomia das escolas, o Diretor D valoriza aquilo que a CE impõe, nomeadamente as reuniões, os contatos, a

partilha de dados e o facto de o município solicitar a opinião dos agrupamentos. Mais, considerando que a nova CE, ao abranger todos os níveis de ensino, poderá facilitar a autonomia das escolas.

A V. Edu. é da opinião que, no caso do concelho de Leiria, por ter sido um processo construído em conjunto, a descentralização “irá com certeza ter impacto e está a ter impacto na autonomia das escolas” e que é “um grande objetivo de todos” que “a escola tenha mais e melhor autonomia”.

V.15 – CE: ferramenta de descentralização ou de municipalização

Apesar de aceitar que a CE pode ser um instrumento ao serviço da descentralização de competências, o Diretor do TEIP destaca o seguinte:

Ao devolver às escolas, ao indagar as escolas e a comunidade educativa, quais são as suas reais necessidades para a construção de uma carta educativa, estamos a vivenciar uma forma pura de descentralização de poderes onde, quer as autarquias, quer as juntas de freguesia, que estão muito próximas das escolas e fazem um bom trabalho junto das escolas e das direções das escolas, podem agir, porque aqui é um dividir para reinar, porque esta proximidade faz com que todo o processo se torne mais operativo e mais rápido. É muito mais fácil uma intervenção se não estiver dependente de uma reunião de Câmara, de uma aprovação superior, se tiver sido essa função atribuída a um presidente de junta que muito próximo do local e muita a boa articulação com a direção e com os professores, resolve o problema ali na escola e, portanto, esta é uma verdadeira forma de descentralização importante. (Diretor do TEIP)

Apesar de não se referir ao concelho de Leiria mas a outras realidades, a Diretora B reconhece que a CE pode ser “um documento um bocadinho perverso”, que dependendo da forma como é usado, pode ser utilizado para “construir o bem comum” mas também pode ser uma “arma que fortalece o poder de um face ao outro”. Ainda assim, considera que a CE pode ser “um excelente instrumento de gestão estratégica” uma vez que “quem está no terreno tem uma visão, acho eu, muito mais

pormenorizada e realista de cada contexto”, podendo ser “um instrumento fantástico para uns e outros fazerem mais e melhor”. Por outro lado receia que, por vezes, pode ser uma forma de a administração central se “desresponsabilizar”, acabando a CE por se tornar “um instrumento de poder da autarquia para impor determinada linha de ação, determinado pensamento”.

A experiência no Conselho de Escolas desde a sua génese, permite ao Diretor C partilhar uma visão alargada do processo de descentralização no país, considerando que a diferença entre realidades é “gritante”, constando “que temos países dentro do nosso país”:

Há determinadas zonas do país onde a descentralização foi caótica, há outras que é... Eu assumir o que vou dizer, são prepotentes, porque a maneira como foram assumidas, quem está, são piores que a municipalização. A Câmara e tudo chama a si tudo e mais alguma coisa, coordenando tudo e mais alguma coisa e havendo até por vezes tendências a fulanizar determinados órgãos com... com... relações de natureza político-partidária ou ideológica, se não quisermos dizer isto desta maneira. Há outras que não tem organização nenhuma, nem sequer vão por estes por estes prismas, porque aquilo é... é meio caótico e há outras que têm uma capacidade de planeamento e de resposta muito eficaz. Eu situaria o Conselho de Leiria neste patamar. Os diretores foram todos chamados a participar na descentralização, a dar sugestões, a contribuir para a melhoria, a refletir momento a momento, sempre, sempre, sempre. (Diretor C)

Para isto contribuiu, de acordo com o Diretor C, o facto de, no caso do concelho de Leiria, “os diretores e diretoras” terem tido a “missão de estarem ao serviço de uma melhor capacidade de resposta da rede educativa, da CE na sua plenitude”. Apesar de aceitar “diferenças na operacionalização” e a existência de “territórios educativos” diferentes no país, de modo a dar resposta “às reais necessidades locais”, considera que há pressupostos que devem ser universais, “aspetos que devem ser sempre de competência central, porque não interferem com a operacionalização do território”. Para este diretor, municipalização é “se, quem assumir essa delegação, passar a querer que este instrumento esteja ao serviço do interesse da instituição”.

O Diretor D partilha da opinião que no concelho “tem havido mais a descentralização”, considerando que seria “injusto se não dissesse que há” preocupações várias “nunca com, num

regime de imposição, de limitação”. Revela ainda inquietação pelo que tem “ouvido por aí pelo país, [de] outros regimes” que o “preocupam”, em que “as próprias Câmaras têm uma posição mais diretiva, mais controladora”, “inclusivamente, utilizando interlocutores diretos ou estejam próximos”.

Portanto, diria assim, preocupa-me se a CE no futuro vier a ter, digamos, for assim um documento fechado, hermético não é? E que venha a dar uma dimensão de trabalho em que as escolas percam um bocadinho a sua autonomia, sobretudo, eu espero bem, na vertente pedagógica, nunca, nunca tenham interferência, não é? Mas pronto, julgo que aqui terá sentido dizer que isto tem muito a ver com as políticas e com as pessoas, não é? (Diretor D)

Reconhecendo que a palavra “municipalização” tem um “peso muito negativo”, “especialmente para os docentes”, a V. Edu. admite “que em algumas situações, não havendo este trabalho que é feito em comunidade educativa”, “talvez a transferência de competências não seja vista como algo que venha dar um contributo para a melhoria da escola”, concluindo que se “partir de cima para baixo o efeito não é o mesmo se for de baixo para cima”. Revela ainda que a intenção do município é “passar a autonomia para as escolas”, dando o exemplo da autonomia financeira, em que o dinheiro que “vem do Ministério, passa pelo município, vai para a escola e é gerido pelos diretores, pelas direções das escolas”. Conclui que “a descentralização deve ter por princípio a conquista de mais autonomia por parte das escolas”, que este “pode ser um caminho se for assim entendido pelos municípios” e “pelas pessoas que gerem” pois “isto tem muito a haver com as pessoas”, “acima de tudo”.

V.16 – Mais-valias da CE

Uma das mais-valias da CE identificada pelo Diretor do TEIP é o facto de o documento proporcionar o “diálogo com todos os outros parceiros com responsabilidade em educação”. Atenta ainda que é um documento “válido”, “sintetizador daquilo que são as grandes linhas” que considera que devem existir, entendendo a CE como um “documento de alinhamento”, “partilhado” e “construído colaborativamente”.

A Diretora B reconhece o edificado como uma das mais-valias apesar de considerar que a CE “deveria ser um documento que não estivesse dependente das pessoas que estão em determinados lugares”, permitindo “uma resposta adequada, justa, face ao contexto”. Concluí:

Eu posso ter uma CE que diz que é suposto construir uma escola aqui, mas se entretanto o Senhor Presidente de Câmara, ou Senhor Vereador, entender que não deve ser ali, que não deve ser para já, também ninguém há de correr atrás deles porque não fizeram o que estavam na casa de educativa, não é? Ou o inverso, quer dizer. (Diretora B)

Também o Diretor C valoriza o facto de a CE ter “a capacidade de dar resposta, priorizando a necessidade de requalificação do parque escolar”. Aprecia ainda a capacidade que o documento tem de acompanhamento da escola e do seu projeto educativo, e de escutar e de ser sensível àquilo que a escola propunha, sobretudo na constituição dos grupos turma do Pré-Escolar e do 1.ºCEB. O parque escolar é, igualmente, uma das mais-valias da CE identificada pelo Diretor D que elogia a capacidade de escuta por parte do município. Considera que a CE foi um instrumento que injetou “energia” mas que deve aproveitar as oportunidades existentes no contexto local.

Por outro lado a Dir. EPL é da opinião que a CE não trouxe qualquer mais-valias para a Escola Profissional. Ainda assim considera que as relações pessoais, por serem fluídas, proporcionam a existência de um “apoio moral”, às vezes até material, mas não financeiro “que é o mais importante”. Sem se sentir excluída, a Dir. EPL refere que “se houver um problema”, “há ajuda” e “há boa vontade”.

VI.17 – Monitorização das CE

O Diretor C entende a monitorização como uma capacidade das CE:

E esse reajustamento assenta numa outra potencialidade das CE, na capacidade de monitorização, portanto, estes processos têm que ter uma monitorização que deve ser sistémica e sistematizada, sistémica no sentido dos ecossistemas e sistematizada no sentido de ter um carácter regular. (...) se não houver os instrumentos e os recursos necessários para fazer essa análise sistemática, ela acaba-se tornando uma limitação porque o documento

preconizou uma linha de ação e de intervenção para determinado tempo, que se não for atualizado, se não for revisto, depois já não dá respostas devidas e, portanto, poder-se-á tornar numa limitação se a metodologia de monitorização e revisão não for eficaz e não for regular. (Diretor C)

Também a V. Edu. valoriza a monitorização considerando-a “extremamente importante”. Revela que, apesar de existir uma reflexão nos Conselhos Municipais de Educação, em “pontos de situação intermédios” ou de “discussão da rede”, o município quer ir mais longe, criando “quase que um observatório” de “monitorização da CE”.

Já a Chefe de DPEML reforça que o facto de existir um planeamento a 10 anos, não significa que este seja cumprido na sua plenitude pois “há fatores que se vão metendo pelo meio, que nós temos que estar atentos e esta monitorização é extremamente importante, até fazer-se ano a ano e se for preciso recuar”:

É uma das coisas que eu tenho frisado, nesta nova CE, o processo monitorização. Temos que ter consciência, não temos que ter medo nem da avaliação nem da monitorização. E... e um bocadinho à semelhança do que eu costumo dizer, quando nós estamos a fazer uma investigação, se tivermos que voltar atrás, não estamos a errar, estamos a adaptar o percurso. Para 20-30, certamente que vão existir, até porque as estratégias são diferentes, os instrumentos são diferentes, é um documento em que todas as pessoas que conhecem o território estão envolvidas. (Chefe de DEPML)

VI.18 – Orientações para a elaboração da CE 20-30

A Diretora B é da opinião que é necessário “trabalhar em parceria”, “de olharmos para a realidade de forma holística”. Considera que as respostas previstas na CE de 2007 poderiam ser muito mais ajustadas à especificidade de cada contexto se na altura tivesse existido visão mais ampla e holística da realidade dos territórios. Insiste também na necessidade de ser realizado “um bom diagnóstico”:

Nós precisamos de saber quem são os alunos que temos, o que é que eles querem, para onde é que... qual é a escola que eles querem, porque é que querem aquela escola e não a outra. E este é um trabalho que nós temos que fazer em conjunto, efetivamente. (Diretora B)

Para o Diretor C, a nova CE “tem que ter uma preocupação fundamental que é a redefinição da oferta educativa”, acrescentado que a descentralização proporciona uma “oportunidade, primeira e única”, assentando a sua opinião no facto de a rede da malha urbana estar “sobredimensionada” e “porque o número de espaços que existem, de equipamentos físicos que existem em Leiria, já não dão resposta aquilo que é necessário”. O mesmo diretor valoriza a capacidade da autarquia em “olhar para trás, ver o caminho que se fez” e atesta que a CE que está a ser elaborada tem todas as condições para ser “mais eficaz para tornar o território com melhores respostas”. No entanto alerta:

Depende do Conselho Municipal, depende dos colegas diretores e das propostas que se tenham que apresentar e ter esta visão, quer dizer, esta visão que também é... Pode não fazer grande eco, mas suscita debate. Nós não podemos ser umbiguistas, não podemos ser donos do nosso filme. (Diretor C)

A V. Edu. considera que a CE “tem de dar outro salto”, com maior enfoque no acompanhamento, que possibilitará ao município situar-se no país e na região e pensar de que forma pode ultrapassar as metas definidas.

Por outro lado, a Chefe de DPEML refere que em 2007 as cartas eram muito formatadas e que a CE que agora se encontra em elaboração, apesar de cumprir os parâmetros estabelecidos pelas normas do IGEFE, tentou “articular tudo o que é intervenção e tudo o que é espaços com o próprio Projeto Educativo Municipal”. Defende que “não podemos usar modelos” porque há sempre necessidade de adaptação pois “as realidades são diferentes”.

VI.19 – Plano de Transporte Escolar

Se por um lado o Diretor do TEIP é da opinião que “no processo de diagnóstico prospetivo na elaboração da CE 20-30 já se antevem problemas ao nível dos transportes”, a Diretora B refere exemplos em que a rede transportes existente não respondeu às necessidades locais.

Também o Diretor C considera “vital” a reformulação da rede de transportes escolares. Considera que a reorganização da CE pode falhar se não for repensada uma rede de transportes que sirva as necessidades, que pense nas “periferias”, considerando que “temos que ter um serviço da rede de transportes que dê resposta a essa oferta educativa e formativa que foi requalificada e reatualizada, escola a escola, em função da capacidade de resposta da escola”.

A Chefe de DPEML reconhece que “seja os transportes ditos normais, regulares ou os transportes escolares, são um problema em Leiria”. Diz que é a CIMRL que define a rede de transportes com as escolas e admite que este “é um dos dossiês, se calhar, mais complicados de gerir, porque também, a esse nível, a pressão também é muito grande” porque “não faz sentido construir um centro escolar se não temos depois acessos e as condições, em termos de transporte, ideais”.

VI. 20 – Ponto de situação da CE 20-30

A vereadora da educação confia que a nova CE já está numa “fase muito adiantada”, “tudo o que diz respeito ao diagnóstico já está feito, ao nível da reformulação” e que a autarquia se encontra numa fase de apresentação dos eixos estratégicos de intervenção. Acrescenta que a descentralização, que foi algo novo e que não fazia parte das suas ambições, tornou a requalificação, especialmente das escolas de 2.º e 3.º CEB e Secundárias, uma prioridade e garante que o município tem conhecimento “em termos de calendário e em termos de projeto da obra, o que é que, em termos de reabilitação” tem que fazer. Para além desta alteração, que obrigou a “uma mudança incrível” neste eixo estratégico, manifesta preocupação em acolher os muito imigrantes que chegam à cidade, que obriga a “repensar, de uma forma urgente” numa “solução”:

Portanto, aqui não há CE a médio prazo ou longo prazo. Porque há necessidade de pegar na CE e de arranjar uma solução a curto prazo, não é? E para o ano temos que encontrar uma solução para o pré-escolar, e para o outro, ou daqui a 2 ou 3 anos temos que ter outra solução para o 1.ºCEB. (V. Edu)

A Chefe de DPEML afirma que neste momento está a ser concluída a segunda fase da CE, a fase das propostas de intervenção, assim como o plano de monitorização, que espera que esteja concluído dentro de 2 a 3 meses.

Comentário à informação recolhida

No que concerne à participação, percebemos que durante a fase de elaboração das CE, o município de Leiria desenvolveu dinâmicas que permitiram a criação de momentos participados, de auscultação, envolvendo desta forma diretores, pais e outros parceiros com responsabilidades na educação local. Esta participação alargada no planeamento da educação tem vários propósitos:

- Tirar partido do conhecimento tácito e validar informação.
- Aumentar a transparência, accountability e legitimidade das políticas.
- Adequar as medidas às preferências e expectativas dos agentes.
- Capacitação institucional e mobilização para a ação. (Duarte *et al*, no prelo)

Esta abertura à participação é, de acordo com Borges *et al* (no prelo), uma das características fundamentais do planeamento democrático. Esta iniciativa vai de encontro ao sugerido por Édio Martins (2005) que considera que as propostas a incluir na CE “devem ser princípios orientadores de uma acção convergente de muitas instituições e vontades, de parceiros sociais com perspetivas diversas da mesma realidade” (p.146). O autor considera ainda que estas propostas tornam-se assim uma “manifestação da autonomia e da territorialização” defendendo que nesta situação,

Territorialização significa assim o esforço de aproximação e integração (numa cadeia potenciadora da formação de comunidades educativas) das várias escolas, dos outros agentes e contextos educativos, dos públicos, das associações e das autoridades locais relevantes, em processos de parceria e de co-responsabilização. (Martins, 2005, p. 144)

Esta territorialização das políticas educativas decorre, segundo Barroso (1995), do novo tipo de relações entre o central e o local.

Tal como é referido, consideramos que no caso do concelho de Leiria a CE, como instrumento de planeamento, possibilita a existência de uma “visão prospetiva e aglutinadora de todas as entidades e pessoas que ou prestam ou estão ao serviço daquilo que é a territorialização educativa” (Diretor C), influenciando, através de uma visão coletiva, de todos, as políticas educativas locais.

No que concerne à maleabilidade, verificamos que os entrevistados consideram que a CE de 2007 demonstrou ser capaz de se adaptar e de se ajustar aos diferentes desafios decorrentes das alterações à realidade local, comprovando o conceito de Martins (2005) de que a CE, “e muitas das suas propostas, são predominantemente de final aberto” (p.147).

O conceito da Carta Educativa adotado revela assim, uma concepção dinâmica de planeamento, não constituindo um documento acabado mas apresentando-se como uma prática sistemática e continuada de análise e intervenção na realidade escolar. (Costa & Barbosa, 2002, p. 189)

Apesar das estratégias de adaptabilidade previstas no planeamento (Chefe de DPEML) terem respondido às alterações do número de turmas/grupos ou salas, o problema da sobrelotação das escolas da cidade que o concelho de Leiria atravessa, resultante de um fluxo que a autarquia não esperava (V. Edu.), tem sido respondido através do trabalho colaborativo e do aumento do número de turmas em desconformidade, proporcionando um esforço extra não só do pessoal docente mas de todas as pessoas envolvidas na inclusão das crianças (V. Edu.). Por experiência própria, resultante de estarmos em comissão de serviço na direção de um agrupamento de escolas da cidade, devemos acrescentar que, na maioria das vezes a Direção Geral do Estabelecimentos Escolares – Centro (DGESTE Centro) envia, aos vários diretores de agrupamentos da cidade, um ofício a solicitar a articulação entre diretores de modo a responder à colocação administrativa de alunos. Esta questão da sobrelotação das escolas da cidade é uma das fraquezas identificadas na matriz SWOT, presente no Relatório Preliminar da CE 20-30. Por outro lado, podemos considerar que a Adenda 2010, de que a CE de 2007 foi alvo, como um exemplo claro da capacidade (e necessidade) de ajustar a CE e respetivas propostas sempre que se verifique uma desadequação da rede. A necessidade de revisão é assegurada no artigo 15.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019.

- 1 - Revestem a forma de revisão da carta educativa as alterações da mesma que se reflitam significativamente no ordenamento da rede educativa anteriormente aprovado, designadamente a criação ou o encerramento de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino.
- 2 - A revisão das cartas educativas é obrigatória quando a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, devendo o processo de revisão ser iniciado a solicitação do departamento governamental com competência na matéria ou dos próprios municípios.
- 3 - A carta educativa é obrigatoriamente revista de 10 em 10 anos.
- 4 - À revisão da carta educativa são aplicáveis os procedimentos previstos para a respetiva aprovação. (D.L. n.º 21/2019, artigo 15.º)

Verificamos também que “sempre que é necessário as alterações acontecem” (Diretora B) e que as dinâmicas de proximidade e capacidade de auscultação das diferentes equipas educativas ou vereações (Diretor C) são extremamente importantes, não sendo a CE, no caso do concelho de Leiria, uma condicionante das política educativas locais.

Relativamente às mais valias, potencialidades ou limitações da CE, verifica-se que a opinião generalizada dos entrevistados é a de que este documento apenas se tornará limitativo se não envolver todos os intervenientes e responsáveis locais e se se apresentar de um modo demasiado rígido, com critérios demasiados severos, o que, sublinharam, não tem sido a prática do concelho de Leiria. A capacidade prospetiva e de projetar o futuro deste documento é enaltecida pela maioria daqueles que responderam à entrevista. Também João Pinhal (2012) eleva esta potencialidade.

Com a elaboração da carta educativa, procede-se à concepção de uma ideia para o futuro do sistema educativo local, uma vez que está em causa pensar-se nos equipamentos educativos necessários a médio e a longo prazo, bem como nas formações a proporcionar à população escolar e não escolar. A elaboração da carta assume, assim, o carácter de um verdadeiro planeamento estratégico da intervenção educacional no território, constituindo-

se como um referencial instrumental do desenvolvimento do sistema educativo local.
(Pinhal, 2012, p. 278)

Contudo, esta “ideia para o futuro do sistema educativo local” identificada por João Pinhal deve ser sustentada por um diagnóstico que seja “um retrato fiel e real” do território (Diretora B), que implique “processos de auscultação” amplos e repetidos e que proporcione recursos para uma análise sistemática (Diretor C).

Torna-se por isso necessária uma partilha das responsabilidades entre todas as entidades que se movem no espaço social (...). É neste contexto que cada vez mais se assume a necessidade de existirem políticas territorializadas, com acções adaptadas à realidade local, implicando concertação entre parceiros, mas, também, com regimes contratualizados entre todos os parceiros de forma responsabilizada e pedindo sempre solidariedade em torno de um objeto. (Martins, 2005, p.144)

Podemos considerar que esta partilha de responsabilidades, resultante dos acordos e consensos obtidos nos processos de auscultação e de elaboração da CE, influenciarão, indubitavelmente, a CE final.

As mais valias reconhecidas pelos entrevistados relacionam-se com o facto de a CE proporcionar “diálogos como todos os outros parceiros” (Diretor TEIP) ou a requalificação do parque escolar (Diretores C e D). Ainda assim, existe a preocupação de este ser um documento que depende das pessoas que ocupam os lugares cimeiros das hierarquias (Diretor C, Diretor D e V. Edu.).

Por não ter sido objeto da CE prevista no Decreto-Lei n.º 7/2003, 15 de janeiro, e por ausência de indicadores (Diretor C), não encontramos relações diretas entre a promoção do sucesso escolar e a CE de 2007. Ainda assim os diretores e diretoras entrevistados reconhecem que terá havido um impacto indireto na medida em que houve significativas melhorias ao nível do parque escolar (ao nível do 1.ºCEB e do Pré-Escolar), do conforto dos diversos espaços e na melhoria dos serviços. A responsável pelo acompanhamento da elaboração da CE de 2007 e coordenadora da equipa da carta atualmente em elaboração, a Chefe de DPEML, reconhece que a promoção do sucesso educativo não era a “preocupação” primordial. Como verificado na análise ao Relatório Preliminar

da CE 20-30, esta “preocupação” será patente na nova carta do concelho, sendo o sucesso dos alunos um dos pilares que suportarão a CE 20-30.

Verificou-se também que, na opinião dos entrevistados, a CE de 2007 não interferiu com a autonomia da escola. Mais, foi referido que o facto de a CE 20-30 abranger já todos os níveis de ensino, poderá vir a facilitar a autonomia das escolas (Diretor D), ao mesmo tempo que contribui para uma melhor redefinição do território educativo e das ofertas educativas (Diretor C). Este reforço de autonomia da escola foi previsto por João Barroso (1996) que considerava que a territorialização das políticas educativas está relacionada com o processo de reforço da autonomia das escolas, sendo a transferência de competências para as autarquias e a co-responsabilização da sociedade local na prestação do serviço público dimensões complementares desse mesmo processo, não podendo, portanto ser ignoradas. Enquanto Costa & Barbosa (2002) asseguram que a CE “contribui para o reforço do regime de autonomia e gestão das escolas” (p. 189/190), David Justino (2016) considera que a autonomia é um “fim a que se quer chegar e a descentralização deverá ser o processo que a concretiza” (Justino, 2016, p. 109). Por outro lado, também o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, faz referência, no seu preâmbulo, à salvaguarda da autonomia pedagógica e curricular dos AE / ENA.

Quando questionados se a CE está ao serviço da descentralização ou da municipalização, os entrevistados atestam que, no caso do concelho de Leiria, por via de um trabalho colaborativo realizado em comunidade educativa, da base para o topo, a CE tem servido a descentralização. Costa & Barbosa (2002) consideram que “do ponto de vista da Administração Escolar” a CE “pode considerar-se uma etapa para a descentralização das políticas educativas” (p.189). Apesar de, no caso do concelho de Leiria, a CE servir a descentralização, não significa que o mesmo se aplique a outros lugares do país, pois, também neste aspecto, “tudo depende das pessoas” e dos seus interesses.

Vários entrevistados reforçaram a importância da monitorização, tendo até assinalado que se não existirem recursos que permitam uma monitorização “sistémica e sistemática” (Diretor C), a CE corre o risco de tornar-se limitativa. Por considerar a monitorização uma etapa “extremamente importante”, e apesar de apontar momentos de reflexão, “pontos de situação intermédios” e “discussão da rede”, verificamos que é intenção do município ir mais longe criando quase que um observatório (V. Edu). Costa & Barbosa avançavam já em 2002 com a lógica de observatório, aqui mencionada pela vereadora, aplicada à monitorização das CE.

O controlo da Carta Educativa, de concretização prospectiva e a diferentes escalas, insere-se perfeitamente numa lógica de observatório, porque os momentos oportunos para aferir o sistema educativo não coincidem com datas pré-estabelecidas, pelo que nos parece que a existência de tal entidade seria a estrutura melhor capacitada para poder cumprir a função avaliação nos seus diversos níveis. (Costa & Barbosa, 2002, p. 198)

Também Duarte *et al* (no prelo) realçam a importância dos mecanismos de monitorização e avaliação.

Aos instrumentos vocacionados para o planeamento prospetivo da educação, e como foi realçado pelas orientações internacionais, tem também acrescido a necessidade de desenvolver mecanismos de monitorização e avaliação. De facto, a necessidade de prestar contas e de melhorar processos e resultados tem realçado a necessidade de recolher e tratar um conjunto cada vez mais alargado de indicadores, e também de implementar mecanismos de avaliação que sejam sensíveis às especificidades socioeducativas locais. O grande repto centra-se, nesta questão, em reunir informação e conjugar diferentes métodos, qualitativos e quantitativos, que permitam monitorizar dinâmicas e políticas locais numa perspetiva comparada, mas também direcionada. (Duarte *et al*, no prelo, p.6)

A criação e desenvolvimento de mecanismos de monitorização e avaliação, facilitará portanto a adequação das CE ao contexto, proporcionando uma mais eficaz e mais rápida resposta às necessidades locais.

Verificamos ainda que a identificação e gestão das ofertas formativas no caso dos agrupamentos de escolas, dependem essencialmente dos recursos humanos disponíveis, assumindo que por vezes as ofertas podem estar enviesadas relativamente às necessidades locais. A falta de autonomia na contratação de professores ou a limitação dos espaços físicos, são alguns dos impedimentos identificados pelos diretores. Assim,

As escolas mobilizam o seu engenho e arte para continuar a realizar cabalmente as suas actividades pedagógicas e dar resposta à multiplicidade de exigências que lhe são feitas, mesmo com os recursos pouco preparados para os novos desafios. Ao mesmo tempo que lhes estimulam as suas capacidades criadoras (...). (Martins, 2005, p.139)

De facto, verificamos que no caso de alguns agrupamentos existiu esta mobilização do “engenho e arte” no que à gestão dos recursos humanos diz respeito.

No entanto, assinalamos o facto de os dirigentes desejarem que a CE 20-30 integre uma redefinição da oferta educativa do concelho ao mesmo tempo que fazem referência à necessidade de estabilização da rede e à definição clara das áreas de influência de cada escola.

No que diz respeito ao ensino profissional, a Chefe de DPEML assume que a elaboração da CE de 2007 permitiu detetar situações de concorrência entre escolas. Apesar de o incentivo à oferta profissionalizante no concelho estar previsto no eixo de intervenção 3 do GECE, verificamos que no caso das ofertas profissionalizantes não há lugar a “engenho” ou “arte”, uma vez que é seguido o “funcionamento tradicional do comando de cima para baixo” (Martins, 2005, p.146). Assim a administração central define as prioridades em termos de cursos para cada região, havendo depois uma negociação entre os diretores constituintes da comunidade intermunicipal. O Conselho Nacional de Educação (CNE) “tem vindo, desde há muito, a refletir sobre o ensino profissional” (2021, p.1) e faz algumas sugestões sobre a rede, das quais destacamos a necessidade de uma “construção conjunta e sistemática de uma visão partilhada sobre o valor e o lugar do ensino profissional no território” ou “envolvimento dos municípios e entidades intermunicipais na seleção de prioridades e na mobilização de agentes e recursos” (p.20).

Sendo a gestão das ofertas de educação e formação um dos aspetos fulcrais da CE visto que se trata de um dos objetivos essenciais do documento, influenciando (ou condicionando) de forma vinculada a política educativa do concelho, acreditamos que ela própria pode ser condicionada pelas orientações da administração central.

Finalmente, um breve comentário ao plano de transportes que deve integrar a CE. Percebemos que no caso da CE de 2007, o plano de transportes nem sempre respondeu às necessidades e que, no caso concreto do concelho de Leiria, este é considerado um dossiê de difícil gestão. Contudo a sua importância é realçada pelo ponto 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º21/2019 na medida em que

“o plano de transporte escolar visa assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação pré-escolar e à educação escolar, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais no âmbito da educação inclusiva”. Ora se a CE não incluir um plano de transporte robusto, capaz de dar resposta à necessidades, assistiremos portanto a um condicionamento das políticas educativas locais.

CONCLUSÕES

O percurso da descentralização da administração educativa em Portugal é relativamente recente. Conceitos como delegação, transferência ou desconcentração de competências são comumente confundidos com o conceito de descentralização previsto na Constituição Portuguesa e na Lei de Bases do Sistema Educativo. A concretização do quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da educação, através da publicação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, conduziu a uma partilha de poderes entre a administração central e o local. Com a ampliação do âmbito de intervenção das autarquias em educação assistimos, portanto, a mudanças na administração e gestão do sistema educativo.

A CE de 1.ª geração é um dos instrumentos de política educativa local, fundamental no planeamento da rede escolar, cuja elaboração é, desde 2003, pela publicação do Decreto-Lei n.º 3/2007, de 15 de janeiro, da responsabilidade das autarquias. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 21/2019, a Carta Educativa de 2ª geração vem definir a visão e a estratégia municipal para a área educativa em geral e as estratégias para a promoção do sucesso educativo em particular.

No caso do concelho de Leiria, a elaboração da CE de 1.ª geração foi conduzida por uma equipa externa ao município mas a elaboração da CE de 2.ª geração, é agora da inteira responsabilidade do município.

Tendo em consideração a pergunta inicial de investigação e os objetivos traçados, enquadrámos o estudo no paradigma qualitativo de pesquisa. O recurso a métodos de investigação qualitativos prendeu-se com o facto de estes permitirem desenvolver o conhecimento através da compreensão, descrição e interpretação. Por se tratar de compreender e relatar um determinado assunto, num contexto próprio e delimitado, optámos pelo estudo de caso.

Pela análise dos documentos encontrámos diferenças entre as CE de 2007 e o Relatório Preliminar da CE de 20-30. As alterações legislativas ocorridas durante este período de tempo foram significativas no que à descentralização de competências diz respeito, culminando na publicação do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Podemos conferir que a CE de 2007 é considerada de 1.ª geração enquanto que a CE que neste momento se encontra em elaboração é considerada de 2.ª geração. Apesar de a CE de 20-30 não estar concluída, a análise dos dois documentos permitiu compreender que a segunda CE do concelho de Leiria, terá uma abordagem diferente da primeira. Para esta diferença contribuirá com certeza o facto de a CE de 2007 ter sido elaborada por uma empresa externa enquanto que a elaboração da próxima CE é da inteira responsabilidade do município. Este recurso a uma equipa de técnicos locais que detêm um conhecimento muito preciso

da realidade, poderá contribuir para que a nova CE seja um retrato mais aproximado e fiel do contexto local. Por outro lado, ao mesmo tempo que verificamos a inclusão no relatório da equipa multidisciplinar PIICIE, percebemos que o diagnóstico da nova CE é aprofundado pela integração de pontos relacionados com a inclusão, a multiculturalidade ou os resultados escolares. Assinalamos também o facto de o PEM ser incluído na CE de 20-30, aproximando desta forma a CE das políticas educativas locais e do planeamento estratégico na educação local, no seu todo. É possível ainda verificar que a nova CE terá como objetivos que vão além da requalificação, manutenção e modernização dos edifícios, mobiliários e equipamentos (objetivo 2). A este juntam-se a eliminação da sobrelotação das escolas da malha urbana (objetivo 1) e a promoção do sucesso e qualidade educativa, apoios às famílias e ajuste de transportes escolares (objetivo 3).

Outra fonte de dados foram entrevistas realizadas aos diretores dos agrupamentos escolares de Leiria, à diretora da escola profissional de Leiria, à vereadora da educação da Câmara Municipal de Leiria e à chefe de divisão de Programas Educativos do Município de Leiria.

Para analisar a influencia da CE sobre a politica local consideramos vários descritores. Um deles, a participação dos AE e Encarregados de Educação na elaboração das CE, permitiu-nos entender que os representantes dos pais e encarregados de educação foram convidados a participar na elaboração das duas CE, tendo assento em diversas reuniões de trabalho, em sessões de auscultação, principalmente naquelas que tinham na ordem de trabalhos o possível encerramento de escolas ou a construção de centros escolares. Foi também referido que a sociedade em geral tem sido mais participativa, e que as associações de pais em particular, têm-se tornado mais pró-ativas e mais atentas e que também por isso, a participação na elaboração da carta que agora se encontra em construção tem sido mais sentida.

Apesar de a primeira CE ter decorrido da aplicação de um modelo padrão, segundo os entrevistados, os AE consideram que as CE resultam de um processo participado. Esta participação resulta normalmente na resposta a convites/desafios apresentados em reuniões, na partilha de dados relativos às escolas e agrupamentos de escolas. Também segundo os entrevistados os níveis de auscultação foram maiores na CE que agora se encontra em elaboração, do que na CE de 2007. A maior fragilidade detetada em torno da CE prende-se com a formação profissional. Tal como foi referido pela sua representante, a EPL parece situar-se “nas franjas do sistema educativo”, sendo a sua participação limitada à resposta a inquéritos e à partilha de dados gerais sobre a escola. Compreender a maleabilidade das CE foi outro dos nossos objetivos. Segundo os entrevistados a maleabilidade é uma das características deste instrumento. Na opinião dos entrevistados, nem poderia ser de outra forma, uma vez que se quer que a CE seja um instrumento de planeamento e

orientador, mas também um instrumento dinâmico com maleabilidade suficiente para se adaptar às alterações das realidades socioeconómicas e demográficas locais.

No que diz respeito à identificação das necessidades formativas espelhada nas CE, a análise dos dados obriga-nos a refletir sobre este ponto da perspetiva do ensino regular e profissional em separado.

No ensino regular a identificação das ofertas formativas nas escolas decorre, principalmente, da existência dos recursos humanos. Foi reforçado que a falta de autonomia da escola na contratação de professores invalida a abertura de ofertas para os quais não tenham recursos. Pela experiência dos entrevistados, a oferta formativa requer uma gestão eficiente dos recursos humanos, que são potenciados e estimulados conforme a aptidão/vocação que apresentam para determinado tipo de área. Como não poderia deixar de ser, a oferta formativa depende igualmente dos espaços físicos e dos equipamentos disponíveis.

Relativamente ao ensino profissional, na opinião dos entrevistados, o planeamento e a concertação da rede de ofertas profissionalizantes obedece a princípios orientadores e critérios emanados pela ANQEP e pelo Ministério da Educação, que definem não só o número máximo de referência de turmas a atribuir em cada entidade intermunicipal como também o número de turmas associadas a cada curso profissional. No caso concelho de Leiria, o município recebe as propostas dos diretores e promove uma reunião concelhia, antes da realização da reunião em sede de CIMRL, em que estão representados os 10 municípios. Nestas reuniões há lugar a negociações e ajustes que têm como objetivo a adequação das ofertas à necessidade, por um lado, e ao suprimento da sobreposição de ofertas, por outro. No caso particular da Escola Profissional de Leiria, a estratégia tem sido, ao longo dos últimos anos, manter a tradição em determinadas áreas, para as quais já possui licenças e recursos humanos e físicos.

Embora a promoção do sucesso escolar não tenha sido um dos objetivos da CE de 2007, a perceção é a de que existiu impacto nos resultados consequente do melhoramento do parque escolar, pelas melhorias ocorridas nos edifícios e nas salas, nomeadamente nível dos recursos e do conforto dos espaços.

Assim, apesar de serem reconhecidas características que poderão tornar as CE num documento “perverso”, conforme a forma como é usado pelas pessoas responsáveis, a opinião generalizada é a de que, no caso do concelho de Leiria, as CE proporcionaram condições de diálogo e de trabalho colaborativo que facilitaram o diálogo e o envolvimento de toda a comunidade educativa, contribuindo assim para melhorar a resposta dada às necessidades educativas locais.

Relativamente aos aspetos que dizem ser importante a melhorar destacamos o plano de transportes escolares e a monitorização. Dizem-nos que a rede de transportes escolares existente é um dos

maiores desafios do concelho uma vez que, segundo os entrevistados, nem sempre respondeu às necessidades. Foi reconhecido ainda que esta dificuldade pode pôr em causa a reorganização da rede. Já a monitorização das CE foi considerada como uma componente de elevada importância, que deve ser melhorada e que deverá acontecer de forma sistémica e sistematizada, tendo a vereadora da educação sugerido que está poderá funcionar como se de um observatório se tratasse. Percebemos que se deseja a continuação do trabalho em parceria, com maior ajuste das respostas ao contexto. A CE de 2ª geração é considerada como uma oportunidade para redefinir a oferta educativa do concelho, tendo em conta o desafio imposto pela sobrelotação das escolas da malha urbana.

A maioria dos entrevistados reconhece mais-valias e aponta potencialidades às CE, facto de crucial importância tendo em conta que se trata de documentos que almejam a participação de todos.

Concluindo, no que diz respeito à descentralização e autonomia das escolas, pelos testemunhos recolhidos, percebemos que descentralização não interferiu na autonomia das escolas e que esta poderá sair reforçada com a recente descentralização de competências. Contudo, não deixa de ser inquietante perceber que a realidade que aqui apresentamos poderá não ser aquela que se sente noutras zonas do país, de acordo com a sensibilidade e experiência de alguns entrevistados.

Pela análise documental e pela opinião dos entrevistados, é inegável a influência da CE nas políticas educativas locais. Se noutros tempos a Carta Escolar impunha uma determinada rede verificamos que na CE de 2ª geração, as políticas educativas locais orientam a construção deste instrumento. Como nos foi revelado pela Chefe de DPEML, a nova CE articulará não só com o PEM, mas com todas as intervenções na área da educação, onde se incluem os diferentes espaços. Em resposta à pergunta de partida orientadora do estudo consideramos que a CE do concelho de Leiria é encarada como uma mais valia, que sem ser limitativa ou condicionante, influencia e orienta para o futuro. Enquadra-se no que diz Édio Martins (2005): a propostas não devem expressar apenas a vontade político-institucional mas sim “princípios orientadores de uma ação convergente de muitas instituições e vontades, de parceiros sociais com perspetivas diversas da mesma realidade” (p. 145/146).

Limitações do estudo e proposta de futuras investigações

Por se tratar de um estudo de caso, num contexto específico, e com recurso à opinião de apenas alguns interlocutores, apontamos a impossibilidade de generalização das conclusões obtidas a todos os intervenientes na elaboração das CE como a grande limitação deste estudo.

Para futuras investigações consideramos que seria interessante obter um retrato mais alargado sobre a relação entre as CE e as políticas educativas locais. Assim, sugerimos encetar este alargamento pela replicação do estudo às restantes autarquias que compõem a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, A. d. (2004). O Papel dos Municípios na Educação em Portugal. *Revista Iberoamericana De Educación*, 35(1), 1-13.
- Almeida, L. S., & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Amaro, R. R. (1996). Descentralização e desenvolvimento em Portugal - algumas perspectivas, tendo especialmente em conta a questão da educação. Em J. Barroso, & J. (. Pinhal, *A Administração da Educação - os caminhos da descentralização* (pp. 15-24). Lisboa: Edições Colibri.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barroso, J. (1996). Introdução do Forum Português de Administração Educacional. Em J. Barroso, & J. Pinhal, *A administração da Educação: os caminhos da descentralização* (pp. 9-12). Lisboa: Colibri.
- Barroso, J. (1997). *Autonomia e Gestão das Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Barroso, J. (1998). O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. Em N. S. Ferreira, *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios* (pp. 11-32). São Paulo: Cortez Editora.
- Barroso, J. (2002). A investigação sobre a escola: contributos da Administração Educacional. *Investigar em Educação - Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, vol. 1, nº1, , 277-325.
- Barroso, J. (2016). A Administração Local da Educação: da descentralização à territorialização das políticas educativas. *Processos de Descentralização em Educação* (pp. 22-36). Lisboa: CNE - Conselho Nacional de Educação.
- Batista, S. (2014). Políticas de Descentralização para o nível local: sentidos de evolução do papel dos municípios na educação. Em M. d. Rodrigues, *40 anos de Políticas de Educação em Portugal, Vol.II* (pp. 405-420). Coimbra: Almedina.
- Batista, S. (2016). A (Re)Distribuição de Responsabilidades entre Atores Educativos: uma perspetiva europeia. *Processos de Descentralização em Educação* (pp. 38-49). Lisboa: CNE - Conselho Nacional de Educação.
- Bell, J. (2002). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Bico, J. M. (2019). *Descentralização da educação no Concelho de Setúbal - O papel do Conselho Municipal de Educação*. Lisboa: Universidade Aberta (não editado).

- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Borges, M., Marques, J. L., & Castro, E. (no prelo). A participação no apoio ao planeamento estratégico. Em *Compêndio de Políticas Urbanas, no âmbito do Projeto de Investigação SPLACH*.
- Canário, M. B. (1996). Descentralização e Projeto Educativo Local. Em J. Barrosos, & J. Pinhal, *A Administração da Educação: os caminhos da descentralização* (pp. 67-74). Lisboa: Edições Colibri.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação - Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CNE. (2021). *Recomendação - Perspetivar o futuro do Ensino Profissional*. Obtido de https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Recomendacao__Perspetivar_o_futuro_do_Ensino_Profissional.pdf
- Cordeiro, A. M. (2014a). O lugar dos municípios no planeamento e gestão da rede escolar em Portugal. Em M. d. Rodrigues, *40 anos de Políticas de Educação em Portugal, Vol. II* (pp. 421-450). Coimbra: Almedina.
- Cordeiro, A. M., & Martins, H. A. (2013). A Carta Educativa Municipal como instrumento estratégico de reorganização da rede educativa: tendências de mudança. *Cadernos de Geografia, n.º 32*, 339-356.
- Cordeiro, A. M., Martins, H. A., & Ferreira, A. G. (2014b). As cartas educativas municipais e o reordenamento da rede escolar no Centro de Portugal_ das condições demográficas às decisões políticas. *Ensaio: aval. públ. Educa.*, 581-608.
- Costa, D., & Barbosa, D. (2002). A Carta Educativa como instrumento de planeamento e gestão. *GeoINova 5*, 187-204.
- DGEEC, DGESTE, & IGEFE. (2021). *Guião para elaboração da Carta Educativa*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Duarte, J., Wolf, J., & Marques, J. L. (no prelo). Métodos e desafios no planeamento da rede de equipamentos escolares. Em *Compêndio de Políticas Urbanas, no âmbito do Projeto de Investigação SPLACH*.
- Eurydice. (2007). *Autonomia das Escolas: Políticas e medidas*. Lisboa: Eurydice, Unidade Portuguesa.
- Fernandes, A. (1996). Os Municípios Portugueses e a Educação - normas e as práticas. Em J. Barroso, & J. Pinhal, *A Administração da Educação: os caminhos da descentralização* (pp. 113-124). Lisboa: Edições Colibri.

- Fernandes, A. S. (1987). A Distribuição de Competências entre a Administração Central, Regional, Local e Institucional Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo. *A Gestão do Sistema Escolar* (pp. 103-148). Lisboa: Comissão de Reforma do Sistema Educativo - GEPME.
- Fernandes, A. S. (2005). Descentralização, desconcentração e autonomia dos sistemas educativos: uma panorâmica europeia. Em J. Formosinho, A. Fernandes, J. Machado, & F. Ferreira, *Administração da Educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 53-89). Porto: ASA.
- Formosinho, J. (2005). Centralização e descentralização na administração da escola de interesse público. Em J. Formosinho, A. S. Fernandes, J. Machado, & F. I. Ferreira, *Administração da Educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 13-52). Lisboa: Edições ASA.
- Formosinho, J., & Machado, J. (2000). A administração das escolas no Portugal Democrático. Em J. Formosinho, F. I. Ferreira, & J. Machado, *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas* (pp. 31-63). Porto: Edições ASA.
- Formosinho, J., & Machado, J. (2004). Evolução das Políticas e da Administração da Educação em Portugal. *Revista do Fórum Português da Administração Educacional*, 6-31.
- Formosinho, J., & Machado, J. (2013). A regulação da educação em Portugal - do Estado Novo à democracia. *Revista Educação - Temas e Problemas*, 12 e 13, 27-40.
- Fortin, M.-F. (1999). *O Processo de Investigação - da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Graça, A., & Silva, J. M. (2015). Leiria Conselho Educador - percurso de uma política educativa local. *Revista Interações*, 65-74.
- Justino, D. (2013). Descentralização: Políticas e Dinâmicas Escolares em Contextos Municipais. Em Á. Adão, & J. (. Magalhães, *História dos Municípios na Educação e na Cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje* (pp. 93-115). Lisboa: Instituto da Educação - Universidade de Lisboa.
- Justino, D. (2016). Encerramento do Seminário. *Processos de Descentralização em Educação* (pp. 93-112). Lisboa: CNE - Conselho Nacional de Educação.
- Leiria, C. M. (2014). *Plano Diretor Municipal - TOMO I - Regional - Local, Vol. II*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.
- Machado, J. (2021). Autonomia da Escola: génese e evolução de uma "política nacional". *EdusSer*, 13(2), <https://doi.org/10.34620/eduser.v13i2.165>.

- Martins, É. (. (2000). *Manual para Elaboração da Carta Educativa*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospecção e Planeamento.
- Martins, É. (2005). Carta Educativa: Ambiguidades e Conflitualidades. *Revista Lusófona de educação, núm. 6*, 139-151.
- Martins, G. C. (1981). Centralização e Descentralização. Em M. Silva, & M. I. Tamen, *Sistema de Ensino em Portugal* (pp. 95-116). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nogueira, J. F. (1855). *Estudos sobre a Reforma em Portugal*. Lisboa: Typographia Social.
- Pinhal, J. (2012). *Os Municípios Portugueses e a Educação: treze anos de intervenções (1991-2003)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - FCT.
- Pinhal, J. (2013). Os municípios e a oferta formativa. Em Á. Adão, & J. (. Magalhães, *História dos Municípios na Educação e na Cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje* (pp. 131-147). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Prata, M. (2004). Autarquias e educação: das competências legais às competências morais - uma interbenção emergente. Em J. Costa, A. Neto-Mendes, & A. (. Ventura, *Políticas e gestão local da educação* (pp. 173-190). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais - trajetos*. Lisboa: Gradiva.
- Sá, E. (1996). A desconcentração e a descentralização da administração educativa. Em J. Barroso, & J. Pinhal, *A Administração da Educação - os caminhos da descentralização* (pp. 131-141). Lisboa: Edições Colibri.
- Santos, S., Duarte, J., & Marques, J. (2019). Quadro de referência aplicado aos instrumentos de gestão da rede e da política educativa à escola local. *Revista de Desarrollo Sustentable, Negocios, Emprendimiento y Educación RILCO DS, n 1*, 1- 19.
- Stoer, S. R. (1983). A reforma de Veiga Simão no ensino: projeto de desenvolvimento social ou 'disfarce humanista'? *Análise Social, 19* (77-78-79), 793-882.
- Tuckman, B. W. (2002). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- Adenda à Carta Educativa de Leiria (2010)
- Carta Educativa de Leiria – Diagnóstico Prospecção – AMAE (2007)
- Carta Educativa de Leiria – Proposta de Reordenamento da Rede Educativa (2007)

- Carta Educativa de Leiria 20 30 – Relatório Preliminar (2020)
- Plano Diretor Municipal de Leiria (2014)

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro – Estabelece a regulamentação da gestão das escolas
- Lei n.º 5/77, de 1 de fevereiro – Cria o sistema público de educação pré-escolar
- Lei n.º 79/77, de 25 de outubro – Define as atribuições das autarquias e competências dos respetivos órgãos
- Decreto-Lei n.º 542/79, de 31 de dezembro – Aprova o Estatuto dos Jardins-de-Infância
- Lei n.º 3/79, de 10 de janeiro – Eliminação do analfabetismo
- Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de março – Estabelece o regime da delimitação e da coordenação das atuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos
- Lei n.º 46/86, de 14 de outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo
- Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de março – Estabelece o regime da delimitação e da coordenação das atuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos
- Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de março - Revê a Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro, no sentido da atualização e reforço das atribuições das autarquias locais e da competência dos respetivos órgãos
- Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro – Regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares
- Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro – Estabelece normas relativas à transferência para os municípios das novas competências em matéria de ação social escolar em diversos domínios
- Decreto-Lei n.º 31/87, de 9 de julho – Alteração do Decreto-Lei n.º 125/82, de 22 de abril – prevê na composição do Conselho Nacional de Educação de dois elementos a designar pela Associação Municipal de Municípios

- Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro – Cria as escolas profissionais no âmbito do ensino não superior
- Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de maio – Define o regime de direção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário
- Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro – Lei Quadro da Educação Pré-Escolar
- Decreto-lei 147/97, de 11 de junho – Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar pública e privada e define o respetivo sistema de organização e financiamento
- Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio – Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respetivos agrupamentos
- Lei n.º 159/99, de 14 de setembro – Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais
- Lei n.º 169/99, de 18 de setembro – Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias
- Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro – Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais
- Despacho 13313/2003, de 8 de julho – Ordenamento da rede educativa em 2003-2004
- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril – Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário
- Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho – Quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação
- Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais
- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação

ANEXOS

ANEXO I

Guiões das Entrevistas

- Boa tarde. Autoriza a gravação áudio da entrevista?
- Há quanto tempo é que exerce funções docentes neste agrupamento e há quanto tempo é diretor?
- Que cargos exercia durante o mandato da Direção anterior? (apenas para o diretor de AE de Marrazes)

- 1.1. Participou na elaboração da CE de 2007?
- 1.2. Como avalia o nível de participação do Agrupamento de Escolas na elaboração da Carta Educativa?
- 1.3. Como são envolvidos os pais e encarregados de educação no processo diagnóstico prospetivo?
- 1.4. Considera que os procedimentos adotados pelo município no processo de elaboração das CE são suficientes e que respondem aos interesses do Agrupamento e da comunidade que representa?

- 2.1. Depois de definida a rede escolar e a oferta educativa do Agrupamento, como avalia a maleabilidade da CE ao longo do tempo?
- 2.2. As alterações efetuadas, abertura ou fecho de salas, aumento ou diminuição do número de turmas/salas, são articuladas com o município? Ou apenas com a DGESTE Centro?
- 2.3. Considera a CE como um instrumento facilitador ou como um instrumento dificultador da autonomia da Escolas?
- 2.4. É conhecido o problema de lotação das turmas no concelho de Leiria. Considera que a CE demonstrou ser um documento capaz, num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico?

- 3.1. Quais são para si as potencialidades da CE?
 - 3.1.1 E as limitações?
- 3.2. No caso do Agrupamento que dirige, considera que a primeira CE teve impacto direto na promoção do sucesso escolar?
- 3.3. O conceito de CE prevê uma melhor utilização dos recursos educativos e uma racionalização dos recursos existentes. Considera que os alunos do Agrupamento, num sentido de equidade, beneficiam agora de condições mais favoráveis à aprendizagem?
- 3.4. A CE prevê ainda a reparação, manutenção e/ou construção de edifícios. Considera que houve uma melhoria efetiva do parque escolar deste agrupamento?

- 4.1. Como são identificadas as necessidades formativas neste Agrupamento?
- 4.2. a) O que pesa mais nas ofertas formativas: os recursos humanos existentes no agrupamento ou as necessidades da comunidade local?

- b) Como são identificadas as necessidades e as ofertas de ensino profissionalizante no Agrupamento?¹³
- 4.3. Tendo em conta período de vigência das CE, como é feita a gestão das ofertas formativas ao longo do tempo?
- 4.4. Considera que a CE contribui para a verdadeira descentralização dos poderes da Administração Central ou considera que as CE são mais uma ferramenta ao serviço da municipalização?
- 4.5. Considera que a CE trouxe “mais valias” para o seu AE/ENA?

a) ¹³ AE sem ensino profissionalizante
b) AE com ensino profissionalizante

- Boa tarde. Autoriza a gravação áudio da entrevista?
- Sabemos que a Dra. é professora. Quer falar-nos um pouco do seu percurso como docente e como foi a transição para o município de Leiria?

- 1.1. Como avalia o nível de participação dos AE e ENA na elaboração da Carta Educativa?
 - 1.2. Quais as iniciativas do município para a efetivação desse envolvimento?
 - 1.3. Como são envolvidos os pais e encarregados de educação no processo diagnóstico prospetivo?
-
- 2.1. Depois de definida a rede escolar e a oferta educativa do território, como avalia a maleabilidade da CE ao longo do tempo?
 - 2.2. Como é que o Município responde às diferentes necessidades de alterações à rede (abertura ou fecho de salas, aumento ou diminuição do número de turmas/salas, etc)?
 - 2.3. É conhecido o problema de lotação das turmas no concelho de Leiria. Considera que a CE demonstrou ser um documento capaz, num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico?
 - 2.4. Como ferramenta descentralizadora, considera que a CE vem reforçar a municipalização face à autonomia das escolas?
-
- 3.1. Quais são para si as potencialidades da CE?
 - 3.1.1. E as limitações?
 - 3.2. Considera que a primeira CE (2007) teve impacto direto na promoção do sucesso escolar do concelho de Leiria?
 - 3.3. O conceito de CE prevê uma melhor utilização dos recursos educativos e uma racionalização dos recursos existentes. Considera que os alunos do concelho, num sentido de equidade, beneficiam agora de condições mais favoráveis à aprendizagem?
 - 3.4. A CE prevê também a reparação, manutenção e/ou construção de edifícios. Considera que houve uma melhoria efetiva do parque escolar do concelho?
-
- 4.1. Como são identificadas as necessidades formativas no concelho?
 - 4.2. Como é distribuída a oferta do ensino profissionalizante do concelho?
 - 4.3. Tendo em conta período de vigência das CE, como é feita a gestão das ofertas ao longo do tempo? A articulação com o município e/ou outros agrupamentos é constante?

- *Boa tarde. Autoriza a gravação áudio da entrevista?*
- *Há quanto exerce funções de diretor(a)?*
- *Há quanto tempo existe esta relação com o ensino profissional?*

1- Perceber o nível de participação das Escolas e Agrupamentos de Escolas na elaboração da Carta Educativa (CE);

- 1.1. Participou na elaboração da CE de 2007?
- 1.2. Como avalia o nível de participação da EPL na elaboração da Carta Educativa?
- 1.3. Considera que os procedimentos adotados pelo município no processo de elaboração das CE são suficientes e que respondem aos interesses EPL e da comunidade que representa?
 - 2.1. Depois de definida a rede escolar e a oferta educativa, como avalia a maleabilidade da CE ao longo do tempo?
 - 2.2. As alterações efetuadas durante o período de vigência da CE articuladas com o município ou apenas com a tutela?
 - 2.3. É conhecido o problema de lotação das turmas no concelho de Leiria no que diz respeito ao ensino regular. Qual a taxa de ocupação dos cursos ministrados na EPL?
 - 2.4. Considera que a CE demonstrou ser um documento capaz, num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico?
 - 4.1. Quais são para si as potencialidades da CE?
 - 4.1.1. E as limitações?
 - 4.2. Considera que existe relação entre a CE e a promoção do sucesso escolar dos alunos da EPL?
 - 4.3. O conceito de CE prevê uma melhor utilização dos recursos educativos e uma racionalização dos recursos existentes assim como a reparação, manutenção e/ou construção de edifícios. Houve alterações nas condições e recursos da EPL?
- 1.2. Como são identificadas as necessidades formativas na EPL?
- 1.3. Considera que a CE contribui para a verdadeira descentralização dos poderes da Administração Central ou considera que as CE são mais uma ferramenta ao serviço da municipalização?
- 1.4. Considera que a implementação das CE trouxe “mais valias” para a EPL?

- Boa tarde. Agradeço a sua disponibilidade. Autoriza a gravação áudio da entrevista?
- Esta entrevista foi-nos sugerida pela Senhora Vereadora, que a reconhece como dos elementos do município que mais próximo das CE.

- 1.1. Quais são as suas responsabilidades, no que à CE diz respeito?
 - 1.2. Acompanhou a elaboração da CE de 2007?
 - 1.3. Quais foram, à época, as iniciativas do município para o envolvimento e auscultação dos AE e ENA?
 - 1.4. Considera que esse envolvimento foi reforçado e/ou melhorado no diagnóstico da CE de 20-30?
 - 1.5. Como são envolvidos os pais e encarregados de educação no processo diagnóstico prospetivo?
-
- 2.1. Depois de definida a rede escolar e a oferta educativa do território, como avalia a maleabilidade da CE ao longo do tempo?
 - 2.2. Como é que o Município responde às diferentes necessidades de alterações à rede (abertura ou fecho de salas, aumento ou diminuição do número de turmas/salas, etc)?
 - 2.3. É conhecido o problema de lotação das turmas no concelho de Leiria. Considera que a CE demonstrou ser um documento capaz, num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico?
 - 2.4. Como avalia a monitorização da CE? Poderão existir diferenças entre 2007 e 20-30?
-
- 4.4. A CE prevê também a reparação, manutenção e/ou construção de edifícios. Considera que houve uma melhoria efetiva do parque escolar do concelho?
 - 4.5. Considera que a primeira CE (2007) teve impacto direto na promoção do sucesso escolar do concelho de Leiria?
-
- 4.1. Como são identificadas as necessidades formativas no concelho?
 - 4.2. Como é distribuída a oferta do ensino profissionalizante do concelho?
-
- 5.1. Muito certamente conhecerá o Guia de Elaboração das CE, recentemente publicado pelo IGEFE. Em 2007 também existia algum tipo de plataforma?
 - 5.2. Quais as vantagens e as limitações da plataforma que agora se encontra disponível para submissão das CE?
 - 5.3. Em que ponto está a CE 20-30?

ANEXO II

Transcrição das Entrevistas

ENTREVISTA AO(A) DIRETOR(A) DO AGRUPAMENTO TEIP

Data e hora: 17/02/2022, 17h00

Local: Biblioteca do Agrupamento

Duração: 50 minutos

Justificação da entrevista e motivação do entrevistado

O entrevistado foi previamente contactado via email, onde constava o objetivo e tema do trabalho de investigação. Foi solicitada a sua colaboração e disponibilidade para realizar a entrevista, explicitando a importância da mesma para o estudo. O entrevistado foi informado sobre os objetivos do trabalho e foi-lhe garantido que as informações recolhidas eram utilizadas exclusivamente para fins deste estudo.

Entrevistador – Então boa tarde, Agrupamento de Escolas TEIP, quero em primeiro lugar, agradecer a disponibilidade. Quero perguntar se autoriza a gravação áudio da entrevista.

Diretor TEIP – Está autorizado.

Entrevistador – Há quanto tempo exerce funções de centros de agrupamento e há quanto tempo é diretor?

Diretor TEIP – Muito bem, exerço funções neste agrupamento há 24 anos e sou diretor há 6.

Entrevistador – 24 anos é bastante tempo. Bom, já fizemos aqui introdução ao tema que nos traz cá. Participou na elaboração da Carta Educativa de 2007?

Diretor TEIP – À data participei enquanto coordenador TEIP. Era coordenador TEIP, o agrupamento é um território educativo de intervenção prioritária e durante 12 anos, fui coordenador TEIP. Portanto, nesta data, em 2007, era coordenador TEIP.

Entrevistador – Como avalia o nível de participação do agrupamento de escolas na elaboração da CE?

Diretor TEIP – O nível de participação do agrupamento na elaboração da CE, foi à data, e tal como é agora, nesta nova CE que está a ser construída, feito por convite, ou seja, há pouca disponibilidade, houve na altura pouca disponibilidade do agrupamento para participar de uma forma muito ativa, com sugestões, propostas. Portanto, o agrupamento participou na altura aos desafios que lhe foram lançados em reuniões setoriais, com os coordenadores, com a direção à data, e na altura fui na dos coordenadores porque houve de coordenadores TEIP e coordenadores de departamento. E presumo que também fizeram reuniões com associações de pais e presidentes de juntas de freguesia.

Entrevistador – Muito bem. Basicamente aqui respondeu, como são envolvidos os pais encarregados de educação no processo de diagnóstico prospetivo? Aqui, não só de 2007 mas também 20/30.

Diretor TEIP – A questão do diagnóstico prospetivo é mais auscultar os pais sobre a aquilo que os preocupa. E aquilo que os preocupa aponta sempre para problemas que entretanto vão surgir. Por exemplo, no processo de diagnóstico prospetivo na elaboração desta CE já se anteveem problemas ao nível dos transportes, por exemplo. E os pais são envolvidos nessas reuniões setoriais, quando lhes é dada voz. E portanto, normalmente o município, faz-se acompanhar de uma equipa que está a elaborar a carta educativa e são elaboradas um conjunto de questões, mas depois há sempre um espaço de debate e de colocação de problemas e, portanto, é aí que quem está a elaborar a Carta pode beber essa informação.

Entrevistador – Considera que os procedimentos adotados pelo município no processo de elaboração das cartas educativas são suficientes e que correspondem aos interesses do agrupamento e da comunidade que representa?

Diretor TEIP – Aqui, eu entendo que os procedimentos adotados pelo município são os possíveis. Penso que pecam um pouco por não serem suficientemente abrangentes. Eu vou tentar clarificar esta ideia. O sentido de comunidade, de comunidade participante, na nossa cultura, na nossa tradição, ainda está a dar os primeiros passos e, portanto, eu percebo que o município abra esta, e abre, esta possibilidade de participação. No entanto, há do outro lado, da parte dos pais, das diferentes instituições e do poder local, muitas vezes, pouca predisposição para discutir estas questões da educação e, portanto, porque pouca também proatividade. Portanto a resposta, assim muito objetiva, é: o município cria as condições possíveis e a todos os outros atores dão também a resposta possível, que fica um pouco aquém de uma discussão que se queria mais profunda.

Entrevistador – Muito bem. A CE educativa tem uma vigência, não é? Aqui falando principalmente de 2007, depois definida a rede escolar e a oferta educativa do agrupamento, como avalia a maleabilidade da CE ao longo do tempo?

Diretor TEIP – Ok. A CE é feita para um horizonte temporal relativamente longo. A questão dela ser maleável significa que ela tenha que ter na sua estrutura, na sua construção, a possibilidade de ir respondendo às diferentes oscilações que temos, por exemplo, ao nível demográfico, ao nível até do próprio edificado. E de maneira que eu entendo que ela é suficientemente maleável para encaixar, se for bem feita, para encaixar as diferentes problemáticas nos seus diferentes níveis ao longo dos anos. Portanto, defino-a como maleável, como ajustável.

Entrevistador – Muito bem, obrigado. As alterações efetuadas, abertura ou fecho de salas, aumento ou diminuição do número de turmas ou salas, são articuladas sempre com o município ou apenas com a DGESTE?

Diretor TEIP – Estamos numa fase em que são também muito articuladas com o município porque que estamos a viver um momento em que ocorre a descentralização de competências. No passado essas alterações eram essencialmente discutidas essencialmente com a DGESTE, na questão da rede escolar.

Entrevistador – E considera a CE como um instrumento facilitador ou como um instrumento dificultador da autonomia das escolas?

Diretor TEIP – Isto é uma boa pergunta. É assim, eu entendo que depende do ângulo e depende da perspetiva. Eu acho que é um instrumento facilitador porque ajuda a escola a posicionar-se naquilo que é o contexto educativo onde está inserido e, portanto, aí é facilitador. É facilitador, na medida em que é participado, porque é elaborado com o contributo de todos e dá-nos uma visão, olharmos para a carta educativa, para os seus pontos fortes, para as suas fragilidades, para as suas potencialidades, conseguimos vê-la realmente como a facilitadora. No entanto, uma vez que estão na CE, definidas linhas orientadoras bem definidas, pode ser um instrumento pouco facilitador no que diz respeito, por exemplo, à inovação Porque ainda há pouco falávamos, que tem um horizonte temporal muito grande e pode condicionar. Enquanto, a CE enquanto instrumento dificultador da autonomia das escolas, eu vejo mais na perspetiva de poder eventualmente limitar alguma inovação que as escolas queiram implementar. Isto porquê? Porque como o horizonte temporal de vigência da CE é bastante alargado, esse será talvez o maior senão, porque não se consegue, e a educação, não se consegue certamente fazer uma previsão a 10 anos, considerando todas as variáveis e, portanto, viria esse como talvez o instrumento mais difícil dificultador dessa autonomia da escola, dela se renovar melhor e de propor diferença.

Entrevistador – É conhecido problema de lotação das turmas do Concelho de Leiria. Bem o conhecemos. Considera que a carta educativa demonstrou a ser um documento de capaz, num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico?

Diretor TEIP – Sim, eu acho que... uma coisa, é... Eu vou fazer aqui uma divisão. Uma coisa é, enquanto documento, ele ser, e coloca a questão no quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico. É verdade que houve aqui algumas variáveis que não foram consideradas, nomeadamente, por exemplo, no caso da... da Carta educativa anterior e a imigração do Leste massiva, por exemplo, que não foi contemplada porque lá está, há 10 anos atrás não se previa que isso pudesse ocorrer. Assim como alguns fenómenos pontuais que estamos a viver atualmente. Portanto, num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico, podemos dizer que a CE traça as linhas gerais. Agora que ela conseguiu daí tirar elações e prever exatamente que turmas é que ficavam lotadas, que as escolas iriam ter uma lotação excessiva. Eu acho que aí o documento não foi tão preciso, não é? Mas macro, numa forma macro, sim. O documento conseguiu prever essa evolução demográfica.

Entrevistador – Quais é que são para si as potencialidades da CE? E as limitações?

Diretor TEIP – Eu... enquanto potencialidades, eu acho que o conhecimento do contexto educativo é uma das potencialidades. E sobretudo o estudo mais aprofundado em diferentes áreas, como já vimos agora, no que acabamos de falar anteriormente, na questão da evolução demográfica, do próprio contexto socioeconómico, uma boa caracterização ajuda a um melhor planeamento e, portanto, eu aí vejo como uma potencialidade, portanto, vejo como um documento planificador para todas as escolas, depois até a fazer alinhar também os seus projetos educativos em função daquilo que são as linhas macro da CE municipal. No entanto, há algumas limitações que não poderia deixar de referir como são, por exemplo, o facto dela estar sujeito às alterações legislativas. A legislação muitas vezes condiciona toda esta esta planificação a longo prazo. E depois há aqui alguns fatores que a carta educativa talvez não tenha previsto de uma forma muito que é o envelhecimento da população docente e não docente, portanto, vamos ter, vamos ter aqui uma limitação que ela, que ela efetivamente acusa. Por outro lado, a carta educativa também faz prospectivamente esta... tem esta ideia de construção, mas toda ela sujeita a financiamentos e, portanto, também não consegue na parte económica fazer esta previsão, e esta é uma limitação grande, de qual vai ser o financiamento para levar a bom porto determinado tipo de investimentos. E eu tenho aqui no meu, no meu agrupamento, exemplos claros, disso, não é? De dificuldades de financiamento, de obras, paradas de um centro escolar que teima em não avançar, agora retomou mas que é um projeto com 20 e muitos anos, portanto...

Entrevistador – No caso do agrupamento que dirige, considera que a primeira carta educativa teve impacto direto na promoção do sucesso escolar?

Diretor TEIP – Eu diria que teve impacto. Não diria direto, mas que teve impacto na promoção do sucesso escolar. Isto porquê? Porque muito do que está preconizado na CE, está... é a fim daquilo que está preconizado naquilo que são os compromissos do TEIP e, portanto, a questão da monitorização, do conhecimento muito profundo do território onde se está inserido, traz vantagens depois na ação proativa e naquilo que são as medidas a tomar atempadamente e, portanto, nesse aspeto, eu diria que teve impacto teve um impacto positivo na promoção do sucesso escolar, porque também tem inerente à própria carta educativa, esta preocupação com o sucesso com sucesso escolar e faz índice de previsão que estão em linha com aquilo que são também as melhorias que os agrupamentos querem impor a si próprios. Portanto, acho que sim, que o impacto é positivo.

Entrevistador – O conceito de carta educativa prevê uma melhor utilização dos recursos educativos e uma racionalização de recursos existentes. Considera que os alunos do agrupamento, num sentido de equidade, beneficiam agora de condições mais favoráveis à aprendizagem?

Diretor TEIP – Esta pergunta pode ser matreira. Aqui a questão do sentido da equidade, se nós formos comparar as condições de trabalho e de equidade dentro da sala de aula numa escola dos [REDACTED], por exemplo, no agrupamento da escola sede [REDACTED] e numa das escolas intervencionadas pela Parque Escolar, eu dir-lhe-ia já que não há aqui equidade nenhuma no que diz respeito às condições favoráveis para a aprendizagem, porque aqui tem-se frio, chove nalgumas salas. Portanto, há aqui muito investimento a fazer. É verdade que há, subjacente à ideia da CE, e ao investimento que o município tem feito, uma vontade de tornar mais igual as condições de aprendizagem para todos os alunos. Acho isto justo, acho que é o princípio básico também da nossa sociedade democrática, no entanto, retomando a questão, esta racionalização do recurso e educativos existentes, poderá permitir uma maior equidade. No entanto, acho que ainda estamos um pouco longe de a conseguir, porque temos pontos de partida muito diferentes. Portanto, não me parece que tenhamos ainda equidade.

Entrevistador – A CE prevê ainda a reparação, manutenção e/ou construção de edifícios. Considera que houve uma melhoria efetiva do parque escolar deste agrupamento?

Diretor TEIP – Eu, eu faria uma divisão. Faria aqui uma divisão. Considero que sim, que por exemplo, no que diz respeito ao edificado para a educação pré-escolar, portanto, os nossos jardins de infância e escolas do primeiro ciclo, elas foram, muitas delas intervencionadas, intervencionadas com qualidade, numa articulação muito grande entre a autarquia e as juntas de freguesia e, portanto, aí sim, houve realmente uma melhoria efetiva do parque escolar. No que diz respeito à escola do 2.º e 3.º ciclo que não está, não estava antes, isto antes da descentralização, não estava neste pacote que era incumbência da autarquia, a degradação acentuou-se e, portanto, o edificado está a precisar urgentemente de intervenção.

Entrevistador – Como são identificadas as necessidades formativas neste agrupamento? E o que é que pesa mais nessas ofertas formativas? Os recursos humanos existentes ou as necessidades da comunidade local?

Diretor TEIP – (risos) É verdade, é verdade que os recursos humanos existentes são muito importantes quando pensamos naquilo que é a oferta formativa. Porquê? Porque a escola não tem autonomia de contratação e nós até poderíamos chegar à conclusão que há uma necessidade na comunidade local, mais vocacionada para uma determinada área, mas não tendo nós no corpo docente do agrupamento, professores com formação nessa área, somos condicionados a fazer propostas que são mais orientadas para aquilo que temos disponível, porque senão estaríamos a fazer propostas irrealistas, uma vez que se as fizéssemos, depois iríamos encontrar a limitação de não poder contratar quem queríamos. Apesar de ser TEIP e de termos alguma margem de manobra, há algumas áreas onde realmente gostaria de investir. Por exemplo, gostaria de investir, porque tinha aqui talvez alguma saída em áreas profissionalizantes relacionadas, por exemplo, com a mecanotecnica, a eletricidade, a própria mecânica, porque tenho aqui alunos que revelam muita predisposição para essa área. Mas vou fazê-lo com quem, não é? Esse é o grande desafio, portanto, tenho que me cingir um pouco ao que tenho, não é? À matéria-prima que tenho.

Entrevistador – Tendo em conta o período de vigência das CE, como é feita a gestão das ofertas formativas ao longo do tempo?

Diretor TEIP – Normalmente o que nós fazemos é, num horizonte temporal, primeiro que compreenda um ciclo, por exemplo, todo o terceiro ciclo. Nós propomos sempre uma oferta formativa cuja vigência seja no mínimo dos 3 anos. Mas, sempre de acordo, há pouco não falei, mas das disponibilidades de recursos humanos, mas também das condições físicas e dos próprios espaços físicos disponíveis no agrupamento e na escola sede, no caso. Portanto é outro dos fatores que entram na equação da oferta. É que tipo de recursos materiais, físicos eu tenho para poder fazer esta oferta formativa. Portanto também é, para além dos recursos humanos existentes, são consideradas também como prioritárias as condições físicas a disponibilizar.

Entrevistador – Considera que a CE contribui para a verdadeira descentralização dos poderes da administração central ou considera que as CE são uma ferramenta ao serviço da municipalização?

Diretor TEIP – É mais uma vez uma questão do ângulo. Eu acho que as duas visões são possíveis. Vou-me focar na primeira, a CE ser a um contributo para uma verdadeira descentralização dos poderes da administração central. Ao devolver às escolas, ao indagar as escolas e a comunidade educativa, quais são as suas reais necessidades para a construção de uma carta educativa, estamos a vivenciar uma forma pura de descentralização de poderes onde, quer as autarquias, quer as juntas de freguesia, que estão muito próximas das escolas e fazem um bom trabalho junto das escolas e das direções das escolas, podem agir, porque aqui é um dividir para reinar, porque esta proximidade faz com que todo o processo se torne mais operativo e mais rápido. É muito mais fácil uma intervenção se não estiver dependente de uma reunião de Câmara, de uma aprovação superior, se tiver sido essa função atribuída a um presidente de junta que muito próximo do local e muita a boa articulação com a direção e com os professores, resolve o problema ali na escola e, portanto, esta é uma verdadeira forma de descentralização importante. A carta educativa enquanto uma ferramenta ao serviço da municipalização... também pode ser. Também pode ser vista nesse ângulo. Eu prefiro ao termo municipalização, que dá sempre a ideia de o município tomar conta da escola, eu prefiro termo de descentralização de competências. Se pusermos a coisa nestes termos, se a casa educativa é uma ferramenta ao serviço da descentralização de competências, eu diria que também é. Porque há uma carta educativa que ouve todos os parceiros, que lhes dá a voz, é realmente uma ferramenta de descentralização e isso é importante porque quanto mais descentralizada, na minha perspetiva pessoal, mais operativa.

Entrevistador – Finalmente, considera que a carta educativa trouxe “mais valias” para o seu agrupamento?

Diretor TEIP – De uma forma geral sim, acho que a CE, e eu já referi isto nesta entrevista, o facto de me pôr em diálogo com todos os outros parceiros com responsabilidade em educação, o facto de ser um documento a onde eu também revejo meu agrupamento, onde eu me posicione relativamente a todas as outras escolas do meu conselho, isto faz com que e eu vejo isto como um documento válido e o veja como um documento sintetizador daquilo que são as grandes linhas que eu acho que devem de existir. Por exemplo, nós temos que falar, falar brevemente ou pelo menos questionarmos se vamos optar ou se vamos experimentar a questão da semestralização e isso só é feito, só é possível se houver alinhamento. E, portanto, a CE eu entendo-a como um documento de alinhamento e, portanto, onde há realmente negociação, onde há auscultação. Sendo um documento de alinhamento, um documento partilhado, um documento construído colaborativamente, é claro, é um documento que é uma mais valia.

Entrevistador – Muito obrigado pelo tempo. Muito obrigado.

Diretor TEIP – Nada.

ENTREVISTA À DIRETORA DO AGRUPAMENTO B

Data e hora: 03/03/2022, 14h30

Local: Gabinete da Direção

Duração: 69 minutos

Justificação da entrevista e motivação do entrevistado

A entrevistada foi previamente contatado via email, onde constava o objetivo e tema do trabalho de investigação. Foi solicitada a sua colaboração e disponibilidade para realizar a entrevista, explicitando a importância da mesma para o estudo. A entrevistada foi informada sobre os objetivos do trabalho e foi-lhe garantido que as informações recolhidas eram utilizadas exclusivamente para fins deste estudo.

Entrevistador – Bom, então boa tarde. Autoriza a gravação áudio da entrevista?

Diretora B – Sim, claro que sim. Muito boa tarde.

Entrevistador – Há quanto tempo exerce funções docentes deste agrupamento e à quanto tempo é diretora?

Diretora B – Iniciei funções nesta escola em 1991 e vim para a direção da escola em 1993 e, portanto, desde estas datas que estou por aqui. Sempre na direção desde 93.

Entrevistador – Já é algum tempo... quase uma carreira. Participou na elaboração da CE de 2007?

Diretora B – Provavelmente sim, provavelmente sim. Acho que sim, que participei. Não, a minha hesitação aqui é porque houve um momento em que foi possível delegar funções noutra elemento da direção para fazer parte da desse grupo de trabalho. E houve um momento em que eu fiz isto, deleguei num elemento da direção. Não sei se coincidiu ou não com 2007. Especificamente com 2007. De qualquer modo, antes e depois, tenho participado sim, eu e os outros diretores, nas diferentes reuniões que temos com a Senhora Vereadora.

Entrevistador – Sim, claro.

Diretora B – Temos vindo a participar na elaboração da Carta Educativa, sim.

Entrevistador – Como é que avalia o nível de participação do agrupamento de escolas na elaboração da CE?

Diretora B – Eu pessoalmente, acho que... a participação das escolas dos agrupamentos é um bocadinho relativa. Formalmente ela existe porque há representantes das escolas, entre outros atores, mas há representantes das escolas. Nesse... Portanto, eu acho que é assim: a carta educativa, teoricamente, teoricamente, resulta de um processo participado e é um processo participado. Agora se é uma participação alargada? Aí sim, é que eu questiono, porque em termos práticos aquilo, e da minha experiência, em termos práticos, o que é que acontece? Eu estou nas reuniões de trabalho, onde discutimos o assunto, mas é muito mais a minha opinião, o meu olhar crítico sobre as coisas, do que propriamente... eu não sei exatamente o que é que todos os professores do meu agrupamento, por exemplo, pensam sobre aquele assunto. E, portanto, é nesta perspectiva que eu acho que a participação existe, portanto, há ali professores a darem opinião sobre a questão. Se é uma participação alargada? Eu acho que não é porque em termos práticos nós depois não estamos a ouvir todos os outros e intervenientes.

Entrevistador – Os pais também têm um papel importante. Como é que são envolvidos os pais no processo diagnóstico prospetivo?

Diretora B – Mais uma vez, mais uma vez, eu acho que há representantes dos pais nestes grupos, há representantes dos pais num conselho municipal de educação, por exemplo, que depois aprova ou não a CE, não é? Mas mais uma vez eu acho que é uma participação e uma representatividade muito limitada. Porque... enfim... eu diria que, excluindo as associações de pais, e mesmo assim nem sei se todos os elementos de uma associação de pais têm conhecimento, sabem, o que é que é uma CE para poderem ter um contributo crítico e importante nesse sentido, não é?

Entrevistador – Sim.

(Tendo em consideração a resposta à primeira pergunta o entrevistador achou por bem reformular a questão 1.4.)

Entrevistador – Não houve questões na CE de 2007, no que estava previsto para o vosso agrupamento, não houve nenhuma questão de escolas ou estabelecimentos a fechar ou...

Diretora B – Nós tivemos... Este agrupamento, eu diria que terá sido, ou foi mesmo, o agrupamento onde houve mais alterações porque...

Entrevistador – À rede?

Diretora B – Sim, onde houve mais alterações de rede. Nós constituímo-nos como agrupamento... Eu penso que em 2002, 2001... já não sei muito bem. Quando... Num determinado momento nós éramos 42 estabelecimentos escolares, portanto, 42 unidades orgânicas, incluindo aqui a escola sede. Nós hoje somos... 13 escolas de primeiro ciclo, 11 jardins de infância, mais a escola sede... Portanto, estamos aqui a falar de teoricamente 25 unidades, que na prática não são 25 unidades orgânicas, porque destes 11 jardins de infância, 6 deles já estão integrados em escolas ou centros escolares de primeiro ciclo. Portanto, houve aqui uma alteração enorme. E assim basicamente, o que é que aconteceu com essa carta educativa de 2007? Muitas escolas encerraram e começam a surgir os centros escolares. No caso específico do nosso agrupamento, surge decorrente dessa carta educativa, surge o centro escolar de [REDACTED], surge o centro escolar de [REDACTED] e depois, mais recentemente, o centro escolar de [REDACTED], por exemplo. Em todas as freguesias o nosso... o nosso território educativo abrange hoje 5 freguesias, decorrente também da união de freguesias, porque antes éramos 8 freguesias. E em cada uma delas, aquilo que aconteceu concretamente, foi isto: umas escolas começaram, as escolas mais pequeninas, escolas de lugar único deixaram de existir, ainda que nós hoje ainda temos 2 escolas, 3 escolas de lugar único. Neste momento, no agrupamento ainda há 3 escolas de lugar único. E 2 delas estão neste momento sinalizadas para o encerramento.

Entrevistador – Os pais aí foram ouvidos quando foi no encerramento... quando foi essa reorganização da rede? Foram ouvidos ou foram informados?

Diretora B – ...Foram mais informados, em rigor. Tivemos as duas situações. No começo, quando começam a fechar as primeiras escolas, os pais simplesmente foram informados. E depois, não sendo a decisão minha, cabia-me a mim informar os pais. E, portanto, houve reuniões que foram muito duras porque... Nessas reuniões, eu ia sempre com o respetivo Presidente de Junta e com o Presidente da Associação de Pais, para explicar aos outros o que é que o que é que ia acontecer e porquê. E foram reuniões muito difíceis, porque as pessoas não queriam que a escola, da sua terra, da sua aldeia, encerrasse e, portanto, foi um processo muito difícil. Depois... e aí era claramente informar. Mais recentemente, e quando digo mais recentemente, estou a falar, por exemplo... o centro escolar da [REDACTED]. O que é que aconteceu? Os pais ali foram muito participativos, for muito interventivos,

sugeriram alterações... Primeiro, não... não concordavam com o projeto, entenda-se, achavam que deveria ser noutra sítio. Não conseguiram a alcançar esse objetivo. Depois foram dando sugestões de melhoria relativamente ao projeto que efetivamente veio a ser concretizado. E, portanto, aqui sim, foi um processo participado. Este especificamente. E os pais... foi um processo participado muito por... a iniciativa foi deles porque eles pediam sistematicamente reuniões connosco, inclusivamente com a DGESTE. Houve um determinado momento que os pais organizaram-se e representantes dos pais pedem uma reunião a Coimbra, pedindo também a minha presença. Eu fui com eles, acompanhei-os nessa reunião em que eles, mais uma vez, apresentaram ali um conjunto de sugestões, relativamente ao projeto que estava inicialmente previsto. E houve algumas coisas que eles conseguiram alterar efetivamente.

Entrevistador – Queriam estar envolvidos, não é?

Diretora B – Queriam estar envolvidos e estiveram de facto. Mas lá está, foi a iniciativa deles. Não... não fomos nós a dizer “venham cá dizer-nos o que é que acham sobre isto”. Depois temos outras situações em que sempre que uma escola está sinalizada... os pais, sempre que eles sabem que uma escola ou imaginam que a escola possa vir a encerrar, são os próprios a dirigir-se a nós, à autarquia e sempre muito, muito resistentes às alterações que possam acontecer. Depois também temos neste agrupamento uma outra situação, que é os pais a organizarem-se no sentido de evitar que as escolas fechem. Um exemplo concreto: nós temos duas escolas no nosso território que num determinado momento, eram uma e outra, escola de lugar único. E o que é que os pais fizeram? Os pais perceberam que se não entrassem alunos qual era... qual era... o que é que ia acontecer, não é? E são os pais que mais uma vez vêm ter connosco com propostas concretas de reorganização de turmas, com duas escolas, por exemplo, primeiro e segundo ano, de um lado, o terceiro e o quarto no outro. Não conseguiram que isto avançasse porque isto implica que todos estejam de acordo, e como não estavam todos de acordo, este projeto não conseguiu avançar, mas ainda assim eles não desistiram e começaram a ir buscar alunos que eram ali da localidade, mas que estavam noutras escolas. Falaram com os pais, conseguiram convencer os pais a transferir os meninos para aquela escola. E fazendo isto, simultaneamente o que é que eles fizeram? Foi perceber porque é que aqueles miúdos estavam fora... não estavam ali na escola de da residência, estavam noutra e porquê. E então toca a investir nas condições físicas da escola, na oferta da escola ao nível de CAF, de tempos livres, de prolongamento de atividades... as próprias atividades que são feitas na escola. E isto foi uma iniciativa também... sempre em articulação connosco. E, portanto, temos assim esta diversidade. Temos situações em que claramente os pais participam, têm uma participação ativa, têm um olhar crítico sobre as coisas. Nós temos uma associação de pais que é fantástica porque... eu costumo dizer que eles são os meus olhos em cada uma das escolas.

Entrevistador – No terreno...

Diretora B – É extraordinário porque eles identificam uma situação que está menos bem, na hora estão a ligar para dizer, aconteceu isto ou está a acontecer isto. Depois juntamos e lá vamos encontrar as soluções. E eu acho que isso é de facto muito bom, porque quando há esta relação de proximidade e quando... E depois uma coisa que eu acho muito interessante no... porque nós temos uma única associação de pais do agrupamento, ou seja, é uma associação de pais que têm representantes de todas as escolas e de todos os jardins de infância, e isto é, de facto, uma mais-valia a vários níveis. Olha, para já quando se trata da representatividade deles no Conselho Geral, é muito fácil. Eles decidem e pronto. E depois, mesmo a comunicação entre eles e este olhar holístico sobre a realidade do agrupamento. E depois o facto de... identificam uma situação que precisa de ser melhorada

ou que não está bem, eles na hora estão a falar connosco. Há aqui uma atitude preventiva. Eles percebem que algo pode, entretanto, correr menos bem, e antes que aconteça, estão a falar connosco para dizer “vamos ver isto”. E, sim, há aqui um trabalho muito interessante desta associação de pais.

Entrevistador – Muito bem. Considera que os procedimentos adotados pelo município no processo de elaboração das CE são suficientes e que respondem aos interesses do Agrupamento e da Comunidade que representa?

Diretora B – Especificamente, no nosso território, às situações que ainda precisam de ser trabalhadas. Reconheço... reconheço que houve aqui uma evolução muito, muito grande em termos... em termos... a rede propriamente dita, no sentido de, por exemplo, as decisões que a Câmara hoje toma, que em relação à rede, ouvir sempre a nossa opinião sobre o assunto. E depois, aqui um agir em conformidade com aquilo que a escola efetivamente entende que é importante. Nós neste momento temos duas escolas sinalizadas e primeira coisa foi entrar em contato comigo para dizer “há aqui duas escolas sinalizadas, como é que, como é que vamos responder a isto?”. E, portanto, eu acho que isso é um passo gigantesco, porque num determinado momento não era assim, quer dizer, nós éramos informados que a escola fechou, ponto. Por um lado. Depois por outro, acho que há também uma preocupação no sentido de olhar para a especificidade de cada... de cada contexto, não é? E encontrar com... sempre com a escola. Eu acho que isso também é uma coisa muito importante, sempre connosco, ouvindo a Escola e ouvindo os pais, porque também esse cuidado, de ouvir a associação de pais. Depois aqui uma construção conjunta de soluções. Nós, hoje, temos aqui, para além das duas escolas que já referi que são escolas de lugar único e que estão sinalizadas, portanto, e há aqui um problema, depois estes estes alunos vão para onde? E toda esta logística. Temos uma outra situação em que é urgente a criação de um centro escolar. Aliás, na verdade, são dois centros escolares para que possamos efetivamente rentabilizar os recursos existentes, quer docentes, quer não docentes, e simultaneamente, encontrar aqui a respostas educativas mais adequadas ao contexto dos miúdos. E isto porquê? Porque... o que é que acontece? Há aqui dois territórios onde temos um... as escolas, escola... é muito... é muito pequena, ou seja... o espaço envolvente, por exemplo, é diminuto, tem muitas crianças. É uma escola que tem ali muitos alunos. O espaço para brincar, o espaço para outras atividades não existe. Portanto, ele está completamente condensado com aulas. Portanto... e aqui é um lugar onde é preciso criar condições. Portanto, ou requalificar aquela escola e alargar para que tenha aqui outras... outras possibilidades. Ou então um centro escolar efetivamente. E depois temos numa outra localidade, a situação específica de duas escolas tem duas turmas neste momento, cada uma destas escolas. E se conseguíssemos juntar, estes alunos num mesmo espaço. Portanto, lá está, temos aqui um centro escolar ou requalificar uma destas escolas. O que é que era possível? Pedagogicamente, nós termos uma turma por ano de escolaridade, que eu acho que era fantástico, não é? Porque temos duas turmas numa escola, duas turmas na outra. E, estas duas turmas são turmas mistas. Juntando os meninos das duas escolas, nós conseguimos ter aqui uma turma por ano de escolaridade e acho que era fantástico. Já para não... E depois lá está a tal a otimização de recursos, porque o funcionário que temos de um lado, o funcionário que temos no outro... era completamente diferente, não é? E, portanto, podemos fazer aqui um trabalho muito mais interessante. E a proximidade das escolas também é... São relativamente próximas... Quer dizer, não estamos a falar dos meninos que têm que se deslocar não sei quanto, não.

Entrevistador – Não requer um grande plano de transporte?

Diretora B – Não, não, não, não. Portanto, na minha perspectiva, eu diria que neste momento, estas são as áreas prioritárias em termos de rede para o município olhar e poder aqui tomar decisões. E sim, ouvindo os pais, ouvindo a Comunidade. Acho que sim.

Entrevistador – Depois de definir a rede escolar... sendo a CE... tendo um período de vigência, não é? Era de 5 anos e agora a próxima vai ser de 10 anos até 2030, não é? Depois de definida a rede escolar, como avalia a maleabilidade da carta educativa? Ou seja, a rede está feita, os ajustes, acha que a carta educativa é maleável ou é um documento demasiado estático? Ou não se põe essa questão, na realidade no terreno...

Diretora B – Olhando.... olhando especificamente para o nosso agrupamento, eu acho que a carta educativa permite e tem permitido aqui alguma flexibilidade no sentido de...Um exemplo concreto. Não estava previsto ensino secundário nesta escola e, de repente, ele... ele existe, não é? Portanto, e não houve aqui nenhum... não foi.... Ele não estava previsto na CE mas aconteceu. Em determinados momentos, a CE não previa o encerramento de uma escola, mas a escola encerrou. Ou num determinado momento, a CE não previa obras não sei onde, mas, de repente... ou requalificação de um espaço não sei onde, mas, de repente, teve que ser, porque, de repente, tivemos mais alunos. Também temos esta... esta... esta circunstância. De repente, há escolas que têm mais alunos, há outras que vão perdendo alunos. Enfim, e eu acho que a carta educativa é um documento que tenta aproximar-se o mais possível da realidade e, é claro, que pensar o futuro, como é evidente. Para poder planear e gerir tudo isto de uma forma mais adequada, mas, olhando para o para o território educativo do nosso agrupamento, eu acho que... Eu não sinto que haja aqui uma impossi... uma... enfim, que possa ser um entrave aqui. Não, sempre que é necessário as alterações acontecem.

Entrevistador – Essas alterações, a abertura ou encerramento de salas como disse há momentos. De aumento ou diminuição de turmas, são articuladas também com o município ou apenas com a DGESTE?

Diretora B – Nós articulamos com o município o pré-escolar e o primeiro ciclo, porque muitas vezes, decorrente do número de alunos do número de turmas, nós precisamos de CAF num determinado sítio, AAAF no outro, porque, como temos escolas com poucos alunos, há situações onde a CAF, por exemplo, funciona numa escola que... mas depois... que oferece este serviço a meninos de várias escolas. Recebe alunos de outras escolas e às vezes há aqui necessidade de assegurar transporte, por exemplo. E claro que aqui nós precisamos da Câmara para poder suportar esta esta situação, o transporte e enfim. E portanto há sempre, há sempre aqui com a Câmara sim, uma articulação de mais meninos, menos meninos e o redefinir aqui, depois a operacionalização de refeições, de transportes, AAAFs, CAFs, por aí. Na escola sede, portanto, a nível de 2.º/3.º Ciclo e Secundário, pois aqui não há articulação, quer dizer, isto é feito diretamente com a DGESTE. Claro que Pré-escolar e 1.º Ciclo também, não é? Mas... no fundo, é assim. Relativamente ao número de turmas que existe em cada lugar, não é a Câmara que decide, não é a Câmara que... não, é? É naturalmente a DGESTE que valida ou não valida. Depois, face ao número de turmas que estão aprovadas pela DGESTE, como é que depois operacionalizamos aqui? Transportes, refeição, componentes de apoio à família, naturalmente com a Câmara, não é?

Entrevistador – Considera que a CE é um instrumento facilitador ou um instrumento que dificulta a autonomia da escola?

Diretora B – Eu devo dizer que até ao momento nem facilitou nem dificultou. Porque... Porque é que nunca... nem uma coisa nem outra, honestamente. Porque, independentemente do que está numa carta educativa, quando... face ao número de alunos que nós temos matriculados face à realidade que é hoje o nosso agrupamento,

nós vamos sempre...No fundo é assim. Nós também, nós também pensamos e projetamos o nosso agrupamento, não é? Independentemente da CE, nós também projetamos o nosso, o nosso agrupamento, não é? E dentro desta lógica, a CE nunca foi impedimento para que nós caminhássemos num sentido ou noutro, não é? E daí eu dizer que nem é facilitador nem deixa de ser, pronto. Estou-me a lembrar, por exemplo, no momento em que nós alterámos as zonas de influência pedagógica desta escola. A CE vigente, à época, o que tinha? Tinha que a zona de influência pedagógica desta escola era ou eram as freguesias de [REDACTED], [REDACTED] da [REDACTED] e [REDACTED]. E depois dizia também que as zonas de influência pedagógica do Colégio de [REDACTED] [REDACTED] eram [REDACTED] [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED]. Depois, dizia também que a zona de influência pedagógica do Colégio de [REDACTED] era [REDACTED] [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED] era [REDACTED], penso eu. Mas [REDACTED] e [REDACTED] [REDACTED] são nossas, não é? E num determinado momento, nós percebemos que isto não podia ser deste jeito. Porquê? Porque esta definição, e aqui sim, a CE, na verdade, dificultou a vida desta escola. Porquê? Porque a Câmara Municipal só assumia o transporte, o transporte escolar dos alunos para esta escola desde que a origem fosse a zona de influência... desde que nós fôssemos a zona de influência pedagógica, ou seja, em termos práticos, os alunos de [REDACTED], de [REDACTED] da [REDACTED] e da [REDACTED], a Câmara assumia o transporte. Todos os outros, a Câmara não assumia o transporte para esta escola. Assumia, respetivamente, para [REDACTED] [REDACTED] ou para [REDACTED], consoante a área de influência pedagógica de cada uma das escolas. E num determinado momento, o que é que aconteceu? Portanto, isto era o que dizia a carta educativa. Num determinado momento o que é que aconteceu? Nós tínhamos, de [REDACTED], catorze alunos matriculados nesta escola para o 5.º ano. E é quando começamos... e houve... e mais uma vez os pais apresentaram uma proposta à Câmara no sentido de: eles pagavam a diferença de transporte de [REDACTED] para a [REDACTED], pronto. A Câmara pagava a distância de [REDACTED] - [REDACTED] [REDACTED], porque era zona de influência pedagógica daquela localidade, e os pais assumiam a diferença de transporte para aqui. Não conseguiram porque entretanto não havia transporte e depois a própria rodoviária... portanto, não havia transporte, não havia transporte. E em Setembro, estes catorze meninos tiveram que pedir transferência para [REDACTED] [REDACTED]. É aqui que nós começamos a perceber que... tínhamos que fazer aqui alguma coisa. Isto tinha que mudar, que não podia ser de outra forma, porque se os pais têm o direito de escolher a escola dos filhos, depois de repente deixam de ter esse direito porque há aqui uma CE, há aqui...enfim. E, portanto, nós o que fizemos foi, junto do Ministério da Educação dizer isto e explicar isto direitinho. E o Ministério da Educação alterou a zona de influência pedagógica desta escola e a seguir, nós informámos a Câmara Municipal, e a seguir o transporte dos alunos passou a ser assumido pela Câmara Municipal. Tudo isto à revelia do que dizia a carta educativa.

Entrevistador – Muito bem, bom exemplo. É conhecido o problema de lotação das turmas no Concelho de Leiria. Apesar de vocês aqui estarem um bocadinho mais afastados do centro...Considera que a CE demonstrou ser um documento capaz, num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico? Aqui, vocês também têm recebido bastantes alunos ou nem por isso...

Diretora B – Nós... nós, neste momento, aliás, ainda não na última reunião que tivemos, isto voltou a ser assunto, a sobrelotação das escolas. E, de facto, estão sobrelotadas. Isso... e nem tem a haver... Especificamente em relação ao nosso agrupamento, nós, neste momento, também nós estamos com turmas sobrelotadas e porquê? Porque o número de alunos estrangeiros está a aumentar de uma forma muito significativa, em particular alunos que vêm do Brasil. E, portanto, todos os dias, todos os dias há alunos vindos do Brasil que estão a matricular-se

nesta escola. Nem todos, nem todos habitam na zona de influência pedagógica desta escola. E depois isto é outra coisa que acontece, que é o quê? Leiria não tem vaga e eles vão afastando, afastando, afastando, não é? Até que chegam à [REDACTED]. E, portanto, temos alunos que sim, moram no nosso território, mas também temos outros que não moram no nosso território, mas que têm que encontrar uma solução para... para... para os filhos, como é evidente. E este é que me parece... Eu, eu... eu, pessoalmente acho que esta questão não tem sido muito bem equacionada. Ou seja, olhamos para o número de alunos que reside no concelho, para o número de alunos que existe no Concelho, para o número de alunos que reduz turma, okay. Depois trabalhamos apenas e só com base nisto. E eu penso que nós deveríamos... E trabalhamos apenas e só com base nisto e aqui sim, eu acho que é um bocadinho aqui agora. Porque, eu acho que facilmente nós também conseguiríamos projetar aqui a dinâmica do número de turmas no Concelho. Porque bastaria... e a maioria são agrupamentos... bastaria começar a ver quantos meninos temos com cinco anos, daqui a quatro onde é que eles estão? E assim sucessivamente, do mesmo modo que no 9.º ano... e por causa do secundário, que esta é outra complicação com a rede e que a carta educativa não prevê assim tão bem, que é o quê? Quantos meninos do 9.º ano existem em cada escola? E o que é que eu... Porque isto é que eu acho que era importante fazer-se. Este levantamento, este diagnóstico... o que é que os miúdos querem fazer? Quais são os cursos que eles... para onde querem ir? E depois, em função disso, efetivamente, nós definirmos aqui a tal rede e dizer que estes cursos podem... existem ali, os alunos desta... desta... desta localidade vão para... as zonas de influência pedagógica das escolas secundárias. Eu acho que elas deveriam ser claramente definidas e os pais claramente informados disto. Porque senão fica muito difícil. Os alunos, naturalmente, que eles querem ir todos para a cidade, não é? E dentro da cidade, querem ir todos para uma ou duas escolas. Todos querem ir para... para a Domingos Sequeira e depois para Rodrigues Lobo e nós percebemos isto, não é? E depois há uma movimentação sistemática, uma entrada e saída de alunos sistemática. Nós, que temos um secundário ainda muito, muito pequenino, não é? O que é que sentimos? Os alunos... Temos um conjunto de alunos que a primeira opção de facto é esta escola. Mas depois temos um conjunto de outros alunos que esta escola não é a primeira opção para eles e o que é que acontece? Passam todas as outras até chegar aqui. Depois ficam aqui muito infelizes... como é evidente. E no meio de tudo isto, depois acontecem coisas caricatas como esta: tens alunos que moram aqui ao lado da escola e estão em Leiria. E tens outros que mora em Leiria e que vêm para aqui. E estes outros, nomeadamente os meninos brasileiros, por exemplo. Portanto, e eu acho que era preciso, no momento em que os alunos terminam o 9.º ano e vão para o secundário, por exemplo, eu acho que era muito importante sentarmo-nos todos à mesa, como eu costumo dizer, e dizer assim “okay, quantos alunos temos para cada coisa? Quais são as preferências destes alunos? E vamos lá colocá-los de acordo com os critérios que estão legalmente definidos e vamos assumir isto”. Enquanto não se fizer este trabalho, eu acho que vamos andar aqui sistematicamente a definir redes e a dizer que há x turmas do curso a e do curso b. E depois, a dada altura, aquele curso está tudo cheio e o outro não tem miúdos e é uma confusão muito grande. Eu acho que sim. Fazer o diagnóstico. Por exemplo, eu aqui...e mesmo já antes fazíamos isso, mas agora que temos o secundário mais ainda é perguntar aos miúdos, num determinado momento, o que é que eles querem? É um curso profissional ou é um científico-humanístico? Porque isto faz toda a diferença. E a sensação que eu tenho é, num determinado momento, define-se a rede, lá está, diz-se que são x turmas disto daquilo do outro, sem saber exatamente quantos alunos é que nós temos para colocares em cada uma destas ofertas. E depois, das duas três, ou temos uma procura de percursos profissionais e depois estão as turmas cheias e os miúdos não podem ir para

o profissional e tem que ir para um científico-humanístico ou o inverso. Eles querem ir para... para científico-humanístico, mas entretanto já não tem hipótese, porque o número de turmas que foi definido não tem... não, não... Eu acho que é fundamental esta questão do diagnóstico. Nós precisamos de um bom diagnóstico, saber exatamente quantos meninos... E depois, para voltar à questão dos estrangeiros, e que eu acho que Leiria precisa de fazer este trabalho, que é: nós termos aqui uma espécie de uma turma mais que permita responder a estas necessidades, porque a verdade é que ao longo do ano todas as escolas estão a receber mais e mais e mais e mais e mais. E cada uma por si... naturalmente que não... não é mais uma turma. Não vai ter mais uma turma porque, entretanto, chegaram meia dúzia, não é? E se nós tivéssemos aqui uma resposta concertada entre todas as escolas, acho que todas as escolas ganhariam com isto e mais do que as escolas, os miúdos... os miúdos, porque depois eu acho que eles chegam e um fica nesta turma, o outro fica na outra... e ficam muito perdidos no meio de tudo isto. É aquilo que eu acho e portanto, acho que... daí, eu... eu defendo muito esta ideia de nós podermos trabalhar em parceria, de olharmos para a realidade de uma forma holística, de facto. Acho que ninguém perde a sua identidade por causa disso, muito pelo contrário. E acho que podíamos encontrar respostas que seriam muito mais ajustadas depois à especificidade de cada contexto. E... acho que ainda falta este passo. É a sensação que eu tenho. Um bom diagnóstico, eu continuo a insistir nisto. Nós precisamos de saber quem são os alunos que temos, o que é que eles querem, para onde é que... qual é a escola que eles querem, porque é que querem aquela escola e não a outra. E este é um trabalho que nós temos que fazer em conjunto, efetivamente.

Entrevistador – Quais são para si as potencialidades e as limitações da CE?

Diretora B – Potencialidades da CE... o podermos... podermos efetivamente programar... programar... aqui um bocadinho.... projetar o futuro e antecipar problemas. Eu acho que uma das grandes, para mim, uma das grandes vantagens de uma carta educativa será esta, o podermos agir de forma preventiva, podermos ter aqui uma atitude mais... proativa também, que é, de repente, perante este cenário, o que é que entretanto podemos fazer? Depois limitações ou constrangimentos da CE... o facto talvez de... de, por vezes ela não ser um retrato tão real e tão fiel do território, como seria expectável, não é? E portanto... Depois outra coisa que... que eu acho, mas aqui já é, enfim, é a CE, como muitos outros documentos. A utilidade deste documento no dia a dia, na vida das escolas, e falo de uma carta educativa como falo de um projeto educativo, de um regulamento interno, do... enfim, que às vezes eu posso estar a ser injusta quando eu digo isto e posso estar completamente errada. Mas eu acho que por vezes a lei diz que tem que existir uma carta educativa, a lei diz que tem que existir um regulamento interno, a lei diz que tem que existir um processo... a lei diz um conjunto de coisas e nós fazemos o que está na lei. Mas, depois, para que é que aquilo serve? Qual é a utilidade disto? A carta educativa, na minha perspetiva, devia ser efetivamente um instrumento de gestão estratégico de um território. Eu quero acreditar que ele possa caminhar nesse sentido, mas eu não sei, se no aqui e agora, ele é isso. Pode eventualmente ser, talvez para a autarquia, quando pensa aí em candidaturas para construir escolas ou para a reabilitar escolas ou enfim... em termos de edificado, é um documento estratégico, naturalmente, porque é preciso que a CE preveja determinada escola ou requalificação determinado espaço, para que depois a Câmara possa efetivamente candidatar-se e ter financiamento para poder concretizar a obra, okay? Mas para as escolas, propriamente ditas... Para o meu agrupamento, falando do meu agrupamento. É... enfim. É um documento. É um documento que está ali, porque como eu já disse, há situações que estão ali previstas e okay, coincide com o que está a acontecer, mas depois há outras que não estão previstas e nós continuamos a caminhar naquilo que nos parece o mais adequado para o

nosso território e admito que os outros colegas façam exatamente a mesma coisa. Portanto, é um documento que está... existe porque tem que existir. A utilidade prática do mesmo... Ser um documento de estar estratégica de cada escola? Eu acho que... um dia talvez. Talvez. Falta aqui... ainda um salto nesse sentido. É de facto a utilidade do dos documentos... nós temos.... eu acho que... estou-me a desviar do assunto, mas eu acho que nós temos muito documento, muita norma, muita legislação, muitas orientações, muitos regimentos, muitas, muitas, muitas, muitas coisas, muitas plataformas, muitos papéis. E a dada altura eu pergunto, o essencial? Para mim o essencial é o que acontece com os nossos alunos, que são as aprendizagens dos nossos alunos, quer sejam dentro ou fora da sala de aula, portanto, não é o espaço da sala de aula, as aprendizagens com os nossos alunos, e às vezes eu questiono-me se se nós às vezes não nos estamos a desviar um bocadinho daquilo que, para mim, é o foco. Que são as aprendizagens dos nossos alunos, porque efetivamente temos aqui um conjunto de outras coisas, mais burocráticas que às vezes são mais um documento para inspetor ver, do que propriamente um documento ou uma ferramenta que nos ajuda a melhorar a qualidade das aprendizagens dos nossos alunos, porque para mim isso é que importante, não é?

Entrevistador – Sim, compreendo perfeitamente. E considera que a CE de 2007 teve impacto direto na promoção do sucesso escolar dos alunos deste agrupamento?

Diretora B – Esta pergunta é difícil...

Entrevistador – Direto ou indireto...

Diretora B – Não, eu vou explicar porque é que essa pergunta é difícil. A CE de 2007 ou qualquer outra CE. E porque é que eu digo isto porquê? Prioridade... prioridade deste agrupamento são, de facto, os alunos. E cada um deles. Nós, a nossa... nós temos esta máxima que é trabalhar para a excelência. Mas o que é que é isto da excelência? A excelência, para nós, é permitir que cada aluno consiga superar-se e consiga, de facto, atingir a excelência que é possível para aquele aluno. Portanto, não estou a falar de resultados escolares. Depois, dentro desta lógica, a nossa grande aposta é, de facto, naquilo que consideramos importante que é, e que são, as aprendizagens dos nossos alunos. Ou seja, para cruzar com a questão dos resultados escolares... Nós não desistimos de nenhum aluno e quando deste modo não... não é por ali... quando percebemos que este caminho não é o caminho que este aluno precisa ou consegue percorrer, nós encontramos outros caminhos. E por vezes fazemos coisas que são os chamados.... eu costumo dizer que aproveitamos.... Tudo aquilo que a lei não define, para mim é ótimo. Porque tudo o que a lei não define, se não está definido, não é proibido, portanto, eu não estou a ir contra a lei. E então, é dentro destes espaços, que para mim é aqui sim, que existe autonomia da escola, dentro destes espaços, vamos encontrar as melhores respostas para os nossos alunos. E isto é uma prática que faz parte do nosso ADN, nós somos assim. Gostamos muito de tudo o que não está na lei. Porque isto permite-nos de facto, ou seja, a carta educativa... não é porque a CE prevê ou não prevê que nós, pedagogicamente, aquilo que nós fazemos ao nível das aprendizagens com os nossos alunos não decorre de uma CE. É lógico que respeitamos os normativos, como é evidente. Mas muitas vezes nós temos que encontrar aqui outras soluções para os nossos alunos que nem sequer estão previstas na lei. E nós fazemos. E nós caminhamos por aí. Portanto... eu diria que não há que aqui uma relação direta. Nós somos uma escola resiliente. O Conselho Nacional das Escolas considerou-nos uma escola resiliente. E porquê? Porque, perante a realidade socioeconómica cultural do nosso agrupamento, os nossos... e aqui cruzando com a questão dos resultados, provas finais, os nossos alunos têm resultados... portanto, apesar do contexto, eles têm resultados superiores à média nacional, têm resultados

superiores a outras escolas, incluindo escolas privadas. E, portanto, isto significa o quê? Significa que na minha modesta opinião, as decisões que vamos tomando, os riscos que vamos assumindo, não é? Fazem sentido. Para aqueles miúdos, porque eles aprenderam, não é? Porque podia se dizer assim “os miúdos com certeza...”. não. A nossa taxa de insucesso é zero na maioria dos anos de escolaridade. O ano passado tivemos dois alunos, e foi ano de pandemia, tivemos dois alunos que ficaram retidos no sétimo ano, por exemplo. Portanto, e temos, e os nossos alunos... temos.... 13% dos nossos alunos são alunos.... Agora não se diz com necessidades especiais, não é? Mas sim, são... 13% dos nossos alunos são meninos com imensas... com imensos problemas de... e com medidas adicionais e com medidas seletivas. Enfim, portanto, nós temos aqui uma diversidade enorme. E a verdade, a verdade é que os resultados são de facto...pronto. Exatamente por terem despertado aqui a curiosidade, como é que é possível? Porque depois eles vão ter de fazer provas finais também, não é?

Entrevistador – Claro que sim.

Diretora B – E porque uma coisa seria dizer assim “não há provas finais, eles lá depois dão assim as notas aos miúdos e pronto para ficarem bem na fotografia”. Não é disto que se trata, porque para o bem ou para o mal, depois temos as provas finais e os exames nacionais, a validar ou não, os resultados que temos, não é? Enfim, ainda que depois os exames e as provas também valem o que valem, mas é outra conversa.

Entrevistador – É outra conversa.

Diretora B – É outra conversa, é outra conversa.

Entrevistador – Uma vez que a CE prevê uma melhor utilização dos recursos educativos e uma racionalização de recursos existentes, considera que os alunos do agrupamento, num sentido de equidade, beneficiam agora de condições mais favoráveis à aprendizagem?

(silêncio)

Entrevistador – Houve aqui um equilíbrio das condições e dos recursos, que os alunos têm ao dispor?...

Diretora B – Sim. Se nós pensarmos em termos de espaço físico e de conforto, sim, houve uma melhoria imensa, significativa, claramente que sim. E hoje, eu diria que todas as escolas, independentemente da sua dimensão, estão ao mesmo nível. Quando eu... quando... estou a falar do quê? Estou a falar do aquecimento, estou a falar do conforto de cada sala de aula, estou a falar de, por exemplo, os equipamentos tecnológicos, os computadores, os quadros interativos... Portanto, ao nível de recursos e equipamento, acho que sim, estão a um nível.... Claro que temos uma situação ou outra, como referi há pouco, que precisa aqui de uma intervenção, há 2 em particular, mas, genericamente falando, eu diria que sim, estão aqui num equilíbrio, num equilíbrio, num equilíbrio muito maior. Ao nível dos recursos humanos, foi uma questão que para nós foi sempre prioritária que é assim: face à lei... face à lei, nós temos escolas que não.... não teriam lá um assistente operacional, porque o número de alunos é tão reduzido que não permitiriam lá um assistente operacional. E, portanto... mas nós, em cada uma, em cada escola, em cada Jardim, há pelo menos um assistente operacional. Para nós é prioritário. Naturalmente que depois, o que é que isto implica em termos práticos? Que na escola sede temos um défice de assistentes operacionais, porque teoricamente nós temos o número de funcionários que precisamos face ao número de alunos que existem mas, a realidade, pois é outra, não é? Nós precisamos de mais funcionários do que o rácio, define. E a este nível AE, e neste momento, acho que as escolas ganharam com a questão da transferência de competências para o município. Porque, atualmente, há aqui esta preocupação, independentemente do rácio, depois o atender à especificidade daquele contexto e perceber que tem lá dez alunos. Okay, mas precisa de um

assistente operacional. Não pode ficar a professora sozinha com 10 alunos, até porque, se acontece alguma coisa à professora, não devem ser os miúdos que a vão socorrer, não é? Portanto, e há esta... sente-se esta preocupação com o olhar a especificidade de cada contexto. Sim. E dentro desta lógica, lá está, da equidade, não é? Uma escola que tem dez alunos, mas depois têm os mesmos recursos, quer humanos, quer materiais, que outra, que tem cem alunos, não é? Pronto.

Entrevistador – Exato. A CE prevê também a reparação, manutenção e construções de edifícios. Já falámos aqui também. Basicamente, agora falamos do edifícios. Considera então que também houve uma melhoria efetiva do parque escolar do agrupamento neste sentido?

Diretora B – Sim, sim, sim.

Entrevistador – Deu para perceber. Relativamente às necessidades formativas aqui do Agrupamento, o que é que pesa mais nas ofertas formativas, os recursos humanos existentes no agrupamento ou as necessidades da comunidade local?

Diretora B – Os interesses dos alunos. Os interesses dos alunos é aquilo, e especificamente.... aliás, um exemplo concreto, o ensino secundário. Os cursos que temos são os cursos que os alunos querem ter. As ofertas que temos são as ofertas, 12.º ano, por exemplo, a disciplina de oferta que nós temos, ou as disciplinas de opção, não é de oferta, as disciplinas de opção que nós temos são as disciplinas que os nossos alunos escolheram. E para algumas delas, não temos recursos, não temos professores do quadro daquele grupo de recrutamento, por exemplo. Tem um problema para nós que é termos que recorrer à contratação e às vezes não é fácil, em determinados grupos, encontrar... termos um professor.... já para não falar da... da descontinuidade, digamos assim, que existe, porque sendo um professor contratado, este ano é um, no próximo é outro e depois outro, com as implicações que que pode ter em termos de, enfim, do trabalho que efetivamente venha a ser feito com os nossos alunos. Mas, para nós, que é assim, os nossos alunos, o que é que eles precisam? Isto é sempre o nosso foco. Depois dizemos assim “okay, agora que recurso é que nós temos?” Podemos potenciar os recursos que temos? Vamos potenciar. E nós fazemos isso. Nós temos no segundo ciclo, por exemplo, uma disciplina literacia sócio-digital, já temos há imenso tempo e que mantemos agora no contexto da autonomia e flexibilidade curricular. E ele existe porquê? Porque, primeiro entendemos que era uma área urgente para os nossos alunos e importante para os nossos alunos. E depois, tínhamos e temos na escola dois docentes que, não sendo nem um nem outro de informática, mas também não tem que ser, entenda-se, têm conhecimento e fizeram formação e têm, portanto, têm aqui um know-how que nós potenciámos para desenvolver uma oferta de escola que pudesse criar aqui, e desenvolver nos nossos alunos, um conjunto de competências que hoje estão previstas no perfil do aluno, por exemplo. Que foram fundamentais no momento da pandemia. Porque os nossos alunos, todos eles, nós temos esta oferta no 5.º e no 6.º ano, e como de facto à muito tempo esta parte os nossos alunos, há muito esta parte que trabalham com plataformas e especificamente com a Classroom, era uma delas, que foi a que nós depois adotámos no momento da pandemia, precisamente porque todos eles dominavam isto muito bem. E foi muito fácil depois. Nós, nós a seguir só tivemos que ensinar os professores a trabalhar com isto e foi muito mais fácil do que, de repente, se ninguém dominasse coisa nenhuma, portanto. E nós percebemos o quão importante foi, lá atrás, nós termos decidido que precisávamos de ter uma disciplina, oferta de escola, que se chama literacia sócio-digital. E que é o quê? É de facto o saber usar de forma crítica a informação que hoje nos chega a partir de um clique, não é?

Entrevistador – Sim.

Diretora B – O saber utilizar um conjunto de ferramentas que hoje existem, mas se não é só saber utilizá-las. É utilizá-las de forma crítica e conseguirmos aqui a combinar ou recombinar as potencialidades do tecnológico com o analógico. E acho que esta disciplina permitiu que os nossos alunos, efetivamente, tivessem desenvolvido aqui um conjunto de competências técnicas, um conjunto de competências tecnológicas, um conjunto de competências de, de... e a capacidade para a interpretarem, um olhar crítico perante a informação. Seleccionarem. Isto facilitou imenso aqui o processo.

Entrevistador – Muito bem. Vocês aqui têm ensino profissionalizante?

Diretora B – Não, neste momento não temos pela mesma ordem de razão. Porque não temos alunos interessados nesta... na... no ensino profissional, neste caso. Nós fomos, há muitos anos, a primeira escola que avançou na altura com cursos de educação e formação, porque tínhamos alunos com o perfil adequado e que quiseram avançar por aí. Portanto, a nossa oferta educativa durante muitos anos tinha cursos de educação e formação. Deixámos de ter a partir do momento em que deixámos de ter alunos com aquele perfil para. No dia que voltarmos a ter... naturalmente que fica sempre nesta lógica. O que é que é melhor para os nossos alunos? Que é que os nossos alunos querem? Já à época, os cursos que tivemos de educação e formação foram os cursos que os nossos alunos quiseram frequentar, independentemente de termos ou não professores para lecionar.

Entrevistador – Sim, compreendo. Mais uma vez, o período de vigência da CE é um tempo determinado. Essa gestão das ofertas formativas, ao longo do tempo, como é que é feita?

(silêncio)

Entrevistador – Fazem um previsão para três anos? Os cursos, por exemplo, da opção do secundário, como falou há pouco, par o 12.º. Fazem uma auscultação aos alunos? É anual.

Diretora B – No caso específico do nosso secundário e porque, lá está, estamos aqui... este é o quarto ano de funcionamento do ensino secundário. Nós ainda estamos... ainda temos aqui alguma flexibilidade, ou seja... Dito de outro modo, chegará o momento em que nós precisamos, naturalmente, de estabilizar uma rede. Até para ser possível aquilo que eu falava há pouco, que é um olhar, um olhar holístico para tudo isto e decidir, esta escola tem esta oferta, aquela escola tem outra e para nos entendermos, não é? Porque é impossível cada escola ter os cursos todos, até porque depois não há alunos para tal, não é? Portanto, tem que haver aqui uma gestão. Uma gestão contextualizada das coisas. Eu, eu acho. E isto para dizer o quê? Para dizer que chegará aqui o momento em que nós vamos estabilizar, ou seja, em função de um histórico, o que é que habitualmente os nossos alunos pretendem? Quais são as opções deles? E num momento em que isto.... esta é a fase, eu diria que neste momento, é o quarto ano de funcionamento do secundário nesta escola, é um momento em que nós temos que começar a pensar em estabilizar, não é? E, portanto, porque há quatro anos a esta parte, o histórico, os interesses dos nossos alunos estão canalizados em dois cursos, línguas e humanidades, ciências e tecnologias, portanto. Se isto, este é o nosso histórico, não faz sentido nenhum, de repente, agora vamos abrir arte, ou vamos abrir economia, não é? Claro que temos alunos interessados nestas áreas. Temos dois ou três numa, mas lá está, vamos canalizar para outra escola que tenha esta oferta e, portanto, é esta lógica de gerirmos de forma integrada a oferta educativa que existe no Concelho, neste caso. E, portanto, isto vai ter que acontecer, vai ter que começar a acontecer naturalmente. E precisamos também desta estabilidade para que depois possamos organizarmos, possamos investir na formação dos professores, para que seja possível, lá está, fazer mais e melhor face à.. ao público que temos, à realidade que temos e é por aí.

Entrevistador – Às necessidades.

Diretora B – Mas, naturalmente que nós ainda estamos naquela fase em que no próximo... Imagine-se, no próximo... ou fazemos um levantamento junto dos nossos alunos e de repente percebemos que temos aqui vinte e oito alunos, trinta alunos que querem artes. Nós ainda estamos na fase de poder negociar com o Ministério da Educação e dizer assim “nós temos alunos para poder abrir a oferta de artes”. Okay. Se calhar, a seguir, teria que prescindir de outra, a menos que tivesse alunos para manter as outras duas ofertas, porque é sempre dentro desta lógica que nós temos alunos. É o que eu dizia há pouco, quantos alunos temos e o que é que eles querem? E a seguir, vamos organizar onde é que cada, cada, cada um deles, vai continuar o seu percurso, porque não é possível termos todas as ofertas, não é?

Entrevistador – Claro que sim, claro que sim. Considera que.... só faltam duas questões, é muito rápido. Considera que a carta educativa contribui para a verdadeira descentralização dos poderes da administração central ou considera que a carta educativa pode ser uma ferramenta ao serviço da “municipalização”?

Diretora B – Eu acho que a carta educativa pode ser um excelente instrumento de gestão estratégica numa... num... numa relação articulada entre Autarquia e Ministério da Educação. Eu acho que poderia ser deste modo e deveria ser deste modo. Porquê? Porque efetivamente, quem está no terreno tem uma visão, acho eu, muito mais pormenorizada e realista de cada contexto e acho que, aqui, a administração central, dito o Ministério da Educação, ganha ou poderia ganhar com... com... com este... neste trabalho, lá está, de complementaridade, trabalhar juntos. Eu tenho esta coisa de que trabalhando juntos podemos fazer, podemos fazer mais e mais e melhor. E, portanto, poderia ser aqui, de facto, um instrumento fantástico para uns e outros fazerem mais e melhor. Se depois na realidade isto acontece, há contextos em que eu acho que sim, há outros em que efetivamente não. E, por vezes, e agora não estou a falar do nosso... do nosso concelho. Por vezes, o que é que acontece? Acontece que sim, a CE acaba por ser um... um instrumento de poder da autarquia para impor determinada linha de ação, determinado pensamento, porque sim. A CE diz que é assim e, portanto, não arredamos uma vírgula do que diz a carta educativa. O inverso, não. E às vezes há estas questões. Do mesmo modo que às vezes também é da parte central, da administração, também pode ser uma forma... de... de, enfim, de se desresponsabilizar, diria assim, de não.... Não existe, não... não construímos, não.... não.... não investimos porque o município, enfim. Pois a dada altura, a dada altura... a CE pode ser um documento um bocadinho perverso, não é? Dependendo, dependendo de como é que o uso dele. Como é que depois utilizamos? Qual é o... qual é a finalidade deste documento, não é? Nós temos uma CE, okay. Sabemos para que é que serve, muito bem. Mas como é que nós depois a utilizamos? E utilizamo-la no sentido de construir bem comum? De trabalhar para o bem comum? Ou ela depois acaba por ser aqui um arma que fortalece o poder de um face ao outro?

Entrevistador – Sim. Então, finalmente, considera que a CE trouxe mais-valias para o seu Agrupamento?

Diretora B – A carta educativa em si... Se eu pensar em termos de edificado, sim, sim. Se eu pensar em termos de edificado sim, e depois naturalmente, mas lá está, não é por causa da carta educativa em si. Depois é... é... é a atitude das pessoas que estão em determinados lugares.... O que é que fazem e como fazem. E isto é uma coisa que... Eu acho que a CE deveria... deveria ser um documento que não estivesse, que não estivesse dependente das pessoas que estão em determinados lugares. Ou seja, independentemente de quem estivesse, efetivamente a CE deveria permitir uma resposta adequada, justa, face ao contexto. E eu acho que... Ser uma resposta adequada a cada do contexto, ser uma resposta, ser um instrumento que permita criar condições de justiça e equidade... Eu

acho que a carta por si não é porque ela está sempre dependente de quem é o Senhor Presidente de Câmara, que é o Senhor Vereador, quem são os Senhores Diretores, quem são os senhores Delegados de Regionais de Educação, quem são... ou seja, está sempre dependente.

Entrevistador – Tal como o financiamento?

Diretora B – Isso, pois, é outra questão. É que, por vezes, não é só uma questão de financiamento. Eu... eu... eu... eu costumo dizer que... Às vezes, quando dizem assim “não há dinheiro” e eu digo “não há dinheiro, não é problema”. E o que é que eu quero dizer com isto? Eu acho que quando nós, quando nós conseguimos perceber saber exatamente, lá está, o diagnóstico. Nós sabemos exatamente, nós temos este problema. E sabemos porque é que ele existe. E quando temos a capacidade de dizer face a este problema “a solução é esta”. Okay, pois, não há dinheiro. Okay, então não há dinheiro. O que é que nós todos podemos fazer para que isto possa acontecer? E depois é possível acontecer. Dou-te exemplos. Dou-te exemplos concretos daquilo que nós... nós temos. E falando aqui, estamos a falar de redes, estamos a falar de espaços físicos. Uma escola recente, a última que aconteceu. Uma escola de primeiro ciclo, é uma escola lugar único, e faltavam a um conjunto de coisas que nós... aquilo era importante, mas naquele momento não havia dinheiro, o dinheiro não foi problema. Porquê? Porque os pais juntaram-se, porque a Comunidade juntou-se, porque a Junta ajudou, porque a Câmara ajudou, porque o Agrupamento ajudou... Cada um de nós, aquilo que pôde ajudar, ajudou, e, de repente, fez acontecer. É por causa disto que eu digo que o dinheiro, o dinheiro é um problema relativo. É lógico que diz assim “agora temos que construir uma escola nova”, pois com certeza, não há como, não é? Não há como. Mas há coisas que... que nós podemos fazer acontecer essas... é possível concretizar. Pois é preciso, lá está, este trabalho em conjunto, juntarmos, unirmos esforços para podermos fazer. O nosso auditório por exemplo, o nosso auditório. Há 2 anos atrás os pais a associação de pais, nós tivemos lá uma reunião e no fim da reunião, eles dizem-me assim “este auditório está a precisar de umas obras” e digo, eu “pois está”. “Então e não há dinheiro?”, e disse “pois, com certeza que não”. E entretanto, okay, então, agora... como é que nós?... “Mas... mas o auditório precisa de ser renovado”, “pois dava jeito”. O que é que podemos fazer? Fizemos um festival de sopas. Fizemos um festival de sopas no pavilhão, pedimos à junta pavilhão num sábado. Assim pela noite dentro, tarde, fim de tarde, noite dentro. E lá está, organizámo-nos todos, fizemos um festival de sopas e, de repente, arranjámos dinheiro para renovar o auditório.

Entrevistador – Com o apoio da comunidade...

Diretora B – Com o apoio da comunidade, não é? Portanto, há coisas que nós podemos efetivamente fazer. Nós podemos melhorar aqui os nossos espaço... a... acho que há muita coisa que pode ser efetivamente melhorado, se conseguirmos trabalhar em conjunto. É um bocadinho aquilo que eu... que eu acho. E por isso uma CE, naturalmente que ela é fundamental para se poder construir uma escola nova. Ela é fundamental para se poder renovar uma escola, para se requalificar um espaço, naturalmente que sim. Mas... mas para além disso, há depois muitas outras coisas que nós podemos fazer, independentemente do que está numa CE. E até aqui lá está, e para voltar a esta tónica de as pessoas que estão num determinado lugar. Eu posso ter uma CE que diz que é suposto construir uma escola aqui, mas se entretanto o Senhor Presidente de Câmara, ou Senhor Vereador, entender que não deve ser ali, que não deve ser para já, também ninguém há de correr atrás deles porque não fizeram o que estavam na casa de educativa, não é? Ou o inverso, quer dizer. Daí eu dizer que... enfim.

Entrevistador – Sim, claro.

Diretora B – Eu posso estar errada aí e ter assim uma visão muito tonta de tudo isto, mas estes... estes documentos deveriam ser assim: à prova de quem está num determinado momento num determinado lugares, não é?

Entrevistador – É, sim. Só tenho a agradecer a sua opinião e a sua disponibilidade. Muito obrigado.

Diretora B – Foi um gosto. Eu é que agradeço. Muito obrigada e felicidades para o trabalho.

Entrevistador – Muito obrigado.

ENTREVISTA AO(A) DIRETOR(A) DO AGRUPAMENTO C

Data e hora: 09/03/2022, 15h30

Local: sala TIC

Duração: 84 minutos

Justificação da entrevista e motivação do entrevistado

A entrevistada foi previamente contatado via email, onde constava o objetivo e tema do trabalho de investigação. Foi solicitada a sua colaboração e disponibilidade para realizar a entrevista, explicitando a importância da mesma para o estudo. A entrevistada foi informada sobre os objetivos do trabalho e foi-lhe garantido que as informações recolhidas eram utilizadas exclusivamente para fins deste estudo.

Entrevistador – Então boa tarde. Autoriza a gravação áudio da entrevista?

Diretor C – Claro, sem problemas.

Entrevistador – Então agora você está aposentado à cerca de uma mês. Quanto tempo é que exerceu funções docentes e quanto tempo exerceu as funções de diretor?

Diretor C – Ora funções docentes quase 47 anos, de gestão 29 anos. Vinte e sete aqui e dois noutra escola não como diretor e como não é assim que se chamava, mas como vice-presidente do Conselho Executivo. Aqui foram 27 anos.

Entrevistador – Vamos então à primeira pergunta. Participou na elaboração da parte educativa de 2007.

Diretor C – Sim, naquilo que foi solicitada a nossa participação, sim. A participação não, não, não... foi tão direta, porque não era essa função das direções, mas dentro daquilo que na altura se fazia, pronto, isto tem a ver com o Decreto-Lei de 2003, depois, quando se operacionalizou isto, sim, fomos auscultados para o processo.

Entrevistador – Então como avalia o nível de participação do agrupamento de escolas na elaboração CE, agora também ligando à CE em construção?

Diretor C – Pronto, em termos de CE... A CE nesse tempo foi... era... foi a primeira geração de cartas educativas e, portanto, havia um modelo padrão. E também as metodologias associadas a esse padrão foram, digamos, que replicadas quase que transversalmente a nível do país. Portanto, o que se fez nessa altura foi... foi replicar esse modelo padrão e dentro deste modelo padrão, a nossa posição foi dentro do expectável. Portanto, fomos ouvidos já num processo, sem querer ser injusto, não, não no processo inicial da sua elaboração.... mas como como estas cartas têm uma estrutura que é definida ou por despacho regulamentar, até esta segunda geração até já é o próprio instituto de gestão e financeira, que tem um modelo que tipifica isso, nós já fomos ouvidos numa fase em que, digamos que a estrutura essencial da mesma, estava já lavrada, no sentido daquilo que é a função da própria CE, é ouvir os parceiros, perceber as necessidades e fazer um alinhamento com os objetivos e as finalidades dessa carta. Foi essa a nossa participação.

Entrevistador – E como são envolvidos os pais e encarregados de educação no processo diagnóstico prospetivo?

Diretor C – Pronto, eu... tanto quanto me apercebi, naquilo em que participei, é indispensável... portanto, uma carta educativa tem que ter maior abrangência possível, não é? E tem que envolver todas as comunidades que vertam para a estrutura do documento em si. É um documento de planeamento, e portanto tem que ter, tem que consagrar essas amplas consultas. Se no futuro vai ser assim ou não? Eu até me atreveria a antecipar que que

não deve ser, porque nesse tempo, nestas que eu vou chamar de cartas de primeira geração, replicavam-se muito modelos padrão. E então o que acontecia era quando a carta já estava numa determinada fase elaborada, eram promovidas reuniões com as diferentes populações, juntas de freguesia, os pais representados através dessas... Eu falo no que diz respeito ao meu agrupamento, mas penso que foi igual a todos. E portanto depois ou a senhora vereadora ou a equipe mandava o documento, e depois tinha ali uma sinopse do mesmo, apresentava 4 ou 5 ou 6 aspetos que considerados essenciais e depois eram debatidos entre esses parceiros para se validar ou reajustar instituições que entendiam que eram importante reajustáveis. Foi assim o processo.

Entrevistador – De certa forma já respondeu... Mas considera que os procedimentos adotados pelo município no processo de elaboração das CE são suficientes e que respondem aos interesses do agrupamento e da comunidade que representa?

Diretor C – Naquele tempo, talvez. Como processo embrionário, não direi experimental, mas.... Vamos dizer de outra maneira. Tudo o que sejam instrumentos de planeamento, são de todo indispensáveis, mas tem que ter presente um conjunto de variáveis, porque no fundo, a carta educativa, qual é a grande finalidade? É a criação de um território educativo. E portanto, dentro dessa criação, tem que se ter em conta a conjuntura. Nesse tempo, acho que sim. Se me perguntassem em relação aos tempos presentes em que as conjunturas hoje são muito diferentes, desde a pandemia, desde a recentíssima guerra que está a viver, a forma também como depois posteriormente, a partir de 2018... o sistema mudou, sobretudo no domínio curricular, na educação inclusiva, isso transmite-me a ideia, a minha convicção, é de que, por via dessas conjunturas... Nós estamos numa era pré digital, porque ainda não... ainda não... ainda não temos como deve ser as condições para isso, cada vez mais se entende que é de todo indispensável haver uma forte coesão de territórios, o capital humano é fundamental para os territórios... Portanto, a questão dos recursos humanos, mas também a diversidade, a sustentabilidade do ambiente, por exemplo, e esse conjunto de variáveis mudaram muito desde a primeira geração. Significa que hoje, se calhar, a metodologia e os processos devem, na minha modesta opinião, ser de uma consulta muito mais ampla, cada vez mais proximal por isso mesmo, porque os pontos de vista, as sensibilidades são grandes, mas também a resposta é que a CE hoje tem que dar, tem que responder a diferentes variáveis, portanto tem que ter essa sustentabilidade através da consulta. Eu diria que replicar o modelo de 2007 na segunda geração, poder-se-ia ficar um bocadinho aquém daquilo que hoje são as demandas de uma de uma nova territorialização educativa, do meu ponto de vista.

Entrevistador – Depois de definida a rede escolar e a oferta educativa do Agrupamento, como avalia a maleabilidade da CE ao longo do tempo?

Diretor C – A CE no plano teórico deve ser muito documento inacabado, um documento dinâmico, um documento que se vai reajustando às ditas conjunturas, que outrora eram de uma forma, hoje são diferentes, tem outro grau de exigência. Agora aqui... Isto vai muito... às vezes as leis estão bem pensadas, estão bem estruturadas, a retórica é muito boa, mas depois na prática as coisas podem não corresponder tanto essa retórica. Maleabilidade. Maleabilidade, aqui deve-se entender a capacidade sustentada, refletida, partilhada, do conjunto de entidades e pessoas que devem pensar a educação e a territorialização por via da CE, serem convocadas para esse tipo de trabalho. A maleabilidade depende muito dessa abertura. Eu posso dizer que a maleabilidade... terá havido, boas intenções, terá havido, mas depois a prática, em algumas situações, acaba por não produzir... pode produzir os processos necessários, mas não produz o processo desejável, porque depois isto tem várias

implicações. Tem a haver com a política educativa, tem a ver com decisões que muitas vezes... Nós, nós sabemos que a CE, a partir de 2003, foi da inteira competência, responsabilidade das autarquias, é verdade. Mas depois isto mexe também com... com... com o sistema educativo, não é? Com o Ministério da Educação, com as estruturas desconcentrada mesmo e às vezes essa maleabilidade, sobretudo na gestão do número de alunos por turma e na redefinição das localizações de determinados espaços ou equipamentos educativos, é negociado, é debatido, mas nem sempre, por esta ou aquela razão, se consegue ter a correspondência mais... mais desejável. Dito de outra maneira. Não há situações ideais, é verdade. Mas as situações são expectáveis. Algumas das situações que se debateram neste campus tinham... eram expectáveis puderem serem organizadas de uma maneira diferente, mas nem sempre se conseguiu isso por... outras razões, que às vezes até nos escapa. Fomos ouvidos, auscultados... Agora há um aspeto que é importante aqui dizer, eu não sei se me será colocada essa questão. É da maior justiça referir aqui que desde esse tempo até hoje, apesar da equipe educativa ou da vereação da educação ter sofrido algumas mudanças, mas desde esse tempo até hoje, tem havido sempre uma grande dinâmica de proximidade, de capacidade de auscultação, de ouvir, de convocar as pessoas, mais por via... umas indireta, outras direta, designadamente os diretores por via muito direta, proximal, nas soluções que se entendam que são melhores e, ainda a maleabilidade, maleabilidade no sentido de ou fechar ou abrir turmas ou espaços, é justo, é o meu ponto de vista, isto é a evidência que eu colhi nestes anos, a vereação ouviu sempre a sensibilidade, neste caso, vertente do nosso agrupamento e em, casos concretos, não sei se não serão talvez importantes aqui referenciar, mas casos concretos de escolas, fez sempre o alinhamento com a nossa sensibilidade e com a nossa fundamentação, negociando depois com quem de direito a permanência em regime de excecionalidade que essas escolas ou salas se pudessem vir a manter, como sempre se mantiveram no regime de excecionalidade, portanto, aí sim, a maleabilidade, no caso da nossa escola, foi patente, correspondeu de facto às nossas necessidades.

Entrevistador – Compreendi. As alterações efetuadas, abertura ou fecho de salas, aumento ou diminuição do número de turmas/salas, são articuladas com o município? Ou apenas com a DGESTE Centro?

Diretor C – Não. No caso concreto do concelho de Leiria e falando exclusivamente do Agrupamento de Escolas C, mas eu posso dizer também dos outros, porque num primeiro momento haviam só reuniões localizadas em cada escola mas depois haviam reuniões com o conjunto de diretoras e diretores, foram sempre previamente conversada ou previamente, porque a matéria permitia essa análise prévia, ou porque emanavam superiormente certas orientações, após esse conhecimento da Câmara... houve sempre um diálogo prévio às situações por definir ou que vieram propostas para quem de direito, no sentido de se encontrarem, sufragarem essas ou encontrarem outras soluções. Portanto, nunca houve uma relação direta com a DGESTE, no que concerne à CE da educação pré-escolar e 1.ºCEB. Relativamente ao 2.º e 3.º CEB a autarquia, nunca participou, relação direta era com a DGESTE. Nós éramos convocados para reuniões em Coimbra e aí éramos confrontados, tínhamos capacidade de argumentação, éramos ouvidos mas vamos dizer que os processos podendo ser semelhantes na capacidade da audiência da coisa, tinha uma natureza distinta, pelo seu clima mais proximal, a competência que a autarquia tinha, permitia encontrar soluções dialogantes e até com alguma, usando a palavra de à pouco, maleabilidade, flexibilidade, no que diz respeito ao 2.º e 3.º ciclos, porque a DGESTE era mais, digamos, que um veículo transmissor de ideias que já vinham de cima, top down, e como aquilo estava muito feito a régua e a esquadro, era mais difícil conseguir... No nosso caso, ao longo dos anos sempre foi a questão de ter mais ou menos uma turma, mas outras escolas, sobretudo a escolas urbanas e falando do concelho de Leiria, tinham um problema

que ainda hoje persiste, de densidade populacional em relação à sua capacidade de resposta, e as soluções eram muito difíceis de cozinhar, pronto, porque as regras eram um bocadinho rígidas, não, não eram... não eram tão flexíveis, aí nesse campo.

Entrevistador – Considera a CE como um instrumento facilitador ou como um instrumento dificultador da autonomia da Escolas?

Diretor C – Eu... À bocadinho dei a entender que muitas vezes os pressupostos que estão na lei, a intenção, pode ser uma coisa boa, e aliás os atos educativos ou os atos administrativos ligados à educação ou os atos educativos propriamente, sejam organizacionais ou curriculares, tem que ter intencionalidade, porque a educação não pode viver de impulsos, tem que ser uma coisa estruturada, pensada, planeada, portanto, a intencionalidade é fundamental. Ora, se uma CE é um instrumento de planeamento, naturalmente estamos muito mal se alguma vez uma carta educativa foi constrangedora, não for facilitadora, porque a CE, não sendo um documento acabado, ser um documento dinâmico, tem que ter um, tem que ter um contínuo de monitorização e tem que ter momentos de avaliação e de necessidade de reajustamento. De correção de assimetrias, de capacidade de implementar soluções que são pensadas em conjunto, articuladas com parceiros e, portanto, tem que ser claramente um instrumento facilitador. No meu ponto de vista, tem que ser. Se me perguntar, ou se me perguntares se é isso que tem sido a prática? Eu acho que já dei a entender para trás, a intenção, sobretudo na proximidade com a autarquia, e vais ouvir muitos outros colegas podem ter uma ideia diferente, na minha opinião, acho que foi sempre lido e operacionalizado, em termos de processos, como um instrumento facilitador para uma melhor redefinição do território educativo e das ofertas educativas. Facilitador. Claro que os processos são importantes pois o produto vai depender de um conjunto de variáveis, que em cada momento, depois se pensam. Mas acho que sim.

Entrevistador – Obrigado. Já mencionou aqui o problema de lotação das turmas no concelho de Leiria. Considera que a CE demonstrou ser um documento capaz, num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico?

Diretor C – Eu, a partir de determinado momento, não acompanhei mais o desenvolvimento da CE. As CE geralmente têm, têm, têm uma forma de serem pensadas, elaboradas assim. Ou se tem recursos internos dentro das autarquias ou há situações até em que se recorre a empresas que fazem essa prestação de serviços. Numa ou noutra solução, há um conjunto de indicadores, de conteúdos, que têm que estar estruturalmente definidos nessa carta. Nesse pressuposto, eu direi que a elaboração desse documento tende a dar resposta a essas questões. Portanto, através do diagnóstico de identificação das mesmas, através do diálogo, construir esse documento, que dê resposta às necessidades locais, à expansão e desenvolvimento sociogeográfico, socioeconómico, portanto, mal estaríamos se isso não acontecesse. Agora, isto é digamos que no processo de elaboração, no processo de consulta, e através desse processo de consulta, de reajustamento de algumas situações. Depois pondo-me do outro lado da margem, que é quando o documento fica finalizado e o que é que vem a produzir, por vezes, há situações... não... nunca aconteceu diretamente com este agrupamento mas eles... para além de ser um cidadão, participei durante desde 2002 no Conselho Municipal de Educação, por vezes em relação a determinadas realidades, a resposta final que se tornou operativa nessa Carta, nem sempre correspondeu a... já não vou dizer à expectativa, mas aquilo que era a tendência do debate e isso. E eu, muito francamente, houve situações que nem, que nem, nem se conseguiram perceber, não sendo graves, mas não se conseguiram perceber, bem porque porque é o sistema, sobretudo a nível do 2.º e 3.º e ensino secundário, é decidido lá em cima e depois vêm

aquelas decisões, e por isto, aquilo e aqueloutro, não se pode mexer mais nisto. No que diz respeito à CE, nesta capacidade de responder às situações mais locais, sim, eu acho que em Leiria, o concelho de Leiria tem conseguido responder, ao nível de educação pré-escolar e do 1.ºCEB. A Câmara não tem uma responsabilidade aqui, direta com o 2.º e 3.º CEB. É um parceiro, é ouvida e dá a sua opinião, mas como é centralmente... é isso, acho que nem sempre se conseguiu dar a resposta da dívida por razões que me escapam. Mas nem sempre, nem sempre.

Entrevistador – Quais são para si as potencialidades e, já agora, as limitações da CE?

Diretor C – A principal potencialidade é claramente ser um instrumento de planeamento com uma visão para prospetiva e aglutinador de todas as entidades e pessoas que ou prestam ou estão ao serviço daquilo que é a territorialização educativa. E nesse sentido é uma grande potencialidade. Outra potencialidade é a capacidade de ser um documento que se vai reajustando em função, primeiro, do diagnóstico. Portanto, ele parte de uma pré existência e depois com base nessa pré existência, tem que se construir uma visão de desenvolvimento e, portanto, de prospetivo, para futuro, mas, claro, o futuro tende a ter um conjunto de variáveis que se vão mudando, as conjunturas vão mudando, portanto tem de ter uma capacidade de reajustamento. E esse reajustamento assenta numa outra potencialidade das CE, na capacidade de monitorização, portanto, estes processos têm que ter uma monitorização que deve ser sistémica e sistematizada, sistémica no sentido dos ecossistemas e sistematizada no sentido de ter um carácter regular. Eu, não sei se se bem ou mal, a experiência que eu tenho tido disto é que anualmente, anualmente deve ser feita uma análise e uma eventual revisão da CE. Esta é uma grande potencialidade. Aspetos constrangedores ou limitações... Portanto, é assim... Tem que haver recursos disponíveis para fazer esta monitorização. Se é um documento inacabado, se é um documento em constante construção, é bom que seja, mas se não houver os instrumentos e os recursos necessários para fazer essa análise sistemática, ela acaba se tornando uma limitação porque o documento preconizou uma linha de ação e de intervenção para determinado tempo, que se não for atualizado, se não for revisto, depois já não dá respostas devidas e, portanto, poder-se-á tornar numa limitação se a metodologia de monitorização e revisão não for eficaz e não for regular. Essa é a maior limitação. Como não tenho uma experiência muito vasta na participação em todo o processo de uma CE também não queria estar aqui a fazer uma análise enviesada do processo. Mas eu não sei se... no momento da recolha de informações, de construção daqueles parâmetros todos, sociais, socioeconómicos, de edifícios... não sei se faz grande sentido as escolas participarem. Mas se calhar o que poderia ser mais importante, hoje que falamos muito da descentralização e que as próprias autarquias já estão num processo de descentralização de competências, caso, portanto, de Leiria, desde 2020, se calhar os processos de auscultação, foram bons sempre, volto aqui a reiterar isso, mas se calhar podiam ser ainda mais amplos, mais repetidos, de forma a se poder tornar ainda mais vivificada e vivificado esse debate e essa participação. Considero que é um bocadinho difícil talvez convocar os pais porque os pais nem sempre são muito aderentes às associações de pais e muitas vezes aquilo que eu defendo é... conhecimento é poder. Poder num sentido, eu posso poder, conhecimento dá-nos um status e portanto, quando nós convocamos pessoas em vários quadrantes de decisão, seja em que matérias for, se as pessoas não tiverem conhecimento, têm menos de poder de intervenção. E portanto, se calhar era preciso dotar estas pessoas, previamente, de uma explicação, de um exercício de propedêutico, explicar a estas pessoas como é que se constrói isto, quais as finalidades... do que apresentar já um produto meio final, sem se perceber, digamos, que o histórico da sua construção e sem saber o

que é que ele convoca. Porque se eu souber isso tenho uma capacidade mais retroagida, mais atrás, de poder criticamente, construtivamente, de tornar mais operativa a minha participação. Essa talvez seja uma limitação.

Entrevistador – No caso do Agrupamento que dirigia, considera que a primeira carta educativa teve impacto direto na promoção do sucesso escolar?

Diretor C – Sim, em certo sentido, sim. Agora se teve um impacto que desejávamos? Isso eu não sei porque as CE não têm indicadores, e portanto não têm métricas para dizer assim... têm... é uma intencionalidade, é um planeamento, há outros instrumentos de planeamento que muitas vezes estabelecem indicadores e estabelecem metas, e portanto através da monitorização vai-se vendo. Aqui, em certo sentido, isso pode acontecer, mas acontece à posteriori, eu explicarei. Quando a CE está definida há também um plano de intenções. Uma é clara, o edificado escolar. Nós sabemos que os edifícios são a peça estruturante de um território educativo. São eles que promovem ou não a fixação das populações e, portanto, a qualidade do edificado é fundamental, portanto, do equipamento educativo é fundamental, seja público ou privado, e depois é a prestação de serviços que se faz e o que é que se consegue operacionalizar, realizado dentro desses equipamentos educativos. Então indo à questão. Sim, hoje é mais gritante, hoje 2018, 19, 20, 21, mas sobretudo de 20 em diante, é gritante o impacto da CE, que ainda vem de trás, na melhoria de todo o edificado do argumento de escolas [REDACTED]. Eu direi que nós estamos muito bem servidos, falando de escolas de 1.º CEB e Educação Pré-Escolar. Temos um excelente parque, tem havido investimento, quer em obras de raiz, tivemos dois centros escolares construídos de raiz, embora que a partir de uma escola que existia, mas foi todo ele dimensionado na sua traça de raiz, e tivemos obras de amplificação, uma delas concretamente até nesta escola sede, com a criação de mais duas salas de laboratórios, e portanto, aí sim. Para além disso, e também não fazia sentido de outra forma, as casas educativas também têm que preconizar um conjunto de ações educativas e, portanto, no concelho de Leiria e julgo que em termos nacionais é assim, temos um projeto educativo municipal. Esse projeto educativo municipal convoca todas as escolas, se pode convocar de uma maneira ainda mais dinâmica, ativa, é assunto para outro debate ou para Conselho Municipal de Educação. Mas a verdade é que tem havido essa... esse plano educativo municipal, esse projeto educativo municipal. Eu parei um bocadinho para só para me reavivar uma coisa, esses dois últimos projetos educativos, entre os diretores do concelho de Leiria, por solicitação da autarquia, foram indicadas... indicados diretores ou diretoras que integravam a equipe que fez a elaboração desse projeto educativo. E depois, o que nós fazíamos... eu estive nesse processo e outros colegas, o que nós fazíamos depois trazíamos para os outros colegas o debate, os eixos estruturantes, o que é que achávamos aqui e depois fez-se esse projeto educativo. Depois teve o corte final por parte da equipa educativa. Nesse projeto educativo, esse projeto educativo municipal, tinha uma valência muito grande nesses eixos e, de facto, o que propunha, tinha várias medidas de promoção também do sucesso escolar e outras da ação mais formativa e mais cultural. No caso vertente do nosso agrupamento, e isso foi dito pela senhora vereadora, isto não é uma promoção do agrupamento, é constatação de factos, o nosso agrupamento foi sempre muito aderente a todas essas propostas, com a inscrição de vários grupos de crianças da educação pré-escolar e turmas do primeiro ciclo e também do 2.º e 3.º ciclos, sinal de que havia uma compreensão por parte destas... destes profissionais da educação que aquele plano, aquele projeto, também correspondia à necessidade de enriquecer o currículo e saber das crianças através dessas atividades. E portanto, em conclusão, este foi o segundo, vamos dizer, eixo promotor de sucesso escolar e, portanto, mais valias para o agrupamento através da CE.

Entrevistador – O conceito de CE prevê uma melhor utilização dos recursos educativos e uma racionalização dos recursos existentes. Considera que os alunos do Agrupamento, num sentido de equidade, beneficiam agora de condições mais favoráveis à aprendizagem?

Diretor C – Pode-se.... pode-se.... naturalmente que se pode sempre fazer mais e melhor e a tendência é essa, porque como há bocadinho disse, a conjuntura tem-se alterado muito. Houve, a partir de 2018, houve essa preocupação com a educação inclusiva, com a criação de uma equipe que pudesse... multidisciplinar, que pudesse dar resposta a algumas situações, nos últimos 3 anos, penso eu, veio o PIICIE, que foi criado com recursos adicionais, vocacionados... claro que isto teve um estudo, para os anos terminais da educação pré-escolar e para os primeiros anos do 1.ºCEB, que são aqueles que têm.. tiveram identificação de maiores lacunas, e esse... essa intervenção, foi articulada com as direções. Aí está sempre uma forma de olhar, há quem olhe... o copo está sempre meio cheio, meio vazio. Eu lembro-me de há muitos anos atrás, a autarquia e dotava as escolas de um apoio financeiro, porque era pelo número de alunos que tinham e depois a escola geria. Depois começou a haver... quando veio a troika isso acabou. E

é verdade que o concelho também tem muitas escolas, mais de 160, comparativamente a outros e deixou de haver a possibilidade de nós podermos requisitar transporte escolares à Câmara, deixou de haver esse suporte financeiro e passou a haver uma agenda cultural, e portanto, esse projeto educativo que era ele é que promovia as atividades, as ações, esses projetos junto das escolas. Há pessoas que entendem que podia ser forma diferente, porque é um pouquinho mais limitativo, que podia ser dado mais autonomia às escolas, certas atividades, a forma promocional como elas são feitas... isto não é totalmente um pensamento, mas estou a dar eco daquilo que quer no órgão pedagógico, quer no conselho geral, às vezes me foi transmitido, se com determinadas brochuras, com determinado tipo de cartaz, se gastaram dinheiro que podia ser canalizado para ajuda nas escolas? Pronto, não sei, pode-se refletir um dia sobre isso. Mas de grosso modo, sim, constitui uma mais-valia e tem ajudado à promoção do sucesso escolar. E há uma coisa que eu acho que é importante que se diga que é a promoção do sucesso escolar. As taxas de abandono escolar, se não houvesse evidências também não diria isso porque podia estar aqui a pensar que estava a dourar a pílula, mas as taxas de sucesso de abandono escolar e do sucesso escolar, genericamente falando, a nível do 1.º e do 2.º, com algumas frentes no 3.º e não tão flagrantemente, aí no secundário, no concelho de Leiria, tem vindo a melhorar ao longo dos anos e isso está até... está publicado no site da câmara, em brochuras públicas... Isso significa que, quer o projeto educativo, quer a ação que foi dialogada com as escolas, teve aqui uma infraestrutura, de objetivos e finalidades que até tem correspondido à necessidade, genericamente falando. Depois se isolarmos isto de agrupamento a agrupamento, se calhar as necessidades, na resposta a cada agrupamento poderiam ter que ser outras. Mas também é difícil conseguir-se dar uma resposta mais particular. Em termos de generalização, sim. Quando a CE prevê, priorizando e cumprindo como cumpriu, daquilo que eu sei, um conjunto de obras de requalificação do parque escolar ou de construção de raiz... Eu até estou à vontade para dizer isto como cidadão, mas também como deputado municipal, até porque já fiz uma intervenção na Assembleia nesse sentido, eu acho que os leirienses devem-se orgulhar, pode-se melhorar, mas devem-se orgulhar do parque escolar que o concelho de Leiria tem a nível do da educação pré-escolar e do 1.ºCEB, comparativamente com muitos outros concelhos. Portanto aí a CE te sido muito, do meu ponto de vista, tem sido muito eficaz. Por sua vez, e para concluir, também o projeto educativo municipal, podendo-se se calhar melhorar aqui e acolá na oferta de algum tipo de ações ou atividades, teve sempre a

preocupação de ouvir os parceiros, designadamente as juntas, participei em várias reuniões dessas, sobretudo com as AAAF e com as CAF, e os diretores e as diretoras, relativamente ao currículo, às orientações educativas da educação pré-escolar e do 1.º, 2.º e 3.º CEB, de oferecer atividades ou projetos que ou na área do ambiente ou na área da saúde ou no desporto, que pudessem ser eles complementares e correspondentes a uma necessidade real, individual, mas sobretudo coletiva do território educativo. Isso.... isso é verdade, isso é verdade.

Entrevistador – Muito bem. Tinha esta pergunta... se considerava que houve uma melhoria efetiva do parque escolar deste agrupamento... Acho que já está respondido.

Diretor C – Sim, sim. Inclusivamente só dizer uma coisa. Eu há bocado era par ter perguntado e não perguntei, se este estudo ou estas entrevistas, se focam a CE que nasceu em 2007 ou se...

Entrevistador – Agora...

Diretor C – Já estamos a falar para agora. Ora se já estamos a falar para agora, é preciso ter em conta um aspeto importante que vem alterar muito isto que é a descentralização das competências. Portanto, a Câmara Municipal de Leiria assinou com o Ministério essa passagem da delegação de competências. Por sua vez, a Câmara, dentro de um processo que eu julgo que, o Donato vai ter essa possibilidade de colher essa evidência junto de vários, se não todos os colegas diretoras e diretores do concelho de Leiria, um processo amplamente debatido, partilhado, negociado, conversado, refletido com todos os diretores do concelho de Leiria, previamente antes da aceitação da delegação de competências do Ministério na Autarquia. Isso ficou até escrito em atas, foi sublinhado por vários... nós diretores ou diretoras, foi o reconhecimento da capacidade de audição, de escuta prévia que autarquia fez a nós no sentido se nos revíamos nessa e o que é que acharíamos que era importante que não... envelope financeiro é uma coisa, mas que o conteúdo das valências que estivessem protocoladas nessa matéria. Isso foi, foi ouvido. Esta delegação de competências transfere para a Câmara um aspeto ou vários aspetos, mas que se podem condensar numa ideia central, que é de facto o poder local, a territorialização ter maior eficiência e eficácia por estar junto dos cidadãos, estão mais próximo. E nesse sentido, a próxima CE vai ter que ter claramente em atenção este aspeto, promovendo uma audição mais ampla, tendo em conta também a mudança das várias conjunturas, sendo que isto é tão verdade, porque nós assinamos o protocolo em 2020 e antes dessa assinatura e já depois da assinatura, até relativamente recente, antes de assinar e relativamente recente, a Câmara, através de técnicos, visitou as escolas todas. E agora eu não tive presente, mas tenho conhecimento, uma reunião recente pediu uma inventariação de todas as obras que são necessárias de requalificação dos espaços que fazes das escolas do 2.º e 3.º CEB, para poder priorizar porque realmente a escola pública ou dinheiros públicos... o investimento público em educação carece de planeamento, mas também de priorização e, portanto, para se priorizar precisa-se de ter um diagnóstico pleno e depois identificado, e nesse sentido eu acho que a CE está ao serviço da descentralização, não está ao serviço nenhuma municipalização, e garante mais valias para cada agrupamento. Essas mais valias terão que ter uma certa sustentabilidade à priori porque é dada oportunidade a cada agrupamento, através das suas estruturas consideradas essenciais, se pronunciar. Portanto, há aqui uma oportunidade, uma coisa, há bocadinho eu dizia, às vezes é a intencionalidade e depois aquilo que se consegue. Mas se cada agrupamento ao ser convocado para isto, conseguir, e porque consegue, identificar efetivamente o que é necessário, e porque as escolas agora do 2.º e 3.º CEB passaram estar sobre a tutela da autarquia, nestas coisas das obras, nós podemos através da CE... da nova CE, fazer um reajustamento muito melhor do edificado, da requalificação de espaços. Mas... isso é importante, os ambientes indicativos são fator que permitem um

melhor sucesso, melhor qualidade das aprendizagens, desenvolvimento integral das crianças e dos jovens. Mas há aqui uma questão essencial. Essa nova carta, no caso concreto de Leiria, tem que ter uma preocupação fundamental que é a redefinição da oferta educativa. E portanto, está aqui uma oportunidade, primeira e única, de, uma vez que já houve uma descentralização de cima para baixo, já se colocou... É evidente que a tutela, a tutela municipal tem que ter a capacidade de negociar superior no reforço do envelope financeiro ou no protocolo, seja do que for, como tem feito, a autarquia de Leiria tem feito subdelegação de competências com as juntas para agilizar os processos de intervenção mais rápidos. Ora se... se entende, e porque é verdade, que a rede de um 2.º ou 3.º CEB urbana, da malha urbana de Leiria está sobredimensionada, que as escolas urbanas não têm capacidade de resposta, mais agora com a vinda, do impacto da guerra que se está a viver entre a Ucrânia e a Rússia chegarem alunos estrangeiros, e vão ainda engrossar mais este caudal na Cidade, esta nova CE, se calhar, terá que pôr como que em paralelo, ou se calhar como em primeira grande prioridade, o sentido de redefinir a rede da oferta educativa, que terá que ser sempre complementar, mas também tem que ter um espaço adicional porque o número de espaços que existem, de equipamentos físicos que existem em Leiria, já não dão resposta aquilo que é necessário. Esse acho que é um dos grandes desafios. Associado a esse é... Pronto a nível de... a nível da CE é também o olhar para o currículo e perceber que temos um dimensionamento enorme de estrangeiros e nós precisamos de trabalhar com eles um conjunto de competências quer da língua portuguesa, quer de integração, de socialização e, portanto, se calhar é tempo de pensar se é mais funcional, porque eficiente e eficaz, ter a dispersão por áreas residências dessas populações ou se não será melhor concentrar num espaço, afetando... Porque o grande problema da política educativa e do seu impacto é a maneira como são geridas de forma eficiente e eficaz os recursos. Se os recursos estiverem muito dispersos, é fazer com o que temos mais e melhor e muitas vezes não se reequaciona isso e não se consegue ter melhor produtividade, entre aspas, nesse aspeto. Eu acho que é isso. E outra nota que é vital nesta reorganização da CE é a rede de transportes escolares. Porque a rede transporte escolares é, diga-se o que disserem e pese porque é verdade, todo o esforço, eu participei em imensas reuniões, aliás, nós temos uma luta desde que abrimos este agrupamento. Nunca ficamos satisfeitos com os horários que nos... nunca conseguimos ter o horário de funcionamento como gostaríamos por condicionalismos da rede transporte. E fizemos ao longo dos anos várias reivindicações, várias reuniões. Só uma vez é que se fez um pequeno reajustamento mas depois nem foi muito funcional porque a empresa de transportes depois não conseguiu cumprir com isso na plenitude. Mas, de facto, outra coisa que tem que ser feita, se não a CE não serve para nada, é... está aqui o tempo certo, por via até da delegação de competências, de se repensar seriamente uma rede de transportes escolares que sirva. Pronto, então é assim, temos que não duplicar ofertas educativas. Eu não estou habilitado para falar do ensino da via profissionalizante, porque nunca o tivemos aqui, mas daquilo que oiço... O que nós temos é... Não podemos ter num concelho ofertas redundantes. Portanto temos que as redistribuir de forma eficaz, por isso é que a carta educativa serve para isso. Portanto, tem que ser pensado como. Depois, temos que ter um serviço da rede de transportes que dê resposta a essa oferta educativa e formativa que foi requalificada e reatualizada, escola a escola, em função da capacidade de resposta da escola. Porque muitas vezes pergunta-se assim... Aliás, até acho eu que aqui se pensava nesses termos que era se... como é que a escola faz, se planifica para a sua prestação de serviços? É em função dos seus recursos ou das reais necessidades da população escolar, não é?

Entrevistador – Vou perguntar isso à frente...

Diretor C – Pronto. E aqui o problema é... Se a escola não tiver capacidade, por antevisão, de perceber que é não tem condições, ou não lhe são dadas as condições, para a sua oferta educativa ser muito diversificada ou responder às necessidades, terá que uma gestão inteligente. Joga com os recursos que tem e reestrutura. Porque o grande problema das políticas educativas, e daquilo que até a retórica diz, é que os cursos nas escolas têm que ter uma gestão eficiente e eficaz e, portanto, quando nós dizemos assim, o professor da disciplina X se tiver formação também para Y, portanto, também pode dar essa disciplina Y, seja o que isso for. Ou se tem apetência para aquilo, portanto. E então, se a escola, ou por limitações de espaço físico ou porque não foi renegociada devidamente a oferta formativa e educativa, quer dizer, não vai oferecer aqui um cursozinho para 3 ou 4 ou 5 alunos. Portanto, tem que se reposicionar, gerindo internamente os seus recursos. Eu lembro-me há muitos anos, foi a última avaliação externa que este agrupamento teve. No último dia, fazia o balanço antes ser publicado o relatório, a equipe de inspetores perguntou-me, “então agora este agrupamento já está neste patamar de desenvolvimento”, não vou dizer o que é que eles disseram, pronto, mas pronto, que estava num excelente patamar de desenvolvimento, “o que é que o senhor Diretor aspira para agora, para os anos futuros?”. Eu fiquei a olhar, fui dizendo uma coisa assim e depois... isto, aquilo e aqueloutro... E às páginas tantas perguntaram-me assim, “e não pensa criar aqui o 12º ano?”. Eu disse, pensar, pensei, já pensei nisso há muito tempo, mas julgo que não vou nunca avançar com isso. E depois expliquei. Nós estamos aqui enfiados entre vários colégios. A 15 km, embora a rede viária seja má, mas a 15 km, há oferta de ensino secundário. E a gente tem que projetar assim, que é em termos de investimento do erário público e fazia sentido com a densidade populacional que nós temos aqui neste território, aos alunos que terminavam aqui o 9.º ano, nós nunca tivemos mais de 4 turmas, fazer a oferta do 12.º ano. Quer dizer, nós não tínhamos no corpo docente professores suficientes para isso, tínhamos que os ir buscar. Depois, o que é que acontecia? Para ter isso, provavelmente, mesmo que fosse uma turma, à data em que se pensava isso... Este é uma T18, pode ir até T21, com mais uma turma, obrigamos a funcionar em desdobramento. E, portanto, ponderando tudo isto, se fazia algum sentido. Agora, se nós tivéssemos uma grande procura, não é? Então, se calhar, voltando à ideia do que é a redefinição da rede, de ofertas, então dizia assim “alto”, aqui esta linha geográfica,, oferece... vai ter oportunidade... dentro de 2 anos, prepare-se, oferece, tem ensino secundário. Mas nestas valências ou nestas áreas para não entrar em concorrência com outras. Portanto, e isso sim. É como eu penso que isto é deve ser feito. Portanto, a rede devia poder fazer a conjugação destas duas coisas e a escola depois decidiria em função delas, não sendo, não sei se estou a pensar bem, o que eu temos feito aqui, porque isto... nesta e em qualquer escola, não é uma pessoa que faz isto, é um conjunto de pessoas, o que nós temos feito é, de facto a nossa oferta ser em função dos recursos humanos que nós dispomos. Até oferecemos, só para dizer, oferecemos até disciplinas próprias, quando foi possível através da gestão flexível dos currículos, muito para trás, e depois a partir do Decreto-Lei 55, as disciplinas que nós criámos, eram disciplinas que foram criadas em função dos recursos que tínhamos. Ou porque já havia esse docentes, já tinham muito poucas horas para lecionar porque o que lecionavam, as pessoas não optavam por isso... Sempre foi assim, portanto, não sobrecarregar com encargos adicionais, mas gerir de forma mais eficiente e eficaz, as coisas. É assim que eu penso.

Entrevistador – Muito bem. Basicamente já respondeu á próxima pergunta (4.2). Acho que vamos avançar. Tendo em conta o período de vigência da CE, como é feita a gestão das ofertas formativas ao longo do tempo?

Diretor C – Nós nunca tivemos via profissionalizante. Tivemos ao longo da história duas vezes dois cursos, um curso de educação e formação, a montador de eletricista, até tivemos que ir buscar alunos a outras escolas para ter o número mínimo, e práticas administrativas da outra vez. Mas nunca tivemos aqui grande população para isso. E depois deixámos, e nós até costumamos dizer que se quiséssemos tirar um retrato a esta escola, esta escola sempre foi vocacionada para ensino regular, ponto final parágrafo. Pronto. E é sempre assim que se tem posicionado, sempre. Com outra característica, sem querer, sem querer ser distintiva, do que é que é, mas é porque foi verdade, ao longo da história deste agrupamento, mas isto é rigorosamente verdade, tivemos algumas situações um bocadinho difíceis, nunca, mas nunca recusámos nenhum aluno. Tivesse as dificuldades cognitivas, tivesse histórico de indisciplina, e tivemos aqui casos de alunos que aqueles que tínhamos que aceitar porque foi o Ministério decidiu por transferência de escola, é uma coisa, mas outros...E eu sei que isto é verdade, escolas que, portanto, eu estou a ser ético, nem estou preocupado se tinham legitimidade, não vou fazer isso, nós, nós sempre acolhemos todos os alunos, acolhemos sempre todos os aluno e, portanto, tipificámos sempre como ensino regular. Depois, o que é que fomos fazendo? A partir do momento em que, quando entrámos na gestão flexível do currículo, que foi talvez as melhores experiências que tivemos aqui nesta escola, e até reconhecido pelo Ministério na altura... E depois, quando antes do Decreto-Lei 55, quando a lei permitia que por oferta de escola, a escola se tipificasse relativamente à oferta, nós sempre tivemos essa preocupação de oferecer... No 1.ºCEB o que oferecíamos era dentro do currículo em si e muito virado para as questões lúdicas, e que não fazia tanta ponte com o 5.º... com o 2.º e 3.º CEB... Porque até podia haver alunos que não continuassem aqui até porque a tendência não fosse essa. No 5.º e 6.º anos, o que nós sempre tivemos a preocupação, é que a disciplina pudesse ter continuidade 3.ºCEB. Portanto, nós tivemos, ainda não se falava nisso, tivermos oferta de TIC e tivemos teatro. Depois numa altura para trás, agora datas não me lembro, a altura em que o teatro se entendia que era... Começámos a ter uma pessoa, dois ou três colegas, “ai também gostava de fazer e isto e mais aquilo”, ligado ao português, passámos a ter expressão dramática. E isso era uma oferta que fazíamos e começava-se no 5.º e 6.º ano e 7.º, 8.º e 9.º ano. E fomos, fomos tendo isso. Foi... As nossas apostas sempre foram por aí, nunca tivemos... Depois tivemos, e paralelamente, mas isso era de inscrição voluntária, era muitos clubes. Tínhamos muitos clubes e tal. Mas em termos da nossa oferta de escola, a preocupação foi com os recursos que tínhamos... Ainda chegámos a pensar, tentar montar aqui alguma oferta que tivesse a ver o meio. Nós temos aqui uma zona, aqui para cima, muito ligada ao barro, à olaria, à cerâmica... E ainda pensámos que... tínhamos boas muflas que na altura... Mas depois pronto, conversando, ponderando, ouvindo os alunos, não. Foi sempre mais por esta área. Foi durante muitos anos... aliás, nós... nós somos das escolas que há mais anos participamos no teatro juvenil da Câmara porque tínhamos aqui... era as artes, temos a escola muito decorada um vez que tínhamos aqui pessoas com essa sensibilidade. E, portanto, estimulava os alunos a isso e faziam, dentro das aulas curriculares e dos clubes. Quando houve oportunidade de fazer, chegámos a pensar também em ter artes decorativas, portanto, as artes mais ligadas à natureza, ligados à educação visual e tecnológica mas depois os alunos não aderiram tão bem. Depois havia também a educação tecnológica, que era obrigatória. O que nós fizemos foi, de facto, e isso tivemos, alunos que tiraram licenciaturas à custa disto. Temos 3 casos, e vivem profissionalmente disso, foi através da... foi o teatro sempre, expressão dramática, e tínhamos aí coisas muito boas. Foi o que oferecemos, portanto, para responder como, sempre pensámos de dentro para dentro, não tínhamos condições para pensar de outra forma. Agora, indo para trás um bocadinho, falando da rede da CE, há uns anos atrás fomos sensíveis ao

ensino articulado. E pronto. Com o Orfeão, fizemos um protocolo, passamos, e durante 3 anos tivemos aqui o ensino articulado. E houve o ano intermédio, tivemos muito boa adesão, tivemos turmas dedicadas e outras mistas. A verdade é que, e eu vou concluir, quando os alunos nessa formação... vinha a carrinha aqui buscá-los, levava... quando depois foi necessário definir um instrumento, e eu acho que não vou ser muito impreciso, definir um instrumento e subir no nível de formação, havia custos para as famílias e aí foi gritante. Nós chegamos a ter 40%. É evidente que nesse tempo, os 40% de alunos, a ação social escolar nesse tempo melhorou muito isto através da intervenção da segurança social com a atribuição de escalões. Embora ainda haja aqui e acolá, alguém que consiga contornar isso, mas nesse tempo não havia uma malha muito fina que... que pusesse com respeitabilidade esses princípios. Mas nós chegámos a ter 42% de alunos. A verdade é que sim ou não, esse ensino articulado esvaziou-se por completo porque depois no quarto ano passámos a ter três numa turma, dois... E morreu por completo porque não... Tirando, tirando três casos concretos que ainda continuam, por acaso dois filhos de uma ex-colega nossa, já trabalhou aqui, porque os pais não tinham condições. E porque é que eu falo nisto? É que é a rede educativa que pode ter aqui um papel importante. Como? Ora, porque é que tinha que ter esta escola essa oferta? Pronto, fazia sen... Não conversámos com ninguém, foi uma análise interna. Portanto, é... é... tinha uma visão um bocadinho avulsa... claro que a escola tem autonomia para oferecer, mas se isto estiver em rede, se estiver numa lógica de territorialização, se calhar, o que é que se tem que fazer? Eu falei de instrumentos não falei de transportes, mas vamos agora, só por exemplo, dizer que era um problema de transportes. Então não podia ser esta escola a oferecer isso, teria que ser outras escolas onde os transportes funcionassem... e então teria que... depois a rede e todo este sistema social é que ia suprir essas questões. Portanto, aqui a rede também tem este papel de vermos... Por exemplo, os jovens e quem pratica desporto a nível federado? Pronto, mas não os podemos concentrar ali e acolá em vez de estar ali? Isto é importante, quem tem tendência para as artes, qual é a escola que tem professores mais habilitados, mais sensíveis para isso, com mais gosto por projeto e tal? Claro, nós, sem estarmos a especializar, e eu vou terminar, mas eu parece-me que a rede, no avançar do tempo, podemos ter estas lentes, esta forma de olhar para as coisas, ver se... se agora com a descentralização, há um território educativo, quanto mais debatido ele for, mais forte se torna, e a resposta local é mais a concreta, se calhar, podemos começar a ter a nível de debates, uma forma mais elevada de ver outras soluções para a chamada rede de oferta educativa ou outra. Não sei se respondi...

Entrevistador – Muito bem. Sim, sim, respondeu muito bem. Julgo que também já respondeu à próxima pergunta. Vou só ler para ter a certeza. Considera que a CE contribui para a verdadeira descentralização dos poderes da Administração Central ou considera que as CE são mais uma ferramenta ao serviço da municipalização?

Diretor C – Isso... nós... Donato, eu agora já não estou no ativo, mas eu pertencia ao Conselho de Escolas desde a sua génese... Nos últimos anos, quando se começou a falar da descentralização... eu estive lá até... até julho de 2021, é gritante a diferença entre... parece que temos países dentro do nosso país. Há determinadas zonas do país onde a descentralização foi caótica, há outras que é... Eu assumir o que vou dizer, são prepotentes, porque a maneira como foram assumidas, quem está, são piores que a municipalização. A Câmara e tudo chama a si tudo e mais alguma coisa, coordenando tudo e mais alguma coisa e havendo até por vezes tendências a fulanizar determinados órgãos com... com... relações de natureza político-partidária ou ideológica, se não quisermos dizer isto desta maneira. Há outras que não tem organização nenhuma, nem sequer vão por estes por estes prismas, porque aquilo é... é meio caótico e há outras que têm uma capacidade de planeamento e de resposta muito eficaz.

Eu situaria o concelho de Leiria neste patamar. Os diretores foram todos chamados a participar na descentralização, a dar sugestões, a contribuir para a melhoria, a refletir momento a momento, sempre, sempre, sempre. E de facto.... E há aqui outra coisa que é uma massa, é um cimento muito importante. Apesar das diferenças entre os diretores e as diretoras, mesmo que existam, que devem existir, naturalmente, diferenças ideológicas, de conceção de escola, de maneiras de ser, a verdade é que nas reuniões, em prol destas matérias, nunca isso vem à superfície. Se quiser adicionar essa pergunta a quem vai falando, vão lhe dar essa resposta. De facto, as diretoras e diretores sempre estiveram aqui com uma missão de estarem ao serviço de uma melhor capacidade de resposta da rede educativa, da CE na sua plenitude, e isso é um bom princípio. Nos sítios em que se entenda que este instrumento, que deve ser de planificação, também pode servir outros interesses... Isto é como tudo, as leis podem estar muito bem escritas, mas a forma como nós fazemos depois uso delas pode ainda enaltecê-las mais ou pode torná-las perversas. Neste caso concreto, eu acho que a grande resistência que existiu sobre a descentralização, teve muito haver, por razões sustentadas, ou sustentadas também por ecos de partidos que não se revêm muito em órgãos que sejam unipessoais ou que sejam presos a uma instituição. Também as experiências menos boas que ocorreram em determinados sítios, em determinados sítios noutras matérias, e por saber também que em Portugal somos um país com uma tipicidade muito própria em vários aspetos e este é, assumo o que vou dizer, em Portugal quando muitas pessoas passam a ter certo tipo de poder, muitas vezes ou se tornam umbiguistas ou centralizam-se muito ou não conseguem ter a maleabilidade, a flexibilidade de perceber que o todo se faz por um conjunto de pontos de vista diferentes e não por uma só pessoa. Portanto, depois são muito a autocráticos, são muito ditadores, e isto segue só um caminho. E a educação se não for pensada por pessoas que tenham sensibilidade, que tenham formação e que tenham background, que tenham experiência, corre-se o risco de serem ou muito teórica ou ser contrária aquilo que deve ser a sua função. E é aí que eu receio. E é por isso que há muito eco, disperso, receando a chamada descentralização. Eu agora direi, no plano teórico da descentralização, se for pensar, está o efeito da coesão com o interesse público, se for a melhoria da capacitação de resposta... de formação e de resposta do capital humano, se for a capacidade de se pensar o que é o ambiente local, o que é a diversidade local, o que é a necessidade de inclusão local, eu direi que a delegação de competências é... Não vamos dizer que é o ideal. Eu defendo sempre assim, os ideais servem-se sempre no sentido em que o que é que é exequível, o que é que é possível? Não há ideais. Portanto, eu direi que a descentralização poderá ser muito exequível e ser possível e tornar o território educativo mais forte. Porque isto é assim, quer dizer, não vem mal ao mundo se houver territórios educativos diferentes, portanto, do mapeamento de Portugal, desde que tenham os pressupostos que são universais, portanto, há um currículo que é universal, há um conjunto de metodologias que são universais, depois a operacionalização é que se faz diferente. E que pode dar resposta, então sim, às reais necessidades locais. Descentralização. Municipalização é se, quem assumir essa delegação, passar a querer que este instrumento esteja ao serviço do interesse da instituição. Isso é a municipalização. Um exemplo é querer entender amanhã chamar a si a contratualização de professores, por exemplo. Isso corre-se o risco de ser uma municipalização, porque as pessoas muitas vezes estão ali ou não têm preparação e depois começam a ter aqueles... Como é que se costuma dizer?... Aqueles tiques de poder que subvertem as questões, pronto. E eu acho que há aspetos que devem ser sempre de competência central, porque não interferem com a operacionalização do território. Por exemplo, a definição do que é a formação inicial. Um exemplo. Só para dar o exemplo. Depois o resto, a formação contínua pode ser diferente, a contratação nacional,

mas depois também a maneira das pessoas se vincularem pode ser localmente. Nós temos uma experiência com a municipalização ou a descentralização de competências com o pessoal não docente, que eu acho que correu bem aqui em Leiria, portanto... Mas corremos o risco da CE poder tender se o método for... for um bocadinho diferente daquilo que fui-lhe dizendo, de... de não ser uma delegação de competências, ela na lei está como delegação de competências atribuída, depois é muito a maneira e os processos que se fazem. Eu direi que nem é descentralização nem é municipalização, para terminar, se não se entender que é através desta forma de planeamento com visão de futuro, com sustentabilidade do que se fez, com audição de todos os interessados no ato educativo, se não se tiver o levantamento, o diagnóstico, o conhecimento disto que eu fui dizendo, a coesão do capital humano... se isto não for tido em conta a descentralização não serve para nada e a municipalização, seja o que for, também não serve para nada. Agora, se estes aspetos que são estruturantes foram tidos em conta, se forem debatidos, forem partilhados, se estiverem ao serviço da melhoria da prestação do serviço público de educação, da qualidade do mesmo e de determinadas metas que são exequíveis, que é de facto a estabelecer aqui um binómio no sentido positivo entre aprendizagem e formação ao longo da vida, jogar com o currículo mas também com o lúdico e com as artes e com essas coisas todas, o território só tem a ganhar, a educação só tem a ganhar. E eu nem estou muito preocupado em que é que lhe chamem. Chamem-lhe municipalização ou chamem-lhe delegação de competências... Para terminar, eu costumo dizer, agora já não vou dizer, mas costumo dizer, eu nunca me preocupei muito. Eu não defendi nunca este modelo de gestão de escola. Nunca defendi. Nunca gostei dele e disse em vários sítios, nunca fui defensor deste modelo. Eu sou defensor do modelo em que o diretor ou diretora ou chamem-lhe o que for, portanto, o responsável máximo, seja eleito e escolhido pela comunidade. Desde os pais, aos alunos, no ensino secundário, aos professores, aos funcionários...pronto. Porque há muitos exemplos a nível nacional, e eu conheço-os, que através deste modelo, o dono disto tudo é o diretor. Se assume como soberano, como o senhor, até mesmo com a sua própria equipe, que aceitará, não sei. E o problema não está no.... repara, o problema não está nem na retórica nem no modelo como ele está escrito, é na maneira como a gente se apodera dele, pronto. E portanto aqui é um bocado isto, até podemos ter uma coisa espetacular, “isto é melhor descentralização”, depois, quando for para o campo operacional, subverte-se isso tudo. Pronto, o essencial para mim é... por isso é que eu digo, para terminar, que a melhor maneira de se fazer política educativa, de se desenvolver ação educativa, é pelas pessoas que estão no terreno e é de baixo para cima, através da desmultiplicação das experiências que se vão aqui consolidando aqui e ali, acolá, pronto, aparentemente parecendo que é um processo insular, mas essa ilha... Só fazer aqui um parênteses, se me perguntassem o que é que era fundamental nesta legislatura fazer-se, a gente começava a falar de várias coisas, “epá, dignificar a carreira docente, dar melhores condições aos professores, estimular os professores que estão longe, aquelas coisas todas, acabar com o modelo de avaliação, etc... Mas se me dissessem assim, só tem a oportunidade de propor uma coisa, eu dizia-te era assim: a desocultação as boas práticas que se fazem, e fazem-se, na maior e em grande parte das escolas em Portugal e, portanto, partilhar, porque se não partilhares comigo boas coisas que fazes, eu posso não as adaptar completamente, mas inspiram-me, e portanto, o que é que é importante? É o trabalho insular, fazia-se aqui bem, ali, ali, ali e ali, e isto ia inspirando e dá... o insular transformava-se em continente e depois daqui era levado lá acima. Ora, o que vem lá de cima é rejeitado, é adotada 100% acolá. Ali nem sabe que isso existe, na, na, na, na.... pá, isto não... mas isso é como... Porque é que a descentralização tem que estar a correr a velocidades diferentes e a ter processos e produtos diferentes? Há alguma coisa mal. Portanto,

se ela foi feita para este fim em vista, pode ter processos diferentes, mas o fim em vista tem que resultar em alguma coisa, não podem resultar em nada, se não vale a pena, pronto e é isso...

Entrevistador – Pronto. Finalmente a CE trouxe mais valias para o seu agrupamento?

Diretor C – Pronto, mais valias... A CE, o que teve e poderá ter foi, de facto, a capacidade de dar resposta, priorizando a necessidade de requalificação do parque escolar, foi no caso, estamos a falar do caso concreto do agrupamento e na cronologia dos factos, foi ter... E não é que isso resultasse como benefício para a escola. Nós estamos aqui alguma coisa importante que é no interesse superior da criança e do aluno. E nesse sentido, foi ter sabido escutar as necessidades da escola e perfilar-se com ela, porque estavam fundamentados e faziam sentir, também se não fizessem também não, naturalmente, não podiam ser aceites de ir, ano a ano a negociando a exceções, do fundo, de escolas... Quando nós tivemos políticas ativas que quiseram fechar escolas que tivessem menor número de alunos e nós fomos sempre resistindo, como também resistimos ao longo dos anos, e ainda resistimos, às AECs, à permeabilidade do currículo. Nós ainda somos dos poucos elementos que resistimos à permeabilidade do currículo. Ela é só para a atividade lúdica e é pós o horário, embora já tenhamos a ter muitas pressões ,até da territorialização no sentido não pode ser assim, porque é difícil encontrar pessoas e tal, tal, tal... Mas pronto, isto não somos de defender fundamentalistas. Vamos acompanhando os processos e vamos refletindo sobre eles. Mas à questão em concreto foi, de facto, a requalificação do parque, foi acompanhar a escola no seu projeto educativo e sobretudo na constituição dos grupos turma da pré e do 1. sendo sensível àquilo que fomos propondo fundamentadamente e, portanto, sem estar a falar em nomes, embora me lembro claramente quem foram, quais foram as escolas e os locais em que isso aconteceu, fomos tendo grupos turma em lugares que estavam há muito tempo assinalados pelo Ministério para fechar e nós fomos sempre fundamentando e pedindo a regra de excecionalidade. Um deles até, que se tivesse sido fechado teria sido, teria que abrir, que depois se conseguiu, ao longo de 2 anos, de passar, exponenciar aquilo para 2 grupos, para 2 turmas, quando aquilo teve 7 alunos, e tal, pronto, através de um trabalho. Portanto, isso foi uma das grandes mais-valias. A terceira mais valia foi a... na minha modesta opinião, foi ter-se o agrupamento, quer através direção, quer através das associações de pais, ter sido sempre chamado, convocado a participar nos debates... Pronto, no processo metodológico. Em determinada fase do processo, não vamos discutir agora se podia ser mais antes ou depois, mas nuns momentos cruciais ou fundamentais, foi convocado para poder pronunciar-se sobre as propostas que estavam a ser construídas e, portanto, foi através até dessa pronúncia que se conseguiu a criar 2 centros escolares, não um terceiro, porque se entendeu através desse diálogo e através dos anos, portanto, sistematicamente, que já não faria tanto sentido para ali... E, portanto, foi isso e foi... e é interessante aqui uma questão. Se eu quiser-te contar uma história, uma história interessante em relação a isto foi... Há uns anos, não sei, há 4, 5 anos, talvez, o Presidente da Junta, ainda atual, e nós, eu agora não, mas era diretor, com o meu colega da... o [REDACTED], sempre teve o pelouro, no início não, mas desde que trabalha, que trabalhou comigo, há uns 20 anos do princípio, nós começámos a engendrar, rede educativa carta educativa. Começámos a engendrar uma maneira de tornar mais produtiva, mais eficaz três lugares de escolas do nosso agrupamento. Chamámos de um triângulo, não é o triângulo das Bermudas, o que era? Era A, B e C. D fechou, havia uma grande procura de pessoas em C, poucas para trás em A, hoje já é diferente, e nós tínhamos aqui muito espaço e salas e melhores recursos e equipamentos, porque esta escola é uma básica integrada, então, o que é que nós pensámos? Pensámos... sempre fomos muito defensores dos anos no primeiro ciclo, trabalhar-se por anos de escolaridade, começámos eu e o [REDACTED] a

engendrar uma ideia... chegamos a ir para Coimbra e tal... de poder ter turmas dedicadas por ano de escolaridade. Para isso, era fazer uma chamada de territorialização. E apresentámos um estudo. E tivemos o aval também da junta que nos apoiou... e fizemos, fizemos um estudo e agora já não me lembro de tudo, mas era... funcionava, não interessa, o primeiro e segundo ano aqui, e tal, tal, tal... e levámos isso para a frente. Porque é que isto de chumbou? E ia para ir para a rede, para a CE. Chumbou porque conforme estavam, ainda estão montadas, está montada a rede de transportes escolares, só para trazer os alunos de C, por exemplo, para A, os de A aqui e os de tal, tal, tal... o processo... a Câmara apresentou-nos tudo, falou.... custava 12 mil euros. Isso em termos da rota por trimestre. Era insuportável. Isto dava quase 48 mil, 50 mil euros. Pronto. Só para ver que há fatores que condicionam, portanto, e nós acabámos por fechar isso e depois nasceu.... tivemos... ainda lutamos por isso 2 anos, mas pronto. E depois tínhamos que ir fazer a cabeça dos pais e até ter esse compromisso e.... e acabou. Porque há aqui uma questão muito importante e eu há bocado disse isso lá atrás, porque quanto melhor for qualificada a oferta local mais fixação há das populações. E nós temos aqui um problema grande, que era de [REDACTED] também com a alteração das condições de trabalho das pessoas, fazem de [REDACTED] um dormitório. Tivemos de lá muitos alunos mas depois os pais voltaram atrás... “então vamos, vamos para a D. Dinis, para a Correia Mateus, os alunos pronto, porque com as questões de trabalho, não é? Para fugir daqui, é que aqui não dava, não tinham onde deixar os filhos, não é? Deslocalização profissional, por arrastamento levaram os filhos. Mas se tivéssemos uma boa oferta, pós o horário, os pais ao fim do dia vinham iam lá buscar. Mas não conseguimos ter essa... porque de facto, isso é um investimento que a CE tem que pensar, requalificar seriamente, as AAAs e as CAFs, se quer fixar as populações nos seus locais. Depois nasceu aqui esta sala de dois lugares, mas não conseguimos... pronto, por meios próprios que os trouxessem, não estamos... até este ano temos aqui é apenas 3 turmas e 40 e pouquinhos alunos. Nem conseguimos rentabilizar aqui isto, mas é assim. Mas pronto, servir serviu, agora pode servir melhor... Eu vou rematar isto dizendo assim, na conjuntura atual, tendo a capacidade como as autarquias... estamos a falar desta autarquia, que esta autarquia tem de olhar para trás, ver o caminho que se fez, sentir claramente 3 ou 4 coisas. Uma delas é como os diretores e as diretoras do concelho de Leiria são parte disponível para serem solução no debate e na reflexão das melhores comissões para. Sabendo que isto é uma projeção para o futuro, que tem que ter uma relação custo-benefício, porque é investimento público, reconhecendo como foi várias vezes reconhecido, até na própria Assembleia Municipal e em documentos escritos, de que é necessário melhorar a rede dos transportes escolares, do concelho de Leiria, eu dei por estes 3 ou 4 fatores... esta... porque está a ser construída e elaborada esta nova CE que há-de responder para aí até 2030, daqui a 10 anos, até 2030, se não estou em erro, tem todas as condições para ser... Eu não vou dizer melhor estruturada, mas ter no seu osso, no seu, no seu foco principal, melhor... melhor matéria, mais eficaz para tornar o território com melhores respostas. Eu acredito que isso possa ser. Agora, isto vai...Depende do Conselho Municipal, depende dos colegas diretores e das propostas que se tenham que apresentar e ter esta visão, quer dizer, esta visão que também é... Pode não fazer grande eco, mas suscita debate. Nós não podemos ser umbiguistas, não podemos ser donos do nosso filme. O serviço da educação... tu podes estar na melhor escola, eu admito, até sei reconhecer.... Eu sei reconhecer escolas que trabalham bem ou colegas de profissão e não tenho pejo nenhum em dizer isso, e é bom... Agora nós temos é que perceber que a função da escola está ao serviço dos alunos e do meio, da comunidade, portanto, se é melhor ter 5 e não 7, é por aí que a gente tem que mudar, seja o que isto for. Se é melhor ter a atividade A, B e C e não a D, não devemos lutar só para dizer que

temos mais atividades que o vizinho, por exemplo. Não. Ou só devemos dizer que queremos a A desde que nos deem as condições para ter a A. Portanto, isto às vezes não acontece. Eu estou-me a lembrar, até com a tua escola e outras, que não têm capacidade de absorção, de ligarem para aqui, “têm que ficar com estes alunos...”, não é? Porque já não havia forma de os... Começaram a ter que pensar nas periferias. Como a nossa escola no ano X, não interessa ano de escolaridade, tinha turmas com alunos, com menos alunos... A malha urbana aguenta? Então para ali, só tem 17 alunos, pode ter até 20.... Eu também... não olha.... Quer-se dizer... E uma coisa que tem que se perceber é que os transportes, quem paga os transportes, e tal... Voltamos à questão, ao contrário. Isso até pode ser verdade, desde que as questões logísticas ou desde que a visão estruturante da CE planeje, como diz o brasileiro, planeie, planeie, planeie isso. Então sim. Não é uma medida avulsa, é uma maneira concertada, sistematizada. Isso tem que ser pensado. Esta carta educativa tem que ser pensada assim: os refugiados, os estrangeiros,... e isto... E isso tem que ser pensado.

Entrevistador – Muito obrigado, muito obrigado.

Diretor C – Oh pá, nada.

ENTREVISTA AO DIRETOR DO AGRUPAMENTO D

Data e hora: 10/03/2022, 10h30

Local: gabinete do Diretor

Duração: 65 minutos

Justificação da entrevista e motivação do entrevistado

A entrevistada foi previamente contactado via email, onde constava o objetivo e tema do trabalho de investigação. Foi solicitada a sua colaboração e disponibilidade para realizar a entrevista, explicitando a importância da mesma para o estudo. A entrevistada foi informada sobre os objetivos do trabalho e foi-lhe garantido que as informações recolhidas eram utilizadas exclusivamente para fins deste estudo.

Entrevistador – Boa tarde, autoriza a gravação áudio da entrevista?

Diretor D – Sim, sim, com certeza.

Entrevistador – Então, há quanto tempo exerce funções docentes neste agrupamento e há quanto tempo é diretor?

Diretor D – Certo, certo. Então estou aqui há... sou funcionário desta casa há 33 anos, está bem. Eu digo às vezes com um bocadinho de ironia, mas pela positiva, primeiro ano foi o ano que eu fui professor efetivamente normal, professor normal, tive 6 turmas e no final desse ano, pronto, vi-me quase confrontado com uma decisão de ter que substituir um colega na altura. A escola era uma escola muito de passagem e vim substituir um colega que teve que sair da gestão e eu fui para o lugar dele como secretário. Numa situação que eu não estava à espera nem... nem me estava a passar. Portanto, tive 2 anos como secretário e depois assumi uma lista como Presidente do Conselho Diretivo. Portanto, resumindo, dizer que trinta e três anos na escola D, trinta e dois dos quais é no conselho diretivo e trinta como responsável máximo, digamos, Presidente do Conselho Diretivo ou Diretor.

Entrevistador – Muito bem, já é uma carreira, já uma carreira... Participou na elaboração da CE de 2007?

Diretor D – Sim, participei. E agora aqui, fazendo um apelo aos meus neurónios, já um bocadinho gastos... Eu fiz também, acompanhei a vivência autárquica de presidentes da Junta e de vereadores. A [localidade] D é freguesia única, portanto só tinha, só tenho uma junta de freguesia, isso também é relativamente mais pacífico do que certas escolas, que têm que trabalhar com mais juntas de freguesia, não é? E como vereadores, e eu já explico porque é que estou a falar nisto, de vereadores, tive desde o Vereador José Manuel Silva...

Entrevistador – Sim, sim.

Diretor D – Vereador Sequeira...

Entrevistador – Acho que não conheço...

Diretor D – Foi Presidente da Assembleia Municipal e foi o último, o Professor Sequeira...

Entrevistador – Já sei.

Diretor D – Depois como Vereador Vítor Lourenço. Não sei se... e chega Vítor Ourense, porque daquilo que eu me lembro, ontem tentei apurar esse dado, foi ele que esteve na elaboração desta primeira carta educativa de 2007. Acho que antes disso havia chamavam de cartas escolares, não é?

Entrevistador – Carta Escolar, exato.

Diretor D – E também me lembro de ter sido, eu já não sei em que termos é que eu fazia, fiz parte das primeiras... conselhos municipais de educação e acho que o mentor, o primeiro mentor ou o que de facto promoveu a primeira

organização, foi o José Manuel Silva. Em que tinha um figurino diferente, até estavam, até estavam representantes sindicais nesse Conselho Municipal, lembro-me disso. Portanto, de facto, acompanhei esse circuito mas muito com aquela atmosfera mais, vamos lá, legal da coisa, ou seja, isto para chegar ao ponto que, do ponto de vista funcional, do ponto de vista prático valiam mais, às vezes, as reuniões, os contactos, todos, que no fundo já era as vivências daquilo que se tenta fazer na CE. Portanto, participei mas muito focalizado nas questões do primeiro ciclo e pré-escolar.

Entrevistador – Sim.

Diretor D – OK, porque eram as competências da Câmara. Portanto, sendo professor de uma, na altura, não sei se se chamava EB 2/3 com Secundário, mas era muita leitura do 1.ºCEB e pré-escolar, ok? A rede escolar, portanto, na altura, penso que ainda não era agrupamento... já era. Nós somos agrupamento desde 1999, portanto, esta carta educativa de 2007, portanto, já éramos agrupamento, mas os tais Conselhos Municipais de Educação em que eu participei antes, não era, não éramos agrupamento, nem sequer pensávamos que poderíamos ir para aí. Havia até à direção escolar em Leiria, não é? Havia a coordenação educativa. Portanto, isto para dizer ao Donato que, de facto, foram as incidências todas que 30 anos, de facto, tinham que dar para passar por elas, não é? Portanto, para a questão que lhe interessa, a carta educativa 2007, eu de facto participei nela, refleti os dados da freguesia de D, em confronto com as freguesias de Leiria, do Concelho de Leiria.

Entrevistador – Sim, do Concelho de Leiria. Como é que avalia o nível de participação do agrupamento de escolas na elaboração da CE? Agora não só de 2007, mas também os dados que foram agora solicitados para 2030.

Diretor D – Pronto, okay. Nós estamos nesta fase, o Donato sabe disso, de... foi a fase de diagnóstico, não é? E, portanto, nós fomos sempre confrontados com esta questão dos, portanto, dar, de fornecer, confirmar dados, não é? Era o nível de participação. Confirma dados. A dado momento, quando as questões da população escolar começaram a ter alguma sensibilidade, também éramos confrontados com escolas, houve uma fase mais dura, da eventualidade de fechar escolas. Depois veio para a mesa de trabalho também aquela questão relacionada ou relativa com os centros escolares e a importância ou não de fechar escolas individuais e a nível, por causa de questões de socialização, de, enfim, dessas questões pedagógicas que continuam a ser discutidas, não é? Neste momento, agora já é ao contrário, se não se justificava a escola junto à sua, às suas pessoas, à população. Mas na altura era muito, de facto, a diminuição da população escolar também chegou a situações extremas, que não justificava turmas de, enfim, de um único...

Entrevistador – Lugar...

Diretor D – Exato, lugar único, essas questões todas. E, portanto, nós éramos confrontados com essas situações. Eu agora não sei precisar, mas houve uma primeira escola que nós tivemos, na altura, que fechou, que era a escola de [REDACTED], que é uma localidade que fica assim próximo da Batalha, e que, de facto, terminou como lugar único. E, portanto, isto para chegar ao ponto, nós quando... Portanto, o nível de participação na CE era muito a nível destes dados, não é? Os dados que nós tínhamos a confirmar e, de facto, a evolução que eles poderiam acontecer no futuro próximo, não é?

Entrevistador – Exatamente. Como são envolvidos os pais e encarregados de educação no processo diagnósticos prospetivo?

Diretor D – É assim Donato, não... eu sempre que... eu desde que me lembro na escola... aqui no agrupamento e na escola de D, conseguimos sempre ter associação de pais. E, portanto, estas questões eram partilhadas com eles também, não é? Mas a nível das estruturas representativas, sobretudo da associação de pais. Como estava a falar da escola de [REDACTED], na altura, houve ainda alguma tentativa de.. de não fechar, não é? Sobretudo com pais daquela localidade. Pronto, houve necessidade de negociar, de os ouvir. E pronto, vendo os prós e os contras, mas pronto chegou a um ponto em que ,de facto, o número... as pessoas acabaram por concordar. Até porque a D, é assim uma freguesia grande, mas as escolas não estão assim muito distantes, umas das outras. E ao fecharem o [REDACTED], tinha logo ali duas possibilidades: a escola de [REDACTED] e a escola da [REDACTED]. Portanto, isto era feito com... como lhe digo, a nível das estruturas representativas, dos representantes das escolas e da associação de pais, depois nós podemos continuar a falar, e desde sempre eu me lembro que as questões a este nível, fossem elas desta ordem, CE ou de outra ordem, normalmente são refletidas com representantes das escolas e, sobretudo, os que têm assento na associação de pais.

Entrevistador – Muito bem.

Diretor D – E a escola sempre teve associação de pais.

Entrevistador – Já agora, é uma associação de pais única que tem representantes de todos os estabelecimentos?

Diretor D – Única, única, sim, eu ia para dizer isso. Deixe-me dizer que isso foi um bocado... portanto, não foi polémico na D. Foi pacífico, acharam... Isto por lhe dizer, são 50 km². A D, de facto, tem um nível de bairrismo até bastante forte. Mas repare, da escola sede, a escola que dista, enfim, que tem maior distância é [REDACTED], que fica a 7 km, 6-7 km. O resto é tudo 3-4 km. Portanto repara que o raio é muito próximo. Isto também é importante, não é? Portanto, isto para dizer que não viram necessidade... às vezes, a distância é que promove mais, digamos, o foco em si naquela zona. Então sempre foi entendido que tinha mais significado uma associação de pais que tivesse... portanto, há uma questão que eles, portanto, que eles impõem: a associação de pais tem que ter representantes de todos os lugares, sobretudo os lugares que tenham escola, ok? Isso sempre foi mantido. Foi polémico a seguir quando, não sei se lhe chamam Confederação de Leiria, veio a bater muito essa tecla, não é? Porque é que aqui não havia uma associação de pais por cada escola. Aliás, achei, a dado momento, que até era uma intromissão um bocadinho abusiva, não é? Os responsáveis, os membros da associação de pais, chegaram-me a dizer isso. Que sentiam um bocado essa pressão que não, que não havia que cabimento. Pronto, sempre funcionámos como associação de pais única, a presidente é uma ex-aluna, até é jurista. É a única e sempre funcionou melhor assim não... não, não, não tem havido crises. E quanto a mim, estar a dividir era dispersar, dispersar decisões, era dispersar recursos, dispersar, de facto, a organização toda que nós gostávamos de manter.

Entrevistador – As realidades também não serão muito diferentes...

Diretor D – Claro.

Entrevistador – Muito bem. Considera que os procedimentos adotados pelo município no processo de elaboração das CE são suficientes e que respondem aos interesses do agrupamento e da comunidade que representa?

Diretor D – Ó Donato, como estava a dizer há pouco, sempre... isto não é só para enfeitar o ramalhete, para dizer que sempre senti os autarcas de Leiria sensíveis às, portanto, a todas as questões. Estas questões, sobretudo quando eram confrontados com as nossas propostas, com as nossas ideias, com as nossas dúvidas, ok? Ou seja, posso dizer que a atual Câmara, a atual gestão da Vereadora Anabela e da equipa que tem, de facto, é ainda mais interventiva, não tenho dúvidas em dizer, até porque ela é professora, é o feitio dela, não é? Eu também tive o

Vereador Gonçalo. Atual Presidente, não é? Mas todos foram sempre sensíveis, isto para dizer assim, os procedimentos adotados são suficientes? Nunca... nunca, nunca me senti, digamos, com... deslocado em termos de informação e até de acompanhamento sempre que eu o solicitei, ok? Pronto, a atual, como eu digo, é mais... é mais interventiva, aparece até, como o Donato bem sabe, com múltiplos projetos, com múltiplas iniciativas, com incentivos constantes não é? É um desassossego, como eu costumo dizer. Agora. Mas na altura dos vereadores anteriores nunca senti, portanto, que rejeitassem a questão escola, a questão educação foi sempre, em Leiria, é sempre um dado positivo que eu tenho que salientar, foi sempre colocado, de facto, num lugar prioritário, sem dúvida. Está bem?

Entrevistador – Depois de definida a rede escolar e a oferta educativa do agrupamento, como avalia a maleabilidade da carta educativa ao longo do tempo? Ou seja, a rede escolar está definida. E será que a carta educativa é dinâmica, flexível...

Diretor D – Certo... tenho aqui um exemplo em D, que é mesmo muito, muito sintomático desta questão. Nunca foi entrave, nunca foi entrave a questão da definição da rede ou da definição do que se tenha... ou da oferta educativa. E aqui em D, há um exemplo, de facto, típico. O centro escolar que nós temos, que foi, epá, não sei precisar há quantos anos, mas está ainda há poucos anos, já foi projetado na altura do Vereador Vítor Lourenço. E na altura era só para... era só para contemplar as escolas de D, digamos, D centro. Ou seja envolvia, na altura, suponho eu, quatro escolas, mas de D centro, e dois jardins de infância. Isto foi na altura que foi projetado, na altura da... portanto, já tem mais de 20 anos. Face depois à evolução da rede escolar, da população escolar, foi necessário repensar e tivemos que ir fechar outras escolas, não é? Porque a população escolar do centro deixou de sustentar o centro escolar. Ou seja, não foi aquela rede projetada que veio a ser obstáculo para outras reorganizações que nós viemos a entender. Eu estava... claro que eu estava cá, o Presidente da Junta na altura, a associação de pais, foram... foram ouvidos qual era... quais eram os critérios a priorizar para a reorganização escolar. Portanto, deixou de ser D só a ser contemplada com o centro escolar, para irmos a outras localidades de D. Portanto, nunca foi obstáculo. E digo mais, é... portanto, essas matérias são de tal ordem, que o Ministério ainda hoje tem esses dados antigos e que às vezes teima em questionar situações desse tempo, que já estão resolvidas e superadas. Eu lembro-me às vezes, até a... enfim, vê-se que, de facto, estas matérias, às vezes têm dificuldade em ser superadas, que volta e meia estão a perguntar “então, [REDACTED]”? [REDACTED] já foi uma situação resolvida, continua aberto, não foi necessário, continua a ter população”. Isto porque vimos os dados demográficos... portanto demográficos, vimos a questão da... da empregabilidade em D. Por exemplo, a zona aqui mais ligada à [REDACTED] [REDACTED], e estou a falar de [REDACTED], [REDACTED], é zona aqui de, digamos, mais contígua à [REDACTED] [REDACTED], tem um índice de empregabilidade e de fixação de pessoas muito maior do que aquela que está deste lado aqui, do lado da [REDACTED], do [REDACTED]. E isto foi uma matéria que se alterou aqui em D, claramente.

Entrevistador – Muito bem.

Diretor D – Ok?

Entrevistador – Ok. As alterações efetuadas, abertura ou fecho de salas, aumento ou diminuição do número de turmas ou salas, são articuladas com o município ou apenas com a DGESTE?

Diretor D – Claramente com o município. A DGESTE normalmente pede opinião, tem, penso que também acontece, convosco, pede a opinião quando há escolas que correm o risco de, escolas ou salas, pedem opinião à Câmara com o conhecimento a nós. E estamos numa situação agora de um jardim de infância. Mas, normalmente,

o município tem aqui preponderância nisto, preponderância até pela positiva, ouve-nos muito, ok? E este exemplo que lhe estou a dar atual, do [REDACTED] [REDACTED], é exatamente um exemplo desses. Repara Donato, é um jardim de infância que está aqui deslocado, é na zona já a caminho do [REDACTED]. É uma zona que deixou de, enfim, por força de todas estas crises da vida, deixou de ter fixação de pessoas e tem um jardim de infância e uma escola, ó pá, com ótimas condições que até custa, não é? E tanto o município, a DGESTE, tem percebido isso, temos mantido. Este ano arrancou, este jardim de infância, de [REDACTED] [REDACTED], arrancou com, suponho, seis crianças, ok? Neste momento tem onze. E estão a questionar “para o ano, como é?”. Com as saídas e as entradas... Ah, e estes onze resultaram... só duas ou três que são da localidade. Tem a haver com muitos imigrantes. E eu reparo, muitas vezes... nós temos ali uma família de ucranianos que ainda vivem em [REDACTED] de [REDACTED]. Mas tem aqui outros familiares, gostaram do jardim e ali têm duas crianças. Portanto, esta... pronto, e depois há outras realidades que o Donato sabe, que tem a haver com se tem CAF, se tem a atividades, se lhes ocupa o tempo, se conseguem ter as crianças, portanto, tudo isso nós fomos reorganizando e tem permitido... A única escola que fechou, de facto, foi essa de [REDACTED], que já tem mais de 20 anos. Temos conseguido preservar. Houve outra realidade que é o jardim de infância de [REDACTED]. Isto aqui é uma situação que nós nunca imaginávamos que... tinha, tinha médias de 8-9 crianças. Neste momento tem as 25. E muito porque os pais, também da zona, pronto, porque nasceram crianças também, naturalmente, mas deixaram de os colocar em zona... em, em creche. Que D não tinha creche, agora começou a ter, ok? Portanto, são estas situações que tem promovido, de facto, estas alterações e estes reajustes. Respondendo à questão, e tudo isto tem sido feito com muita articulação do município, que é a questão que o Donato pôs. De facto, a DGESTE pergunta-nos, questiona-nos. Quando é a questão da rede escolar para fechar, às vezes, a questão de uma de mais uma turma ou não, às vezes, eles são um bocadinho mais diretivos, não é? São muito mais bloqueadores. Mas em relação ao fecho de escolas, esta realidade, de facto, é em articulação com o município, sem dúvida.

Entrevistador – Considera a CE um instrumento facilitador ou um instrumento dificultador da autonomia das escolas?

Diretor D – Eu diria assim, dificultador não é. Com certeza que não é. Facilitador, pronto. É um... é um instrumento legal, ok? Mas ele aparece para cumprir um preceito legal, não é? Eu diria que estamos nessa fase ainda para... para encarar as coisas. Valorizava mais o que ele... normalmente... ele ou ela... a CE, impõe. Que são as reuniões, são os contatos, são quando nós... quando a Câmara nos pede dados, quando nos pede a nossa opinião, nós estamos a trabalhar em CE, e, portanto, este nível para mim é facilitador. Agora dificultador, não tem sido, de facto não, ok? Não... não tem bloqueado de forma nenhuma. E falava de outras realidades. Agora a CE é... é um... portanto, já tem esta franja, da escola básica no seu total e da escola secundária, também da nossa oferta profissionalizante, que nós temos secundária e temos cursos profissionais, e, portanto, a CE, nessa perspectiva, até me parece facilitador.

Entrevistador – Ok, muito bem. É conhecido o problema de lotação das turmas no concelho de Leiria. Considera que a CE demonstrou ser um documento capaz, num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico?

Diretor D – Olha, nas reuniões que temos participado, esta matéria tem sido de facto, a matéria mais... que tem tido mais... mais prioridade, digamos, nas análises, mais incidência nas análises que se fazem, pelo vinda dos imigrantes, ok? D, como está a 13 km de Leiria, se calhar não sofre a pressão, que vocês, as escolas de Leiria,

sofrem, assim com maior intensidade. Mas sofre outra pressão, que são aqueles alunos que não conseguem lugar de forma nenhuma, que se vêm confrontados com a necessidade de vir para aqui. E a viver, às vezes, a 500 m das vossas escolas de Leiria. Pá, isto dói-nos a alma, como se costuma dizer não é? E isto impõe outro tipo de pressão que é a questão social, a questão dos transportes, não é? Tem que passar aqui o dia, e às vezes não terem outras condições do ponto de vista, enfim, de vida diária. Há situações que nós às vezes até voltamos à posterior a ligar para vocês, ainda há dias falávamos com a José Saraiva, dum miudinho que vive lá a 500 m, mas depois é curioso, que ele está aqui no 9.º ano e já não quis sair. Já estava aqui adaptado e pronto. Mas pronto, nós temos sido, de facto, confrontados com este problema da lotação, mas numa... numa versão já mais, digamos, num plano secundário, mas entenda-se este secundário porque já não tiveram vaga nas escolas de Leiria. E nós temos tentado fazer o esforço para, de facto, integrar... e temos dado bem. Sinceramente, ó Donato. Ainda há pouco tempo houve uma criança da educação, as chamadas a crianças especiais, não é? Que vocês também devem ter lá um panorama muito difícil, e esta senhora vive na zona da [REDACTED], este... este casal. É uma multideficiente e a escola estava preparada, ou seja, estamos aqui a tentar rebuscar todos os recursos que pudermos, para poder injetar, enfim, nesta situação que nos apareceu aqui. Isto respondendo à questão, o problema da lotação, de facto, a CE, neste momento, eu sei que nas últimas reuniões se tem falado nisto, o que é que Leiria vai fazer no futuro? E agora com os ucranianos ainda vai ser mais complicado. E neste sentido também estou com receio, só aqui um parêntesis, que isto é uma novidade muito grande. Constou-me que D foi de freguesias que disponibilizou mais habitações. Porquê? Porque tem um bairro social, aqui o bairro da fábrica, que está às moscas, está disponível. As pessoas ou envelheceram ou saíram ou morreram, e tem muitas habitações. Dois engenheiros estão a recuperá-las, e muito bem quanto a mim. Qual é a minha preocupação? Pronto é se vier para aí agora um população escolar muito grande... se for 1.ºCEB ou Pré-Escolar, ainda terei aqui algum... agora aqui na escola é muito complicado. Esta escola, e já lá chegamos, esta escola... e agora que já é competência da Câmara e da CE. Nós ousámos ser secundário, ousámos ter profissional e isto não se fazem omeletes sem ovos e as salas não chegam. As salas não têm condições. Há aqui, de facto, um grande investimento que eu espero que, pronto, seja através da CE ou de outro instrumento, que a escola de D venha a ser contemplada, senão é muito complicado, ok? Mas respondendo à situação, demonstrou ser um documento capaz? Eu penso que sim, que é o documento agora formal, como o Donato sabe, foi feita a parte do diagnóstico, a parte da aprovação e da formalização vai acontecer um dia destes, não é?

Entrevistador – E quais são para si as potencialidades, e já agora, as limitações da CE?

Diretor D – Pronto, dentro do que eu estava a refletir, não é? As potencialidades que eu vejo é, de facto, de poder confrontar com a realidade do concelho agora nesta fase, eu diria mais de descentralização, não sei se... embora o objetivo é a municipalização, mas nesta fase da descentralização, de facto, foi... é possível, de facto, através da, enfim, da CE, digamos, confrontar toda a realidade do Concelho e neste momento não são só alunos de D que andam aqui, são alunos que vêm também de outros concelhos, até da [REDACTED], da [REDACTED] [REDACTED], não é? Mas dentro do concelho também, por exemplo, a realidade dos cursos profissionais, quando há reuniões preparatórias, há aqui a tentativa de não sobrepor cursos que existam numas escolas, se existem noutros, não é? A situação mesmo do próprio secundário. O nosso segunda, nós abrimos, temos o curso de ciências e tecnologias e o curso de humanidades e às vezes o curso de económico-social. E isto deu-nos aqui alguns... tem-nos dado alguns problemas... problemas, vamos lá, alguma... alguma dinâmica diferente no nosso projeto educativo.

Sobretudo porque, a dado momento, os alunos de D, houve uma fase que apostavam na mesma... muito nas escolas dos grandes centros: Rodrigues Lobo, Domingos Sequeira, [REDACTED] [REDACTED] e [REDACTED]. Questionava-se “então mas está aqui o secundário”.... Chegámos a ponto, isto por causa da questão dos resultados escolares e dos rankings, os nossos, a nossa nata, os nossos melhores alunos, iam para Leiria. Portanto, isto são confrontos que... que, de facto, se geram. Isto para dizer que a CE, pode definir regras de áreas de influência, não é? Que podem tornar as coisas com outro tipo de razoabilidade de, enfim, de formalidade, que se deve respeitar, não é? As limitações, pronto, quando, de facto, a CE, e até agora não tem acontecido, estipula critérios ou limitações muito... muito severas ou muito apertadas, poderá ser uma limitação. Temos tentado evitar que essas situações aconteçam e temos contado com o município, sinceramente, não vale a pena, isto não é para enfeitar o ramalhete, só para dizer que temos contado com um município flexível, compreensivo, não é? Vamos ver. Mas estamos numa fase muito de, e o Donato, se calhar, que está a fazer este trabalho vai ver isso, esta CE, esta que vai ser aprovada, é a que vai ser a verdadeira, é a CE com mais substância, ok? Porque agora engloba toda a realidade escolar e educativa, se calhar também com ligação ao próprio superior. Portanto, o IPL é um dos nossos, é um dos nossos colaboradores, diria assim, uma das instituições que mais articula connosco. Não só ao receber alunos interessados, mas em atividades que dinamizam connosco. Projetos relacionados com a ciência, pronto, no interesse deles também, para divulgar, de facto, a capacidade que eles têm. Pronto, voltando à questão que me pôs, para não me estar a perder, Donato, para dizer que as limitações, acho que vão estar um bocado agora na nossa mão, quando aprovarmos este documento e a sua forma de respeitar as dinâmicas das escolas e os seus critérios organizacionais.

Entrevistador – Muito bem. No caso aqui do agrupamento que dirige, considera que a primeira carta educativa teve impacto direto na promoção do sucesso escolar?

Diretor D – Eu nesta questão diria assim, se nós verificarmos a reorganização que foi feita com centro escolar, com estrutura, agora recuperando um bocadinho alguns equipamentos didáticos que nós recebemos, alguns materiais, recursos que fomos que fomos recebendo, eu diria que que a carta educativa era o suporte, o suporte legal, para de facto nos dar esta capacidade. Eu não tenho dúvida em dizer que na fase em que as tecnologias cresceram, o ter recebido quadros interativos ou ter recebido um conjunto de materiais tecnológicos inovadores, de programas que, como se sabe, através das tecnologias, são muito mais valorizados, isso veio, de facto, alterar toda a estrutura e foi um fator importante para o sucesso escolar. De outra forma, não sei se direta ou indireta, a questão de, por exemplo, o refeitório, o se ter reformulado as questões das CAFs, as questões dos refeitórios das crianças, quase todas têm a possibilidade de comer na sua própria escola, tudo isso também são fatores que ajudam ao sucesso escolar, não é? Organiza a escola, portanto, eu diria com toda a sinceridade que, sem ter assim uma avaliação mais direta, mas que teve impacto, estas questões. Mesmo... Não posso esquecer a questão do dos próprios profissionais, não só pelos recursos que têm, com as possibilidades que foram abertas para fazerem reuniões de trabalho, mesmo na pandemia, a questão de poderem ter os computadores e fazerem trabalhos online ou fazer reuniões online. Tudo isso, de facto, foi um fator positivo que eu tenho que aqui sublinhar a quando põe esta questão, está bem?

Entrevistador – Está. O conceito de carta educativa prevê uma melhor utilização dos recursos, uma racionalização também dos recursos existentes. Considera que os alunos do agrupamento, agora no sentido de equidade, beneficiam de condições mais favoráveis à aprendizagem?

Diretor D – Sim, acompanhando a questão que lhe estava a dizer, não é? Repare, houve aqui a possibilidade de nós partilharmos, até entre as escolas do concelho, determinado tipo de materiais, ou seja, foi possível em reuniões nós... nós afluirmos situações que podíamos partilhar mais valias que algumas escolas teriam, até do ponto de vista da aprendizagem, do ponto de vista de partilhar mais valias que cada uma, portanto, cada escola poderia ter. Não tenho dúvida em dizer que, de fato foi... foi possível ter um outro tipo de recursos, eu diria, mais à mão do que aquilo que, ou seja, que ... aquele isolamento que a realidade às vezes do primeiro ciclo até estava um bocado voltada, deixou de estar. Portanto, foram tudo potencialidades que nós fomos... fomos tendo, não é? Fomos melhorando. Eu só estava aqui a ver a questão, portanto é uma questão particular, porque como nós temos secundário e o curso profissional, mesmo, repare, a colocação de profissionais na escola, a questão de profissionais como temos o curso multimédia, temos o curso... um curso... mantivemos cursos de formação para alunos complicados na área das tecnologias, tudo isso foi um mais valor, um mais valor que as escolas foram às vezes partilhando. Sei lá, dava-lhe aqui um exemplo, estava-me a lembrar aqueles cursos... os... eu tenho aqui os CEFs...

Entrevistador – Cursos educação formação.

Diretor D – Cursos educação e formação para aqueles alunos difíceis. Agora as escolas estão a tentar evitar, não é? Mas eu sinto que é, de facto, uma forma de se poder conduzir aqueles alunos com dificuldades, dificuldades mais apertadas, não é? Aqueles alunos de complexidade disciplinar. É claro que também não tenho dúvida em dizer que deu outro tipo de problemas. Às vezes, eu posso dar um exemplo ao Donato, sei lá, eu tenho... eu tenho aqui uma turma só, de 13 alunos, que são aqueles alunos que, do ponto de vista da aprendizagem, enfim, a escola é só para isto, é só para chegar ao 9.º ano, eu quero... eu quero... É a outra realidade. E às vezes, nestas reuniões, quando os colegas, “tens lá um curso”, “eu tenho lá um aluno”... E vocês também tiveram essa realidade, não é? Ou seja, batem-nos à porta de outras escolas, mas é bom refletir, não é? Que isto não vale tudo. E eu, sei lá, tive... tive uma escola de Leiria que me pediu para um aluno e eu só pedi ao diretor: “opá, olha, com toda a sinceridade, se for um aluno que tem só dificuldades de aprendizagem que... e que não venha dar problemas do ponto de vista disciplinar, é pá, portas abertas. Se não, é pá, ajudem-me a não, a não complicar mais a vida da escola”. Onde é que eu quero chegar Donato, só a nível deste, enfim, desta partilha e desta colaboração e desta compreensão, que a carta educativa para ser um instrumento, não é, mobilizador, é que nós, enfim, ficamos a ganhar mais, não é? E, podemos de facto, por uma escola que tenha níveis de equidade de facto dentro daquele equilíbrio que nós mais desejamos.

Entrevistador – Exatamente. Muito bem. A CE prevê ainda a reparação, manutenção e/ou construção de edifícios. Considera que houve uma melhoria efetiva do parque escolar deste agrupamento?

Diretor D – Sem dúvida, olha não, não querendo esquecer, enfim, aquilo que me falta, aliás, muito mesmo, sobretudo na escola sede. Mas esta competência só passou agora, não é? Mas pronto, como disse há pouco, a escola ousou ser secundária. E isto foi para libertar Leiria. Mais uma vez, foi de facto para libertar Leiria que estava superlotada. Eu lembro-me da antiga diretora regional, na altura não era delegada, da diretora me ter telefonado se eu não me importava de assumir aqui 2 turmas, para ficar cá com os alunos. De humanidades e de económico-social. Isto para dizer que... eu até digo muitas vezes, o poder local foi... foi... deu-nos mais, acabou por nos dar mais do que o poder central. Eu tive mais olhos na escola a através dos presidentes de junta e dos vereadores e dos presidentes da Câmara do que propriamente da parte, pronto a distância também tinha a ver

com isto, mas pronto, para dizer assim ao Donato, até é importante referir isto aqui, eu tenho tido aqui, de facto, algumas intervenções, ou diria muitas intervenções no centro escolar, mas que depois pecam por outras questões, porque em termos de manutenção, são edifícios antigos que foram melhorados, mas que naturalmente tem a velhice em cima e que podem estar mais precários, percebes? De maneira que eu dizia assim, foi importante, está a ser, mas continua a ter necessidade constante. A Senhora Vereadora, às vezes, acha que eu que eu estou sempre a pedir mais, a pedir mais, porque é assim, depois há aqui outra realidade e agora é D, ok? D e carta educativa, estamos a falar de D. A escola foi implantada aqui, não sei, esta escola vai fazer 37 anos este ano. E quando foi implantada aqui, isto são tudo terrenos pertença da fábrica. E a rodear as escolas existe um conjunto de outras infraestruturas que eram recursos sociais da fábrica, desde o posto médico onde nasceram muitos leirienses, que tinha muitas condições, portanto, isto é uma realidade muito típica, do ponto de vista socioeconómico, que até promoveu aqui algum elitismo, ok? E que criou aqui algumas margens de... de divergência entre a população e que eu tive a dado momento que... que ter aqui um grande esforço para não criar aqui ondas de crise. Nós somos ██████████ ██████████, sobre o nosso patrono ██████████ ██████████, eu fiz questão desta situação passar por uma Assembleia de Freguesia para ser pacífico, porque a fábrica ainda é, posso dizer, se calhar não é tanto porque as questões económicas afetaram, mas a fábrica era um elemento perturbador aqui porque afetava os terrenos das pessoas. As pessoas às vezes “ah, são só sobre questões ambientais”... Não, não. Eles... as infraestruturas, a matéria-prima, iam afetar terrenos das pessoas, ok? Pronto, felizmente ou infelizmente, olha não... isto agora há os prós e os contras. A fábrica deixou de ter tanta produção, não é? E deixaram de afetar então esses terrenos. Mas a grande questão era esta, e onde é que eu quero chegar, Donato? É assim, próximo da escola, contíguo, eu não sei se conhece, desde o posto médico, desde um jardim, um espaço verde, epá, extraordinário, com coreto, com tudo, desde um.. a casa do pessoal da ██████████ que era a estrutura social deles, que tem o Cineteatro, portanto, que tem um salão, epá, que nós não estamos a utilizar neste momento porque é preciso fazer manutenção, porque é preciso alguém dizer “olha, ele tem condições”. Ou seja, repara, tenho aqui 2 ou 3 turmas de teatro, que estão a fazer os ensaios, não sei quantos, aqui numa sala, quando tem um palco, tem ali um espaço extraordinário. Olha, neste momento a fábrica... a fábrica... aquilo tem mesmo uma direção e, portanto, a direção tem, pá, gente em condições, eles são sempre colaboradores. Só que me disseram assim “ó professor, temos receio porque a parte elétrica nunca mais foi vista, porque o palco não sei que sustentabilidade é que aquilo tem”. Eu só tenho que lhe dar o valor por isso. Ando a ver se consigo que a Câmara entenda isto e que veja se consegue. Que traga cá alguém que possa avaliar e fazer a manutenção. Pronto. Temos campos de jogos extraordinário, Donato. Uma pista de atletismo que foi em tempos palco de, pá, competição até a nível nacional, um campo de futebol de onze, tudo isto desativado e que eles estão desejosos que alguém pegue. E que está-se a degradar. Aqui perto da escola, tudo isto num raio, pá, de 100 metros. Eu espero agora que se calhar a questão da Ucrânia... e com as pessoas... estão casas desabitadas, que isto possa promover um outro aproveitamento. Há dias e o Donato não estava, estava o Jorge na reunião que nós tivemos com a delegada regional, eu fiz este apelo e a Senhora Vereadora lá veio com a boca “o senhor diretor já sabe...” que eles já fizeram... claro que já fizeram muita intervenção, “...que a Câmara tem feito muita intervenção, recuperar um ginásio” etc, etc. Porque é que eu falo nisto neste momento? Porque há negociações a outro nível e que, entretanto, se não houver oportunidade da Câmara agarrar isto, se pode perder, percebes? Estou aqui por 4 anos ou mais 3 anos, não é? E custa-me, isto da geração... opá de uma escola, não se fazem em quatro anos, faz-se

num ano, não é? Mas pronto, percebes Donato? É esta a realidade de Portugal, às vezes. Tu hás-de ver o conjunto de auditórios, de centros de formação que estão por este país fora, hã? Fechados, às moscas e as escolas com salas exíguas, com salas sem condições, com... epá, eu não tenho aqui um auditório, não tenho percebes? É isto que custa neste país. Pá, e aqui próximo está um centro de formação desativado. Percebes? Pronto. E depois isto em questões, mas os padrões são outros, não sei quantos. E é este apelo que que eu tenho feito à Câmara. Eu sei pá, que eles tentam-se, portanto, que se tentam desdobrar. Falei uma vez ao vereador nisto... “Desculpe, eu sou gestor de uma causa pública e isso é privado”. Epá, mas eu acho que isto não vai demorar muito que não vai ser entregue outra vez à Câmara, porque o centro escolar... É que isto foi tudo entregue à Câmara. Este património foi tudo entregue pela fábrica, fez uma doação, percebes? E possivelmente vão fazer do resto. O que clamo, epá, é que ainda este ano seja possível utilizar, percebes? Ou seja, a escola não tem, não pode ter a perspetiva de vir a ter obras brevemente. Não tenho, não tenho ilusões. Tomara eu ter uma reparações, umas coisas assim, não é? Então que nos ajudem a recuperar o que existe aqui ao pé, percebes? Isto tem sido muito a substância do nosso projeto educativo, percebes? Ou seja, só tem sentido nós crescermos se tivermos condições. Estou a fugir à tua questão, qual é que era?

Entrevistador – Já está respondida. Houve uma melhoria efetiva no parque escolar...

Diretor D – Pois, epá, ouve, eu tenho de ser justo. Tem sido... Mas que há agora um conjunto de oportunidades, se não forem aproveitadas neste momento, se calhar não vamos ter e os alunos mereciam isso, percebes? Tenho muita pena pá, é isso que eu te digo, um cineteatro que está ali fechado às moscas, pá, uma biblioteca que tem..., mas isso eu sei que aqui a biblioteca, como diz um dos responsáveis, a biblioteca é do patrão, mas que tem obras... [REDACTED], não é? Donato, dizer assim que tem sido essa uma causa que me tem batido e não sei se tu, portanto, já fizeste esta ligação. [REDACTED] [REDACTED] foi fundador da [REDACTED], uma figura polémica percebes? É muito conotado com o fascismo, com as políticas e tal. O [REDACTED], ele é oriundo de uma família alemã e trouxe para Portugal esta, esta matriz social da fábrica. Da fábrica mas que tem condições para os trabalhadores, embora depois com regras, percebes, com regras que eram essas que eram discutidas. E este homem deu, como sensível, portanto, como agradecido por o terem recebido deu... a primeira obra que ele deu à freguesia foi uma escola. Primeira escola do 1.ºCEB, portanto, isto para dizer que foi isto que se conjugou para se dar o patrono [REDACTED] [REDACTED]. Só que na altura que nós começamos a discutir isto, andava... lembras-te da coincineração? Andava aí guerra aberta nas fábricas das cimenteiras. Então eu deixei estabilizar. Primeiro, pedi muito a participação das pessoas, da junta e uma Assembleia de Freguesia que registou de facto o seu parecer favorável a que a escola também tivesse esse nome. Para além da escola, que tomou essa posição, eu quis que os órgãos da terra, de facto, se pronunciassem...

Entrevistador – Bom, como é que são identificadas as necessidades formativas no agrupamento? O que pesa mais nas ofertas formativas: os recursos humanos existentes no agrupamento ou as necessidades da comunidade local? Também como têm um profissional, como é que são identificadas essas ofertas?

Diretor D – Sim, é assim olha. Aqui, tenho que ser muito claro, muito verdadeiro. É assim, e o Donato que está na direção, sabe disto. Os recursos humanos que temos são... são, digamos, um critério fundamental, não é? Nós não temos ainda autonomia que nos permita a pensar assim, “vou abrir aqui um curso de metalomecânica e vou ter a oportunidade de chamar aqui o engenheiro tal” até porque não temos essa hipótese. Portanto, eu parti do que eu tinha na escola. A estratégia que nós tivemos, não fui só eu, esta questão do curso profissional aqui nasceu

um bocado ali, quando começou a haver o boom das tecnologias. Eu, era impensável, eu estar a pensar numa tipologia destas com salas de informática. Eu não conseguia conceber isto, percebes? Na altura sei, já não me recordo, com a DGESTE ou com a DREC, na altura era com a DREC, vimos que era uma oportunidade porque o Ministério queria lançar as tecnologias nas escolas. E olha, aceitaram o desafio e então equiparam-nos duas salas com o toda a carga de material relacionada com uma sala tecnológica, com computadores. Então abrimos desde sempre os cursos na área das, da informática. Até os primeiros CEFs também eram, era técnico de informática ou... não era bem técnico, portanto, era outra terminologia. E o curso profissional que nós temos e que mantivemos sempre, foi o curso de multimédia. Às vezes, eu acho que com alguma razão, os colegas das escolas secundárias típicas, sei lá, “estes fulanos abrirem multimédia”... É pá, tenho o mais importante que são os professores. Portanto, foram colocados professores, porque eu tinha horas, estás a ver? Portanto, recursos humanos eram, foi uma matéria fundamental e que conseguiram transportar, depois com isto, o Ministério entendeu, de facto, credenciar-nos com materiais, com os computadores e com tudo o que rodeia, com... com os projetores, com... portanto, com condições, os servidores próprios, percebes? Portanto, nasceu daí esta oportunidade, mas também nasceu um problema que é depois a capacidade de fazer a manutenção disto, não é? Entrevistador – É verdade.

Diretor D – De conseguir manter estes equipamentos, mas é verdade Donato, que neste momento eu tenho um grupo de informática com 6 professores. E uma parte das horas são do crédito da escola e fazem o quê? Fazem programação no primeiro ciclo, ou seja, estão com TIC e programação no 3.º e 4.º ano. Foi um valor acrescentado. É assim, é uma oferta que nós temos ,mas que eu não tenho dúvida em dizer-te de viva voz, que foi uma estratégia para mantermos o grupo de informática atento às tecnologias e para poder, como tu bem sabes, a manutenção destes materiais que são de facto muito sensíveis, não é? Portanto, a eu não sei se vou responder, mas a oferta formativa nasce muito nesta situação. Nós temos outra oferta profissional, que é no âmbito da... do turismo, turismo rural e ambiental, sabes? Mas isso foi para quê? Foi para aquele grupo de alunos menos disponíveis para as tecnologias e que queriam, que não conseguem prosseguir estudos, mas que queriam um curso profissional, pronto. Sentimos na altura... Sabes que todos os anos há uma entidade, não sei se é a ANQEP, que faz o levantamento das prioridades dos cursos profissionais. E esse o turismo ambiental e rural surgiu já há uns anos, como uma a oportunidade que o país tinha que apostar e, portanto, foi por aí que nós temos. Temos tido essas duas valências. Multimédia muito em força, sempre, e que nos tem corrido bem, sabes, corrido bem porque isto implica estágios... Olha, este ano vamos tentar fazer a internacionalização dos estágios, tanto no curso de turismo... Estar a ouvir aqui os colegas de do Erasmus a falar em Palma de Maiorca, em circuitos turísticos de facto valiosos, estás a ver? E apresentar isto aos pais é assim uma coisa... Pronto, já acontece noutras escolas, percebes? Portanto, somos capazes de deste ano ter aí uma oportunidade, uma janela de oportunidade. É a escola atual, pronto, não é? E, portanto, dizer-te assim, que estas necessidades formativas de facto nascem muito do contexto que temos. Não podemos estar aqui a armar-nos em bons se não tivermos, de facto, condições para isso. Dizendo que a grande aposta é nos recursos humanos, ok? Eu não tenho dúvida em dizer-te que as estruturas físicas, o tipo de sala, mesmo as salas onde temos a informática, não é o que mais desejávamos, ok? Do ponto de vista didático, pronto, as salas, olha, logo quando chega o verão ou a primavera, é logo uma complexidade, porque debitam muito calor e, pá, o ambiente é um bocado difícil, mas pronto, temos sobrevivido a isso, percebes? E os alunos têm continuado a apostar aqui, senão não podíamos ter os cursos abertos. Volto a

dizer que disse há pouco, às vezes até me custa, porque quando há aquelas reuniões preparatórias, até em termos, no fundo, também de CE, quando eles permitem abrir aqui o curso multimédia, não pode abrir em mais lado nenhum e, portanto, os de Leiria tem que vir para aqui, percebes? E lembro-me, o Pedro Biscaia já não está, a Gândara aqui há uns tempos não foi autorizada e havia estes choques, pronto.

Entrevistador – Porque havia cá esse...

Diretor D – Exatamente percebes? Mas depois isto foi, portanto, foi consertado... A [REDACTED] [REDACTED], a [REDACTED], por exemplo, eu compreendo, eles têm oficinas, eles têm salas espetaculares, não é? E, portanto, acabaram por lhes autorizar excecionalmente, nem sei como, mas eu, ó pá, também não posso levar a mal, não é? Eu faço o apelo, compreendam que isto é uma oferta importante para nós, para nos mantermos em termos nosso projeto educativo, mas também entendo que há outros locais, não é? Há centros muito fortes, como a [REDACTED] [REDACTED], que se calhar, isto também é um curso importante, não é? Mas pronto...

Entrevistador – Estava aqui a tentar perceber... A [REDACTED] [REDACTED] não pertence ao concelho mas pertence à CIMRL... não é?

Diretor D – Sim exatamente, é . Nós temos essas reuniões também, ok? Ou seja, há reunião... há reunião no concelho, e lá está, a Gândara, a Rodrigues Lobo, a Domingos Sequeira, não é? E depois há de facto o intermunicipal também. [REDACTED] de [REDACTED], por exemplo, o [REDACTED]... O [REDACTED] tem entrada nisto também. O [REDACTED], por exemplo, faz agora uma aposta nos cursos profissionais brutal. A partir do momento que começaram a cortar a questão das turmas, não é? Eu nunca falei aqui no privado, dizer que também o privado sempre esteve aqui ao lado da, enfim, nesta questão da população escolar. É bom que se diga, está bem? Às vezes acho que a CE foi um pouco afetada por aquelas decisões das políticas, não é? E isto não se pode ser fundamentalista nestas questões, sobretudo quando a realidade de Leiria, a população escolar cresceu e não há condições. É pá, se há um colégio que tem, porque não aproveitar, não é? Porque se eles são pagos pelo Estado, é pá, que se aproveite. Acho que não podemos ter também assim preconceitos fundamentalistas a este nível, acho eu. Pronto, mas isto agora dizer que em relação às necessidades da comunidade local, é outra questão que eu gostava de só aqui, deixar aqui a tónica. Às vezes isto é... estamos aqui a falar, mas há uma população, sobretudo população especializada, que não compreende as nossas decisões, percebes? E que eu fui criticado, fui contemplado com isso, como é que... Porque aqui D é uma zona de... É os cimentos e os moldes, ok? Moldes, plásticos, não é? E porque é que não abríamos um curso...Pronto, de facto, é um bocado complicado explicar isto às pessoas. Eu cheguei a dizer, que as pessoas gostavam muito dos cursos de metalomecânica... Houve uma fase em que a própria fábrica abriu estes cursos de formação na área, ou seja, eles têm lá laboratórios químicos, têm... E nunca foi possível nós articularmos isto ali, tentámos percebes? Mas batiam com outro tipo de limitações até do ponto de vista administrativo. Pois quem é que pagava aos técnicos? Depois eram os fundos sociais europeus, como é que eles... percebes? Mas os próprios empresários que me chegaram a dizer, “ó professor não sei...”, quem tinha moldes, “...porque é que não abre, estou disponível, eu ponho os engenheiros a trabalhar até... como é que vocês não fazem?” Depois há aquela orgânica burocrática, administrativa, que é muito difícil nós partilharmos, percebes Donato? Portanto, isto é curioso, é bonito, mas também uma pessoa passa às vezes por uma... por um papel menos compreendido, percebes? Porque isto bate noutras limitações. Os recursos humanos que temos, enfim, dos processos que nós temos que respeitar e que não podemos fugir deles, não é? Eu não tenho dúvida que o curso de multimédia, se calhar, não tem a ver com a resposta direta daquilo que a realidade empresarial

mais necessita. Agora já... já tem um bocadinho mais, não é? E eu às vezes fui confrontado com essas questões., percebes? “Ah, a [REDACTED] [REDACTED] abriu...”. Então pois claro, a [REDACTED] [REDACTED], era difícil eu dizer... Então a [REDACTED] [REDACTED], que tem infraestruturas já feitas, claro que tem que se compreender... Não sei se me faço entender Donato, esta questão foi sempre um bocado dura para mim, percebes? E ainda hoje, “os tipos só abrem multimédia...”. Eu tenho que às vezes chamar, “opá, vocês venham ver a tipologia deste edifício, como é que isto permitia ter oficinas?”, não é? Pronto. E depois mais, e depois é assim, e para abrir um curso o Ministério não vai pôr aqui recursos humanos e material se eu não tiver aqui alunos, alunos, exatamente, que o sustentem. Não vou eu dizer “olha, neste momento só tenho 12, vou ver se vem mais 2 ou 3 para abrir a turma”, estás a perceber? Portanto, são estas... estes dilemas que a direção, o diretor tem muitas vezes são confrontados no terreno. Isto para responder um bocadinho... ok? Eu diria ainda, nós sempre fomos escola de formação de adultos, está bem?

Entrevistador – Ai sim?

Diretor D – Temos o Qualifica, fomos aquela... como é que se chamava... as Novas Oportunidades. Fizemos esse percurso todo, ok? E batemos, isso para nós é assim uma bandeira, porque neste momento o concelho de Leiria não tem nada, percebes? E neste momento, uma curiosidade só Donato, temos o Qualifica, que é a validação de competências, pronto. Temos um curso de educação e formação... temos o EFA, educação e formação de adultos, uma turma, e isto foi identificado até pela Câmara, há uma franja, porque o Qualifica é para adultos, a partir de 23. E, eu não sei se foi esquecimento, se isto falhou, se passou ao lado, como é que , isto é uma situação a averiguar, deixou de haver, pelo menos aqui em Leiria, mercado ou saídas para aqueles jovens que, já com... dos 18 aos 23 anos, que ficaram pendurados, com uma cadeira, com duas cadeiras, que ficaram só com o 9.º ano, percebes? E então criaram esta educação e formação de adultos, que tem... tem 3 tipologias, com base no número de horas, que permite terminarem pelo menos o secundário, estás a perceber? Quem tem uma cadeira, que ficou com a matemática pendurada, pode terminar...

Entrevistador – Sim.

Diretor D – Repara, o que ele tem que fazer, as condições que tem aqui é terminar o secundário mas não é um secundário idêntico ao de dia. É ter competências, é valorizar as competências que ele tem, fechar o secundário. Se ele quiser prosseguir estudos, tem que fazer exame. Isso tem que apostar em explicações ou formação pessoal. E então temos destas duas situações. Temos, de facto, formantes que vêm porque precisam de terminar o 12º ano rapidamente, uns que querem ainda continuar, e depois temos outra coisa interessante. Os institutos politécnicos também se adaptaram a esta realidade e então também têm cursos preparatórios para este pessoal depois enveredar para os cursos superiores. É pá, muito curioso, isto é uma realidade, mas que anda a escapar muito aí. Eu tenho neste momento um rapaz que é segundo comandante dos bom... portanto, dos bombeiros, que faz parte da proteção civil, que fez um curso aqui, fez o nono ano, veio terminar o secundário à noite, fez este Qualifica e tirou o curso na área da segurança no IPL. Tudo em Leiria e que neste momento, é pá, é um rapaz de, pelo menos de competências de cidadania, extraordinário, percebes? Isto são novas realidades, percebes? Que não estão ainda bem... bem... bem conhecidas, percebes? Mas eu posso dizer, olha, ontem houve aqui uma reunião à noite com 20 formandos candidatos a terminar o secundário. Não sei se já ouviste, saiu uma portaria que até... a incentivar esta formação de adultos, e esta portaria até... até dá a estes formandos, que concluem o 12º ano, depois, um subsídio final, na ordem dos 500 e tal euros, percebes? E isto não está a ser só

em Portugal. É uma aposta muito grande em, a população, de facto, ter níveis de competências e de conhecimentos do secundário, percebes? Equiparar culturalmente e socialmente a população toda. De maneira que isto para dizer que D tem estado muito nesta guerra, percebes? Temos mantido, e às vezes passa assim um bocadinho ao lado e eu faço questão sempre de levantar esta bandeira, que nós nunca perdemos a valência do noturno. Aqui perto, a [REDACTED]... Portanto, o concelho de Leiria não tem mais nada. A [REDACTED] tem, a escola da [REDACTED], e a [REDACTED] também tem. Leiria, onde tem, é no Nerlei. E aí é com a valência profissional. Aqui é valência escolar e o que é que tu tens agora aqui muito? São pais de alunos, que sabem disto, que conhecem e que vem cá aproveitar. D depois há oportunidades, se quiserem, por exemplo, só ter inglês, ou só ter informática. São as UFCDs ou unidades de formação de curta duração, ok? Que nós podemos adaptar um professor, nós temos horas para professores que fazem, de facto, ali a reciclagem da informática ou de uma língua estrangeira, portanto, há este lado de formação que nós de facto nunca perdemos e queremos, portanto, continuar.

Entrevistador – Muito bem. Qual é que é o número total de matrículas que tem aqui o agrupamento? Já agora, só por curiosidade...

Diretor D – Em termos de população geral, pronto, olha, eu tive receio realmente que, de facto, a população decrescesse, neste momento, nós conseguimos sustentar, está em 1150, estou a falar do pré-escolar até ao secundário, ok?

Entrevistador – Sim, sim.

Diretor D – Pronto. Será para aí mil cento e tal, ok?

Entrevistador – Para quem está fora da cidade...

Diretor D – É pá, já fomos, posso dizer que já tivemos 1500, não é? Mas pronto, estes 1100 tem se mantido nós últimos anos.

Entrevistador – Ok. Tendo em conta o período de vigência das cartas educativas, como é a gestão das ofertas formativas ao longo do tempo? São analisadas anualmente...

Diretor D – Sim, mas muito na lógica da das políticas educativas, não é? Da vigência das políticas educativas. Nós agora temos esse sagrado Decreto-Lei 55 e o 54 que nos tem, enfim, orientado, não é? O que é que eu posso dizer aqui também? Ouviste dizer, Donato, há um bocadinho, nós apostamos muito na tal programação. Ou seja, achámos, entendemos, na altura, era uma oportunidade do ponto de vista estratégico da escola para... para recursos humanos que tem, para os equipamentos que tem, mas por outro lado, e o tempo veio-nos dar razão, a programação começou a ser a algo que, de facto, pronto, que se... que veio para se intrometer no sistema educativo, não é? Eu lembro-me de uma senhora que é engenheira da associação de pais, que é assim um bocadinho de polémica, que há uns anos, de nos estar a picar entre aspas, “programação, isso é importantíssimo”, e nós ficámos a olhar assim para ela e hoje já lhe disse a ela, de facto, a senhora tinha razão, não é? E os colegas têm agarrado com alma, e os colegas de informática. Portanto, essa é uma oferta formativa que foi sendo refletida ao longo dos anos e que nós apostámos, estás a ver? Pronto. Aqui na escola, posso dizer que, por exemplo, a oferta do teatro, o teatro, como oferta artística, de facto, nasceu e sustentou-se e mantém-se. Neste momento é um, é uma... é uma realidade muito própria de D, portanto, participamos depois nos projetos da Câmara, etc. Mas há aqui uma valência, há aqui... já se está a construir mesmo um clube de teatro, com... portanto, com muita

valia. E o tal cineteatro até contribuiu um bocabo para isso e espero que, de facto, a falta dele, não venha... não venha...

Entrevistador – A prejudicar...

Diretor D – Exatamente, foi muito importante. Ainda no, é pá, no 1.ºCEB e no Pré-Escolar também dizer que as ofertas que nós temos tido, como sabes, também se articula um bocadinho com algumas decisões nas reuniões da Câmara, com aquilo que a que a própria política da Câmara nós tem permitido. Como tu sabes, esta realidade Leiria, Cidade da Cultura, por exemplo, com Arte Palmas, não é? Nós temos, aqui o nosso... a nossa Filarmónica, a associação filarmónica de D, que é das associações mais antigas, pá, do concelho e aqui da zona, tem cento e tal anos. E que tem sido eles, eles têm uma escola de música, e tem sido eles também a disponibilizarem os técnicos deles para fazerem projetos com a escola. Não só os institucionais como outros. Já... eu não sei dizer-te agora nome, nós tivemos um projeto musical que... muito pá, muito giro, em que o maestro e outro filarmónico articulava com a educadora, ok? Fazia um regime de coadjuvação, ok? E isto era pago, foi pago pelas... numa fase pela fábrica e na outra fase pela Junta de Freguesia, era a intervenção social que a fábrica tinha hipótese e queria ter. Pagava, então era... como é que se diz? Dois em um, ajudava a Filarmónica e investia na sociedade, investia nos alunos, ok? Isto para dizer que a oferta formativa tem... tem andado.... em que, portanto, é refletida em cada ano e também conforme as disponibilidades, também aí e, de facto, as ofertas institucionais que vão... que vão aparecendo, não é? Mas tem sido matéria que em todos os anos tem, tem sido motivo, de facto, de, enfim, de leituras às vezes diferentes, não é? E a Câmara muito... enfim, nos últimos tempos tem ajudado muito, portanto, nesse aspeto.

Entrevistador – Considera que a CE contribui para a verdadeira descentralização dos poderes da administração central, ou considera que as CE são mais uma ferramenta ao serviço da municipalização, entre aspas?

Diretor D – Eu diria dois aspetos. É assim, se eu olhar para Leiria, para a realidade que está perto de mim, eu diria que tem havido mais a descentralização, ok? Portanto, eu seria injusto se não dissesse que há uma preocupação nas verbas a transferir, há uma preocupação em tentar ver se remedeiam os problemas da falta de funcionários, e nunca com, num regime de imposição, de limitação, ok? Tenho ouvido por aí pelo país, outros regimes que me preocupam, não é? Em que as próprias Câmaras têm, têm uma posição mais diretiva, mais controladora, não é? E inclusivamente, utilizando interlocutores diretos ou que estejam próximos, isso preocupa-me. Leiria, estamos bem neste momento, não é? Até este momento, portanto, eu diria que os efeitos da descentralização, às vezes, há um bocado de ruído que nós sentimos mais por... por questões de operacionalização que tem que ser diferentes, não é? Isto, sobretudo isto, sentimos nos funcionários. A questão do regime das faltas, estas questões todas, mas que no fundo, a Câmara tem tido sempre este papel colaborador. Isto não... não poderia ser injusto, não é? Portanto, diria assim, preocupa-me se a CE no futuro vier a ter, digamos, for assim um documento fechado, hermético não é? E que e que venha a dar uma dimensão de trabalho em que as escolas percam um bocadinho a sua autonomia, sobretudo, eu espero bem, na vertente pedagógica, nunca, nunca tenham interferência, não é? Mas pronto, julgo que aqui terá sentido dizer que isto tem muito a ver com as políticas e com as pessoas, não é?

Entrevistador – Com as pessoas.

Diretor D – Sobretudo com isso. Neste momento Leiria não tem estado mal, pelo contrário, acho que ...acho que tem sido, como volto a dizer, tenho tido mais... fui mais bafejado, contemplado, com recursos, e não estou a falar

de recursos, não estou só a falar no dinheiro e dos materiais, não. Com recursos até o ponto de vista de diálogo, de formação, etc. Tem sido melhor agora do que era... ou do que se estivermos à espera do poder central para isso, não é?

Entrevistador – Muito bem. Finalmente, assim no geral já disse algumas mais valias, mas considera que a CE trouxe mais-valias para o seu agrupamento?

Diretor D – Sim, sim, sim, não tenho dúvida que o centro escolar que nós temos, por exemplo, neste momento, aqui um centro escolar, repara, não foi só para a escola, até do ponto de vista da comunidade. É um edifício que tem quase 100 anos e que a Câmara recuperou, aproveitou. Ainda tem muitas carências e tem ali necessidade de manutenção, mas era um património que, se não fosse desta maneira, se calhar estava perdido e que é história de D. Eu posso dizer que os pais dos alunos que andam por aqui, foram alunos destas escolas e que se vê um particular gosto, uma particular sensibilidade, estas situações. Dizer-te, Donato, que temos o antigo refeitório da... da...enfim, das crianças da fábrica que neste momento é um centro de recursos para as crianças de necessidades especiais e até para associação de estudantes. Um ginásio que estava desativado e que a Câmara ajudou a recuperar e que é... neste momento é a sala de aula pelas questões da pandemia, mas que é um, de facto, estamos à espera de entretanto tudo se organizar e passa a ser... é um ginásio mais que nós temos. Enfim, recentemente esta questão do... do campo relvado sintético veio dar, digamos, uma alegria, um... sem dúvida diferente, não é? Portanto, eu se, volto a dizer que é importante referir, voltando a CE, eu estou a falar desta realidade toda, mas que ela é contemplada na CE, naturalmente, não é? Dizer que estou mais tranquilo quando, quando as questões da diminuição das crianças se colocam, porque eu sei que da Câmara tenho alguém que nos ouve e que sabe que fatores a questão aqui em jogo. Dizer que estou tranquilo quando me faltam computadores neste momento, agora já não faltam que eu até tenho a sobrar, mas quando faltava e quando eu fazia um apelo à biblioteca ou à Câmara, e tinha solução. Dizer que a biblioteca é um centro de grande dinamismo e que articula com as bibliotecas. A minha bibliotecária trabalha muito com a vossa coordenadora. Como é que ela se chama? São muito amigas e articulam muitas atividades e quando estão a fazer lá os documentos, articulam muito. Portanto, isto é uma mais-valia que o documento CE, digamos, é um instrumento, mas que de facto, ele conseguiu injetar esta energia, esta energia diferente, que eu espero que saibamos de facto... porque isto não é só da Câmara, não é? Teremos que ser nós escolas a saber valorizar esta CE. De certeza que me está aqui a faltar muitas situações, não é? Dizer assim, há um conjunto de recursos que nós fomos tendo e que eu agora, de facto, eu agasto-me é se eu agora vejo partir algumas oportunidades ou se não consigo aproveitar as oportunidades que estão aqui ao pé. Dizer isto para terminar Donato, que a escola de D, de facto, nasceu aqui, acho que foi polémica a instalação nesta zona. Algumas pessoas... chegou a ser criado... outras zonas, mas eu quando vim, quando peguei assim um bocadinho mais a sério nesta escola, na gestão, eu vi sempre que era uma realidade a explorar. E falta aqui falar muito da história. Nós tivemos a oportunidade de ter aulas de biologia ao vivo, com uma bióloga que era da fábrica e que nos mostrava a fauna e a flora da zona, que à custa das pedreiras. Repara, a fábrica não fazia isto só para se promover, não, não. Era para compensar um bocadinho a população, enfim... enfim, das coisas que eles sabiam que estavam a afetar do ponto de vista ambiental. As pedreiras foi um... as pedreiras que estão aqui... É uma realidade geográfica logo ela bastante conflituante, não é? E... eu cheguei a ver um projeto para fazer aqui turismo aquático, ou seja, aproveitar as pedreiras, porque há aqui aves migradoras que passam por aqui, e aproveitar as pedreiras para motonáutica, para, percebes? Eu vi um projeto. Isto chegou a ser

projetado, mas real... portanto, mesmo real, dizer-te Donato que eu cheguei a ir como turmas, daqui do 10.º ano, assistir a aulas de geologia e de biologia ao vivo, ok? Uma bióloga extraordinária que tinha... uma jovem, portanto, com uma capacidade de até, de entusiasmar o pessoal e depois faziam circuito, mostravam-nos as árvores, as principais espécies aqui do jardim e ainda a fauna e a flora de D. Portanto, isto era de facto uma articulação aqui valiosa. Infelizmente, a crise... a crise não poupou aqui esta realidade. O que é que nós podemos aproveitar? É agora, de facto, as infraestruturas que foram construídas e que eu peço muito à Câmara Municipal, que as saiba aproveitar como tem feito até agora, só que agora existe outra realidade, que é como te digo, se calhar, a realidade da guerra, da fábrica é capaz de trazer aqui uma nota positiva, neste aspeto, não é? De arranjar alojamento para as pessoas e o alojamento implica, implica ter outros recursos, não é? De apoio. E esses recursos de apoio, está a escola também aqui perto. Pronto, ok? Olha, espero que tenha respondido alguma coisa.

Entrevistador – Muito obrigado pelo tempo, está bem?

Diretor D – Ok, sim, sim.

ENTREVISTA À DIRETORA DA ESCOLA PROFISSIONAL (EP)

Data e hora: 25/02/2022, 10h30

Local: Gabinete da Diretora da EP

Duração: 30 minutos

Justificação da entrevista e motivação do entrevistado

O entrevistado foi previamente contactado via email, onde constava o objetivo e tema do trabalho de investigação. Foi solicitada a sua colaboração e disponibilidade para realizar a entrevista, explicitando a importância da mesma para o estudo. A entrevistada foi informada sobre os objetivos do trabalho e foi-lhe garantido que as informações recolhidas eram utilizadas exclusivamente para fins deste estudo.

Entrevistador – Bom, então bom dia. Autoriza a gravação áudio da entrevista?

Diretora EP – Com certeza que autorizo.

Entrevistador – Há quanto tempo exerce funções de diretora?

Diretora EP – Vai se assustar...até eu! Ora deixe-me fazer as contas... (pausa). Há vinte e seis anos.

Entrevistador – Muito bem, isso já é uma carreira!

Diretora EP – Como Presidente da Direção. Antes disso, estive aqui como professora. E antes disso estive no público também, estive em 2 escolas do público, 3 aliás e numa também estive na direção, na Marinha Grande.

Entrevistador – Ai sim? Em que escola?

Diretora EP – Na Escola Pinhal do Rei.

Entrevistador – Pinhal do Rei, conheço muito bem. Qual é que era o seu grupo de docência?

Diretora EP – Português-inglês.

Entrevistador – Participou na elaboração da Carta educativa de 2007?

Diretora EP – Não.

Entrevistador – Não participou. Então aqui não pode avaliar o nível de participação, que é nulo, não é?

Diretora EP – Sim, sim.

Entrevistador – Considera os procedimentos adotados pelo município no processo de elaboração das cartas educativas são suficientes e que respondem aos interesses da EP e da comunidade que representa?

Diretora EP - Pois eu desconheço. Desconheço, mas pressuponho que sim, até porque há uma ligação forte com a Câmara Municipal. Os vereadores da educação sempre tiveram assente num órgão desta escola, que é a Comissão Permanente. Fazemos reuniões periódicas, 2 vezes por mês, aproximadamente, portanto, conheci vários vereadores de educação e os assuntos da escola eram sempre tratados mais importantes, digamos assim, eram sempre tratados nessas reuniões, onde eu dava conhecimento não só dia a dia do que se passava aqui na escola, mas também naquelas épocas mais fulcrais que..., quando se podia escolher que áreas formativas é que a escola poderia oferecer à Comunidade. Neste momento, isso não é possível, mas pronto. Sempre houve uma ligação forte, apesar de não estar diretamente envolvida em conselhos municipais de educação ou elaboração de cartas educativas, pelo menos sabiam o que é que... qual era a realidade desta escola, que é uma escola muito

especial. É privada mas tem como parceiros a Câmara, o Instituto Politécnico, a ACILIS e uma série de empresas e entidades.

Entrevistador – Sim, eu verifiquei. E tem uma fundação...

Diretora EP – É uma fundação. A fundação é a entidade proprietária.

Entrevistador – Exatamente.

Diretora EP – Fomos na altura... em que foi feito o censo às fundações. Fomos apanhados na curva, quase sem nos apercebermos, o que nos trouxe alguns constrangimentos que ainda estão a ser resolvidos, mas mais de natureza jurídica. E, portanto, a Fundação tem a escola profissional como poderia ter outras valências.

Entrevistador – Muito bem. Então, uma vez que a CE não vos afeta de forma direta...

Diretora EP – Não, não, não, não, não, não.

Entrevistador – Não consegue perceber a maleabilidade da CE ao longo do tempo...

Diretora EP – Não.

Entrevistador – Ou seja, se houver necessidade de abrir novos cursos...

Diretora EP – Não, não. Não temos qualquer hipótese. Eu vou lhe explicar porquê. Quer saber como é que...

Entrevistador – Sim, por favor.

Diretora EP – Então é assim. Até 1997, altura em que os cursos profissionais foram... Sim, 1997 exatamente, mais ou menos por essa altura, foi dada a possibilidade das escolas públicas e colégios com contrato de associação também terem na sua oferta educativa cursos profissionais. Até essa data era eram exclusivamente da pertença das escolas profissionais. Em Leiria só havia esta, portanto era a única escola no Concelho de Leiria que tinha cursos profissionais. E a partir dessa altura, como foi dada essa possibilidade, gradualmente as escolas públicas, secundárias, foram abrindo o seu leque de ofertas a essa via profissionalizante. Em que é que isso se traduz? Traduz-se... no imediato, a reuniões da rede que foram consertadas pelo, na altura vereador, que era o Dr. Vítor Lourenço, onde eu estava presente, participando em representação da escola, como uma pessoa que mais conhecia desse tipo, dessa realidade e de alguma forma ajudava os meus colegas, diretores de outras escolas, sobre os procedimentos que eram necessários, que para eles são bastante mais simples do que para nós. As escolas profissionais como esta, pura e dura, precisam de uma licença prévia para funcionarem, para cada curso. Têm um alvará para o estabelecimento, com uma lotação de alunos e de turmas, em função dos alunos das turmas, mas depois, para cada curso específico, precisa de uma licença prévia de funcionamento. Coisa que as escolas públicas não necessitam. E portanto, há um catálogo com ofertas profissionalizantes.... a ANQEP entretanto surge neste processo todo... define um catálogo com as ofertas que podem ser oferecidas pelas escolas. Mas mais do que isso, passou a definir, a partir de certa altura, quais eram os cursos profissionais para cada região, para cada... para cada concelho até. E, portanto, o que nós tivemos de fazer a partir de certa altura, nunca houve conflito com as escolas públicas, porque o que nós fizemos foi... Nós já tínhamos tradição em determinadas áreas e não entrávamos no território de outras áreas profissionalizantes. E fomo-nos encaixando para que não houvesse sobreposição da oferta formativa. E, portanto, tem corrido tudo muito bem. Reuniões da rede em primeiro lugar, em 97, 98, 99, 2000, por aí, sempre informais. Eram... as pessoas eram convidadas a participar, que era para pelo menos saberem quais eram os cursos que as outras escolas iam oferecer e não oferecerem a mesma coisa. A partir de certa altura, e nós escolhíamos, nós aqui escolhíamos. Tivemos cursos que entretanto desapareceram porque percebemos que não havia nem sequer procura por parte dos alunos, nem

procura por parte dos empregadores, porque o que nos interessa depois é que haja empregabilidade. O nosso objetivo não é perseguição de estudos superiores, o prosseguimento de estudos superiores, mas sim em primeiro lugar, empregabilidade e, portanto, também percebemos que nalgumas áreas os cursos não tinham procura por parte dos empregadores. Portanto, as coisas foram mudando, até que chegou uma altura, já nos anos de... a partir de 2000, que nós percebemos que havia aqui 4 grandes áreas, onde nós... para as quais nós tínhamos licença prévia de funcionamento – teve que vir um técnico da DGESTE avaliar se nós tínhamos instalações para isso e equipamento e recursos humanos. E percebemos que havia uma área, que mais ninguém tinha, e que nós tínhamos a possibilidade de entrar por essa área. Havia procura por parte de alunos... havia procura por parte de empregadores... que era a área da cozinha. De hotelaria, restauração, pastelaria... portanto, entrámos por aí. Havia uma outra que era das eletrónicas e das mecânicas. Duas, aliás. Entrámos também por aí. E havia uma terceira que tinha a haver com a informática e a reparação de equipamento, que é o hardware. E, há vários anos que nós temos essas, essa oferta formativa. A partir determinada altura, quem define... quem define, ao fim ao cabo, sempre as áreas formativas que escola pode oferecer é o ministério da educação, ponto. Criaram-se outros organismos, como as comunidades intermunicipais. Leiria pertence a uma CIM, que é a CIMRL. Antes da pandemia ainda houve, durante 2 ou 3 anos, reuniões das CIMRL, em que cada município dizia que par o seu município tinham necessidade desta área daquela e daqueloutra... Aí já começou a haver algum...algum... Não é conflito, não digo conflito. Mas alguma dificuldade de encaixe para que as coisas funcionassem todas bem. Nunca connosco, felizmente, mas às vezes entre outros municípios, porque ambos queriam a mesma coisa.

Entrevistador – Porque eram próximos?

Diretora EP – E eram próximos e problema fulcral aqui nisto tudo é que desde que houve esta abertura a todas as escolas, os alunos não chegam para todos. Pronto... E o problema também reside aí. Neste momento, talvez seja a nossa maior ameaça para que o status quo da escola permaneça inalterado, é arranjar alunos em número suficiente para que as turmas sejam autorizadas. Que são 24 no mínimo. Temos tido, não sei como, e sem grande publicidade... também a escola já tem 32 anos de existência, 33, vai fazer 33. Já temos alguma tradição, já é uma escola conhecida... E temos conseguido arranjar em nalguns casos, até mais do que os 24. Há cursos que são mais procurados, como com os de cozinha, por exemplo. Mecânica, por exemplo. E, portanto, conseguimos 28 e 30 alunos na maior das calmas. Para outros, por exemplo, às vezes, em agosto ainda estamos aceitar as matrículas dos alunos. Mas sabemos que algumas escolas têm perdido turmas porque não consegue alcançar esse número. E sem esse número mínimo o Ministério da Educação, DGESTE, que faz a triagem deste processo todo, não autoriza abertura das turmas. Também sabemos que a demografia portuguesa tem vindo a descer, portanto, sabemos perfeitamente quais que são os alunos que dão entrada no secundário, em cada ano letivo, e temos vindo a observar que curva tem sido.... a curva que já não é bem uma curva.... é que já é quase uma parede, foi por aí abaixo. E, portanto, os próximos anos, penso que a situação a esse nível se vai manter, mas é uma preocupação desta escola. Ao fim ao cabo, quem define o que é que cada escola vai ter como oferta não somos nós, e nem é a Comunidade Intermunicipal. Pode exercer alguma pressão, mas vem de Lisboa um catálogo com... quais são os cursos para cada CI e qual é a prioridade desses cursos numa grelha. Há uma pontuação. Os cursos mais, digamos que mais importante sob o ponto de vista do Governo, para que o país se desenvolva, tem uma pontuação 10. Abaixo dos 5/6 nem vale a pena pedir porque não vão ser autorizados. Temos a sorte de nos últimos anos, e porque temos só esta oferta formativa, só estas áreas profissionais, 4. Que estão todas com 7, 8, 9... Dez não

temos nenhuma, nem sei que cursos nesta região... se há algum curso de com a cotação de 10. Prioridade 10. Talvez, mas às vezes propõem cursos para uma zona que depois pensamos assim... Quem está nos gabinetes da 24 de julho não deve saber bem o que é que se passa na realidade... Estou me a lembrar, por exemplo, de um curso ligado à joalheria... Onde é que eu vou arranjar 24 alunos interessados em frequentar um curso de joalheria. Ou outros. Isto às vezes é falado em reuniões... ligado à construção naval. Onde é que ele iria, por exemplo, isso era possível? Às vezes há um fosso muito grande entre aquilo que seria o ideal e aquilo que é o possível, dada a realidade em que nós vivemos. Portanto, para já temos essas 4 ofertas formativas e vamos continuar a ter, penso eu, durante os próximos anos.

Entrevistador – Muito bem. Foi uma grande explicação...

Diretora EP – Não sei se me entendeu...

Entrevistador – Entendi perfeitamente.

Diretora EP – Às vezes concordamos com os critérios, outras vezes não concordamos. Ninguém tem muito.... Temos uma associação com nos representa, que é a ANESPO, e que faz eco de todos... e faz muitos inquéritos, pedem-nos muitas opiniões, mas é a nível nacional. São os nossos representantes, são os nossos parceiros institucionais em reuniões no Ministério da Educação. Mas nem sempre somos ouvidos... porque nós....sentimos ainda um pouco que vivemos na franja, nas franjas do sistema educativo. Somos assim uns parentes mais pobrezinhos, digamos assim.

Entrevistador – E é isso que eu julgo que se quer mudar...

Diretora EP – Pois, mas eu já oiço esse discurso... Eu estou quase a reformar-me mas já oiço isso desde que vim para cá. Estamos quase a mudar... o financiamento é cada vez mais reduzido... Desde 2014 sofremos todos, todos... as escolas profissionais, um corte no financiamento por turma, desde que entrou a troika cá em Portugal, 5% por cada turma. Nós somos financiados por turma e com esse valor por turma nós temos que fazer a gestão de tudo: pagamentos de salários, consumíveis, (incompreensível) dos alunos, tudo. E portanto, 5% numa turma que tinha um valor de vamos imaginar 100000 EUR para cada ciclo de formação para aquele curso a 5% são 5000 EUR. Agora multiplique isso por 12 turmas com o que nós temos. Portanto, o corte que nós tivemos, tivemos que fazer a mesma omelete com menos ovos. É difícil às vezes.

Entrevistador – Claro que sim.

Diretora EP – É, é difícil.

Entrevistador – Muito bem, então só para ficar claro, qualquer alteração que vocês façam não implica o período de vigência da CE, não é?

Diretora EP – Não, não.

Entrevistador – Estava a falar da questão demográfica e não sei se tem conhecimento, mas as escolas de Leiria estão lotadas.

Diretora EP – Sim, sim.

Entrevistador – Para ter ideia, no meu agrupamento, desde 10 de janeiro, entraram 45 alunos o que corresponde a quase duas turmas...

Diretora EP – Exatamente.

Entrevistador – Assim, portanto, existe esse problema. Qual é então a taxa de ocupação neste ano, aqui na EP?

Diretora EP – Da escola? Tem a capacidade máxima que anda nos 300 alunos. Não temos autorização para ter mais do que isso. Neste momento, com as desistências, porque o que é que se passa aqui... por vezes. Eles são obrigados a estar dentro do sistema de ensino até os 18 anos, como sabe. E nós temos sentido nos últimos anos, e temos muitos alunos – no 3.º ano são quase todos maior de idade, eles entram aqui com 15/16 anos – e no 3.º ano, quando estão quase a terminar o curso, o que é uma frustração para nós.... Mas eles fazem-no com o apoio da família e forçados quase pela a família, eles vão à procura de trabalho, principalmente nesses últimos, nestes últimos anos. As condições económicas das famílias têm se vindo a deteriorar, nós sentimos isso... Apesar de nós fazermos muitas reuniões com os pais quando nos apercebemos que um aluno já começa... Primeiro começa com um part time. Isso depois vai influenciar o rendimento escolar do aluno. Depois à noite, depois fins de semana e depois às tantas vêm-nos dizer “vamos anular a matrícula porque eu preciso de trabalhar”. No terceiro... “depois quando eu puder, venho acabar o curso”. Isto acontece. E, portanto, todos os anos nós temos algumas desistências, algumas anulações de matrícula, porque o podem fazer do ponto de vista legal. O que para nós também é não só triste nesse sentido, porque houve ali um esforço de todos, alunos, pais, professores, direção da escola, para que eles conseguissem concluir com algum sucesso o curso, mas também porque a escola é penalizada financeiramente por cada aluno que a anula a sua matrícula, visto não há aquele aluno, diminuimos 3000 EUR, que é o valor de um aluno.

Entrevistador – Essa monitorização é constante?

Diretora EP – Essa monitorização é constante, sim. Depois, no saldo final que nos é entregue, deduzem aquele valor, aquele montante, portanto, para a escola, é muito complicado. Nós nunca podemos ter a certeza se começam 24 e acabam 24. Neste percurso há sempre 2 ou 3 em cada turma.

Entrevistador – A gestão financeira terá que ser sempre acutelada., não é?

Diretora EP – Exatamente, exatamente, é isso tudo.

Entrevistador – Percebo. Então sobre se a CE seria um documento capaz de fazer um quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico...

Diretora EP – Pois, mas para nós...

Entrevistador – Vocês estão um bocadinho na franja como disse...

Diretora EP – É isso tudo, é isso tudo.

Entrevistador – Então vê algumas potencialidades da carta educativa? Do que conhece... limitações, acha que...

Diretora EP – Eu não... É que eu não conheço a carta educativa,

Entrevistador – Okay.

Diretora EP – Não participámos... somos de facto, uma realidade paralela. Sei que existe uma CE. Sei que está para ser preparada uma CE, mas nós não participamos ativamente. Claro que na CE, porque já respondemos até a inquéritos dizendo quais são as turmas que temos, quais são os alunos que temos, as idades... Nós participamos com os dados para eles também terem uma noção, quem está a fazer a CE, qual é a realidade desta escola... os custos, os alunos, as idades... portanto... isso tudo... o sucesso... Aqui não há reprovação por ano letivo. No final, concluem ou não. E foi uma das coisas que eu penso que ainda foi há uns meses que recebi um email da Câmara Municipal, eu conheço as pessoas que trabalham ou estão a trabalhar em coordenação com a ~~Doutora Anabela~~ e tive que lhes explicar. Porque no mapa referia quantas retenções no primeiro, segundo e terceiro ano. E nem falam em primeiro, segundo e terceiro, ainda se referem a nós como 10.º, 11.º e 12.º. Isso não existe para nós. E,

portanto, eu tive que estar a explicar “atenção que nestas escolas não há reprovação por ano letivo”. Há, no final, o sucesso ou o insucesso do aluno naquele período de 3 anos para o qual ele foi financiado. Pode concluir o curso não em julho, que é o suposto, mas posso concluir em setembro, outubro, novembro, dezembro, passados 5 anos. Tivemos, no ano passado, um aluno que esteve aqui a frequentar a escola há 20 anos, e veio concluir o curso. Por acaso o curso ainda existia, que é o de informática. Portanto, não há essa reprovação, digamos assim. Esses dados, eu forneço-os para que pelo menos saibam como é que – e sabem – como é que nós existimos. Nós e os cursos profissionais que estão na Domingos Sequeira, na Rodrigues Lobo, na Afonso Lopes Vieira, se bem que as realidades são sempre um bocadinho diferentes, porque os professores, os nossos professores do quadro são muito poucos. São 10, talvez, professores. Depois são professores em regime de recibo verde porque também não há horário completo para lhes atribuir. Têm poucas horas daquelas disciplinas. Portanto é uma realidade um bocadinho diferente. Mas a CE é feita sem eu saber exatamente... eu depois leio o documento final, que vocês vão ler. Em 2030, se calhar já não leio porque já estou noutra vida. Mas colaboramos neste sentido. Damos dados, fornecemos dados.

Entrevistador – Então aqui não há nenhuma relação entre a CE e a promoção do sucesso?...

Diretora EP – Não, não, não...

Entrevistador – Não determina o percurso...

Diretora EP – Não.

Entrevistador – O conceito de CE prevê também uma melhor utilização dos recursos educativos e uma racionalização dos recursos existentes e também a reparação, manutenção e/ou construção de edifícios...

Diretora EP – Pois nós...lá está, nada disso.

Entrevistador – A Câmara não tem nenhuma intervenção no edificado, no...

Diretora EP – A Câmara não entra aqui com um cêntimo. Em nada.

Entrevistador – Muito bem...

Diretora EP – Nós até é que pagamos a renda porque o edifício é da Câmara. Nós pagamos uma renda mensal à Câmara.

Entrevistador – Okay, então todas as reparações...

Diretora EP – Tudo nós

Entrevistador – É tudo por conta da fundação?

Diretora EP – Escola. Do orçamento anual da escola

Entrevistador – Do orçamento...

Diretora EP – É...

Entrevistador – Muito bem. Relativamente à identificação das necessidades formativas, já respondeu...

Diretora EP – Posso só fazer aqui um reparo?

Entrevistador – Sim, claro que sim.

Diretora EP – De qualquer das formas a relação com a Câmara, de alguma forma, é de proximidade, face à circunstância de que num dos órgãos – e a Escola ter sido criada em parceria pela Câmara e pela ACILIS – sempre houve uma boa relação institucional. Eles também nunca se esquecem de nós noutros aspetos. Por exemplo, quando foi agora da pandemia aquilo que foi feito noutras escolas, que foi a atribuição de máscaras gratuitas, gel, fizeram a mesma coisa connosco. Olhe tenho aqui isto, tudo isto nós recebemos, agora

financiamento, ou apoios com verbas para determinados fins, isso não. Agora, concursos, nós somos convidados a participar... concursos que, tal como os outros alunos das escolas secundárias, agora vamos participar uma vez mais, até já fomos vencedores duas vezes... O concurso de empreendedorismo? Que é promovido pela CIMRL? Nós participámos. É nesse tipo de atividades. Agora não dependemos, como nunca dependemos antes de 1997, data em que foi também dada a possibilidade das escolas públicas terem cursos profissionais, nós nunca dependemos financeiramente de ninguém, nem da Câmara nem ACILIS, tudo sempre do Fundo Social Europeu.

Entrevistador – Considera que a CE contribui para a verdadeira descentralização dos poderes da Administração Central ou considera que as CE são mais uma ferramenta ao serviço da municipalização?

Diretora EP – Ah pois... Eu não lhe posso responder a isso, que eu não sei. E estar a falar só por falar... não seria correto da minha parte.

Entrevistador – Claro que sim.

Mas acho que deve haver uma CE para cada município. Isso concordo, em absoluto. Agora mais do que isso, do ponto de vista ideológico, eu não sei.

Entrevistador – Finalmente sobre a implementação das CE, considera que trouxe algumas “mais valias” aqui para a Escola?

Diretora EP – Para aqui para a escola, não.

Entrevistador – Não afetou o vosso funcionamento...

Diretora EP - Não, não, não, não, não, não, não... De qualquer das formas, não, não fazendo assim diretamente, não estando dependente de uma CE, como eu lhe disse, sentimos que há por parte da Câmara, faz parte da entidade proprietária da escola com as outras empresas, entidades, nós sentimos, talvez porque as relações pessoais também são fluidas, sentimos a algum apoio, mas é um apoio moral. Às vezes até material, mas não financeiro, que é o mais importante. Mas claro que há... Eu estou em contato permanente com a Vereadora da Educação, ou com o seu assessor, que é o Dr. Paulo Felício ou com a Dra. Célia, conheço aquelas pessoas todas já há vários anos. E sempre, na altura, foi o Dr. Gonçalo que também esteve aqui como vereador... Portanto, os contactos, se houver um problema, são feitos e há ajuda e há boa vontade. Nunca senti, da parte da Câmara, que fossemos excluídos de alguma forma, pelo contrário, eles até tentam incluir-nos. Mas, dadas as circunstâncias em que nós existimos do ponto de vista legal e financeiro não nos podemos equiparar, ou fazer parte daquele grupo que são escolas públicas, que agora estão muito na dependência da Câmara Municipal.

Entrevistador – Ou totalmente...

Diretora EP – Nós não estamos, portanto, esse preço também é um alívio por um lado. Porque nós não nos vamos aborrecer com determinadas questões, nomeadamente - eu penso que... eu não sei se já estão a fazer, mas os vencimentos dos funcionários já são...

Entrevistador – Já são.

Diretora EP – Já são e aqui não. Nós é que definimos quantos funcionários é que precisamos que, aliás, são os mesmos há não sei quantos anos esta parte, mas não dependemos disso.

Entrevistador – Então, aqui a CE é só a transferência de dados...

Diretora EP – Quem define o que é que aqui pode existir nem somos nós. Não é a Escola, não é o município. A DGESTE tem o seu papel, mas quem define é o Governo. É o Ministério da Educação e organismo ANQEP. São eles que definem os cursos para aquela região. Neste caso, para a CIMRL. E quantas.... Ah, e mais do que

isso, quantas turmas é que são atribuídas para cada município. Vamos imaginar, autorizam 3 turmas de cozinha/pastelaria vai se ver... para aquela região. Claro que nós queremos, mas há a Calazans Duarte que quer, sei que quer uma e não sei quem mais quer aqui da CIMRL. Há aqui próxima mas não pertence à nossa CIMRL, que é Fátima. Portanto nem sequer entra nesta CIM. Mas quem define... Portanto, eles dizem, são 3 turmas. Pois como é que elas são atribuídas? Tem que haver critérios. Vamos imaginar que uma escola pública, porque podem fazê-los... “Nós também queremos. Não precisamos de licença prévia de funcionamento e também queremos”. Mas vão ver, felizmente que há bom senso, e vão ver o histórico. Aquela que tiver um histórico, em relação àquele curso maior, e com bons resultados, pois essa escola será privilegiada em relação a uma que nunca teve cursos de cozinha. Nós já temos os equipamentos, todos temos um restaurante-escola, temos professores, há procura... Claro que isso é tido em consideração, felizmente. Porque senão era muito complicado.

Entrevistador – Então as turmas são geridas dessa forma.

Diretora EP – Não sei se tinha a noção que isso era exatamente assim.

Entrevistador – Não tinha, não tinha muita noção, não tinha muita noção. Eu também nunca estive no secundário, só em escolas até o 3.º ciclo...

Diretora EP – Ainda hoje de manhã, ontem, ontem de manhã, um funcionário, que foi nosso aluno e que nos faz o site, trabalha o site – é técnico de informática foi nosso aluno, agora, passados tantos anos, está trabalhar connosco – veio perguntar “eu queria começar a preparar a divulgação no Facebook, no site da escola, fazer um pequeno filme sobre oferta formativa para o próximo ano. Qual vai ser? Já sabe?” Eu assim, “ó Bruno”, porque ele está cá há pouco tempo, “é a mesma de há sete anos esta parte”. Nós já tivemos cursos da arte gráfica, já tivemos cursos de serviços jurídicos, já tivemos cursos de frio e climatização, só que entretanto o Governo achou que nada disso era importante para nós, para região.

Entrevistador – Aí não uma descentralização...

Diretora EP – Não, não, eles dizem que auscultam aqui as... os municípios, os municípios podem dizer. Há um estudo, foi feito um estudo pelo Instituto Politécnico do universo das empresas da região e claro que isso tem o seu peso. Eu compreendo, por exemplo, em relação aos serviços jurídicos, foi feito na altura há muitos anos há mais de 15 anos, nós tivemos de tudo, mas de serviços jurídicos que eu vou. A abertura por parte do Ministério da Justiça para que os nossos técnicos, a nível nacional, depois fossem absorvidos pelos tribunais, que iria haver um concurso, mas nada disso aconteceu. E claro que eu, depois, até encontrei alunos que tinham feito o curso aqui nessa área a trabalharem em coisas completamente diferentes. Portanto, ainda bem que fecharam a possibilidade de abertura desse curso aqui na nossa região, porque único sítio que alguns encontraram, que tinha a haver com o curso era nos escritórios de advogados ou solicitadores. Mas pronto... A decisão final é do Ministério da Educação e da ANQEP. Ninguém nos pergunta. Dizem-nos, “podem escolher isto”. Okay, pronto. Então se é isso, vamos, vamos por esse caminho que temos os equipamentos, temos os professores e oxalá assim, continue a procura.

Entrevistador – Muito bem, muito obrigado.

ENTREVISTA À SR.^a VEREADORA DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE LEIRIA

Data e hora: 10/03/2022, 14h30

Local: gabinete da Vereadora

Duração: 42 minutos

Justificação da entrevista e motivação do entrevistado

A entrevistada foi previamente contatado via email, onde constava o objetivo e tema do trabalho de investigação. Foi solicitada a sua colaboração e disponibilidade para realizar a entrevista, explicitando a importância da mesma para o estudo. A entrevistada foi informada sobre os objetivos do trabalho e foi-lhe garantido que as informações recolhidas eram utilizadas exclusivamente para fins deste estudo.

Entrevistador – Muito bem, boa tarde. Autoriza a gravação áudio da entrevista?

Sr.^a Vereadora – Autorizo, e boa tarde também.

Entrevistador – Sabemos que também professora. Quer falar-nos um pouco do seu percurso docente e como foi a transição aqui para o município?

Sr.^a Vereadora – O meu percurso, portanto, desde ser professora de Geografia, do 2.º e 3.º Ciclo e Secundário, depois, enquanto professora, assumi sempre muitas atividades de liderança na escola, como diretora de turma, coordenadora das bibliotecas escolares, representante de disciplina, coordenadora de departamento, coordenadora dos diretores de turma, portanto, acabei por ter todas essas experiências de liderança na escola, diretora da escola também. E depois passei para outra fase, que foi uma fase também interessante, foi uma ligação às políticas públicas da educação e nas políticas públicas tive uma experiência no Ministério da Educação, onde trabalhei na avaliação do desempenho docente e... na DGAE, e depois este desafio que é trabalhar a educação numa autarquia, não é? E, portanto, assumir aqui os destinos da educação autárquica foi, sem dúvida, o grande desafio da minha vida, por um lado porque tinha objetivos muito, muito claros sobre o que é a educação e o que deve ser a educação de qualidade e tentar sempre com os outros, esse processo de construção. Um processo que sei que é, que era um desafio difícil de alcançar, não é? Na sua total abrangência, mas que é possível dar melhores contributos. Portanto, sempre acreditei muito no trabalho colaborativo, inclusive em contexto da sala de aula, e, portanto, utilizei como professora sempre uma metodologia de projeto com os alunos. Pertencia ao movimento da Escola Moderna, portanto, há 30 anos que entrei nesse mundo... 30 não, 40... Quase 40 anos que entrei nesse, nesse movimento, porque acredito que a diferença da educação se faz essencialmente em contexto da sala de aula. Também estive muito tempo, muitos anos ligada à formação de professores e formação de formadores. Portanto, é uma vida de paixão pela educação, ao fim ao cabo, não é? E o facto de ser vereadora da educação permite-me aqui, em conjunto e numa rede de parceiros, encontrar respostas, possivelmente não são as melhores, mas é sempre na perspectiva de melhoria porque aquilo que para nós é o ideal é difícil alcançar, não é? Porque há... há muitos intervenientes no processo e, portanto, temos que ter todo... temos que estar todos muito alinhados. E eu acho que estamos nesse caminho, estamos no caminho do alinhamento, não é? Ao nível do Concelho de Leiria, felizmente, a visão da escola, os objetivos, as estratégias, têm sido construídas em conjunto num processo de descentralização também da educação, que é o momento que estamos a viver. De alguma forma, também muito assimilado por todos, como algo melhor para a escola. Porque irá com certeza ter impacto e está

a ter impacto na autonomia das escolas, que é um grande objetivo que todos temos, é que a escola tenha mais e melhor autonomia, não é? E, portanto tudo o que conseguirmos fazer para dar essa autonomia, vamos estar com certeza a trabalhar para um impacto na qualidade do sucesso escolar, na qualidade de vida das nossas crianças e dos nossos jovens, portanto, é neste sentido que estou aqui.

Entrevistador – Muito bem. Como avalia o nível de participação dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas na elaboração da CE?

Sr.^a Vereadora – Pronto, acreditando que este caminho se faz, este percurso se faz sempre em conjunto, num trabalho de partilha, de reflexão e num trabalho colaborativo, criamos espaços de reflexão, não é? E esse tem sido, por parte do município, tem sido, dentro do nosso projeto educativo municipal, temos dado muita importância a esses fóruns, não é? De encontro, não só de professores, como assistentes operacionais, como associações de pais, como outros parceiros, não é? Que têm que haver de uma forma mais direta ou indireta com a escola. E essencialmente, esses espaços são espaços em que fazemos o diagnóstico e traçamos estratégias, não é? E nesse sentido a nossa... a nossa ação é uma ação participativa. Porque o município reúne, tem um projeto o Município vai à Escola, em que nos juntamos todos para conversar anualmente sobre, ou de 2 em 2 anos, sobre cada território educativo, respeitando muito a identidade de cada território. E acima de tudo ouvindo, escutando, não é? Acho que é o mais importante é escutar neste processo, não é? E quando queremos construir uma carta educativa é fundamental a escuta não é? E, portanto, a escuta de todos os parceiros envolvidos na escola.

Entrevistador – Já falou de uma iniciativa que é o “Município vai à Escola” e isso é uma das iniciativas do município para a efetivação desse envolvimento. Como disse, são esses espaços de reflexão...

Sr.^a Vereadora – São fóruns, fóruns sobre melhorar a escola em que envolvemos também todos os assistentes operacionais, assistentes técnicos ou o fórum... que todos os anos, no arranque do ano letivo, organizamos com os professores, em que convidamos todos os professores do concelho, educadores. O fórum para as famílias, o fórum para as associações de pais, encontro de associações de pais anuais. Portanto, há sempre um espaço de... os conselhos, nós fazemos parte dos Conselhos Gerais e, portanto, o município ao ter assento no Conselho Geral está ouvir a comunidade também não é? E, portanto, há aqui uma ligação muito forte às pessoas não é? Que nos permite depois a desenvolver um trabalho que vem ao encontro também das necessidades do território.

Entrevistador – Pronto, acho que já está respondido à questão de como são envolvidos os pais e encarregados de educação no processo diagnóstico prospetivo...

Sr.^a Vereadora – Os pais também têm assento. Não falei há pouco, mas o Conselho Municipal de Educação é um, é um órgão que... que para em alguns municípios não é muito valorizado, por ser é um órgão que tem muitos elementos, são de 40 pessoas, mas é... eu dou muita importância ao Conselho Municipal de Educação, porque é um momento de prestação de contas. E ao mesmo tempo de auscultação, portanto os pais, toda a comunidade está no Conselho Municipal de Educação e, portanto, tem oportunidade de dizer de sua justiça, não é? E, portanto, vendo, e agora queremos dar um salto qualitativo, queremos envolver mais as pessoas do Conselho Municipal de Educação, os conselheiros e queremos criar grupos de trabalho dentro do Conselho Municipal de Educação, exatamente para monitorizar e avaliar e ter este olhar mais externo daquilo que estamos a fazer, não é? E, portanto, este este olhar mais externo é muito importante para a escola. E vamos tentar, agora neste mandato criar esses grupos de trabalho. O grupo de trabalho da CE, o grupo de trabalho da escola a tempo inteiro, o grupo

de trabalho da promoção do sucesso escolar, portanto, estamos, nesse sentido, a reorganizar também a nossa forma de participação para que ainda seja mais efetiva.

Entrevistador – Muito bem. Depois de definida a rede escolar e a oferta educativa do território, como avalia a maleabilidade da CE ao longo, ao longo do tempo? É um instrumento flexível, dinâmico...

Sr.^a Vereadora – A CE é... tem que ser muito dinâmica, não é? Muito dinâmica, porque há muitos fatores que condicionam uma CE, não é? Isto, a CE, é ao fim ao cabo, acaba por ser, um documento, um instrumento de planeamento, não é? E de ordenamento prospetivo, não é? É isto que é uma carta educativa. E este... precisamos de conhecer, sob o ponto de vista demográfico, socioeconómico, o nosso território em profundidade. E a conjuntura altera-se e há fatores inesperados que faz com que a Carta não seja algo estático, não é? É um documento orientador, sem dúvida, e por isso é que ele tem que ser reformulado e tem que ser adaptado, não é? Em determinados momentos, porque há dados novos em cima da mesa, não é? Neste momento estamos a passar por essa fase exatamente aqui em Leiria, não é? E penso que todas as escolas. Nós estamos na reformulação da nossa Carta e estamos a pensar o território de uma forma mais sustentável, fazendo um diagnóstico muito profundo, não é? De cada um dos territórios educativos, e só a partir deste... ao fim ao cabo, para tentar aqui corrigir dissonâncias que há em determinados territórios, desigualdades... pronto, há a necessidade de responder a muitas fragilidades ainda, não é? E isso obriga-nos a um diagnóstico muito, muito detalhado, pronto. E esse, e esse detalhe assenta essencialmente, portanto, é um trabalho em construção, sempre, é o que eu vejo. Uma CE é um processo em construção, não é? Mas resulta muito, por exemplo, de... de todas as fontes, nomeadamente do Instituto Nacional de Estatística, não é? Que nos permite... estes novos censos permitiram-nos olhar diferente para o nosso território, completamente diferente em termos de prospetivos também. Depois há, sob o ponto de vista demográfico, há todo um estudo que tem que ser feito ao nível da cidade demográfica, pirâmides etárias, a questão... taxas de natalidade. Portanto, temos que jogar com... com estes indicadores todos, não é? Demográficos que são fundamentais, os movimentos pendulares, se eles existem e em que sentido é que, que fluxos é que temos no nosso território, à volta da cidade, portanto, o que que é o urbano e o periurbano? A pressão sobre a cidade, portanto, isto tudo resulta muito de um conjunto de dados estatísticos, não é? Que vamos recolhendo e que nos obrigam a pensar o território, muitas vezes, de outra maneira. De repente, algo muda, de repente não damos conta e pronto aí, a própria transformação socioeconómica do território, não é? Portanto, por exemplo, um exemplo muito concreto que é da minha área, a questão por exemplo ao nível da cultura, não é? A aposta na cultura. Pode atrair é muitas pessoas, não é? E esta atração vai, sem dúvida, trazer aqui, em termos da CE também impactos, não é? O desenvolvimento económico que o nosso concelho tem, o fator atrativo sob o ponto de vista industrial e dos serviços, os setores de atividade que nós temos que estudar ao pormenor, percebemos como o nosso concelho é atrativo não é? Basta agora olharmos para os números da imigração nestes últimos meses, nem é preciso ser no último ano. Portanto, nestes últimos meses tudo se transformou porque o nosso, o nosso tecido socioeconómico acaba por ser bastante atrativo, não é? Isso são... são fatores que que temos que ter em conta neste... especialmente, estes não é? O demográfico e o socioeconómico, temos de ter em conta na... na construção da CE. Portanto a...

Entrevistador – É necessária essa maleabilidade...

Sr.^a Vereadora – Há uma metodologia de trabalho que, que neste momento nós estamos nesta fase... já estamos numa fase muito adiantada, porque já... já tudo, tudo o que diz respeito ao diagnóstico já está feito, ao nível da reformulação...

Entrevistador – Já saiu o relatório preliminar...

Sr.^a Vereadora – Exato e, portanto, agora estamos numa fase de apresentação, também, destes eixos de intervenção e estratégicos de intervenção. Mas estes eixos trazem aqui algumas alterações no que diz respeito ao parque escolar, não é? Porque a questão da... da requalificação é algo que com descentralização se tornou uma prioridade, especialmente das escolas de 2.º e 3.º ciclo e secundário. Portanto, esse eixo da... de requalificar os equipamentos escolares, esse primeiro eixo, já está mais ou menos definido, não é? Até com o próprio Ministério da Educação, a reabilitação da Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, a reabilitação e ampliação do Agrupamento de Escolas Dom Dinis, a requalificação do... da Escola Básica 2/3 também dos Marrazes, da Henrique Sommer... Portanto, nós já sabemos, em termos de calendário e em termos de projeto da obra, o que é que, em termos de reabilitação, o que é que temos que fazer, não é? Isto foi algo novo que resultou de uma política pública que é a descentralização da educação. Portanto, era algo que não fazia parte da nossas, das nossas ambições, não é? Porque... nem dos nossos compromissos. E de repente com esta, com a descentralização, houve toda uma alteração e, portanto, é isso que também estamos agora a fazer e este é... este é um eixo estratégico em que houve uma mudança incrível por estes fatores, não é? Portanto, outra, outra mudança que... que está para acontecer, e por acaso até foi agora aqui notícia no jornal, a chegada de muitos imigrantes à cidade, ao nível do pré-escolar e do 1.ºCEB fez-nos repensar, de uma forma urgente, numa solução, não é? Portanto, aqui não há CE a médio prazo ou longo prazo. Porque há necessidade de pegar na CE e de arranjar uma solução a curto prazo, não é? E para o ano temos que encontrar uma solução para o pré-escolar, e para o outro, ou daqui a 2 ou 3 anos temos que ter outra solução para o 1.ºCEB, pronto. Claro que num território que é muito heterogénea, não é? Porque nós temos uma cidade com poder, que poucas cidades têm, de atrair e depois temos uma área mais rural, em que está em cima da mesa também o encerramento de escolas não é? Isto obriga-nos, aqui, a... ao fim ao cabo, a estudar, com a comunidade, não é? A respostas a estes problemas. Ontem, por exemplo, tivemos duas reuniões com escolas que o Ministério nos propôs encerrar. Essa decisão não deve partir do município, apesar de ser o município a ser consultado, não é? Mas reunimos com a direção, reunimos com as... os presidentes de junta e com todos os encarregados de educação. Portanto, ontem foi... foi... foi o dia que município fez, e utilizou essa metodologia de trabalho num sentido, e isto tem a ver com a CE, não é?

Entrevistador – Sim, sim.

Sr.^a Vereadora – Que é a diminuição da população escolar, e agora, e agora? O Ministério diz “agora fecha a escola” e então vamos ver. Será que é para fechar ou nós conseguimos encontrar outras soluções? Portanto, isto resulta também de uma negociação, depois com o Ministério, não é? Portanto, há aqui vários parceiros envolvidos num... num processo que tem que ser muito partilhado, não é? E portanto, isto foi... este é um problema que estamos a viver esta semana, que é o encerramento de escolas e, ao mesmo tempo, a necessidade de abrir mais salas para o pré-escolar, mais uma escola para o 1.ºCEB, em termos de curto médio prazo.

Entrevistador – De certa forma, já respondeu aqui à forma como o município responde às diferentes necessidades, alterações à rede, abertura ou fecho de salas, aumento ou diminuição do número de turmas. Relativamente ao fecho, o município fala então com as direções, com os pais?

Sr.^a Vereadora – A nossa metodologia é essa. Em conjunto, reunimos todos, sim.

Entrevistador – E em caso de abertura, é...

Sr.^a Vereadora – A abertura é uma necessidade, que são as famílias e os diretores que nos dizem. As direções dizem “não temos espaço para mais alunos”, não é? E as famílias vêm bater à porta e dizer “como é que eu faço e onde é que eu vou pôr o meu filho”, não é? E portanto, quando... isto são sistemas de alerta, não é?

Entrevistador – Sim...

Sr.^a Vereadora – Que por acaso em setembro não se colocava e que em março coloca, exatamente porque estamos a viver uma situação que era... estava fora das nossas... dos nossos parâmetros, não é? Da nossa previsão, pronto. E nesse sentido, temos que procurar em conjunto de respostas, não é? E as respostas, sempre respostas qualificadas, e para elas serem qualificadas, só com um trabalho de envolvimento de todos os intervenientes. Isso aí não há, não há dúvidas disso.

Entrevistador – De certa forma, esses sistemas de alerta também nunca apanham o município... nunca é apanhado de surpresa....

Sr.^a Vereadora – E a própria qualidade, a própria... não, por exemplo, esta chegada este ano, de tanta, tantas crianças num curto espaço de tempo, foi uma surpresa.

Entrevistador – Sim.

Sr.^a Vereadora – Não estávamos à espera, não é? Agora o que nós temos é uma vantagem que eu acho que é que resulta deste trabalho de colaborativo. A vantagem de encontrarmos respostas porque nos unimos à volta do problema, não é? Isto é, existe um problema e todos procuram em conjunto alinharmos na solução, um alinhamento na solução, e isso é visível agora, porque, mesmo algumas turmas não estando em conformidade, não é? Existe por parte do pessoal docente um esforço enorme para acreditar que a inclusão destas crianças é o melhor caminho, não é? Prejudicando, muitas vezes, algumas... alterando algumas estratégias na sala de aula, procurando meios difíceis de obter, mas não desistindo de os procurar, dando mais tempo, mais esforço, mas isto também só é possível realmente porque as pessoas estão envolvidas no projeto. E acreditam nele.

Entrevistador – Pronto, aqui já é conhecido por nós.... vamos falando de várias perguntas. Tenho aqui a lotação do concelho pronto. Já vimos que eram situações difíceis de prever e que nesse caso um diagnóstico rigoroso num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico, mas há sempre estas as surpresas...

Sr.^a Vereadora – Sim, é. Estas condicionantes.

Entrevistador – ...condicionamentos, como vimos agora. Na introdução também já deu pistas sobre a resposta a esta pergunta que, como ferramenta descentralizadora, considera que a carta educativa vem reforçar a municipalização face à autonomia das escolas?

Sr.^a Vereadora – Esta municipalização, a palavra municipalização, especialmente para os docentes, tem um peso muito negativo porque... Mas eu acredito que em algumas situações, não havendo este trabalho que é feito em comunidade educativa, com os municípios não é? Talvez a transferência de competências não seja vista como algo que venha dar um contributo para a melhoria da escola, não é? Porque se partir de cima para baixo o efeito não é o mesmo se for de baixo para cima. Isto é, se as pessoas se envolverem todas para que a coisa aconteça, não é? É completamente diferente, não é? E por isso é que, para mim a palavra municipalização... eu acho que é um processo de descentralização de competências. Porquê? Porque o que nós queremos é passar autonomia para as escolas, não é? Eu sei que há municípios que todo o dinheiro que vem do Ministério é o município que faz a

gestão. A nossa opção política foi o dinheiro vem do Ministério, passa pelo município, vai para a escola e é gerido pelos diretores, pelas direções das escolas, não é? E, portanto, é este processo. Agora há momentos em que podemos pensar em... em melhor gestão de recursos se trabalharmos em conjunto, não é? Pronto. E isso estamos a pensar também. Mas nesta fase de transição e para dar um sinal às escolas de que realmente a descentralização deve ter por princípio a conquista de mais autonomia por parte das escolas, eu acho que este era o caminho que todos devíamos seguir, porque realmente a escola precisa dessa autonomia, não é? Portanto, este pode ser um caminho se for assim entendido pelos municípios, não é? Pronto.

Entrevistador – E pelas pessoas...

Sr.^a Vereadora – E pelas pessoas que gerem, não é? Isto também tem muito a ver com as pessoas, não é? Acima de tudo. Mas não tenho dúvida que a descentralização é um excelente contributo para a autonomia das escolas. Precisamos é de acreditar e assim... mais do que acreditar, é operacionalizar.

Entrevistador – Fazer, participar.

Sr.^a Vereadora – Operacionalizar.

Entrevistador – Muito bem. E quais são para si as potencialidades e, já agora, as limitações da CE?

Sr.^a Vereadora – As maiores potencialidades para mim, sem dúvida que é nós termos, assegurar-nos que a rede é uma rede adequada às respostas que nós temos que dar. Portanto, e que é de alguma forma... A CE é o que é que nós temos e o que é que nós precisamos de ter? E isto tem que estar espelhado na CE. Que é que nós temos no nosso território educativo? O que é que nós precisamos de ter? Mas o que eu acho é que este é um excelente instrumento de trabalho para quem faz a gestão, não é? É um instrumento de gestão, porque de alguma forma viabiliza uma relação muito harmoniosa entre aquilo que é o espaço e a escola, isto é, nós sabemos o que é que queremos e, portanto, é algo pensado, não é? E partilhado. E não há precipitações que podem dar problemas, não é? Se nós sabemos que a freguesia dos Parceiros é uma freguesia que, e aqui estamos a fazer prospeção, não é? Mas a 10 anos será a freguesia com maior crescimento demográfico, faz todo o sentido estudarmos a carta educativa tendo por base estes indicadores, não é? O que é que temos hoje? O que é que nós vamos precisar de ter no futuro, não é? E é nesse aspeto que eu acho que a CE, é fundamental. É um documento orientador das políticas públicas e da gestão pública, não é? Isso, é como em tudo, a escola também tem o seu projeto de escola, não é? Portanto, estes documentos fazem parte, para nós, são a coluna vertebral, ao fim ao cabo, do nosso trabalho. Nós temos ali uma... um caminho feito, não é? Às vezes precisamos de fazer uns desvios, pronto.

Entrevistador – E a acertar...

Sr.^a Vereadora – E acertar, e acertar, não é? Portanto, porquê? Também há limitações, não é? E essas limitações, porque quando eu vejo uma CE, não a vejo só no contexto da...

Entrevistador – Do edificado?...

Sr.^a Vereadora – Dos equipamentos, não. Estou a ver no contexto da promoção do sucesso escolar, dos recursos humanos, da educação inclusiva, da própria formação educação, não é? O ensino profissionalizante, portanto, a CE é mais do que uma rede de edifícios, não é? Portanto, não é assim que eu a entendo.

Entrevistador – Já não estamos nas cartas escolares...

Sr.^a Vereadora – É, exatamente. Já estamos na segunda geração. Isso obriga-nos, realmente, a pensar o território como um todo, não é? Não só os edifícios, mas também a comunidade educativa, a ação social escolar, as refeições escolares, a componente de apoio à família, os transportes, portanto, isto tem que ser visto de tudo

como realmente...articulado não é? Um todo articulado, daí a importância que tem uma CE. Esta visão do todo articulado, não é?

Entrevistador – Já agora, não... não está aqui mas eu consultei o guião para elaboração da CE do IGEFE, que tem uma plataforma que presumo que na primeira geração não existia. Essa plataforma, considera que será mais simples, talvez agora um financiamento, por exemplo, de...

Sr.^a Vereadora – Eu penso que esta forma de é orientar, não é? Dá uma orientação superior, não é? Mas que não foje muito àquilo que já era, não é? Acho que por um lado, permite é... algo que é importante e que nunca foi feito, e espero que venha a ser feito e que não passe só, fique só pelo papel, que é o tal acompanhamento, não é? Essa parte do acompanhamento é que é algo de novo. E a definição das metas, tendo por base também o nacional, não é? E o regional, pronto, acho que é muito importante isso, par nós nos podermos situar. Nós temos que nos situar. Nós, ao nível da promoção do sucesso escolar, nós estamos muito bem, não só no contexto nacional, também no contexto regional, não é? Portanto, a nossa CE tem que dar outro salto, não é? Portanto, é a este nível e esta, este... esta possibilidade também de nos situarmos no país e na região, ao nível da CE, acho que é... que é uma vantagem para nós porque nos permite pensar, no contexto local, “o que é que eu posso fazer ainda para superar as nossas metas”, não é? E tem esse nível... E a questão de... de termos o Ministério da Educação também empenhado nesta mudança, não sei se isto é intencional só ou se depois se... se vai concretizar ou não, não é? Mas acho que é importante, assim como a questão da avaliação, não é? Isto tem que haver uma monitorização, uma avaliação. É extremamente importante. Nós fazemos questão de fazer esta reflexão nos Conselhos Municipais de Educação, ao nível da CE, há sempre pontos da situação intermédios, não é? Porque fazemos sempre questão de apresentar a rede escolar, discutir a rede escolar também para ter essa perceção. Qual é o sentido do Conselho Municipal de Educação relativamente a isto? Mas temos que ir mais longe, temos que fazer que temos que criar quase que um observatório, não é? De monitorização da CE, isso é fundamental.

Entrevistador – Considera que a primeira CE teve impacto direto na promoção do sucesso escolar no Concelho de Leiria?

Sr.^a Vereadora – É assim, a primeira CE... As primeiras cartas estavam muito, muito direcionadas para para os estabelecimentos de ensino, não é? Por isso é que, paralelamente à CE, existia o Projeto Educativo Municipal, portanto, via-se muito o Projeto Educativo Municipal como um complemento da CE, não é? O que hoje nós queremos é quase que a CE, veio aqui juntar também os nossos objetivos estratégicos no que diz respeito à promoção do sucesso escolar, não é? Que estavam a ser trabalhados num documento também estratégico, que era o Projeto Educativo Municipal. Portanto, este eixo é importante, assim como há um eixo que também já era trabalhado e que agora vai ser trabalhado com outra intensidade, que é... que é o eixo do ensino profissionalizante, não é? Esse eixo... Quais são as nossas áreas prioritárias? E também aqui com uma novidade, recente, que na nossa carta educativa não existia, que é o facto de termos a Comunidade Intermunicipal na liderança deste processo, não é? Porque, isto também é novo, o que ver as coisas num contexto de 10 municípios, é totalmente diferente de ver as coisas no contexto de um único município. Portanto, isto aqui também vai trazer grandes mudanças ao nível da CE, não é? Portanto, porque há aqui objetivos que são comuns a uma região, não é? A região de Leiria. Esta é uma grande mudança também nesta CE.

Entrevistador – Já são duas grandes mudanças. Nos 2.º e 3.º ciclo e secundário, não é? Depois a CIM... Bom, o conceito de CE prevê a melhor utilização dos recursos educativos, uma racionalização dos recursos existentes.

Considera que os alunos do concelho, no sentido de equidade, beneficiam agora de condições mais favoráveis à aprendizagem? Estará a balança mais equilibrada?

Sr.^a Vereadora – Todos os dias trabalhamos para isso. Mas isso... mas nunca estamos satisfeitos. Habitualmente digo, enquanto tivermos intenções não podemos descansar, não é? Portanto, isto significa que, ao nível da... das necessidades formativas, temos que procurar sempre outras respostas, quando estas que existem ainda não servem totalmente, não é? E, portanto, esse, esse é um processo que é inacabado, não é? Que é a necessidade sempre de identificar quais são as nossas necessidades formativas? Houve, ao longo deste tempo, um trabalho que foi feito, como eu disse, e acho que isso é muito importante ao nível do ensino profissional, não é? Trabalhamos com... com a comunidade, portanto, não só a Comunidade Intermunicipal, mas, por exemplo, com a Nerlei, com a ACILIS, portanto, com os empresários, e isto foi tem sido a... um percurso que tem... que tem poucos anos ainda, não é? Que eu penso que, apesar de ser uma área... que estes últimos 2 anos, no caso do ensino profissional, nós tivemos ao nível do insucesso e do abandono, uma maior percentagem do que nos anos anteriores. Teve a haver com, não tenho dúvidas, com o COVID, que o facto de estes... estes estudantes estarem mais virados para o ensino experimental e para o contexto de trabalho e estarem no ensino à distância não foi nada motivador, não é? E portanto, isto é, aumentou muito o insucesso escolar no ensino profissional. E até... qual será o impacto que isto vai ter no futuro? Porque houve sempre um grande estigma relativamente ao ensino profissional. E nós estávamos a combater este estigma, e estávamos, penso eu que estávamos a fazer um bom caminho. Agora tivemos esta quebra, não é? E agora temos que, novamente, fazer todo um trabalho de terreno, puxar pelas empresas, pelos estágios profissionais, tentar que esses estágios valorizem os cursos, não é? A relação das escolas com as empresas, há muito trabalho a fazer nesta área, muito trabalho a fazer, porque é muito importante que os nossos estudantes vejam isto como uma boa alternativa em termos de percurso formativo, não é? Ou como excelente, não é? Há alternativa. Este... este é uma área que, em termos das necessidades que temos, do ensino profissional, que temos... que... que trabalhar, não tenho dúvidas.

Entrevistador – A carta educativa prevê a reparação, manutenção ou construção de edifícios. Considera que houve uma melhoria efetiva do parque escolar do Concelho?

Sr.^a Vereadora – Ao nível do pré-escolar e 1.ºCEB, que eram... que era uma competência do município, não tenho dúvidas que nós temos excelentes condições, em termos das infraestruturas. Foi uma aposta muito forte, um investimento muito grande, investimento financeiro, ao longo destes últimos 12 anos, não é? 12-13 anos, não é? E realmente este tempo permitiu-nos ver evoluir as condições das escolas. Houve... Tentar alguma equidade, não haver diferenças entre as escolas da cidade e as escolas de fora da cidade, pelo contrário, hoje nós temos as escolas todas elas equipadas, tínhamos algumas... algumas freguesias que não tinham refeitórios, num curto espaço de tempo foram feitos quase 30 refeitórios nas escolas do Pré-Escolar, nos Jardins de Infância e nas escolas do 1.ºCEB. As melhorias ao nível do conforto da sala da aula foi uma paridade, todas as salas são aquecidas, portanto, têm aquecimento, todas as salas têm as melhores condições possíveis... possíveis para... para o conforto das crianças no dia a dia, a questão das casas de banho, termos refeitório na escola, poder almoçar na escola, hoje, é possível em todas as escolas do concelho. Passamos depois para o recreio escolar, em que foi uma aposta que fizemos, privilegiando o brincar, portanto, sem dúvida que... que foi... foi um percurso que fizemos de melhoramento, que teve impacto depois no nosso parque escolar. Portanto... Agora estamos a iniciar uma fase, só que é com a delegação de competências no 2.º e 3.º ciclo e ensino secundário não é? Portanto agora

estamos numa fase de projeto para tomar depois, daqui a uns anos, podemos dizer que temos a casa toda arrumada, não é? Pronto, mas isto demora tempo e custa muito dinheiro.

Entrevistador – Claro que sim. E como são identificadas as necessidades formativas concelho?

Sr.^a Vereadora – Olha, primeira... primeiro que tudo nós fazemos sempre uma reunião dos diretores das escolas para perceber o que é que sentem quanto às necessidades e também às condições que a escola tem em ter determinado tipo de cursos. Depois, o próprio... ANQEP e o Ministério da Educação define as prioridades, depois de uma consulta também no trabalho que é feito, penso que também com as comunidades intermunicipais, as prioridades em termos de cursos. A partir daí com as propostas dos diretores, é necessário, numa reunião alargada, primeiro faz-se uma reunião concelhia e depois faz-se uma reunião com os diretores dos 10 municípios. Os 10 municípios reúnem-se com os seus diretores todos para conversarmos da sobre oferta educativa e, portanto, há algumas situações em que há negociação, também há, num âmbito acima e, portanto, junto dos vereadores da educação, algum trabalho nessa área, não é? Junto da sua comunidade, portanto, faz-se um trabalho preparatório. Mas depois há esta reunião com o Ministério da Educação, com a Comunidade Intermunicipal e com todos os diretores dos 10 municípios, pronto, onde se acertam as necessidades formativas, não é? Algumas que estão... havendo repetições, não estando adequadas e não estando de acordo com... com as indicações que o Ministério propõe, portanto, depois fazem-se esses ajustes. Basicamente, é esta metodologia que seguimos aqui em Leiria.

Entrevistador – Muito bem. E aí também é distribuída a oferta do ensino profissionalizante do concelho...

Sr.^a Vereadora – É, é. Nesta negociação entre os 10 concelhos do município.

Entrevistador – Muito bem. Tendo em conta o período de vigência da CE, como é feita a gestão das ofertas ao longo do tempo? E aqui, pronto, existe essa... essa articulação com os agrupamentos, já percebi. E essa avaliação é anual, anualmente ou é pensada num período bianual?...

Sr.^a Vereadora – Há linhas de orientação que resultam, inclusivamente de fóruns, não é? Fóruns de emprego onde, por exemplo, mesmo dentro do espaço do Conselho Municipal de Educação, há Conselhos Municipais de Educação que dedicam a sua ordem de trabalhos ao ensino profissional, por exemplo. O que é... quais são as necessidades do nosso território? E aqui o IIEFP dá um contributo muito importante porque conhece muito bem as necessidades de emprego, portanto, isso... isso acaba por nos ajudar bastante, não é? Mas depois também a NERLEI que nos sinaliza quais são as áreas em que há maiores fragilidades... Portanto, há aqui... e para além disso é necessário sustentar toda esta informação. A Comunidade Intermunicipal encomendou um estudo ao Instituto Politécnico de Leiria que fez um estudo da região, sob o ponto de vista económico, para nos ajudar a traçar estas... estas áreas, as áreas mais fortes. E, portanto, é esse estudo que foi... que foi feito agora, penso que há 2 anos, 3 anos, que está disponível, onde se traçam exatamente quais são as áreas, as áreas fortes e as áreas fracas, não é?

Entrevistador – E a CE vai beber aí...

Sr.^a Vereadora – Vamos, vamos buscar, portanto, essa informação, não é? Esse estudo foi muito importante também ao nível do ensino profissional, especialmente.

Entrevistador – Muito bem, doutora. Chegamos ao fim da entrevista. Muito obrigado pela sua disponibilidade, sim?

ENTREVISTA À CHEFE DE DIVISÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA

Data e hora: 17/03/2022, 16h00

Local: sala de reuniões da Divisão de Programas Educativos

Duração: 27 minutos

Justificação da entrevista e motivação do entrevistado

Por se tratar de uma entrevista que não estava planeada, e num tentativa de manutenção do cronograma da investigação, a entrevistada foi previamente contactada via telefone, informada do tema do trabalho de investigação. Foi solicitada a sua colaboração e disponibilidade para realizar a entrevista, explicitando a importância da mesma para o estudo. A entrevistada foi informada sobre os objetivos do trabalho e foi-lhe garantido que as informações recolhidas eram utilizadas exclusivamente para fins deste estudo.

Entrevistador – Boa tarde, agradeço a sua disponibilidade, autoriza a gravação áudio da entrevista?

Chefe de Divisão – Claro.

Entrevistador – Esta entrevista foi-nos sugerida pela senhora vereadora, que a reconhece como um dos elementos do município mais próximo das CE. A primeira pergunta, gostaria de saber quais são as suas responsabilidades no que a quarta educativa de ir respeito?

Chefe de Divisão – Na atual? Na que estamos a construir agora?

Entrevistador – Sim, sim.

Chefe de Divisão – Então na que estamos a construir agora, fui que coordenei a equipa que... porque nós, na CE de 2007, nós... Foi um acordo da Comunidade Intermunicipal, que na altura chamava-se AMLEI e depois passou então a Comunidade Intermunicipal, acordaram contratar uma empresa externa e fazer a CE de cada um dos municípios que integravam, então a AMLEI ou AMAI, já não me lembro como é que se chamava. Agora, a senhora vereadora e este executivo, entendeu que nós temos, internamente, no município, recursos humanos capazes de... de fazer uma CE. E foi isso que aconteceu. O que eu fiz foi no fundo articular as diferentes divisões e as diferentes... diferentes áreas.

Entrevistador – Sim.

Chefe de Divisão – Coordenar, quer na área da educação quer depois na área do planeamento, do PDM e afins.

Entrevistador – Muito bem. Então acompanhou a CE de 2007?

Chefe de Divisão – Acompanhei sim, acompanhei.

Entrevistador – E quais foram, à época, as iniciativas do município para o envolvimento e auscultação dos agrupamentos de escolas?

Chefe de Divisão – Na altura, 2004... em 2007... A CE anterior, demorou para aí uns 3 anos a ser construída, se eu bem me lembro. E na altura, havia aquela transição entre uma carta escolar e uma carta educativa. Estava muito mais... as empresas na altura que... que construía este tipo de instrumentos... entendiam-se mais no sentido da carta escolar, mapear as escolas, mapear...

Entrevistador – O edificado?...

Chefe de Divisão – O edificado. Perceber... depois cruzar com as dinâmicas populacionais e perceber em que territórios é que fazia sentido esse ... até porque foi numa época que coincidiu com o encerramento de muitas

escolas, com aquela política de menos 20 alunos é para encerrar, e na altura nós encerramos muita escolas, nós o município de Leiria com a... com o Ministério, acabámos por encerrar muitas escolas. E, já desde essa altura, nós já tínhamos um bocadinho a prática de trabalhar com... com os agrupamentos de escolas que, entretanto tinham sido constituídos, não tinham a realidade de hoje, porque nós, na altura, tínhamos 2 agrupamentos horizontais. Que era Monte Redondo e era a Cruz da Areia. Eram os dois agrupamentos horizontais. Mas a nossa prática foi sempre um bocadinho dialogar com... com a... os diretores dos agrupamentos, no sentido também de preparar este encerramento ou não de escolas. E não só com os diretores dos agrupamentos. Nós fazíamos também esse trabalho com as próprias associações de pais e com os pais envolvidos e os presidentes de junta. Normalmente fazíamos uma ficha de caracterização do território, da freguesia e do agrupamento e fazíamos fóruns onde juntávamos, quer os representantes do agrupamento, quer a junta de freguesia, quer os pais, e discutíamos para perceberem porque é que na minha freguesia faz sentido encerrar 4 escolas e construir um centro escolar, por exemplo. Pronto, e isso era discutido e partilhado. Mas só o município de Leiria é que teve essa prática, os outros municípios deixaram a empresa andar, pronto... No fundo o que é que as empresas fazem? Pegam naqueles critérios que estão definidos para a construção de uma CE e preenchem. O território... vão... e nós já na altura quisemos ir um bocadinho mais além porque tínhamos essa essa prática de envolver as pessoas. Coincidiu também mais ou menos com o meu terminar do Mestrado, que era em planeamento e avaliação, e uma das... das coisas que... que na altura aprendi era a necessidade, se nós queremos ter resultados, temos que envolver as pessoas. Pronto um bocadinho. Eu sou fã da investigação-ação e era um bocadinho nesse sentido. E nós fizemos esse trabalho. Dialogámos muita... muita vez com a empresa, reunimos muita vez com a empresa. Depois a coordenadora da empresa em Lisboa, também era da área da sociologia, então falávamos mais ou menos a mesma linguagem e entendemo-nos. Porque também na altura nós... a política educativa era ligeiramente diferente. Por exemplo, havia a tendência dos ATL e as CAF fora da escola. Não sei se lembra desse...

Entrevistador – Sim, sim, sim.

Chefe de Divisão – Pronto, fora da escola. Então havia ali uma conjugação. Ok, então temos uma escola mas também temos uma coletividade, que uso é que vamos dar a essa coletividade? E... eu não sei, acho que já estou a fugir à pergunta.

Entrevistador – Sim mas está a falar do envolvimento, das iniciativas do município para o envolvimento dos agrupamentos...

Chefe de Divisão – Pronto, a iniciativa era a discussão em cada um dos territórios, precisamente sobre... sobre o retrato quer demográfico e depois cruzar o retrato demográfico com a oferta e a procura em termos educativos. Mais nesse sentido.

Entrevistador – Relativamente a 2007 e agora a 20-30, considera que esse desenvolvimento foi reforçado ou melhorado, agora no diagnóstico da CE?

Chefe de Divisão – Foi, sem dúvida, sem dúvida. Também, porque... parece-me que, embora muito lentamente, a sociedade também vai estando mais alerta para as mais valias da participação. Porque nós temos tendência a reclamar muito, eu sei que a democracia é muito jovem, é da minha idade, não é? Mas não... não temos uma prática de participação, mas ultimamente penso que... até as próprias associações de pais também já sentem que têm mais poder, mais pró-ativos. E eu julgo que desta vez foi melhor porque para além de trabalharmos com os

diretores dos agrupamentos nas reuniões que habitualmente temos e focadas na construção da CE, também trabalhamos com as associações de pais, trabalhamos com as juntas de freguesia, trabalhamos com os representantes da Assembleia Municipal, cada um dos partidos, porque se é um documento que vai ser discutido em Assembleia convém envolver as pessoas, para saber o que é que... e recolhemos contributos muito interessantes, algumas coisas que nós tínhamos consciência, mas não estavam... Por exemplo, a questão da sustentabilidade. Nós sabemos que cada vez mais temos que apostar na sustentabilidade mas foi um elemento da Assembleia Municipal que disse, “você não se esqueçam da sustentabilidade energética”, não é? Pronto. Todos esses contributos foram... e, para além disso, criámos uma página, um e-mail em que qualquer em ci... qualquer indivíduo poderia contribuir. Exatamente e recolhemos algumas contribuições e foi interessante, sim.

Entrevistador – Pronto, eu tinha aqui a pergunta, como é que são envolvidos também os pais encarregados de educação, mas já está respondido pela resposta anterior e que agora reforçou.

Chefe de Divisão – Eu falo muito...

Entrevistador – E fala bem, já agora.... Depois de definida a rede escolar e a oferta educativa do território, como é que avalia a maleabilidade da carta educativa ao longo do tempo?

Chefe de Divisão – Por exemplo, 2007 até os dias de hoje, não é? Nós já devíamos ter feito a revisão há mais tempo, mas pelo meio fomos sofrendo aqui algumas alterações, quer sociais, quer económicas e que veio alterar algumas das medidas que estavam elencadas na CE inicial. E aí é que... e é uma das coisas que eu tenho frisado, nesta nova CE, o processo monitorização. Temos que ter consciência, não temos que ter medo nem da avaliação nem da monitorização. E... e um bocadinho à semelhança do que eu costumo dizer, quando nós estamos a fazer uma investigação, se tivermos que voltar atrás, não estamos a errar, estamos a adaptar o percurso. E as CE são um documento aberto, não é? Documento estratégico, mas tem que ter maleabilidade para se adaptar à realidade socioeconómica e demográfica. E em 2007, nós tínhamos uma tendência, porque a carta foi aprovada pelo Ministério em 2007, mas ela, se calhar, foi concluída em 2005, para aí assim. Censos 2001, tratamento e a tendência era de crescimento demográfico, com aquele com surto da imigração, por exemplo, de Leste, que foi mais ou menos nessa altura. E muitas das localidades estavam em crescimento. A seguir, veio a crise e deu-se exatamente o contrário. A tendência foi, de algumas localidades, das... das famílias retornarem e voltarem à emigração não é? Por exemplo, ali a zona de Coimbra, Pedrógão... deu-se exatamente o inverso. Uma zona que até tinha algumas perspectivas de expansão, as famílias que já têm tradição de emigração, voltaram aos países, França, Bélgica, pronto. E o que é que nós temos que fazer? Temos que adaptar e, por exemplo, o Coimbra. Durante há muito, há algum tempo, fomos acusados que... que era uma obra muito maior do que a, do que a necessidade, mas ok, então se temos espaço, temos condições tínhamos, por exemplo, a sala de multideficiência da Rainha Santa a funcionar na Carreira, numa sala adaptada, assim uma coisa mesmo não indescritível, muito mal mesmo. Pegámos na sala, falámos com a diretora do agrupamento, “então esta sala vai para o Coimbra”, tem espaço. E foi e hoje em dia o Coimbra está cheio, por exemplo. Porque isto lá está, quando nós falamos o planeamento, “ah, o planeamento a 10 anos é para cumprir”, não é para cumprir, porque há muita, há muita, muita... muitos fatores que vão metendo pelo meio, que nós temos de estar atentos e esta monitorização é extremamente importante, até fazer-se ano a ano e se for preciso recuar, recuar. Há uma das coisas que... eu estou há 23 anos aqui na câmara e sempre, sempre mesmo com o Doutor Paulo Felício, era a questão dos

Marrazes. E continuamos a não resolver a questão dos Marrazes, que era a prioridade número 1 da CE, não é? Portanto, o planeamento também requer aqui estratégias de... de adaptabilidade e de...

Entrevistador – Maleabilidade?

Chefe de Divisão – Sim, exatamente. A CE nunca pode ser entendida como um documento fechado. Não pode.

Entrevistador – Muito bem. Como é que o município responde às diferentes necessidades de alteração à rede, abertura ou fecho de salas, aumento ou diminuição do número de turmas. Ou isso já não é tanto com a ...

Chefe de Divisão – Nós temos feito um bocadinho todos os anos, temos sempre indicação de uma ou outra escola que é necessário encerrar, não é? Mais uma vez, a estratégia é ouvir as entidades locais e tentar perceber. Porque na nova CE, nós também já percebemos que temos duas realidades. Por um lado, temos a área urbana sobrelotada, não é? Que não tem lugar para todos os que desejarem e depois temos as áreas não urbanas, que estão em territórios de baixa densidade, que acabam por não ter resposta, e tem alunos, só que esses alunos vêm para a zona urbana. E uma das coisas que nós temos, temos falado, é a necessidade de criar, até e já se fala muito nisso, uma estratégia de marketing educativo, para fixar as pessoas, com os programas, com as mais-valias de uma escola mais pequena. Mas aqui, normalmente, o que acontece é: o Ministério, a DGESTE envia-nos uma lista de escolas que, com... potencialmente a encerrar e nós justificamos sim ou não, de acordo com a realidade. Por exemplo, muito... Nós neste ano tivemos uma escola com 5 alunos no 1.ºCEB e 7 no pré-escolar, que estavam, na mesma localidade, mas em edifícios distantes, de certa forma. O que nós fizemos foi integrar os no mesmo espaço para evitar que a escola feche porque, efetivamente, naquela qualidade, há crianças, é preciso é arranjar... mas sim, é um trabalho.

Entrevistador – Muito bem, é assim dessa forma, é anual.

Chefe de Divisão – E sim, todos os anos, sim.

Entrevistador – Como já referiu, é conhecido o problema de lotação das turmas do Concelho de Leiria e também já falou um bocadinho nisto, mas considera que a carta educativa demonstrou ser um documento capaz no quadro perspectiva de desenvolvimento demográfico e socioeconómico?

Chefe de Divisão – É um instrumento capaz. Eu agora vou dizer uma coisa que fica gravada, mas pronto, mas... Muitas das vezes estes instrumentos, de planeamento e de estratégia, acabam por não responder às pressões e aos lobbies locais, que nós sabemos que têm, principalmente junto das autarquias, não é? Porque nós temos desde Presidentes de Junta que acham que a freguesia deles é a mais populosa, a melhor e a que tem mais necessidades. Temos pais que não compreendem, porque é que não podem inscrever o filho em determinada escola e aconselhamos a inscrever noutra escola. E depois toda esta pressão é feita junto de quem decide, em última análise, são os políticos, não é? E, por vezes, há aqui desvios. Mas... mas felizmente, nos últimos anos, têm sido, de certa forma, respeitadas estas estratégia. Porque acima de tudo, é importante que seja definida uma estratégia e se essa estratégia, normalmente tem que estar, de certa forma, em articulação com a CE, não é? Como instrumento orientador, não é? Não sei se respondi...

Entrevistador – Sim, respondeu. Disse que mostrava que era um documento capaz.

Chefe de Divisão – É sim, sem dúvida.

Entrevistador – E... também já falou um bocadinho da monitorização... Como é que avalia... Já está de certa forma respondido, relativamente à monitorização de 2007? Também já admitiu que poderá existir diferenças entre a monitorização feita em 2007 e agora para 20-30.

Chefe de Divisão – Exatamente. Para a 20-30, certamente que vão existir, até porque as estratégias são diferentes, os instrumentos são diferentes, é um documento em que todas as pessoas que conhecem o território estão envolvidas. Porque é uma diferença que, se calhar, fica-me mal dizer isto, mas as CE quando são encomendadas a entidades que não conhecem o território, por vezes, é mais difícil perceberem as sinergias, as dinâmicas e estando envolvido, por exemplo, o nosso, o nosso departamento do Planeamento... do plano Municipal, PDM, que sabem quais são as zonas e as freguesias onde potencialmente se pode construir, onde tem maior índice ou não de construção e onde potencialmente poderão crescer. E tudo isto acaba por... esta discussão interna entre os diferentes técnicos e as diferentes áreas de atuação do município, acaba por ser proveitoso e mais enriquecedor, porque nós não estamos só a responder a formulários, nem a itens. Estamos a olhar para aquilo que é nosso, para o nosso território, e tentar desenhar um instrumento que seja capaz de responder à própria orientação da... da autarquia não é? Do município, da política educativa que é estabelecida com a política também de desenvolvimento económico e social. Porque quando falamos de CE, não podemos ter a sensação que “isso é com a educação”. É só educação. Não, é mais do que educação. Não podemos deixar de parte quer o desenvolvimento social, quer o desenvolvimento económico, não, de maneira nenhuma, o territorial e o geográfico, muito menos.

Entrevistador – Claro. A CE prevê também a reparação, manutenção e construção de edifícios. Considera que houve uma melhoria efetiva do parque escolar do concelho?

Chefe de Divisão – Sem dúvida que houve. Para já, houve o encerramento de muitas escolas que... eu em 99, quando vim para a Câmara, nós tínhamos, na altura, 113 estabelecimentos do 1.ºCEB. Hoje em dia temos 62. Portanto, é diferente gerir 113, e na altura sem agrupamentos, e agora 62 com agrupamentos de escola e com juntas de freguesia, que também tem crescido em termos do que é intervir numa escola e intervir na educação. Acho isso também. Neste momento os presidentes de junta que nós temos a trabalhar connosco também são pessoas mais preocupadas com a educação e com... com questões como, por exemplo, um recreio, “vamos acimentar”. Está bem, mas vamos acimentar, mas também a questão verde... Temos cada vez mais, felizmente, presidentes de juntas na... nessa... com essa preocupação. Mas sim, tem melhorado porque tem havido também uma estratégia. Para já, temos muitos edifícios, não é? E depois tem havido uma estratégia de tentar... e um dos objetivos da nova CE é precisamente a equidade. Porque... E ouvimos muita vez a vereadora da educação dizer isto, que custa imenso ter uma escola que é topo de gama e outra menos boa, então vamos olhar para a menos boa e ver o que é que é menos boa precisa. E tem sido um bocadinho essa estratégia. E depois, por outro lado, todos os anos, antes da realização do orçamento, vamos olhar, ok, o ano passado atuámos nesta e naquela freguesia, então agora vamos olhar para aquela, o que é que aquela precisa, e acaba por ser mais estruturada e mais voltada para aquilo que é a educação hoje em dia, acho eu.

Entrevistador – Muito bem. Sim essa pergunta, curiosamente, eu coloquei aos diretores, sobre a equidade. Não sei se... se esta pergunta faz sentido, mas eu arrisquei deixá-la aqui. Considera que a primeira CE teve impacto direto na promoção do sucesso escolar no concelho de Leiria. Se calhar uma opinião mais pessoal do que...

Chefe de Divisão – Até mesmo com quem acompanhou. Na altura não era tanto essa preocupação. A preocupação era precisa... era mais... um bocadinho ligada à questão da carta escolar, reordenar o parque escolar, não é? E tentar fazer com que, por exemplo, uma escola com 4 ou 5 ou com 10 alunos, uns tempos livres, umas refeições, é difícil de gerir, não é? Então era um bocadinho andar nesta ligação entre o apoio à família e o próprio

edificado, e não tanto estas questões do sucesso escolar. Hoje sim, um dos eixos é precisamente o sucesso escolar a nível concelhio, sim.

Entrevistador – Muito bem. Como é que são identificadas em si as necessidades formativas no concelho?

Chefe de Divisão – Nós... nós também é uma prática que já temos alguns anos, por exemplo, em relação aos cursos profissionais. Durante muito... aliás foi com a realização da primeira CE que nós nos apercebemos que algumas escolas próximas eram concorrentes, umas das outras, porque ofereciam os mesmos cursos. E o que nós fizemos, identificada essa questão, passámos, antes de... da... das escolas enviarem a proposta de cursos profissionais para a DGESTE, o nós fazemos, é reunir com... com os diretores e os responsáveis de ensino profissional antes e perceber o que é que cada um tem para oferecer, e não haver aqui concorrência. Tanto nós, neste momento, não temos cursos repetidos na, no concelho, a não ser uma exceção, por exemplo, Monte Redondo, mas Monte Redondo não está a concorrer com a Leiria, não é? Agora, dentro de Leiria, as mesmas escolas a concorrerem com os mesmos cursos não fazia sentido. Mas isso também é uma preocupação, porque neste momento é a CIMRL que define a oferta profissional em termos educativos, em termos das escolas e do ensino regular. Mas uma das nossas preocupações, e é difícil, eu sinto, agora uma opinião pessoal, sinto que é difícil, por vezes, articular com o tecido empresarial, por exemplo. Porque eles... o tecido empresarial diz que tem necessidade deste ou daquela formação, mas depois quando é altura de expor e de partilhar essas necessidades, acaba por não, pronto, não fazer e... E é uma área que é muito difícil, é difícil....

Entrevistador – Tem que ser trabalhada...

Chefe de Divisão – Tem que ser trabalhada. Sobretudo quando falamos do... da formação ao longo da vida e da... e da formação de adultos, por exemplo. Se bem que nós, por exemplo, neste momento já conseguimos também fazer uma outra coisa que eu acho que... Eu, por isso, sou defensora de trabalho em rede e é uma das coisas que eu... que eu admiro, que eu que eu que eu tenho tido pôr em prática, e acho que só temos a ganhar se conseguirmos trabalhar em rede. Nós neste momento temos, por exemplo, o Qualifica Leiria, que é a rede de todos os qualificadores em Leiria. E aqui também há uma partilha. Por exemplo, o Qualifica da Maceira, tem uma oferta que o de Leiria e o IEFP não tem condições para... para dinamizar e o Qualificada Maceira está pronto a vir, e a maior parte dos formandos são de Leiria, então... Haver esta partilha é... são passos que vamos dando, mas caminhos, nota, tenho essa sensação, mas sim, aí é uma área a apostar, digo eu.

Entrevistador – Pronto, entretanto, respondeu também à outra questão.

Chefe de Divisão – Aha, sou muito acelerada também.

Entrevistador – Depois tenho aqui... Muito certamente conhecerá o guia de elaboração das CE...

Chefe de Divisão – Sim, sim, sim.

Entrevistador – ... recentemente publicado pelo IGEFE. Em 2007 também existia algum tipo de plataforma?

Chefe de Divisão – Havia... existia uma plataforma... não era uma plataforma, existia um manual para elaboração das cartas educativas. Na altura pelo... como é que se chamava o senhor?

Entrevistador – Édio Martins?

Chefe de Divisão – Sim, Édio Martins, exatamente. É que era um manual e uma base de dados para nós nos orientarmos, sim havia, havia. Por isso é que eu digo que as cartas eram muito formatadas para responder... e o que está a acontecer neste momento, a nossa carta é um bocadinho fora dessa linha mas o que está a acontecer neste momento com a publicação destas novas normas do IGEFE, é precisamente também cumprir aqueles

parâmetros. Mas... eu acho que quando falamos de educação e em educação local, não é? Não podemos usar modelos, não há modelos, porque há sempre questões, temos que adaptar, as realidades são diferentes. Nós, por exemplo, nesta carta educativa 20-30 estávamos a tentar articular tudo o que é intervenção e tudo o que é espaços com a própria Projeto Educativo Municipal. Mas a carta não tem espaço para isso, por exemplo. Continua muito focados no edificado e na rede e de potenciar ao máximo uma escola, com... com o número de alunos máximo ou... pronto. Mas nós estamos a trabalhar na mesma dessa forma. Vamos é ter que adaptar o índice que eles têm, pronto. De certa forma.

Entrevistador – Acabou por falar dessa limitação da plataforma. E quais é que são as vantagens da plataforma? Reconhece algumas?

Chefe de Divisão – Reconheço. Para já, para... faz com que todos os municípios respondam aos mesmos requisitos, não é? Portanto, independentemente da localização ou da realidade, todos têm que responder a determinados requisitos. Também é uma forma de organizar e para quem avalia as cartas educativas é lógico que se tiverem uma checklist bem, bem orientada, é muito mais fácil de analisar, porque são muitas páginas e muita informação. Sim, é uma forma... em termos organizativos. Sim, acho que é vantajoso.

Entrevistador – Entretanto, lembrei-me aqui uma questão que vou pôr antes da última. Como é que está a questão dos transportes? A CE também prevê um plano de transportes e aqui em Leiria sabemos que os transportes, não só os escolares, mas públicos...

Chefe de Divisão – Essa não é bem...essa não é bem a minha área. Não domino muito bem essa área, mas....

Entrevistador – Mas terá que entrar na CE...

Chefe de Divisão – Exatamente e entra, nem que seja caracterizar quais são os circuitos e a questão das zonas de influência das escolas, todas essas questões. Mas os transportes, seja os transportes ditos normais, regulares ou os transportes escolares, é um problema em Leiria, toda a gente reconhece isso, quer pelos horários, quer pela forma como se organizam os circuitos. Agora, também sei que, não sendo essa a minha área, também sei que neste momento é a CIMRL que define a rede de transportes com as escolas e com... que apresenta essa rede de transportes. Mas sim, é uma das preocupações, assim como já na outra CE, nós chegámos a falar nisso. Não faz sentido construir um centro escolar se não temos depois acessos e as condições, em termos de transporte, ideais. Isso também foi uma questão que foi colocada...

Entrevistador – Para os alunos que são deslocados...

Chefe de Divisão – Exatamente que foi colocada. Mas é uma... é um dos dossiês, se calhar, mais complicados de gerir, porque também, a esse nível, a pressão também é muito grande, não é? Porque as empresas de transportes também têm assim... E agora com estes aumentos todos, os combustíveis e essas coisas todas, se calhar ainda vai ficar muito mais apertado, digo eu.

Entrevistador – Então, finalmente, em que ponto está a CE 20-30?

Chefe de Divisão – Neste momento estamos a terminar a parte da... das propostas de intervenção, a segunda parte da CE e o plano de monitorização, precisamente. É o que estamos neste momento a terminar. Esperamos que dentro de 2 a 3 meses seja concluído.

Entrevistador – Muito bem, pronto, eu acho que está respondido. A Célia foi muito objetiva e clarificadora porque realmente deu aqui informações importantes. Muito obrigado.

Chefe de Divisão – Disponha sempre.

ANEXO III

Análise de Conteúdo das Entrevistas

Grelha de Análise das Entrevistas

Categorias	Subcategorias	Entrevistado	Unidades de registo
I – Participação na elaboração das CE	Participação na CE de 2007	Diretores AE	<p>“À data participei enquanto coordenador TEIP.” ^{D.TEIP}</p> <p>“Acho que sim, que participei. (...) houve um momento em que foi possível delegar funções noutra elemento da direção para fazer parte da desse grupo de trabalho(...) Não sei se coincidiu ou não com 2007. Especificamente com 2007. De qualquer modo, antes e depois, tenho participado sim, eu e os outros diretores, nas diferentes reuniões que temos com a Senhora Vereadora.” ^{D.B}</p> <p>“Sim, naquilo que foi solicitada a nossa participação, sim.” ^{D.C}</p> <p>“Sim, participei. (...) Portanto, participei mas muito focalizado nas questões do primeiro ciclo e pré-escolar.” ^{D.D}</p>
		Diretora EP	“Não.”
		Vereadora	
		Chefe DPEML	“Acompanhei sim, acompanhei.”; “Na CE de 2007 (...) foi um acordo da Comunidade Intermunicipal, que na altura chamava-se AMLEI e depois passou então a Comunidade Intermunicipal, acordaram contratar uma empresa externa e fazer a CE de cada um dos municípios que integravam (...) O que eu fiz foi no fundo articular as diferentes divisões e as (...) diferentes áreas.
	Nível de participação	Diretores AE	“O nível de participação do agrupamento na elaboração da CE, foi à data, e tal como é agora, nesta nova CE que está a ser construída, feito por convite (...) o agrupamento participou na altura aos desafios que lhe foram lançados em reuniões setoriais, com os coordenadores, com a direção à data, e na altura fui na dos coordenadores porque houve de coordenadores TEIP e coordenadores de departamento.” ^{D.TEIP}

			<p><i>“A participação das escolas dos agrupamentos é um bocadinho relativa. Formalmente ela existe porque há representantes das escolas. (...) a carta educativa, teoricamente (...) resulta de um processo participado e é um processo participado. Agora se é uma participação alargada? (...) Eu estou nas reuniões de trabalho, onde discutimos o assunto, mas é muito mais a minha opinião, o meu olhar crítico sobre as coisas, do que propriamente... eu não sei exatamente o que é que todos os professores do meu agrupamento, por exemplo, pensam sobre aquele assunto. E, portanto, é nesta perspetiva que eu acho que a participação existe, portanto, há ali professores a darem opinião sobre a questão. Se é uma participação alargada? Eu acho que não é porque em termos práticos nós depois não estamos a ouvir todos os outros e intervenientes.” D.B</i></p> <p><i>“...foi a primeira geração de cartas educativas e, portanto, havia um modelo padrão. E também as metodologias associadas a esse padrão foram, digamos, que replicadas quase que transversalmente a nível do país. Portanto, o que se fez nessa altura foi (...) replicar esse modelo padrão e dentro deste modelo padrão, a nossa posição foi dentro do expectável. Portanto, fomos ouvidos já num processo, sem querer ser injusto, não, não no processo inicial da sua elaboração...(...) nós já fomos ouvidos numa fase em que, digamos que a estrutura essencial da mesma, estava já lavrada, no sentido daquilo que é a função da própria CE, é ouvir os parceiros, perceber as necessidades e fazer um alinhamento com os objetivos e as finalidades dessa carta. Foi essa a nossa participação.” D.C</i></p> <p><i>“...nós fomos sempre confrontados com esta questão dos, portanto, dar, de fornecer, confirmar dados, não é? Era o nível de participação. (...) A dado momento, quando as questões da população escolar começaram a ter alguma sensibilidade, também éramos confrontados com escolas, houve uma fase mais dura, da eventualidade de fechar escolas. Depois veio para a mesa de trabalho também aquela questão relacionada ou relativa com os centros escolares e a importância ou não de fechar escolas individuais. (...) Os dados que nós tínhamos a confirmar e, de facto, a evolução que eles poderiam acontecer no futuro próximo...” D.D</i></p>
		Diretora EP	<p><i>“Não participámos... somos de facto, uma realidade paralela. Sei que existe uma CE. Sei que está para ser preparada uma CE, mas nós não participamos ativamente. Claro que na CE, porque já respondemos até a inquéritos dizendo quais são as turmas que temos, quais são os alunos que temos, as idades...Nós participamos com os dados para eles também terem uma noção, quem está a fazer a CE, qual é a realidade desta escola... os custos, os alunos, as idades... portanto... isso tudo... o sucesso...”</i></p>

		<p>Vereadora</p>	<p>“...acreditando que este caminho se faz, este percurso se faz sempre em conjunto, num trabalho de partilha, de reflexão e num trabalho colaborativo, criamos espaços de reflexão (...) De encontro, não só de professores, como assistentes operacionais, como associações de pais, como outros parceiros (...) são espaços em que fazemos o diagnóstico e traçamos estratégias (...)Acho que é o mais importante é escutar neste processo, não é? E quando queremos construir uma carta educativa é fundamental a escuta (...) de todos os parceiros envolvidos na escola. (...) ...nós fazemos parte dos Conselhos Gerais e, portanto, o município ao ter assento no Conselho Geral está ouvir a comunidade também não é? E, portanto, há aqui uma ligação muito forte às pessoas não é? Que nos permite depois a desenvolver um trabalho que vem ao encontro também das necessidades do território.”</p>
		<p>Chefe DPEML</p>	<p>“...nós já tínhamos um bocadinho a prática de trabalhar (...) com os agrupamentos de escolas que, entretanto tinham sido constituídos”; “Mas a nossa prática foi sempre um bocadinho dialogar com (...) os diretores dos agrupamentos, no sentido também de preparar este encerramento ou não de escolas. E não só com os diretores dos agrupamentos. Nós fazíamos também esse trabalho com as próprias associações de pais e com os pais envolvidos e os presidentes de junta. Normalmente fazíamos uma ficha de caracterização do território, da freguesia e do agrupamento e fazíamos fóruns onde juntávamos, quer os representantes do agrupamento, quer a junta de freguesia, quer os pais, e discutíamos para perceberem porque é que na minha freguesia faz sentido encerrar 4 escolas e construir um centro escolar, por exemplo. Pronto, e isso era discutido e partilhado. Mas só o município de Leiria é que teve essa prática, os outros municípios deixaram a empresa andar...”; “...a iniciativa era a discussão em cada um dos territórios, (...) cruzar o retrato demográfico com a oferta e a procura em termos educativos.”</p>
<p>Envolvimento dos pais e encarregados de educação na elaboração das CE</p>		<p>Diretores AE</p>	<p>“A questão do diagnóstico prospetivo é mais auscultar os pais sobre a aquilo que os preocupa. (...) No processo de diagnóstico prospetivo na elaboração desta CE já se anteveem problemas ao nível dos transportes, por exemplo. E os pais são envolvidos nessas reuniões setoriais, quando lhes é dada voz. E portanto, normalmente o município, faz-se acompanhar de uma equipa que está a elaborar a carta educativa e são elaboradas um conjunto de questões, mas depois há sempre um espaço de debate e de colocação de problemas e, portanto, é aí que quem está a elaborar a Carta pode beber essa informação.^{D.TEIP}</p> <p>“...eu acho que há representantes dos pais nestes grupos, há representantes dos pais num conselho municipal de educação, por exemplo, que depois aprova ou não a CE, não é? Mas mais uma vez eu acho que é uma participação e uma representatividade muito limitada. (...) Eu diria que, excluindo as associações de pais, e mesmo assim nem sei se todos os elementos de uma associação de pais têm conhecimento, sabem, o que é que é uma CE para poderem ter um contributo crítico e importante nesse sentido...(...) No começo, quando começam a fechar as primeiras escolas, os pais simplesmente foram informados. E depois, não sendo a decisão minha, cabia-me a mim</p>

		<p><i>informar os pais. E, portanto, houve reuniões que foram muito duras porque... Nessas reuniões, eu ia sempre com o respetivo Presidente de Junta e com o Presidente da Associação de Pais, para explicar aos outros o que é que o que é que ia acontecer e porquê. (...) os pais, sempre que eles sabem que uma escola ou imaginam que a escola possa vir a encerrar, são os próprios a dirigir-se a nós, à autarquia e sempre muito, muito resistentes às alterações que possam acontecer. Depois também temos neste agrupamento uma outra situação, que é os pais a organizarem-se no sentido de evitar que as escolas fechem. temos assim esta diversidade. (...) temos situações em que claramente os pais participam, têm uma participação ativa, têm um olhar crítico sobre as coisas.”^{D.B}</i></p> <p><i>“...naquilo em que participei, é indispensável... portanto, uma carta educativa tem que ter maior abrangência possível, não é? E tem que envolver todas as comunidades que vertam para a estrutura do documento em si. É um documento de planeamento, e portanto tem que ter, tem que consagrar essas amplas consultas. (...) ...nesse tempo, nestas que eu vou chamar de cartas de primeira geração, replicavam-se muito modelos padrão. E então o que acontecia era quando a carta já estava numa determinada fase elaborada, eram promovidas reuniões com as diferentes populações, juntas de freguesia, os pais representados (...).a senhora vereadora ou a equipe mandava o documento, e depois tinha ali uma sinopse do mesmo, apresentava 4 ou 5 ou 6 aspetos que considerados essenciais e depois eram debatidos entre esses parceiros para se validar ou reajustar instituições que entendiam que eram importante reajustáveis. Foi assim o processo.”^{D.C}</i></p> <p><i>“...eu desde que me lembro na escola... aqui no agrupamento e na escola de D, conseguimos sempre ter associação de pais. E, portanto, estas questões eram partilhadas com eles também, não é? Mas a nível das estruturas representativas, sobretudo da associação de pais. Como estava a falar da escola de xxxxxx , na altura, houve ainda alguma tentativa de.. de não fechar, não é? Sobretudo com pais daquela localidade. Pronto, houve necessidade de negociar, de os ouvir. E pronto, vendo os prós e os contras, mas pronto chegou a um ponto em que, de facto, o número... as pessoas acabaram por concordar. (...) Portanto, isto era feito (...) a nível das estruturas representativas, dos representantes das escolas e da associação de pais, depois nós podemos continuar a falar, e desde sempre eu me lembro que as questões a este nível, fossem elas desta ordem, CE ou de outra ordem, normalmente são refletidas com representantes das escolas e, sobretudo, os que têm assento na associação de pais.”^{D.D}</i></p>
	Diretora EP	-----

		Vereadora	<p>“...a nossa ação é uma ação participativa. Porque o município reúne, tem um projeto o Município vai à Escola, em que nos juntamos todos para conversar anualmente sobre, ou de 2 em 2 anos, sobre cada território educativo, respeitando muito a identidade de cada território. E acima de tudo ouvindo, escutando (...) São fóruns, fóruns sobre melhorar a escola em que envolvemos também todos os assistentes operacionais, assistentes técnicos (...) O fórum para as famílias, o fórum para as associações de pais, encontro de associações de pais anuais. (...) eu dou muita importância ao Conselho Municipal de Educação, porque é um momento de prestação de contas. E ao mesmo tempo de auscultação, portanto os pais, toda a comunidade está no Conselho Municipal de Educação e, portanto, tem oportunidade de dizer de sua justiça, não é? E, portanto, vendo, e agora queremos dar um salto qualitativo, queremos envolver mais as pessoas do Conselho Municipal de Educação, os conselheiros e queremos criar grupos de trabalho dentro do Conselho Municipal de Educação, exatamente para monitorizar e avaliar e ter este olhar mais externo daquilo que estamos a fazer (...).”</p>
		Chefe DPEML	<p>“...embora muito lentamente, a sociedade também vai estando mais alerta para as mais valias da participação. (...) ...não temos uma prática de participação, mas ultimamente penso que... até as próprias associações de pais também já sentem que têm mais poder, mais pró-ativos. E eu julgo que desta vez foi melhor porque para além de trabalharmos com os diretores dos agrupamentos nas reuniões que habitualmente temos e focadas na construção da CE, também trabalhamos com as associações de pais, trabalhamos com as juntas de freguesia, trabalhamos com os representantes da Assembleia Municipal, cada um dos partidos, porque se é um documento que vai ser discutido em Assembleia convém envolver as pessoas, para saber o que é que... e recolhemos contributos muito interessantes, algumas coisas que nós tínhamos consciência, mas não estavam... Por exemplo, a questão da sustentabilidade. Nós sabemos que cada vez mais temos que apostar na sustentabilidade mas foi um elemento da Assembleia Municipal que disse, ‘vocês não se esqueçam da sustentabilidade energética’, não é? Pronto. Todos esses contributos foram... e, para além disso, criámos uma página, um e-mail em que qualquer em ci... qualquer indivíduo poderia contribuir. Exatamente e recolhemos algumas contribuições e foi interessante, sim.”</p>
	Dinâmicas da autarquia e	Diretores AE	<p>“Aqui, eu entendo que os procedimentos adotados pelo município são os possíveis. Penso que pecam um pouco por não serem suficientemente abrangentes. Eu vou tentar clarificar esta esta ideia. O sentido de comunidade, de comunidade participante, na nossa cultura, na nossa tradição, ainda está a dar os primeiros passos e, portanto, eu percebo que o município abra esta, e abre, esta possibilidade de participação. No entanto, há do outro lado, da parte dos pais, das diferentes instituições e do poder local, muitas vezes, pouca predisposição para discutir estas questões da educação e, portanto, pouca também proatividade. Portanto a resposta, assim</p>

		<p><i>muito objetiva, é: o município cria as condições possíveis e a todos os outros atores dão também a resposta possível, que fica um pouco aquém de uma discussão que se queria mais profunda.” D.TEIP</i></p> <p><i>“Especificamente, no nosso território, há situações que ainda precisam de ser trabalhadas. (...) ... reconheço que houve aqui uma evolução muito, muito grande em termos... em termos... a rede propriamente dita, no sentido de, por exemplo, as decisões que a Câmara hoje toma, que em relação à rede, ouvir sempre a nossa opinião sobre o assunto. E depois, aqui um agir em conformidade com aquilo que a escola efetivamente entende que é importante. Nós neste momento temos duas escolas sinalizadas e primeira coisa foi entrar em contato comigo para dizer “há aqui duas escolas sinalizadas, como é que, como é que vamos responder a isto?”. E, portanto, eu acho que isso é um passo gigantesco, porque num determinado momento não era assim, quer dizer, nós éramos informados que a escola fechou, ponto. Por um lado. Depois por outro, acho que há também uma preocupação no sentido de olhar para a especificidade de cada... de cada contexto, não é? E encontrar com... sempre com a escola. Eu acho que isso também é uma coisa muito importante, sempre connosco, ouvindo a Escola e ouvindo os pais, porque também esse cuidado, de ouvir a associação de pais. Depois aqui uma construção conjunta de soluções.” D.B</i></p> <p><i>“Naquele tempo, talvez. Como processo embrionário, não direi experimental, mas.... Vamos dizer de outra maneira. Tudo o que sejam instrumentos de planeamento, são de todo indispensáveis, mas tem que ter presente um conjunto de variáveis, porque no fundo, a carta educativa, qual é a grande finalidade? É a criação de um território educativo. E portanto, dentro dessa criação, tem que se ter em conta a conjuntura. Nesse tempo, acho que sim. Se me perguntassem em relação aos tempos presentes em que as conjunturas hoje são muito diferentes (...)se calhar, a metodologia e os processos devem, na minha modesta opinião, ser de uma consulta muito mais ampla, cada vez mais proximal por isso mesmo, porque os pontos de vista, as sensibilidades são grandes, mas também a resposta é que a CE hoje tem que dar, tem que responder a diferentes variáveis, portanto tem que ter essa sustentabilidade através da consulta. Eu diria que replicar o modelo de 2007 na segunda geração, poder-se-ia ficar um bocadinho aquém daquilo que hoje são as demandas de uma de uma nova territorialização educativa, do meu ponto de vista.” D.C</i></p> <p><i>“...isto não é só para enfeitar o ramallete, para dizer que sempre senti os autarcas de Leiria sensíveis às, portanto, a todas as questões. Estas questões, sobretudo quando eram confrontados com as nossas propostas, com as nossas ideias, com as nossas dúvidas (...) Ou seja, posso dizer que a atual Câmara, (...) é ainda mais interventiva, (...). Mas todos foram sempre sensíveis, isto para dizer assim, os</i></p>
--	--	--

			<i>procedimentos adotados são suficientes? Nunca... nunca, nunca me senti, digamos, com... deslocado em termos de informação e até de acompanhamento sempre que eu o solicitei, ok? Pronto, a atual, como eu digo, é mais é... é mais interventiva, aparece até, como o Donato bem sabe, com múltiplos projetos, com múltiplas iniciativas, com incentivos constantes (...) Mas na altura dos vereadores anteriores nunca senti, portanto, que rejeitassem a questão escola, a questão educação foi sempre, em Leiria, é sempre um dado positivo que eu tenho que salientar, foi sempre colocado, de facto, num lugar prioritário, sem dúvida.”^{D.D}</i>
		Diretora EP	<i>“ Pois eu desconheço. Desconheço, mas pressuponho que sim, até porque há uma ligação forte com a Câmara Municipal. Os vereadores da educação sempre tiveram assente num órgão desta escola, que é a Comissão Permanente. Fazemos reuniões periódicas, 2 vezes por mês, aproximadamente, portanto, conheci vários vereadores de educação e os assuntos da escola eram sempre tratados mais importantes, digamos assim, eram sempre tratados nessas reuniões, onde eu dava conhecimento não só do dia a dia do que se passava aqui na escola, mas também naquelas épocas mais fulcrais que..., quando se podia escolher que áreas formativas é que a escola poderia oferecer à Comunidade. Neste momento, isso não é possível, mas pronto. Sempre houve uma ligação forte, apesar de não estar diretamente envolvida em conselhos municipais de educação ou elaboração de cartas educativas, pelo menos sabiam o que é que... qual era a realidade desta escola, que é uma escola muito especial. É privada mas tem como parceiros a Câmara, o Instituto Politécnico, a ACILIS e uma série de empresas e entidades.”</i>
		Vereadora	-----
		Chefe DPEML	-----
Maleabilidade da CE às circunstâncias	Maleabilidade das CE ao longo do tempo	Diretores AE	<i>“A CE é feita para um horizonte temporal relativamente longo. A questão dela ser maleável significa que ela tenha que ter na sua estrutura, na sua construção, a possibilidade de ir respondendo às diferentes oscilações que temos, por exemplo, ao nível demográfico, ao nível até do próprio edificado. E de maneira que eu entendo que ela é suficientemente maleável para encaixar, se for bem feita, para encaixar as diferentes problemáticas nos seus diferentes níveis ao longo dos anos. Portanto, defino-a como maleável, como ajustável.” D. TEIP</i> <i>“Olhando (...) especificamente para o nosso agrupamento, eu acho que a carta educativa permite e tem permitido aqui alguma flexibilidade (...). Um exemplo concreto. Não estava previsto ensino secundário nesta escola e, de repente, (...) ele existe (...). Ele não</i>

estava previsto na CE mas aconteceu. Em determinados momentos, a CE não previa o encerramento de uma escola, mas a escola encerrou. Ou num determinado momento, a CE não previa obras não sei onde, mas, de repente... ou requalificação de um espaço não sei onde, mas, de repente, teve que ser, porque, de repente, tivemos mais alunos. Também temos esta (...) circunstância. De repente, há escolas que têm mais alunos, há outras que vão perdendo alunos. Enfim, e eu acho que a carta educativa é um documento que tenta aproximar-se o mais possível da realidade e, é claro, que pensar o futuro, como é evidente. Para poder planejar e gerir tudo isto de uma forma mais adequada, mas, olhando para o para o território educativo do nosso agrupamento, (...) eu não sinto que (...) possa ser um entrave aqui. Não, sempre que é necessário as alterações acontecem.”^{D.B}

“A CE no plano teórico deve ser muito documento inacabado, um documento dinâmico, um documento que se vai reajustando às ditas conjunturas (...). Maleabilidade, aqui deve-se entender a capacidade sustentada, refletida, partilhada, do conjunto de entidades e pessoas que devem pensar a educação e a territorialização por via da CE, serem convocadas para esse tipo de trabalho. A maleabilidade depende muito dessa abertura. (...) ...terá havido boas intenções (...) mas depois a prática, em algumas situações, (...) pode produzir os processos necessários, mas não produz o processo desejável, porque depois isto tem várias implicações. Tem a haver com a política educativa, tem a ver com decisões que muitas vezes... Nós, nós sabemos que a CE, a partir de 2003, foi da inteira competência, responsabilidade das autarquias, é verdade. Mas depois isto mexe também com (...) o sistema educativo (...). Com o Ministério da Educação, com as estruturas desconcentradas mesmo e às vezes essa maleabilidade, sobretudo na gestão do número de alunos por turma e na redefinição das localizações de determinados espaços ou equipamentos educativos, é negociado, é debatido, mas nem sempre, por esta ou aquela razão, se consegue ter a correspondência (...) mais desejável. (...) É da maior justiça referir aqui que desde esse tempo até hoje, apesar da equipe educativa ou da vereação da educação ter sofrido algumas mudanças, mas desde esse tempo até hoje, tem havido sempre uma grande dinâmica de proximidade, de capacidade de auscultação, de ouvir, de convocar as pessoas (...) designadamente os diretores por via muito direta, proximal, nas soluções que se entendam que são melhores e, ainda a maleabilidade, maleabilidade no sentido de ou fechar ou abrir turmas ou espaços, é justo, é o meu ponto de vista, isto é a evidência que eu colhi nestes anos, a vereação ouviu sempre a sensibilidade, neste caso, vertente do nosso agrupamento e em, casos concretos, não sei se não serão talvez importantes aqui referenciar, mas casos concretos de escolas, fez sempre o alinhamento com a nossa sensibilidade e com a nossa fundamentação, negociando depois com quem de direito a permanência em regime de excecionalidade que essas escolas ou salas se

		<p><i>pu dessem vir a manter, como sempre se mantiveram no regime de excecionalidade, portanto, aí sim, a maleabilidade, no caso da nossa escola, foi patente, correspondeu de facto às nossas necessidades.</i> ^{D.C}</p> <p><i>“Nunca foi entrave (...) a questão da definição da rede ou da definição (...) da oferta educativa. (...) ...há um exemplo, de facto, típico. O centro escolar que nós temos (...) foi projetado na altura do Vereador Vítor Lourenço. E na altura (...) envolvia (...) quatro escolas (...) e dois jardins de infância. Isto foi na altura que foi projetado, na altura da... portanto, já tem mais de 20 anos. Face depois à evolução da rede escolar, da população escolar, foi necessário repensar e tivemos que ir fechar outras escolas, não é? Porque a população escolar do centro deixou de sustentar o centro escolar. Ou seja, não foi aquela rede projetada que veio a ser obstáculo para outras reorganizações que nós viemos a entender.”</i> ^{D.D}</p>
	Diretora EP	-----
	Vereadora	<p><i>“A CE é... tem que ser muito dinâmica (...) porque há muitos fatores que condicionam uma CE (...). ...a CE, é ao fim ao cabo, acaba por ser, um documento, um instrumento de planeamento, não é? E de ordenamento prospetivo, não é? É isto que é uma carta educativa. (...) ...precisamos de conhecer, sob o ponto de vista demográfico, socioeconómico, o nosso território em profundidade. E a conjuntura altera-se e há fatores inesperados que faz com que a Carta não seja algo estático, não é? É um documento orientador, sem dúvida, e por isso é que ele tem que ser reformulado e tem que ser a adaptado, não é? Em determinados momentos, porque há dados novos em cima da mesa (...). Uma CE é um processo em construção, não é? Mas resulta muito, por exemplo, de... de todas as fontes, nomeadamente do Instituto Nacional de Estatística (...) ...estes novos censos permitiram-nos olhar diferente para o nosso território, completamente diferente em termos de prospetivos também. Depois há, sob o ponto de vista demográfico, há todo um estudo que tem que ser feito ao nível da cidade demográfica, pirâmides etárias, a questão... taxas de natalidade. Portanto, temos que jogar com... com estes indicadores todos, não é? Demográficos que são fundamentais, os movimentos pendulares, se eles existem e em que sentido é que, que fluxos é que temos no nosso território, à volta da cidade, portanto, o que que é o urbano e o periurbano? A pressão sobre a cidade, portanto, isto tudo resulta muito de um conjunto de dados estatísticos, não é? Que vamos recolhendo e que nos obrigam a pensar o território, muitas vezes, de outra maneira. De repente algo muda, de repente não damos conta e pronto aí, a própria transformação socioeconómica do território (...).</i></p>
	Chefe DPEML	<p><i>“Nós já devíamos ter feito a revisão há mais tempo, mas pelo meio fomos sofrendo aqui algumas alterações, quer sociais, quer económicas e que veio alterar algumas das medidas que estavam elencadas na CE inicial. (...) E as CE são um documento aberto, não</i></p>

			<p><i>é? Documento estratégico, mas tem que ter maleabilidade para se adaptar à realidade socioeconómica e demográfica. E em 2007, nós tínhamos uma tendência, porque a carta foi aprovada pelo Ministério em 2007, mas ela, se calhar, foi concluída em 2005, para aí assim. Censos 2001, tratamento e a tendência era de crescimento demográfico, com aquele com surto da imigração, por exemplo, de Leste, que foi mais ou menos nessa altura. E muitas das localidades estavam em crescimento. A seguir, veio a crise e deu-se exatamente o contrário. (...)Portanto, o planeamento também requer aqui estratégias de... de adaptabilidade (...). A CE nunca pode ser entendida como um documento fechado. Não pode.”</i></p>
<p>Alterações no número de turmas/salas durante a vigência da CE de 2007</p>	<p>Diretores AE</p>		<p><i>“Estamos numa fase em que são também muito articuladas com o município porque que estamos a viver um momento em que ocorre a descentralização de competências. No passado essas alterações eram essencialmente discutidas essencialmente com a DGESTE, na questão da rede escolar.” D.TEIP</i></p> <p><i>“Nós articulamos com o município o pré-escolar e o primeiro ciclo, porque muitas vezes, decorrente do número de alunos do número de turmas, nós precisamos de CAF num determinado sítio, AAAF no outro, porque, como temos escolas com poucos alunos, há situações onde a CAF, por exemplo, funciona numa escola que (...) oferece este serviço a meninos de várias escolas. Recebe alunos de outras escolas e às vezes há aqui necessidade de assegurar transporte, por exemplo. E claro que aqui nós precisamos da Câmara para poder suportar esta esta situação, o transporte e enfim. E portanto há sempre, há sempre aqui com a Câmara sim, uma articulação de mais meninos, menos meninos e o redefinir aqui, depois a operacionalização de refeições, de transportes, AAAFs, CAFs, por aí. Na escola sede, portanto, a nível de 2.º/3.º Ciclo e Secundário, pois aqui não há articulação, quer dizer, isto é feito diretamente com a DGESTE. Claro que Pré-escolar e 1.º Ciclo também, não é? Mas... no fundo, é assim. Relativamente ao número de turmas que existe em cada lugar, não é a Câmara que decide (...). É naturalmente a DGESTE que valida ou não valida. Depois, face ao número de turmas que estão aprovadas pela DGESTE, como é que depois operacionalizamos aqui? Transportes, refeição, componentes de apoio à família, naturalmente com a Câmara, não é?” D.B</i></p> <p><i>“No caso concreto do Concelho de Leiria e falando exclusivamente do Agrupamento de Escolas C, mas eu posso dizer também dos outros, porque num primeiro momento haviam só reuniões localizadas em cada escola mas depois haviam reuniões com o conjunto de diretoras e diretores, foram sempre previamente conversada ou previamente, porque a matéria permitia essa análise prévia, ou porque emanavam superiormente certas orientações, após esse conhecimento da Câmara... houve sempre um diálogo prévio às situações por</i></p>

			<p><i>definir ou que vieram propostas para quem de direito, no sentido de se encontrarem, sufragarem essas ou encontrarem outras soluções. Portanto, nunca houve uma relação direta com a DGESTE, no que concerne à CE da educação pré-escolar e 1.ºCEB. Relativamente ao 2.º e 3.º CEB a autarquia, nunca participou, relação direta era com a DGESTE. Nós éramos convocados para reuniões em Coimbra e aí éramos confrontados, tínhamos capacidade de argumentação, éramos ouvidos mas vamos dizer que os processos podendo ser semelhantes na capacidade da audiência da coisa, tinha uma natureza distinta, pelo seu clima mais proximal, a competência que a autarquia tinha, permitia encontrar soluções dialogantes e até com alguma, usando a palavra de à pouco, maleabilidade, flexibilidade, no que diz respeito ao 2.º e 3.º ciclos, porque a DGESTE era mais, digamos, que um veículo transmissor de ideias que já vinham de cima, top down, e como aquilo estava muito feito a régua e a esquadro, era mais difícil conseguir... No nosso caso, ao longo dos anos sempre foi a questão de ter mais ou menos uma turma, mas outras escolas, sobretudo a escolas urbanas e falando do concelho de Leiria, tinham um problema que ainda hoje persiste, de densidade populacional em relação à sua capacidade de resposta, e as soluções eram muito difíceis de cozinhar, pronto, porque as regras eram um bocadinho rígidas, não, não eram... não eram tão flexíveis, aí nesse campo.” D.C</i></p> <p><i>“Claramente com o município. A DGESTE normalmente pede opinião, tem, penso que também acontece, convosco, pede a opinião quando há escolas que correm o risco de, escolas ou salas, pedem opinião à Câmara com o conhecimento a nós. E estamos numa situação agora de um jardim de infância. Mas, normalmente, o município tem aqui preponderância nisto, preponderância até pela positiva, ouve-nos muito, ok? (...)Respondendo à questão, e tudo isto tem sido feito com muita articulação do município, que é a questão que o Donato pôs. De facto, a DGESTE pergunta-nos, questiona-nos. Quando é a questão da rede escolar para fechar, às vezes, a questão de uma de mais uma turma ou não, às vezes, eles são um bocadinho mais diretivos, não é? São muito mais bloqueadores. Mas em relação ao fecho de escolas, esta realidade, de facto, é em articulação com o município, sem dúvida.” D.D</i></p>
	Diretora EP		<p><i>“Não, não. Não temos qualquer hipótese. (...)As escolas profissionais como esta, pura e dura, precisam de uma licença prévia para funcionarem, para cada curso. Têm um alvará para o estabelecimento, com uma lotação de alunos e de turmas, em função dos alunos das turmas, mas depois, para cada curso específico, precisa de uma licença prévia de funcionamento. Coisa que as escolas públicas não necessitam. E portanto, há um catálogo com ofertas profissionalizantes.... a ANQEP entretanto surge neste processo todo... define um catálogo com as ofertas que podem ser oferecidas pelas escolas. Mas mais do que isso, passou a definir, a partir de certa altura, quais eram os cursos profissionais para cada região, para cada... para cada concelho até. E, portanto, o que nós tivemos de fazer a partir de certa altura, nunca houve conflito com as escolas públicas, porque o que nós fizemos foi... Nós já tínhamos tradição em</i></p>

		<p>determinadas áreas e não entrávamos no território de outras áreas profissionalizantes. E fomos encaixando para que não houvesse sobreposição da oferta formativa. E, portanto, tem corrido tudo muito bem. Reuniões da rede em primeiro lugar, em 97, 98, 99, 2000, por aí, sempre informais. Eram... as pessoas eram convidadas a participar, que era para pelo menos saberem quais eram os cursos que as outras escolas iam oferecer e não oferecerem a mesma coisa. A partir de certa altura, e nós escolhíamos, nós aqui escolhíamos. Tivemos cursos que entretanto desapareceram porque percebemos que não havia nem sequer procura por parte dos alunos, nem procura por parte dos empregadores, porque o que nos interessa depois é que haja empregabilidade. O nosso objetivo não é perseguição de estudos superiores, o prosseguimento de estudos superiores, mas sim em primeiro lugar, empregabilidade e, portanto, também percebemos que nalgumas áreas os cursos não tinham procura por parte dos empregadores. Portanto, as coisas foram mudando, até que chegou uma altura, já nos anos de... a partir de 2000, que nós percebemos que havia aqui 4 grandes áreas, onde nós... para as quais nós tínhamos licença prévia de funcionamento – teve que vir um técnico da DGESTE avaliar se nós tínhamos instalações para isso e equipamento e recursos humanos. E percebemos que havia uma área, que mais ninguém tinha, e que nós tínhamos a possibilidade de entrar por essa área. Havia procura por parte de alunos... havia procura por parte de empregadores... que era a área da cozinha. De hotelaria, restauração, pastelaria... portanto, entramos por aí. Havia uma outra que era das eletrónicas e das mecânicas. Duas, aliás. Entramos também por aí. E havia uma terceira que tinha a haver com a informática e a reparação de equipamento, que é o hardware. E, há vários anos que nós temos essas, essa oferta formativa. (...) [O] problema fulcral aqui nisto tudo é que desde que houve esta abertura a todas as escolas, os alunos não chegam para todos. Pronto... E o problema também reside aí. Neste momento, talvez seja a nossa maior ameaça para que o status quo da escola permaneça inalterado, é arranjar alunos em número suficiente para que as turmas sejam autorizadas. (...) Ao fim ao cabo, quem define o que é que cada escola vai ter como oferta não somos nós, e nem é a Comunidade Intermunicipal. Pode exercer alguma pressão, mas vem de Lisboa um catálogo com... quais são os cursos para cada CI e qual é a prioridade desses cursos numa grelha. Há uma pontuação. Os cursos mais, digamos que mais importante sob o ponto de vista do Governo, para que o país se desenvolva, tem uma pontuação 10. Abaixo dos 5/6 nem vale a pena pedir porque não vão ser autorizados. Temos a sorte de nos últimos anos, e porque temos só esta oferta formativa, só estas áreas profissionais, 4. Que estão todas com 7, 8, 9... Dez não temos nenhuma, nem sei que cursos nesta região... se há algum curso de com a cotação de 10. Prioridade 10. (...) Às vezes há um fosso muito grande entre aquilo que seria o ideal e aquilo que é o possível, dada a realidade em que nós vivemos. Portanto, para já temos essas 4 ofertas formativas e vamos continuar a ter, penso eu, durante os próximos anos.”</p>
	Vereadora	<p>“A nossa metodologia é essa. Em conjunto, reunimos todos, sim. A abertura é uma necessidade, que são as famílias e os diretores que nos dizem. As direções dizem ‘não temos espaço para mais alunos’, não é? E as famílias vêm bater à porta e dizer ‘como é que eu faço</p>

		<p><i>e onde é que eu vou pôr o meu filho’, não é? E portanto, quando... isto são sistemas de alerta, não é? Que por acaso em setembro não se colocava e que em março coloca, exatamente porque estamos a viver uma situação que era... estava fora das nossas... dos nossos parâmetros, não é? Da nossa previsão, pronto. E nesse sentido, temos que procurar um conjunto de respostas, não é? E as respostas, sempre respostas qualificadas, e para elas serem qualificadas, só com um trabalho de envolvimento de todos os intervenientes. Isso aí não há, não há dúvidas disso. (...) O Ministério diz ‘agora fecha a escola’ e então vamos ver. Será que é para fechar ou nós conseguimos encontrar outras soluções? Portanto, isto resulta também de uma negociação, depois com o Ministério, não é? Portanto, há aqui vários parceiros envolvidos num... num processo que tem que ser muito partilhado, não é?”</i></p>
	<p>Chefe DPEML</p>	<p><i>“Nós temos feito um bocadinho todos os anos, temos sempre indicação de uma ou outra escola que é necessário encerrar, não é? Mais uma vez, a estratégia é ouvir as entidades locais e tentar perceber. Porque na nova CE, nós também já percebemos que temos duas realidades. Por um lado, temos a área urbana sobrelotada, não é? Que não tem lugar para todos os que desejarem e depois temos as áreas não urbanas, que estão em territórios de baixa densidade, que acabam por não ter resposta, e tem alunos, só que esses alunos vêm para a zona urbana. E uma das coisas que nós temos, temos falado, é a necessidade de criar, até e já se fala muito nisso, uma estratégia de marketing educativo, para fixar as pessoas, com os programas, com as mais-valias de uma escola mais pequena. Mas aqui, normalmente, o que acontece é: o Ministério, a DGESTE envia-nos uma lista de escolas que, com... potencialmente a encerrar e nós justificamos sim ou não, de acordo com a realidade. Por exemplo, muito... Nós neste ano tivemos uma escola com 5 alunos no 1.ºCEB e 7 no pré-escolar, que estavam, na mesma localidade, mas em edifícios distantes, de certa forma. O que nós fizemos foi integrar os no mesmo espaço para evitar que a escola feche porque, efetivamente, naquela qualidade, há crianças, é preciso é arranjar... mas sim, é um trabalho.”</i></p>
<p>A lotação das escolas do concelho: a CE como documento orientador num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico</p>	<p>Diretores AE</p>	<p><i>“Uma coisa é, enquanto documento, ele ser, e coloca a questão no quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico. É verdade que houve aqui algumas variáveis que não foram consideradas, nomeadamente, por exemplo, no caso da (...) Carta educativa anterior e a imigração do Leste massiva, por exemplo, que não foi contemplada porque lá está, há 10 anos atrás não se previa que isso pudesse ocorrer. Assim como alguns fenómenos pontuais que estamos a viver atualmente. Portanto, num quadro prospetivo de desenvolvimento demográfico e socioeconómico, podemos dizer que a CE traça as linhas gerais. Agora que ela conseguiu daí tirar relações e prever exatamente que turmas é que ficavam lotadas, que as escolas iriam ter uma lotação excessiva. Eu acho que aí o documento não foi tão preciso, não é? Mas macro, numa forma macro, sim. O documento conseguiu prever essa evolução demográfica.” D.TEIP</i></p>

“(…) o número de alunos estrangeiros está a aumentar de uma forma muito significativa, em particular alunos que vêm do Brasil. E, portanto, todos os dias, todos os dias há alunos vindos do Brasil que estão a matricular-se nesta escola. Nem todos (...) habitam na zona de influência pedagógica desta escola. (...) Leiria não tem vaga e eles vão afastando (...) E, portanto, temos alunos que sim, moram no nosso território, mas também temos outros que não moram no nosso território, mas que têm que encontrar uma solução para (...) os filhos, como é evidente. (...) eu, pessoalmente acho que esta questão não tem sido muito bem equacionada. Ou seja, olhamos para o número de alunos que reside no Concelho, para o número de alunos que existe no Concelho, para o número de alunos que reduz turma, okay. Depois trabalhamos apenas e só com base nisto. E eu penso que nós deveríamos... E trabalhamos apenas e só com base nisto e aqui sim, eu acho que é um bocadinho aqui agora. Porque, eu acho que facilmente nós também conseguiríamos projetar aqui a dinâmica do número de turmas no Concelho. Porque bastaria... e a maioria são agrupamentos... bastaria começar a ver quantos meninos temos com cinco anos, daqui a quatro onde é que eles estão? E assim sucessivamente, do mesmo modo que no 9.º ano... e por causa do secundário, que esta é outra complicação com a rede e que a carta educativa não prevê assim tão bem, que é o quê? Quantos meninos do 9.º ano existem em cada escola? (...) Porque isto é que eu acho que era importante fazer-se. Este levantamento, este diagnóstico... o que é que os miúdos querem fazer? Quais são os cursos que eles.... para onde querem ir? E depois, em função disso, efetivamente, nós definirmos aqui a tal rede e dizer que estes cursos podem... existem ali, os alunos desta (...) localidade vão para.... as zonas de influência pedagógica das escolas secundárias. Eu acho que elas deveriam ser claramente definidas e os pais claramente informados disto. Porque senão fica muito difícil. (...) Portanto, e eu acho que era preciso, no momento em que os alunos terminam o 9.º ano e vão para o secundário, por exemplo, eu acho que era muito importante sentarmo-nos todos à mesa, como eu costumo dizer, e dizer assim “okay, quantos alunos temos para cada coisa? Quais são as preferências destes alunos? E vamos lá colocá-los de acordo com os critérios que estão legalmente definidos e vamos assumir isto”. Enquanto não se fizer este trabalho, eu acho que vamos andar aqui sistematicamente a definir redes e a dizer que há x turmas do curso a e do curso b. E depois, a dada altura, aquele curso está tudo cheio e o outro não tem miúdos e é uma confusão muito grande. Eu acho que sim. Fazer o diagnóstico. (...) Um bom diagnóstico, eu continuo a insistir nisto. Nós precisamos de saber quem são os alunos que temos, o que é que eles querem, para onde é que... qual é a escola que eles querem, porque é que querem aquela escola e não a outra. E este é um trabalho que nós temos que fazer em conjunto, efetivamente.”^{D.B}

“As CE geralmente têm, têm, têm uma forma de serem pensadas, elaboradas assim. Ou se tem recursos internos dentro das autarquias ou há situações até em que se recorre a empresas que fazem essa prestação de serviços. Numa ou noutra solução, há um conjunto de indicadores, de conteúdos, que têm que estar estruturalmente definidos nessa carta. Nesse pressuposto, eu direi que a elaboração desse

		<p><i>documento tende a dar resposta a essas questões. Portanto, através do diagnóstico de identificação das mesmas, através do diálogo, construir esse documento, que dê resposta às necessidades locais, à expansão e desenvolvimento sociogeográfico, socioeconómico, portanto, mal estaríamos se isso não acontecesse. Agora, isto é digamos que no processo de elaboração, no processo de consulta, e através desse processo de consulta, de reajustamento de algumas situações. Depois pondo-me do outro lado da margem, que é quando o documento fica finalizado e o que é que vem a produzir, por vezes, há situações... não... nunca aconteceu diretamente com este agrupamento mas eles... para além de ser um cidadão, participei durante desde 2002 no Conselho Municipal de Educação, por vezes em relação a determinadas realidades, a resposta final que se tornou operativa nessa Carta, nem sempre correspondeu a... já não vou dizer à expectativa, mas àquilo que era a tendência do debate e isso. E eu, muito francamente, houve situações que nem, que nem, nem se conseguiram perceber, não sendo graves, mas não se conseguiram perceber, bem porquê porque é o sistema, sobretudo a nível do 2.º e 3.º e ensino secundário, é decidido lá em cima e depois vêm aquelas decisões, e por isto, aquilo e aqueloutro, não se pode mexer mais nisto. No que diz respeito à CE, nesta capacidade de responder às situações mais locais, sim, eu acho que em Leiria, o concelho de Leiria tem conseguido responder, ao nível de educação pré-escolar e do 1.ºCEB. A Câmara não tem uma responsabilidade aqui, direta com o 2.º e 3.º CEB. É um parceiro, é ouvida e dá a sua opinião, mas como é centralmente... é isso, acho que nem sempre se conseguiu dar a resposta devida por razões que me escapam. Mas nem sempre, nem sempre.”^{D.C}</i></p> <p><i>“Olha, nas reuniões que temos participado, esta matéria tem sido de facto, a matéria mais... que tem tido mais... mais prioridade, digamos, nas análises, mais incidência nas análises que se fazem, pelo vinda dos imigrantes, ok? D, como está a 13 km de Leiria, se calhar não sofre a pressão, que vocês, as escolas de Leiria, sofrem, assim com maior intensidade. Mas sofre outra pressão, que são aqueles alunos que não conseguem lugar de forma nenhuma, que se vêm confrontados com a necessidade de vir para aqui. (...) E isto impõe outro tipo de pressão que é a questão social, a questão dos transportes, não é? Tem que passar aqui o dia, e às vezes não terem outras condições do ponto de vista, enfim, de vida diária.”^{D.D}</i></p>
	Diretora EP	<p><i>“Tem a capacidade máxima que anda nos 300 alunos. Não temos autorização para ter mais do que isso. Neste momento, com as desistências, porque o que é que se passa aqui... por vezes. Eles só são obrigados a estar dentro do sistema de ensino até os 18 anos, como sabe. E nós temos sentido nos últimos anos, e temos muitos alunos – no 3.º ano são quase todos maior de idade, eles entram aqui com 15/16 anos – e no 3.º ano, quando estão quase a terminar o curso, o que é uma frustração para nós... Mas eles fazem-no com o apoio da família e forçados quase pela a família, eles vão à procura de trabalho, principalmente nesses últimos, nestes últimos anos.</i></p>

		<p><i>As condições económicas das famílias têm se vindo a deteriorar, nós sentimos isso... Apesar de nós fazermos muitas reuniões com os pais quando nos apercebemos que um aluno já começa... Primeiro começa com um part time. Isso depois vai influenciar o rendimento escolar do aluno. Depois à noite, depois fins de semana e depois às tantas vêm-nos dizer “vamos anular a matrícula porque eu preciso de trabalhar”. No terceiro... “depois quando eu puder, venho acabar o curso”. Isto acontece. E, portanto, todos os anos nós temos algumas desistências, algumas anulações de matrícula, porque o podem fazer do ponto de vista legal. O que para nós também é não só triste nesse sentido, porque houve ali um esforço de todos, alunos, pais, professores, direção da escola, para que eles conseguissem concluir com algum sucesso o curso, mas também porque a escola é penalizada financeiramente por cada aluno que a anula a sua matrícula, visto não há aquele aluno, diminuimos 3000 EUR, que é o valor de um aluno.”</i></p>
	Vereadora	<p><i>“Não estávamos à espera, não é? Agora o que nós temos é uma vantagem que eu acho que é que resulta deste trabalho de colaborativo. A vantagem de encontrarmos respostas porque nos unimos à volta do problema, não é? Isto é, existe um problema e todos procuram em conjunto alinharmos na solução, um alinhamento na solução, e isso é visível agora, porque, mesmo algumas turmas não estando em conformidade, não é? Existe por parte do pessoal docente um esforço enorme para acreditar que a inclusão destas crianças é o melhor caminho, não é? Prejudicando, muitas vezes, algumas... alterando algumas estratégias na sala de aula, procurando meios difíceis de obter, mas não desistindo de os procurar, dando mais tempo, mais esforço, mas isto também só é possível realmente porque as pessoas estão envolvidas no projeto. E acreditam nele.”</i></p>
	Chefe DPEML	<p><i>“É um instrumento capaz. Eu agora vou dizer uma coisa que fica gravada, mas pronto, mas... Muitas das vezes estes instrumentos, de planeamento e de estratégia, acabam por não responder às pressões e aos lobbies locais, que nós sabemos que têm, principalmente junto das autarquias, não é? Porque nós temos desde Presidentes de Junta que acham que a freguesia deles é a mais populosa, a melhor e a que tem mais necessidades. Temos pais que não compreendem, porque é que não podem inscrever o filho em determinada escola e aconselhamos a inscrever noutra escola. E depois toda esta pressão é feita junto de quem decide, em última análise, são os políticos, não é? E, por vezes, há aqui desvios. Mas... mas felizmente, nos últimos anos, têm sido, de certa forma, respeitadas estas estratégias. Porque acima de tudo, é importante que seja definida uma estratégia e se essa estratégia, normalmente tem que estar, de certa forma, em articulação com a CE, não é? Como instrumento orientador, não é?”</i></p>

	Potencialidades e limitações da CE	Diretores AE	<p>“...eu acho que o conhecimento do contexto educativo é uma das potencialidades. E sobretudo o estudo mais aprofundado em diferentes áreas, como já vimos agora, no que acabamos de falar anteriormente, na questão da evolução demográfica, do próprio contexto socioeconómico, uma boa caracterização ajuda a um melhor planeamento e, portanto, eu aí vejo como uma potencialidade, portanto, vejo como um documento planificador para todas as escolas, depois até a fazer alinhar também os seus projetos educativos em função daquilo que são as linhas macro da CE municipal. No entanto, há algumas limitações que não poderia deixar de referir como são, por exemplo, o facto dela estar sujeito às alterações legislativas. A legislação muitas vezes condiciona toda esta esta planificação a longo prazo. E depois há aqui alguns fatores que a carta educativa talvez não tenha previsto de uma forma muito que é o envelhecimento da população docente e não docente, portanto, vamos ter, vamos ter aqui uma limitação que ela, que ela efetivamente acusa. Por outro lado, a carta educativa também faz prospectivamente esta... tem esta ideia de construção, mas toda ela sujeita a financiamentos e, portanto, também não consegue na parte económica fazer esta previsão, e esta é uma limitação grande, de qual vai ser o fim para agir de forma preventiva para levar a bom porto determinado tipo de investimentos. E eu tenho aqui no meu, no meu agrupamento, exemplos claros, disso, não é? De dificuldades de financiamento, de obras, paradas de um centro escolar que teima em não avançar, agora retomou mas que é um projeto com 20 e muitos anos, portanto...” D.TEIP</p> <p>“ Potencialidades da CE (...) podermos (...) projetar o futuro e antecipar problemas. Eu acho que uma das grandes, para mim, uma das grandes vantagens de uma carta educativa será esta, o podermos agir de forma preventiva, podermos ter aqui uma atitude mais... proativa também, que é, de repente, perante este cenário, o que é que entretanto podemos fazer? Depois limitações ou constrangimentos da CE... o facto talvez de... de, por vezes ela não ser um retrato tão real e tão fiel do território, como seria expectável, não é? (...) A carta educativa, na minha perspetiva, devia ser efetivamente um instrumento de gestão estratégico de um território. Eu quero acreditar que ele possa caminhar nesse sentido, mas eu não sei, se no aqui e agora, ele é isso. Pode eventualmente ser, talvez para a autarquia, quando pensa aí em candidaturas para construir escolas ou para a reabilitar escolas ou enfim... em termos de edificado, é um documento estratégico, naturalmente, porque é preciso que a CE preveja determinada escola ou requalificação determinado espaço, para que depois a Câmara possa efetivamente candidatar-se e ter financiamento para poder concretizar a obra (...). Mas para as escolas, propriamente ditas... (...) É um documento que está ali, porque como eu já disse, há situações que estão ali previstas e okay, coincide com o que está a acontecer, mas depois há outras que não estão previstas e nós continuamos a caminhar naquilo que nos parece o mais adequado para o nosso território e admito que os outros colegas façam exatamente a mesma coisa. Portanto, é um documento que (...)</p>
--	------------------------------------	--------------	---

existe porque tem que existir. (...) Ser um documento de estra... estratégica de cada escola? Eu acho que... um dia talvez. Talvez. Falta aqui... ainda um salto nesse sentido.”^{D.B}

“A principal potencialidade é claramente ser um instrumento de planeamento com uma visão prospetiva e aglutinador de todas as entidades e pessoas que ou prestam ou estão ao serviço daquilo que é a territorialização educativa. E nesse sentido é uma grande potencialidade. Outra potencialidade é a capacidade de ser um documento que se vai reajustando em função, primeiro, do diagnóstico. Portanto, ele parte de uma pré existência e depois com base nessa pré existência, tem que se construir uma visão de desenvolvimento e, portanto, de prospetivo, para futuro, mas, claro, o futuro tende a ter um conjunto de variáveis que se vão mudando, as conjunturas vão mudando, portanto tem de ter uma capacidade de reajustamento. E esse reajustamento assenta numa outra potencialidade das CE, na capacidade de monitorização, portanto, estes processos têm que ter uma monitorização que deve ser sistémica e sistematizada, sistémica no sentido dos ecossistemas e sistematizada no sentido de ter um carácter regular. Eu, não sei se se bem ou mal, a experiência que eu tenho tido disto é que anualmente, anualmente deve ser feita uma análise e uma eventual revisão da CE. Esta é uma grande potencialidade. Aspetos constrangedores ou limitações... (...) Tem que haver recursos disponíveis para fazer esta monitorização. Se é um documento inacabado, se é um documento em constante construção, é bom que seja, mas se não houver os instrumentos e os recursos necessários para fazer essa análise sistemática, ela acaba-se tornando uma limitação porque o documento preconizou uma linha de ação e de intervenção para determinado tempo, que se não for atualizado, se não for revisto, depois já não dá respostas devidas e, portanto, poder-se-á tornar numa limitação se a metodologia de monitorização e revisão não for eficaz e não for regular. Essa é a maior limitação. Como não tenho uma experiência muito vasta na participação em todo o processo de uma CE também não queria estar aqui a fazer uma análise enviesada do processo. Mas eu não sei se... no momento da recolha de informações, de construção daqueles parâmetros todos, sociais, socioeconómicos, de edifícios... não sei se faz grande sentido as escolas participarem. Mas se calhar o que poderia ser mais importante, hoje que falamos muito da descentralização e que as próprias autarquias já estão num processo de descentralização de competências, caso, portanto, de Leiria, desde 2020, se calhar os processos de auscultação, foram bons sempre, volto aqui a reiterar isso, mas se calhar podiam ser ainda mais amplos, mais repetidos, de forma a se poder tornar ainda mais vivificada e vivificado esse debate e essa participação. Considero que é um bocadinho difícil talvez convocar os pais porque os pais nem sempre são muito aderentes às associações de pais e muitas vezes aquilo que eu defendo é... conhecimento é poder. Poder num sentido, eu posso poder, conhecimento dá-nos um status e portanto, quando nós convocamos pessoas em vários quadrantes de decisão, seja em que matérias for, se as pessoas não tiverem conhecimento, têm menos de poder de intervenção. E portanto, se calhar era preciso dotar estas

			<p><i>... pessoas, previamente, de uma explicação, de um exercício de propedêutico, explicar a estas pessoas como é que se constrói isto, quais as finalidades... do que apresentar já um produto meio final, sem se perceber, digamos, que o histórico da sua construção e sem saber o que é que ele convoca. Porque se eu souber isso tenho uma capacidade mais retroagida, mais atrás, de poder criticamente, construtivamente, de tornar mais operativa a minha participação. Essa talvez seja uma limitação.” D.C</i></p> <p><i>“As potencialidades que eu vejo é, de facto, de poder confrontar com a realidade do Concelho agora nesta fase, eu diria mais de descentralização (...). Mas dentro do concelho também, por exemplo, a realidade dos cursos profissionais, quando há reuniões preparatórias, há aqui a tentativa de não sobrepor cursos que existam numas escolas, se existem noutros, não é? A situação mesmo do próprio secundário. (...) ...temos o curso de ciências e tecnologias e o curso de humanidades e às vezes o curso de económico-social. E isto deu-nos aqui (...) alguma dinâmica diferente no nosso projeto educativo. Sobretudo porque, a dado momento, os alunos de D, houve uma fase que apostavam (...) muito nas escolas dos grandes centros: Rodrigues Lobo, Domingos Sequeira, Marinha Grande e Batalha. Questionava-se ‘então mas está aqui o secundário’.... Chegámos a ponto, isto por causa da questão dos resultados escolares e dos rankings, os nossos, a nossa nata, os nossos melhores alunos, iam para Leiria. Portanto, isto são confrontos que... que, de facto, se geram. Isto para dizer que a CE, pode definir regras de áreas de influência, não é? Que podem tornar as coisas com outro tipo de razoabilidade de, enfim, de formalidade, que se deve respeitar, não é? As limitações, pronto, quando, de facto, a CE, e até agora não tem acontecido, estipula critérios ou limitações muito... muito severas ou muito apertadas, poderá ser uma limitação. Temos tentado evitar que essas situações aconteçam e temos contado com o município, sinceramente, não vale a pena, isto não é para enfeitar o ramalhete, só para dizer que temos contado com um município flexível, compreensivo, não é? Vamos ver. Mas estamos numa fase muito de, e o Donato, se calhar, que está a fazer este trabalho vai ver isso, esta CE, esta que vai ser aprovada, é a que vai ser a verdadeira, é a CE com mais substância, ok? Porque agora engloba toda a realidade escolar e educativa, se calhar também com ligação ao próprio superior. (...) ...dizer que as limitações, acho que vão estar um bocado agora na nossa mão, quando aprovarmos este documento e a sua forma de respeitar as dinâmicas das escolas e os seus critérios organizacionais. D.D</i></p>
		Diretora EP	<p><i>“Eu não... É que eu não conheço a carta educativa.”</i></p>
		Vereadora	<p><i>“As maiores potencialidades para mim, sem dúvida que é nós termos, assegurar-nos que a rede é uma rede adequada às respostas que nós temos que dar. (...) A CE é o que é que nós temos e o que é que nós precisamos de ter? E isto tem que estar espelhado na CE. Que é que nós temos no nosso território educativo? O que é que nós precisamos de ter? Mas o que eu acho é que este é um excelente</i></p>

			<p><i>instrumento de trabalho para quem faz a gestão, não é? É um instrumento de gestão, porque de alguma forma viabiliza uma relação muito harmoniosa entre aquilo que é o espaço e a escola, isto é, nós sabemos o que é que queremos e, portanto, é algo pensado, não é? E partilhado. E não há precipitações que podem dar problemas, não é? Se nós sabemos que a freguesia dos Parceiros é uma freguesia que, e aqui estamos a fazer prospeção, não é? Mas a 10 anos será a freguesia com maior crescimento demográfico, faz todo o sentido estudarmos a carta educativa tendo por base estes indicadores, não é? O que é que temos hoje? O que é que nós vamos precisar de ter no futuro, não é? E é nesse aspeto que eu acho que a CE, é fundamental. É um documento orientador das políticas públicas e da gestão pública, não é? Isso, é como em tudo, a escola também tem o seu projeto de escola, não é? Portanto, estes documentos fazem parte, para nós, são a coluna vertebral, ao fim ao cabo, do nosso trabalho. Nós temos ali uma... um caminho feito, não é? Às vezes precisamos de fazer uns desvios, pronto. E acertar, e acertar, não é? Portanto, porquê? Também há limitações, não é? E essas limitações, porque quando eu vejo uma CE, não a vejo só no contexto da... Dos equipamentos, não. Estou a ver no contexto da promoção do sucesso escolar, dos recursos humanos, da educação inclusiva, da própria formação educação, não é? O ensino profissionalizante, portanto, a CE é mais do que uma rede de edifícios, não é? Portanto, não é assim que eu a entendo. Já estamos na segunda geração. Isso obrigamos, realmente, a pensar o território como um todo, não é? Não só os edifícios, mas também a comunidade educativa, a ação social escolar, as refeições escolares, a componente de apoio à família, os transportes, portanto, isto tem que ser visto de tudo como realmente...articulado não é? Um todo articulado, daí a importância que tem uma CE. Esta visão do todo articulado, não é?"</i></p>
		<p>Chefe DPEML</p>	<p>-----</p>
<p>III – Relação entre a CE e a promoção do sucesso</p>	<p>Relação entre CE de 2007 e a promoção do Sucesso Escolar</p>	<p>Diretores AE</p>	<p><i>“Eu diria que teve impacto. Não diria direto, mas que teve impacto na promoção do sucesso escolar. Isto porquê? Porque muito do que está preconizado na CE (...) está preconizado naquilo que são os compromissos do TEIP e, portanto, a questão da monitorização, do conhecimento muito profundo do território onde se está inserido, traz vantagens depois na ação proativa e naquilo que são as medidas a tomar atempadamente e, portanto, nesse aspeto, eu diria que teve impacto teve um impacto positivo na promoção do sucesso escolar, porque também tem inerente à própria carta educativa, esta preocupação com o sucesso, com sucesso escolar e faz índice de previsão que estão em linha com aquilo que são também as melhorias que os agrupamentos querem impor a si próprios. Portanto, acho que sim, que o impacto é positivo.” D.TEIP</i></p>

“...eu vou explicar porque é que essa pergunta é difícil. A CE de 2007 ou qualquer outra CE. (...)...prioridade deste agrupamento são, de facto, os alunos. E cada um deles. (...) nós temos esta máxima que é trabalhar para a excelência. Mas o que é que é isto da excelência? A excelência, para nós, é permitir que cada aluno consiga superar-se e consiga, de facto, atingir a excelência que é possível para aquele aluno. Portanto, não estou a falar de resultados escolares. Depois, dentro desta lógica, a nossa grande aposta é, de facto, naquilo que consideramos importante que é, e que são, as aprendizagens dos nossos alunos. Ou seja, para cruzar com a questão dos resultados escolares... Nós não desistimos de nenhum aluno e quando deste modo não... não é por ali... quando percebemos que este caminho não é o caminho que este aluno precisa ou consegue percorrer, nós encontramos outros caminhos. (...) Tudo aquilo que a lei não define, para mim é ótimo. Porque tudo o que a lei não define, se não está definido, não é proibido, portanto, eu não estou a ir contra a lei. E então, é dentro destes espaços, que para mim é aqui sim, que existe autonomia da escola, dentro destes espaços, vamos encontrar as melhores respostas para os nossos alunos. E isto é uma prática que faz parte do nosso ADN, nós somos assim. Gostamos muito de tudo o que não está na lei. Porque isto permite-nos de facto, ou seja, a carta educativa... não é porque a CE prevê ou não prevê que nós, pedagogicamente, aquilo que nós fazemos ao nível das aprendizagens com os nossos alunos não decorre de uma CE. É lógico que respeitamos os normativos, como é evidente. Mas muitas vezes nós temos que encontrar aqui outras soluções para os nossos alunos que nem sequer estão previstas na lei. E nós fazemos. E nós caminhamos por aí. Portanto... eu diria que não há que aqui uma relação direta. Nós somos uma escola resiliente. O Conselho Nacional das Escolas considerou-nos uma escola resiliente. (...) Porque, perante a realidade socioeconómica cultural do nosso agrupamento, os nossos... e aqui cruzando com a questão dos resultados, provas finais, os nossos alunos têm resultados... portanto, apesar do contexto, eles têm resultados superiores à média nacional, têm resultados superiores a outras escolas, incluindo escolas privadas. ^{D,B}

Sim, em certo sentido, sim. Agora se teve um impacto que desejávamos? Isso eu não sei porque as CE não têm indicadores, e portanto não têm métricas para dizer assim... têm... é uma intencionalidade, é um planeamento, há outros instrumentos de planeamento que muitas vezes estabelecem indicadores e estabelecem metas, e portanto através da monitorização vai-se vendo. Aqui, em certo sentido, isso pode acontecer, mas acontece à posteriori, eu explicarei. Quando a CE está definida há também um plano de intenções. Uma é clara, o edificado escolar. Nós sabemos que os edifícios são a peça estruturante de um território educativo. São eles que promovem ou não a fixação das populações e, portanto, a qualidade do edificado é fundamental, portanto, do equipamento educativo é fundamental, seja público ou privado, e depois é a prestação de serviços que se faz e o que é que se consegue operacionalizar, realizado dentro desses equipamentos educativos. Então indo à questão. Sim, hoje é mais gritante, hoje 2018, 19, 20, 21, mas sobretudo de 20 em diante, é

gritante o impacto da CE, que ainda vem de trás, na melhoria de todo o edificado do argumento de escolas C. Eu direi que nós estamos muito bem servidos, falando de escolas de 1.º CEB e Educação Pré-Escolar. Temos um excelente parque, tem havido investimento, quer em obras de raiz, tivemos dois centros escolares construídos de raiz, embora que a partir de uma escola que existia, mas foi todo ele dimensionado na sua traça de raiz, e tivemos obras de amplificação, uma delas concretamente até nesta escola sede, com a criação de mais duas salas de laboratórios, e portanto, aí sim. Para além disso, e também não fazia sentido de outra forma, as casas educativas também têm que preconizar um conjunto de ações educativas e, portanto, no concelho de Leiria e julgo que em termos nacionais é assim, temos um projeto educativo municipal. Esse projeto educativo municipal convoca todas as escolas, se pode convocar de uma maneira ainda mais dinâmica, ativa, é assunto para outro debate ou para Conselho Municipal de Educação. (...) Nesse projeto educativo, esse projeto educativo municipal, tinha uma valência muito grande nesses eixos e, de facto, o que propunha, tinha várias medidas de promoção também do sucesso escolar e outras da ação mais formativa e mais cultural. No caso vertente do nosso agrupamento, e isso foi dito pela senhora vereadora, isto não é uma promoção do agrupamento, é constatação de factos, o nosso agrupamento foi sempre muito aderente a todas essas propostas, com a inscrição de vários grupos de crianças da educação pré-escolar e turmas do primeiro ciclo e também do 2.º e 3.º ciclos, sinal de que havia uma compreensão por parte destas... destes profissionais da educação que aquele plano, aquele projeto, também correspondia à necessidade de enriquecer o currículo e saber das crianças através dessas atividades. E portanto, em conclusão, este foi o segundo, vamos dizer, eixo promotor de sucesso escolar e, portanto, mais valias para o agrupamento através da CE. ^{D.C}

“Eu nesta questão diria assim, se nós verificarmos a reorganização que foi feita com o centro escolar, com estrutura, agora recuperando um bocadinho alguns equipamentos didáticos que nós recebemos, alguns materiais, recursos que fomos que fomos recebendo, eu diria que que a carta educativa era o suporte, o suporte legal, para de facto nos dar esta capacidade. Eu não tenho dúvida em dizer que na fase em que as tecnologias cresceram, o ter recebido quadros interativos ou ter recebido um conjunto de materiais tecnológicos inovadores, de programas que, como se sabe, através das tecnologias, são muito mais valorizados, isso veio, de facto, alterar toda a estrutura e foi um fator importante para o sucesso escolar. De outra forma, não sei se direta ou indireta, a questão de, por exemplo, o refeitório, o se ter reformulado as questões das CAFs, as questões dos refeitórios das crianças, quase todas têm a possibilidade de comer na sua própria escola, tudo isso também são fatores que ajudam ao sucesso escolar, não é? Organiza a escola, portanto, eu diria com toda a sinceridade que, sem ter assim uma avaliação mais direta, mas que teve impacto, estas questões. Mesmo... Não posso esquecer a questão do dos próprios profissionais, não só pelos recursos que têm, com as possibilidades que foram abertas para fazerem reuniões

		<p><i>de trabalho, mesmo na pandemia, a questão de poderem ter os computadores e fazerem trabalhos online ou fazer reuniões online. Tudo isso, de facto, foi um fator positivo que eu tenho que aqui sublinhar a quando põe esta questão, está bem?”^{D.D}</i></p>
	Diretora EP	<p><i>“Não, não, não... (...) Aqui não há reprovação por ano letivo. No final, concluem ou não. E foi uma das coisas que eu penso que ainda foi há uns meses que recebi um email da Câmara Municipal, eu conheço as pessoas que trabalham ou estão a trabalhar em coordenação com a Dr.ª Anabela e tive que lhes explicar. Porque no mapa referia quantas retenções no primeiro, segundo e terceiro ano. E nem falam em primeiro, segundo e terceiro, ainda se referem a nós como 10.º, 11.º e 12.º. Isso não existe para nós. E, portanto, eu tive que estar a explicar “atenção que nestas escolas não há reprovação por ano letivo”. Há, no final, o sucesso ou o insucesso do aluno naquele período de 3 anos para o qual ele foi financiado. Pode concluir o curso não em julho, que é o suposto, mas posso concluir em setembro, outubro, novembro, dezembro, passados 5 anos.”</i></p>
	Vereadora	<p><i>“As primeiras cartas estavam muito, muito direcionadas para (...) os estabelecimentos de ensino (...). Por isso é que, paralelamente à CE, existia o Projeto Educativo Municipal, portanto, via-se muito o Projeto Educativo Municipal como um complemento da CE, não é? O que hoje nós queremos é quase que a CE, veio aqui juntar também os nossos objetivos estratégicos no que diz respeito à promoção do sucesso escolar, não é? Que estavam a ser trabalhados num documento também estratégico, que era o Projeto Educativo Municipal. Portanto, este eixo é importante, assim como há um eixo que também já era trabalhado e que agora vai ser trabalhado com outra intensidade, que é... que é o eixo do ensino profissionalizante(...) Quais são as nossas áreas prioritárias? E também aqui com uma novidade, recente, que na nossa carta educativa não existia, que é o facto de termos a Comunidade Intermunicipal na liderança deste processo, não é? Porque, isto também é novo, o que ver as coisas num contexto de 10 municípios, é totalmente diferente de ver as coisas no contexto de um único município. Portanto, isto aqui também vai trazer grandes mudanças ao nível da CE, não é? Portanto, porque há aqui objetivos que são comuns a uma região, não é? A região de Leiria. Esta é uma grande mudança também nesta CE.”</i></p>
	Chefe DPEML	<p><i>“Na altura não era tanto essa preocupação. A preocupação era precisa... era mais... um bocadinho ligada à questão da carta escolar, reordenar o parque escolar, não é? E tentar fazer com que, por exemplo, uma escola com 4 ou 5 ou com 10 alunos, uns tempos livres, umas refeições, é difícil de gerir, não é? Então era um bocadinho andar nesta ligação entre o apoio à família e o próprio edificado, e não tanto estas questões do sucesso escolar. Hoje sim, um dos eixos é precisamente o sucesso escolar a nível concelhio, sim.”</i></p>

<p>Melhoria dos níveis de equidade entre as condições dos alunos, decorrente da CE de 2007</p>	<p>Diretores AE</p>	<p><i>“Aqui a questão do sentido da equidade, se nós formos comparar as condições de trabalho e de equidade dentro da sala de aula numa escola dos XXXXX por exemplo, no agrupamento da escola sede XXXXX e numa das escolas intervencionadas pela Parque Escolar, eu dir-lhe-ia já que não há aqui equidade nenhuma no que diz respeito às condições favoráveis para a aprendizagem, porque aqui tem-se frio, chove nalgumas salas. Portanto, há aqui muito investimento a fazer. É verdade que há, subjacente à ideia da CE, e ao investimento que o município tem feito, uma vontade de tornar mais igual as condições de aprendizagem para todos os alunos. Acho isto justo, acho que é o princípio básico também da nossa sociedade democrática, no entanto, retomando a questão, esta racionalização do recurso e educativos existentes, poderá permitir uma maior equidade. No entanto, acho que ainda estamos um pouco longe de a conseguir, porque temos pontos de partida muito diferentes. Portanto, não me parece que tenhamos ainda equidade.”</i> ^{D.TEIP}</p> <p><i>“Sim. Se nós pensarmos em termos de espaço físico e de conforto, sim, houve uma melhoria imensa, significativa, claramente que sim. E hoje, eu diria que todas as escolas, independentemente da sua dimensão, estão ao mesmo nível. (...) Estou a falar do aquecimento, estou a falar do conforto de cada sala de aula, estou a falar de, por exemplo, os equipamentos tecnológicos, os computadores, os quadros interativos... Portanto, ao nível de recursos e equipamento, acho que sim(...). Claro que temos uma situação ou outra, como referi há pouco, que precisa aqui de uma intervenção, há 2 em particular, mas, genericamente falando, eu diria que sim, estão aqui num equilíbrio, num equilíbrio, num equilíbrio muito maior. Ao nível dos recursos humanos, foi uma questão que para nós foi sempre prioritária que é assim: face à lei... face à lei, nós temos escolas que não... não teriam lá um assistente operacional, porque o número de alunos é tão reduzido que não permitiriam lá um assistente operacional. E, portanto... mas nós, em cada uma, em cada escola, em cada Jardim, há pelo menos um assistente operacional. Para nós é prioritário. Naturalmente que depois, o que é que isto implica em termos práticos? Que na escola sede temos um défice de assistentes operacionais, porque teoricamente nós temos o número de funcionários que precisamos face ao número de alunos que existem mas, a realidade, pois é outra, não é? Nós precisamos de mais funcionários do que o rácio, define. E a este nível de Agrupamento de Escolas, e neste momento, acho que as escolas ganharam com a questão da transferência de competências para o município. Porque, atualmente, há aqui esta preocupação, independentemente do rácio, depois o atender à especificidade daquele contexto e perceber que tem lá dez alunos. Okay, mas precisa de um assistente operacional. Não pode ficar a professora sozinha com 10 alunos, até porque, se acontece alguma coisa à professora, não devem ser os miúdos que a vão socorrer, não é? Portanto, e há esta... sente-se esta preocupação com o olhar a especificidade de cada contexto. Sim. E dentro desta lógica, lá está, da equidade, não é? Uma escola que tem dez alunos, mas depois têm os mesmos recursos, quer humanos, quer materiais, que outra, que tem cem alunos, não é? Pronto.”</i> ^{D.B}</p>
--	---------------------	--

“...naturalmente que se pode sempre fazer mais e melhor e a tendência é essa, porque como há bocadinho disse, a conjuntura tem-se alterado muito. Houve, a partir de 2018, houve essa preocupação com a educação inclusiva, com a criação de uma equipe que pudesse... multidisciplinar, que pudesse dar resposta a algumas situações, nos últimos 3 anos, penso eu, veio o PIICIE, que foi criado com recursos adicionais, vocacionados (...). Eu lembro-me de há muitos anos atrás, a autarquia dotava as escolas de um apoio financeiro, porque era pelo número de alunos que tinham e depois a escola geria. Depois começou a haver... quando veio a troika isso acabou. E é verdade que o concelho também tem muitas escolas, mais de 160, comparativamente a outros e deixou de haver a possibilidade de nós podermos requisitar transporte escolares à Câmara, deixou de haver esse suporte financeiro e passou a haver uma agenda cultural, e portanto, esse projeto educativo que era ele é que promovia as atividades, as ações, esses projetos junto das escolas. (...) As taxas de abandono escolar, se não houvesse evidências também não diria isso porque podia estar aqui a pensar que estava a dourar a pilula, mas as taxas de sucesso de abandono escolar e do sucesso escolar, genericamente falando, a nível do 1.º e do 2.º, com algumas frentes no 3.º e não tão flagrantemente, aí no secundário, no Concelho de Leiria, tem vindo a melhorar ao longo dos anos (...). Isso significa que, quer o projeto educativo, quer a ação que foi dialogada com as escolas, teve aqui uma infraestrutura, de objetivos e finalidades que até tem correspondido à necessidade, genericamente falando. Depois se isolarmos isto de agrupamento a agrupamento, se calhar as necessidades, na resposta a cada agrupamento poderiam ter que ser outras. Mas também é difícil conseguir-se dar uma resposta mais particular. Em termos de generalização, sim. Quando a CE prevê, priorizando e cumprindo como cumpriu, daquilo que eu sei, um conjunto de obras de requalificação do parque escolar ou de construção de raiz (...). (...) Por sua vez, e para concluir, também o projeto educativo municipal, podendo-se se calhar melhorar aqui e acolá na oferta de algum tipo de ações ou atividades, teve sempre a preocupação de ouvir os parceiros, designadamente as juntas, participei em várias reuniões dessas, sobretudo com as AAAF e com as CAF, e os diretores e as diretoras, relativamente ao currículo, às orientações educativas da educação pré-escolar e do 1.º, 2.º e 3.º CEB, de oferecer atividades ou projetos que ou na área do ambiente ou na área da saúde ou no desporto, que pudessem ser eles complementares e correspondentes a uma necessidade real, individual, mas sobretudo coletiva do território educativo.”^{D.C}

“Sim, acompanhando a questão que lhe estava a dizer, não é? Repare, houve aqui a possibilidade de nós partilharmos, até entre as escolas do Concelho, determinado tipo de materiais, ou seja, foi possível em reuniões nós... nós aflorarmos situações que podíamos partilhar mais valias que algumas escolas teriam, até do ponto de vista da aprendizagem, do ponto de vista de partilhar mais valias que cada uma, portanto, cada escola poderia ter. Não tenho dúvida em dizer que, de facto foi... foi possível ter um outro tipo de recursos,

		<p><i>eu diria, mais à mão do que aquilo que, ou seja, que ... aquele isolamento que a realidade às vezes do primeiro ciclo até estava um bocado voltada, deixou de estar. Portanto, foram tudo potencialidades que nós fomos... fomos tendo, não é? Fomos melhorando. Eu só estava aqui a ver a questão, portanto é uma questão particular, porque como nós temos secundário e o curso profissional, mesmo, repare, a colocação de profissionais na escola, a questão de profissionais como temos o curso multimédia, temos o curso... um curso... mantivemos cursos de formação para alunos complicados na área das tecnologias, tudo isso foi um mais valor, um mais valor que as escolas foram às vezes partilhando. (...) ...só a nível deste, enfim, desta partilha e desta colaboração e desta compreensão, que a carta educativa para ser um instrumento, não é, mobilizador, é que nós, enfim, ficamos a ganhar mais, não é? E, podemos de facto, por uma escola que tenha níveis de equidade de facto dentro daquele equilíbrio que nós mais desejamos.”^{D.D}</i></p>
	Diretora EP	-----
	Vereadora	<p><i>“Todos os dias trabalhamos para isso. Mas isso... mas nunca estamos satisfeitos. Habitualmente digo, enquanto tivermos intenções não podemos descansar, não é? Portanto, isto significa que, ao nível da... das necessidades formativas, temos que procurar sempre outras respostas, quando estas que existem ainda não servem totalmente, não é? E, portanto, esse, esse é um processo que é inacabado, não é? Que é a necessidade sempre de identificar quais são as nossas necessidades formativas? Houve, ao longo deste tempo, um trabalho que foi feito, como eu disse, e acho que isso é muito importante ao nível do ensino profissional, não é? Trabalhamos com... com a comunidade, portanto, não só a Comunidade Intermunicipal, mas, por exemplo, com a Nerlei, com a ACILIS, portanto, com os empresários, e isto foi tem sido a... um percurso que tem... que tem poucos anos ainda, não é?”</i></p>
	Chefe DPEML	-----
Parque escolar	Diretores AE	<p><i>“Eu, eu faria uma divisão. Faria aqui uma divisão. Considero que sim, que por exemplo, no que diz respeito ao edificado para a educação pré-escolar, portanto, os nossos jardins de infância e escolas do primeiro ciclo, elas foram, muitas delas intervencionadas, intervencionadas com qualidade, numa articulação muito grande entre a autarquia e as juntas de freguesia e, portanto, aí sim, houve realmente uma melhoria efetiva do parque escolar. No que diz respeito à escola do 2.º e 3.º ciclo que não está, não estava antes, isto antes da descentralização, não estava neste pacote que era incumbência da autarquia, a degradação acentuou-se e, portanto, o edificado está a precisar urgentemente de intervenção.”^{D.TEIP}</i></p> <p><i>“Sim, sim, sim.”^{D.B}</i></p>

“Eu até estou à vontade para dizer isto como cidadão, mas também como deputado municipal, até porque já fiz uma intervenção na Assembleia nesse sentido, eu acho que os leirienses devem-se orgulhar, pode-se melhorar, mas devem-se orgulhar do parque escolar que o Concelho de Leiria tem a nível do da educação pré-escolar e do 1.º CEB, comparativamente com muitos outros concelhos. Portanto aí a CE te sido muito, do meu ponto de vista, tem sido muito eficaz. (...) Ora se já estamos a falar para agora, é preciso ter em conta um aspeto importante que vem alterar muito isto que é a descentralização das competências. Portanto, a Câmara Municipal de Leiria assinou com o Ministério essa passagem da delegação de competências. (...) E nesse sentido, a próxima CE vai ter que ter claramente em atenção este aspeto, promovendo uma audição mais ampla, tendo em conta também a mudança das várias conjunturas, sendo que isto é tão verdade, porque nós assinamos o protocolo em 2020 e antes dessa assinatura e já depois da assinatura, até relativamente recente, antes de assinar e relativamente recente, a Câmara, através de técnicos, visitou as escolas todas. E agora eu não tive presente, mas tenho conhecimento, uma reunião recente pediu uma inventariação de todas as obras que são necessárias de requalificação dos espaços que fazes das escolas do 2.º e 3.º CEB, para poder priorizar (...). Portanto, há aqui uma oportunidade, uma coisa, há bocadinho eu dizia, às vezes é a intencionalidade e depois aquilo que se consegue. Mas se cada agrupamento ao ser convocado para isto, conseguir, e porque consegue, identificar efetivamente o que é necessário, e porque as escolas agora do 2.º e 3.º CEB passaram estar sobre a tutela da autarquia, nestas coisas das obras, nós podemos através da CE... da nova CE, fazer um reajustamento muito melhor do edificado, da requalificação de espaços (...). “ D.C

“Sem dúvida, olha não, não querendo esquecer, enfim, aquilo que me falta, aliás, muito mesmo, sobretudo na escola sede. Mas esta competência só passou agora, não é? Mas pronto, como disse há pouco, a escola ousou ser secundária. E isto foi para libertar Leiria. Mais uma vez, foi de facto para libertar Leiria que estava superlotada. Eu lembro-me da antiga diretora regional, na altura não era delegada, da diretora me ter telefonado se eu não me importava de assumir aqui 2 turmas, para ficar cá com os alunos. De humanidades e de económico-social. Isto para dizer que... eu até digo muitas vezes, o poder local foi... foi... deu-nos mais, acabou por nos dar mais do que o poder central. Eu tive mais olhos na escola através dos presidentes de junta e dos vereadores e dos presidentes da Câmara do que propriamente da parte, pronto a distância... (...). ...eu tenho tido aqui, de facto, algumas intervenções, ou diria muitas intervenções no centro escolar, mas que depois pecam por outras questões, porque em termos de manutenção, são edifícios antigos que foram melhorados, mas que naturalmente tem a velhice em cima e que podem estar mais precários, percebes? De maneira que eu dizia assim, foi importante, está a ser, mas continua a ter necessidade constante.

			<i>(...) Mas que há agora um conjunto de oportunidades, se não forem aproveitadas neste momento, se calhar não vamos ter e os alunos mereciam isso, percebes?”^{D.D}</i>
	Diretora EP		<i>“Pois nós...lá está, nada disso. A Câmara não entra aqui com um cêntimo. Em nada. Nós até é que pagamos a renda porque o edifício é da Câmara. Nós pagamos uma renda mensal à Câmara. Tudo nós... escola. Do orçamento anual da escola (...) De qualquer das formas a relação com a Câmara, de alguma forma, é de proximidade, face à circunstância de que num dos órgãos – e a Escola ter sido criada em parceria pela Câmara e pela ACILIS – sempre houve uma boa relação institucional. Eles também nunca se esquecem de nós noutros aspetos. Por exemplo, quando foi agora da pandemia aquilo que foi feito noutras escolas, que foi a atribuição de máscaras gratuitas, gel, fizeram a mesma coisa connosco. Olhe tenho aqui isto, tudo isto nós recebemos, agora financiamento, ou apoios com verbas para determinados fins, isso não. Agora, concursos, nós somos convidados a participar... concursos que, tal como os outros alunos das escolas secundárias, agora vamos participar uma vez mais, até já fomos vencedores duas vezes... O concurso de empreendedorismo? Que é promovido pela CIMRL? Nós participámos. É nesse tipo de atividades. Agora não dependemos, como nunca dependemos antes de 1997, data em que foi também dada a possibilidade das escolas públicas terem cursos profissionais, nós nunca dependemos financeiramente de ninguém, nem da Câmara nem ACILIS, tudo sempre do Fundo Social Europeu.”</i>
	Vereadora		<i>“Ao nível do pré-escolar e 1.ºCEB, que eram... que era uma competência do município, não tenho dúvidas que nós temos excelentes condições, em termos das infraestruturas. Foi uma aposta muito forte, um investimento muito grande, investimento financeiro, ao longo destes últimos 12 anos, não é? 12-13 anos, não é? E realmente este tempo permitiu-nos ver evoluir as condições das escolas. Houve... Tentar alguma equidade, não haver diferenças entre as escolas da cidade e as escolas de fora da cidade, pelo contrário, hoje nós temos as escolas todas elas equipadas, tínhamos algumas... algumas freguesias que não tinham refeitórios, num curto espaço de tempo foram feitos quase 30 refeitórios nas escolas do Pré-Escolar, nos Jardins de Infância e nas escolas do 1.ºCEB. As melhorias ao nível do conforto da sala da aula foi uma paridade, todas as salas são aquecidas, portanto, têm aquecimento, todas as salas têm as melhores condições possíveis... possíveis para... para o conforto das crianças no dia a dia, a questão das casas de banho, termos refeitório na escola, poder almoçar na escola, hoje, é possível em todas as escolas do concelho. Passamos depois para o recreio escolar, em que foi uma aposta que fizemos, privilegiando o brincar, portanto, sem dúvida que... que foi... foi um percurso que fizemos de melhoramento, que teve impacto depois no nosso parque escolar. Portanto... Agora estamos a iniciar uma fase, só que é com a delegação de competências no 2.º e 3.º ciclo e ensino secundário não é? Portanto agora estamos numa fase de projeto para tomar depois, daqui a uns anos, podemos dizer que temos a casa toda arrumada, não é? Pronto, mas isto demora tempo e custa muito dinheiro.”</i>

		<p>Chefe DPEML</p>	<p><i>“Sem dúvida que houve. Para já, houve o encerramento de muitas escolas que... eu em 99, quando vim para a Câmara, nós tínhamos, na altura, 113 estabelecimentos do 1.ºCEB. Hoje em dia temos 62. Portanto, é diferente gerir 113, e na altura sem agrupamentos, e agora 62, com agrupamentos de escola e com juntas de freguesia, que também tem crescido em termos do que é intervir numa escola e intervir na educação. Acho isso também. Neste momento os presidentes de junta que nós temos a trabalhar connosco também são pessoas mais preocupadas com a educação e com... com questões como, por exemplo, um recreio, ‘vamos acimentar’. Está bem, mas vamos acimentar, mas também a questão verde... Temos cada vez mais, felizmente, presidentes de juntas na... nessa... com essa preocupação. Mas sim, tem melhorado porque tem havido também uma estratégia. Para já, temos muitos edifícios, não é? E depois tem havido uma estratégia de tentar... e um dos objetivos da nova CE é precisamente a equidade. Porque... E ouvimos muita vez a vereadora da educação dizer isto, que custa imenso ter uma escola que é topo de gama e outra menos boa, então vamos olhar para a menos boa e ver o que é que é menos boa precisa. E tem sido um bocadinho essa estratégia. E depois, por outro lado, todos os anos, antes da realização do orçamento, vamos olhar, ok, o ano passado atuámos nesta e naquela freguesia, então agora vamos olhar para aquela, o que é que aquela precisa, e acaba por ser mais estruturada e mais voltada para aquilo que é a educação hoje em dia, acho eu.”</i></p>
<p>Identificação das necessidades formativas do concelho</p>	<p>Identificação e gestão das ofertas formativas previstas na CE de 2007</p>	<p>Diretores AE</p>	<p><i>“É verdade, é verdade que os recursos humanos existentes são muito importantes quando pensamos naquilo que é a oferta formativa. Porquê? Porque a escola não tem autonomia de contratação e nós até poderíamos chegar à conclusão que há uma necessidade na comunidade local, mais vocacionada para uma determinada área, mas não tendo nós no corpo docente do agrupamento, professores com formação nessa área, somos condicionados a fazer propostas que são mais orientadas para aquilo que temos disponível, porque senão estaríamos a fazer propostas irrealistas, uma vez que se as fizessemos, depois iríamos encontrar a limitação de não poder contratar quem queríamos. Apesar de ser TEIP e de termos alguma margem de manobra, há algumas áreas onde realmente gostaria de investir. Por exemplo, gostaria de investir, porque tinha aqui talvez alguma saída em áreas profissionalizantes relacionadas, por exemplo, com a mecanotecnica, a eletricidade, a própria mecânica, porque tenho aqui alunos que revelam muita predisposição para essa área. Mas vou fazê-lo com quem, não é? Esse é o grande desafio, portanto, tenho que me cingir um pouco ao que tenho, não é? À matéria-prima que tenho. Normalmente o que nós fazemos é, num horizonte temporal, primeiro que compreenda um ciclo, por exemplo, todo o terceiro ciclo. Nós propomos sempre uma oferta formativa cuja vigência seja no mínimo dos 3 anos. Mas, sempre de acordo, há pouco não falei, mas das disponibilidades de recursos humanos, mas também das condições físicas e dos próprios espaços físicos disponíveis no agrupamento e na escola sede, no caso. Portanto é outro dos fatores que entram na equação da oferta. É que tipo de recursos materiais, físicos eu tenho para poder fazer esta oferta formativa. Portanto também é, para além dos recursos humanos existentes, são consideradas também como prioritárias as condições físicas a disponibilizar.” D.TEIP</i></p>

“Os interesses dos alunos. Os interesses dos alunos é aquilo, e especificamente.... aliás, um exemplo concreto, o ensino secundário. Os cursos que temos são os cursos que os alunos querem ter. As ofertas que temos são as ofertas, 12.º ano, por exemplo, a disciplina de oferta que nós temos, ou as disciplinas de opção, não é de oferta, as disciplinas de opção que nós temos são as disciplinas que os nossos alunos escolheram. E para algumas delas, não temos recursos, não temos professores do quadro daquele grupo de recrutamento, por exemplo. Tem um problema para nós que é termos que recorrer à contratação e às vezes não é fácil, em determinados grupos, encontrar... termos um professor.... já para não falar da... da descontinuidade, digamos assim, que existe, porque sendo um professor contratado, este ano é um, no próximo é outro e depois outro, com as implicações que que pode ter em termos de, enfim, do trabalho que efetivamente venha a ser feito com os nossos alunos. Mas, para nós, que é assim, os nossos alunos, o que é que eles precisam? Isto é sempre o nosso foco. Depois dizemos assim “okay, agora que recurso é que nós temos?” Podemos potenciar os recursos que temos? Vamos potenciar. E nós fazemos isso. Nós temos no segundo ciclo, por exemplo, uma disciplina literacia sócio-digital, já temos há imenso tempo e que mantemos agora no contexto da autonomia e flexibilidade curricular. E ele existe porquê? Porque, primeiro entendemos que era uma área urgente para os nossos alunos e importante para os nossos alunos. E depois, tínhamos e temos na escola dois docentes que, não sendo nem um nem outro de informática, mas também não tem que ser, entenda-se, têm conhecimento e fizeram formação e têm, portanto, têm aqui um know-how que nós potenciámos para desenvolver uma oferta de escola que pudesse criar aqui, e desenvolver nos nossos alunos, um conjunto de competências que hoje estão previstas no perfil do aluno, por exemplo. (...) ...chegará o momento em que nós precisamos, naturalmente, de estabilizar uma rede. Até para ser possível aquilo que eu falava há pouco, que é um olhar, um olhar holístico para tudo isto e decidir, esta escola tem esta oferta, aquela escola tem outra e para nos entendermos, não é? Porque é impossível cada escola ter os cursos todos, até porque depois não há alunos para tal, não é? Portanto, tem que haver aqui uma gestão. Uma gestão contextualizada das coisas. (...) Para dizer que chegará aqui o momento em que nós vamos estabilizar, ou seja, em função de um histórico, o que é que habitualmente os nossos alunos pretendem? Quais são as opções deles? E num momento em que isto.... esta é a fase, eu diria que neste momento, é o quarto ano de funcionamento do secundário nesta escola, é um momento em que nós temos que começar a pensar em estabilizar, não é? E, portanto, porque há quatro anos a esta parte, o histórico, os interesses dos nossos alunos estão canalizados em dois cursos, línguas e humanidades, ciências e tecnologias, portanto. Se isto, este é o nosso histórico, não faz sentido nenhum, de repente, agora vamos abrir arte, ou vamos abrir economia, não é? Claro que temos alunos interessados nestas áreas. Temos dois ou três numa, mas lá está, vamos canalizar para outra escola que tenha esta oferta e, portanto, é esta lógica de gerirmos de forma integrada a oferta educativa que existe no Concelho, neste caso. E, portanto, isto vai ter que acontecer, vai ter

que começar a acontecer naturalmente. E precisamos também desta estabilidade para que depois possamos organizarmos, possamos investir na formação dos professores, para que seja possível, lá está, fazer mais e melhor face à.. ao público que temos, à realidade que temos e é por aí.”^{D.B}

“Se a escola não tiver capacidade, por antevisão, de perceber que não tem condições, ou não lhe são dadas as condições, para a sua oferta educativa ser muito diversificada ou responder às necessidades, terá que ter uma gestão inteligente. Joga com os recursos que tem e reestrutura. Porque o grande problema das políticas educativas, e daquilo que até a retórica diz, é que os cursos nas escolas têm que ter uma gestão eficiente e eficaz e, portanto, quando nós dizemos assim, o professor da disciplina X se tiver formação também para Y, portanto, também pode dar essa disciplina Y, seja o que isso for. Ou se tem apetência para aquilo, portanto. E então, se a escola, ou por limitações de espaço físico ou porque não foi renegociada devidamente a oferta formativa e educativa, quer dizer, não vai oferecer aqui um cursozinho para 3 ou 4 ou 5 alunos. Portanto, tem que se reposicionar, gerindo internamente os seus recursos. (...) Portanto, a rede devia poder fazer a conjugação destas duas coisas e a escola depois decidiria em função delas, não sendo, não sei se estou a pensar bem, o que eu temos feito aqui, porque isto... nesta e em qualquer escola, não é uma pessoa que faz isto, é um conjunto de pessoas, o que nós temos feito é, de facto a nossa oferta ser em função dos recursos humanos que nós dispomos. Até oferecemos, só para dizer, oferecemos até disciplinas próprias, quando foi possível através da gestão flexível dos currículos, muito para trás, e depois a partir do Decreto-Lei 55, as disciplinas que nós criámos, eram disciplinas que foram criadas em função dos recursos que tínhamos. Ou porque já havia esse docentes, já tinham muito poucas horas para lecionar porque o que lecionavam, as pessoas não optavam por isso... Sempre foi assim, portanto, não sobrecarregar com encargos adicionais, mas gerir de forma mais eficiente e eficaz, as coisas. (...) Tivemos ao longo da história duas vezes dois cursos, um curso de educação e formação, a montador de eletricista, até tivemos que ir buscar alunos a outras escolas para ter o número mínimo, e práticas administrativas da outra vez. Mas nunca tivemos aqui grande população para isso. E depois deixámos, e nós até costumamos dizer que se quiséssemos tirar um retrato a esta escola, esta escola sempre foi vocacionada para ensino regular, ponto final parágrafo. Pronto. E é sempre assim que se tem posicionado, sempre. (...) A partir do momento em que, quando entrámos na gestão flexível do currículo, que foi talvez as melhores experiências que tivemos aqui nesta escola, e até reconhecido pelo Ministério na altura... E depois, quando antes do Decreto-Lei 55, quando a lei permitia que por oferta de escola, a escola se tipificasse relativamente à oferta (...). (...) No 1.ºCEB o que oferecíamos era dentro do currículo em si e muito virado para as questões lúdicas (...). (...) No 5.º e 6.º anos, o que nós sempre tivemos a preocupação, é que a disciplina pudesse ter continuidade no 3.ºCEB. Portanto, nós tivemos, ainda não se falava nisso, tivemos oferta de TIC e tivemos teatro. (...) Começámos

a ter uma pessoa, dois ou três colegas, 'ai também gostava de fazer e isto e mais aquilo', ligado ao português, passámos a ter expressão dramática. E isso era uma oferta que fazíamos e começava-se no 5.º e 6.º ano e 7.º, 8.º e 9.º ano. (...) Ainda chegámos a pensar, tentar montar aqui alguma oferta que tivesse a ver o meio. Nós temos aqui uma zona, aqui para cima, muito ligada ao barro, à olaria, à cerâmica.... E ainda pensámos que... tínhamos boas muflas que na altura... Mas depois pronto, conversando, ponderando, ouvindo os alunos, não. (...) Com o Orfeão, fizemos um protocolo, passamos, e durante 3 anos tivemos aqui o ensino articulado. E houve o ano intermédio, tivemos muito boa adesão, tivemos turmas dedicadas e outras mistas. A verdade é que, e eu vou concluir, quando os alunos nessa formação... vinha a carrinha aqui buscá-los, levava... quando depois foi necessário definir um instrumento, e eu acho que não vou ser muito impreciso, definir um instrumento e subir no nível de formação, havia custos para as famílias e aí foi gritante. Nós chegamos a ter 40%. É evidente que nesse tempo, os 40% de alunos, a ação social escolar nesse tempo melhorou muito isto através da intervenção da segurança social com a atribuição de escalões. Embora ainda haja aqui e acolá, alguém que consiga contornar isso, mas nesse tempo não havia uma malha muito fina que... que pusesse com respeitabilidade esses princípios. Mas nós chegámos a ter 42% de alunos. A verdade é que sim ou não, esse ensino articulado esvaziou-se por completo porque depois no quarto ano passámos a ter três numa turma, dois... E morreu por completo (...).” D.C

“Ouviste dizer, Donato, há um bocadinho, nós apostamos muito na tal programação. Ou seja, achámos, entendemos, na altura, era uma oportunidade do ponto de vista estratégico da escola para... para recursos humanos que tem, para os equipamentos que tem, mas por outro lado, e o tempo veio-nos dar razão, a programação começou a ser a algo que, de facto, pronto, que se... que veio para se intrometer no sistema educativo, não é? (...) Portanto, essa é uma oferta formativa que foi sendo refletida ao longo dos anos e que nós apostámos, estás a ver? Pronto. Aqui na escola, posso dizer que, por exemplo, a oferta do teatro, o teatro, como oferta artística, de facto, nasceu e sustentou-se e mantém-se. Neste momento é um, é uma... é uma realidade muito própria de D, portanto, participamos depois nos projetos da Câmara, etc. Mas há aqui uma valência, há aqui... já se está a construir mesmo um clube de teatro, com... portanto, com muita valia. (...) Ainda no, é pá, no 1.ºCEB e no Pré-Escolar também dizer que as ofertas que nós temos tido, como sabes, também se articula um bocadinho com algumas decisões nas reuniões da Câmara, com aquilo que a que a própria política da Câmara nos tem permitido. Como tu sabes, esta realidade Leiria, Cidade da Cultura, por exemplo, com Arte Palmas, não é? Nós temos, aqui o nosso... a nossa Filarmónica, a associação filarmónica de D, que é das associações mais antigas, pá, do concelho e aqui da zona, tem cento e tal anos. E que tem sido eles, eles têm uma escola de música, e tem sido eles também a disponibilizarem os técnicos deles para fazerem projetos com a escola. (...) Isto para dizer que a oferta formativa (...) é refletida em cada ano e também conforme as disponibilidades, também

		<p><i>ai e, de facto, as ofertas institucionais que vão... que vão aparecendo, não é? Mas tem sido matéria que em todos os anos tem, tem sido motivo, de facto, de, enfim, de leituras às vezes diferentes, não é? E a Câmara muito... enfim, nos últimos tempos tem ajudado muito, portanto, nesse aspeto.” D.D</i></p>
	Diretora EP	<p><i>“Quem define o que é que aqui pode existir nem somos nós. Não é a Escola, não é o município. A DGESTE tem o seu papel, mas quem define é o Governo. É o Ministério da Educação e organismo ANQEP. São eles que definem os cursos para aquela região. Neste caso, para a CIMRL. E quantas... Ah, e mais do que isso, quantas turmas é que são atribuídas para cada município. Vamos imaginar, autorizam 3 turmas de cozinha/pastelaria vai se ver... para aquela região. Claro que nós queremos, mas há a Calazans Duarte que quer, sei que quer uma e não sei quem mais quer aqui da CIMRL. Há aqui próxima mas não pertence à nossa CIMRL, que é Fátima. Portanto nem sequer entra nesta CIM. Mas quem define... Portanto, eles dizem, são 3 turmas. Pois como é que elas são atribuídas? Tem que haver critérios. Vamos imaginar que uma escola pública, porque podem fazê-los... “Nós também queremos. Não precisamos de licença prévia de funcionamento e também queremos”. Mas vão ver, felizmente que há bom senso, e vão ver o histórico. Aquela que tiver um histórico, em relação àquele curso maior, e com bons resultados, pois essa escola será privilegiada em relação a uma que nunca teve cursos de cozinha. Nós já temos os equipamentos, todos temos um restaurante-escola, temos professores, há procura... Claro que isso é tido em consideração, felizmente. Porque senão era muito complicado.”</i></p>
	Vereadora	<p><i>“Há linhas de orientação que resultam, inclusivamente de fóruns, não é? Fóruns de emprego onde, por exemplo, mesmo dentro do espaço do Conselho Municipal de Educação, há Conselhos Municipais de Educação que dedicam a sua ordem de trabalhos ao ensino profissional, por exemplo. O que é... quais são as necessidades do nosso território? E aqui o IEFP dá um contributo muito importante porque conhece muito bem as necessidades de emprego, portanto, isso... isso acaba por nos ajudar bastante, não é? Mas depois também a NERLEI que nos sinaliza quais são as áreas em que há maiores fragilidades... Portanto, há aqui... e para além disso é necessário sustentar toda esta informação. A Comunidade Intermunicipal encomendou um estudo ao Instituto Politécnico de Leiria que fez um estudo da região, sob o ponto de vista económico, para nos ajudar a traçar estas... estas áreas, as áreas mais fortes. E, portanto, é esse estudo que foi... que foi feito agora, penso que há 2 anos, 3 anos, que está disponível, onde se traçam exatamente quais são as áreas, as áreas fortes e as áreas fracas, não é?”</i></p>
	Chefe DPEML	<p>-----</p>

	Oferta de ensino profissionalizante	Diretores AE	<p><i>“Não, neste momento não temos pela mesma ordem de razão. Porque não temos alunos interessados nesta... na... no ensino profissional, neste caso. Nós fomos, há muitos anos, a primeira escola que avançou na altura com cursos de educação e formação, porque tínhamos alunos com o perfil adequado e que quiseram avançar por aí. Portanto, a nossa oferta educativa durante muitos anos tinha cursos de educação e formação. Deixámos de ter a partir do momento em que deixámos de ter alunos com aquele perfil para. No dia que voltarmos a ter... naturalmente que fica sempre nesta lógica. O que é que é melhor para os nossos alunos? Que é que os nossos alunos querem? Já à época, os cursos que tivemos de educação e formação foram os cursos que os nossos alunos quiseram frequentar, independentemente de termos ou não professores para lecionar.”^{D.B}</i></p> <p><i>“Eu não estou habilitado para falar do ensino da via profissionalizante, porque nunca o tivemos aqui, mas daquilo que oiço... O que nós temos é... Não podemos ter num Concelho ofertas redundantes. Portanto temos que as redistribuir de forma eficaz, por isso é que a carta educativa serve para isso.”^{D.C}</i></p> <p><i>“Os recursos humanos que temos são... são, digamos, um critério fundamental, não é? Nós não temos ainda autonomia que nos permita a pensar assim, ‘vou abrir aqui um curso de metalomecânica e vou ter a oportunidade de chamar aqui o engenheiro tal’ até porque não temos essa hipótese. Portanto, eu parti do que eu tinha na escola. A estratégia que nós tivemos, não fui só eu, esta questão do curso profissional aqui nasceu um bocado ali, quando começou a haver o boom das tecnologias. (...) Eu não conseguia conceber isto, percebes? Na altura sei, já não me recordo, com a DGESTE ou com a DREC, na altura era com a DREC, vimos que era uma oportunidade porque o Ministério queria lançar as tecnologias nas escolas. E olha, aceitaram o desafio e então equiparam-nos duas salas com o toda a carga de material relacionada com uma sala tecnológica, com computadores. Então abrimos desde sempre os cursos na área das, da informática. Até os primeiros CEFs também eram [da área] (...). (...) Às vezes, eu acho que com alguma razão, os colegas das escolas secundárias típicas, sei lá, ‘estes fulanos abrirem multimédia’... É pá, tenho o mais importante que são os professores. Portanto, foram colocados professores, porque eu tinha horas, estás a ver? Portanto, recursos humanos eram, foi uma matéria fundamental e que conseguiram transportar, depois com isto, o Ministério entendeu, de facto, credenciar-nos com materiais, com os computadores e com tudo o que rodeia (...). (...) neste momento eu tenho um grupo de informática com 6 professores. E uma parte das horas são do crédito da escola e fazem o quê? Fazem programação no primeiro ciclo, ou seja, estão com TIC e programação no 3.º e 4.º ano. Foi um valor acrescentado. É assim, é uma oferta que nós temos ,mas que eu não tenho dúvida em dizer-te de viva voz, que foi</i></p>
--	-------------------------------------	--------------	--

		<p><i>uma estratégia para mantermos o grupo de informática atento às tecnologias e para poder, como tu bem sabes, a manutenção destes materiais que são de facto muito sensíveis, não é? Portanto, a eu não sei se vou responder, mas a oferta formativa nasce muito nesta situação. Nós temos outra oferta profissional, que é no âmbito da... do turismo, turismo rural e ambiental, sabes? Mas isso foi para quê? Foi para aquele grupo de alunos menos disponíveis para as tecnologias e que queriam, que não conseguem prosseguir estudos, mas que queriam um curso profissional, pronto. Sentimos na altura... Sabes que todos os anos há uma entidade, não sei se é a ANQEP, que faz o levantamento das prioridades dos cursos profissionais. E esse o turismo ambiental e rural surgiu já há uns anos, como uma a oportunidade que o país tinha que apostar e, portanto, foi por aí que nós temos. (...) E, portanto, dizer-te assim, que estas necessidades formativas de facto nascem muito do contexto que temos. Não podemos estar aqui a armar-nos em bons se não tivermos, de facto, condições para isso. Dizendo que a grande aposta é nos recursos humanos, ok? (...) E neste momento, uma curiosidade só Donato, temos o Qualifica, que é a validação de competências, pronto. Temos um curso de educação e formação... temos o EFA, educação e formação de adultos, uma turma, e isto foi identificado até pela Câmara, há uma franja, porque o Qualifica é para adultos, a partir de 23. E, eu não sei se foi esquecimento, se isto falhou, se passou ao lado, como é que, isto é uma situação a averiguar, deixou de haver, pelo menos aqui em Leiria, mercado ou saídas para aqueles jovens que, já com... dos 18 aos 23 anos, que ficaram pendurados, com uma cadeira, com duas cadeiras, que ficaram só com o 9.º ano, percebes? E então criaram esta educação e formação de adultos, que tem... tem 3 tipologias, com base no número de horas, que permite terminarem pelo menos o secundário, estás a perceber? Quem tem uma cadeira, que ficou com a matemática pendurada, pode terminar... (...) Nós agora temos esse sagrado Decreto-Lei 55 e o 54 que nos tem, enfim, orientado, não é? O que é que eu posso dizer aqui também?”^{D.D}</i></p>
	Diretora EP	<p><i>“Até 1997, altura em que os cursos profissionais foram... Sim, 1997 exatamente, mais ou menos por essa altura, foi dada a possibilidade das escolas públicas e colégios com contrato de associação também terem na sua oferta educativa cursos profissionais. Até essa data era eram exclusivamente da pertença das escolas profissionais. Em Leiria só havia esta, portanto era a única escola no Concelho de Leiria que tinha cursos profissionais. E a partir dessa altura, como foi dada essa possibilidade, gradualmente as escolas públicas, secundárias, foram abrindo o seu leque de ofertas a essa via profissionalizante. Em que é que isso se traduz? Traduz-se... no imediato, a reuniões da rede que foram concertadas pelo, na altura vereador, que era o Dr. Vítor Lourenço, onde eu estava presente, participando em representação da escola, como uma pessoa que mais conhecia desse tipo, dessa realidade e de alguma forma ajudava os meus colegas, diretores de outras escolas, sobre os procedimentos que eram necessários, que para eles são bastante mais simples do que para nós. As escolas profissionais como esta, pura e dura, precisam de uma licença prévia para funcionarem, para cada curso. Têm um alvará para o estabelecimento, com uma lotação de alunos e de turmas, em função dos alunos das turmas, mas depois, para cada curso</i></p>

específico, precisa de uma licença prévia de funcionamento. Coisa que as escolas públicas não necessitam. E portanto, há um catálogo com ofertas profissionalizantes.... a ANQEP entretanto surge neste processo todo... define um catálogo com as ofertas que podem ser oferecidas pelas escolas. Mas mais do que isso, passou a definir, a partir de certa altura, quais eram os cursos profissionais para cada região, para cada... para cada concelho até. E, portanto, o que nós tivemos de fazer a partir de certa altura, nunca houve conflito com as escolas públicas, porque o que nós fizemos foi... Nós já tínhamos tradição em determinadas áreas e não entrávamos no território de outras áreas profissionalizantes. E fomos encaixando para que não houvesse sobreposição da oferta formativa. E, portanto, tem corrido tudo muito bem. Reuniões da rede em primeiro lugar, em 97, 98, 99, 2000, por aí, sempre informais. Eram... as pessoas eram convidadas a participar, que era para pelo menos saberem quais eram os cursos que as outras escolas iam oferecer e não oferecerem a mesma coisa. A partir de certa altura, e nós escolhíamos, nós aqui escolhíamos. Tivemos cursos que entretanto desapareceram porque percebemos que não havia nem sequer procura por parte dos alunos, nem procura por parte dos empregadores, porque o que nos interessa depois é que haja empregabilidade. O nosso objetivo não é perseguição de estudos superiores, o prosseguimento de estudos superiores, mas sim em primeiro lugar, empregabilidade e, portanto, também percebemos que nalgumas áreas os cursos não tinham procura por parte dos empregadores. Portanto, as coisas foram mudando, até que chegou uma altura, já nos anos de... a partir de 2000, que nós percebemos que havia aqui 4 grandes áreas, onde nós... para as quais nós tínhamos licença prévia de funcionamento – teve que vir um técnico da DGESTE avaliar se nós tínhamos instalações para isso e equipamento e recursos humanos. E percebemos que havia uma área, que mais ninguém tinha, e que nós tínhamos a possibilidade de entrar por essa área. Havia procura por parte de alunos... havia procura por parte de empregadores... que era a área da cozinha. De hotelaria, restauração, pastelaria... portanto, entramos por aí. Havia uma outra que era das eletrónicas e das mecatrónicas. Duas, aliás. Entrámos também por aí. E havia uma terceira que tinha a haver com a informática e a reparação de equipamento, que é o hardware. E, há vários anos que nós temos essas, essa oferta formativa. A partir determinada altura, quem define... quem define, ao fim ao cabo, sempre as áreas formativas que escola pode oferecer é o Ministério da Educação, ponto. Criaram-se outros organismos, como as comunidades intermunicipais. Leiria pertence a uma CIM, que é a CIMRL. Antes da pandemia ainda houve, durante 2 ou 3 anos, reuniões das CIMRL, em que cada município dizia que para o seu município tinham necessidade desta área daquela e daqueloutra... Aí já começou a haver algum...algum... Não é conflito, não digo conflito. Mas alguma dificuldade de encaixe para que as coisas funcionassem todas bem. Nunca connosco, felizmente, mas às vezes entre outros municípios, porque ambos queriam a mesma coisa. (...) Às vezes concordamos com os critérios, outras vezes não concordamos. Ninguém tem muito... Temos uma associação com nos representa, que é a ANESPO, e que faz eco de todos... e faz muitos inquéritos, pedem-nos muitas opiniões, mas é a nível nacional. São os nossos representantes, são os nossos parceiros institucionais em

		<p><i>reuniões no Ministério da Educação. Mas nem sempre somos ouvidos... porque nós....sentimos ainda um pouco que vivemos na franja, nas franjas do sistema educativo. Somos assim uns parentes mais pobrezinhos, digamos assim.”</i></p>
	<p>Vereadora</p>	<p><i>“ ...primeiro que tudo nós fazemos sempre uma reunião dos diretores das escolas para perceber o que é que sentem quanto às necessidades e também às condições que a escola tem em ter determinado tipo de cursos. Depois, o próprio... ANQEP e o Ministério da Educação define as prioridades, depois de uma consulta também no trabalho que é feito, penso que também com as comunidades intermunicipais, as prioridades em termos de cursos. A partir daí com as propostas dos diretores, é necessário, numa reunião alargada, primeiro faz-se uma reunião concelhia e depois faz-se uma reunião com os diretores dos 10 municípios. Os 10 municípios reúnem-se com os seus diretores todos para conversarmos da sobre oferta educativa e, portanto, há algumas situações em que há negociação, também há, num âmbito acima e, portanto, junto dos vereadores da educação, algum trabalho nessa área, não é? Junto da sua comunidade, portanto, faz-se um trabalho preparatório. Mas depois há esta reunião com o Ministério da Educação, com a Comunidade Intermunicipal e com todos os diretores dos 10 municípios, pronto, onde se acertam as necessidades formativas, não é? Algumas que estão... havendo repetições, não estando adequadas e não estando de acordo com... com as indicações que o Ministério propõe, portanto, depois fazem-se esses ajustes. Basicamente, é esta metodologia que seguimos aqui em Leiria. (...) Trabalharmos com... com a comunidade, portanto, não só a Comunidade Intermunicipal, mas, por exemplo, com a Nerlei, com a ACILIS, portanto, com os empresários, e isto foi tem sido a... um percurso que tem... que tem poucos anos ainda, não é? Que eu penso que, apesar de ser uma área... que estes últimos 2 anos, no caso do ensino profissional, nós tivemos ao nível do insucesso e do abandono, uma maior percentagem do que nos anos anteriores. Teve a haver com, não tenho dúvidas, com o COVID, que o facto de estes... estes estudantes estarem mais virados para o ensino experimental e para o contexto de trabalho e estarem no ensino à distância não foi nada motivador, não é? E portanto, isto é, aumentou muito o insucesso escolar no ensino profissional. E até... qual será o impacto que isto vai ter no futuro? Porque houve sempre um grande estigma relativamente ao ensino profissional. E nós estávamos a combater este estigma, e estávamos, penso eu que estávamos a fazer um bom caminho. Agora tivemos esta quebra, não é? E agora temos que, novamente, fazer todo um trabalho de terreno, puxar pelas empresas, pelos estágios profissionais, tentar que esses estágios valorizem os cursos, não é? A relação das escolas com as empresas, há muito trabalho a fazer nesta área, muito trabalho a fazer, porque é muito importante que os nossos estudantes vejam isto como uma boa alternativa em termos de percurso formativo, não é? Ou como excelente, não é? Há alternativa. Este... este é uma área que, em termos das necessidades que temos, do ensino profissional, que temos... que... que trabalhar, não tenho dúvidas.”</i></p>

		<p>Chefe DPEML</p>	<p>“...nós também é uma prática que já temos alguns anos, por exemplo, em relação aos cursos profissionais. (...) ...foi com a realização da primeira CE que nós nos apercebemos que algumas escolas próximas eram concorrentes, umas das outras, porque ofereciam os mesmos cursos. E o que nós fizemos, identificada essa questão, passámos, antes (...) das escolas enviarem a proposta de cursos profissionais para a DGESTE, o que nós fazemos, é reunir com... com os diretores e os responsáveis de ensino profissional antes e perceber o que é que cada um tem para oferecer, e não haver aqui concorrência. Tanto nós, neste momento, não temos cursos repetidos na, no concelho, a não ser uma exceção, por exemplo, Monte Redondo, mas Monte Redondo não está a concorrer com a Leiria, não é? Agora, dentro de Leiria, as mesmas escolas a concorrerem com os mesmos cursos não fazia sentido. Mas isso também é uma preocupação, porque neste momento é a CIMRL que define a oferta profissional em termos educativos, em termos das escolas e do ensino regular. Mas uma das nossas preocupações, e é difícil, eu sinto, agora uma opinião pessoal, sinto que é difícil, por vezes, articular com o tecido empresarial, por exemplo. Porque eles... o tecido empresarial diz que tem necessidade deste ou daquela formação, mas depois quando é altura de expor e de partilhar essas necessidades, acaba por não, pronto, não fazer (...). Tem que ser trabalhada. Sobretudo quando falamos do... da formação ao longo da vida e da... e da formação de adultos, por exemplo. Se bem que nós, por exemplo, neste momento já conseguimos também fazer uma outra coisa que eu acho que... Eu, por isso, sou defensora de trabalho em rede e é uma das coisas que eu... que eu admiro, que eu que eu que eu tenho tido pôr em prática, e acho que só temos a ganhar se conseguirmos trabalhar em rede. Nós neste momento temos, por exemplo, o Qualifica Leiria, que é a rede de todos os qualificadores em Leiria. E aqui também há uma partilha. Por exemplo, o Qualifica da Maceira, tem uma oferta que o de Leiria e o IEFP não tem condições para... para dinamizar e o Qualificada Maceira está pronto a vir, e a maior parte dos formandos são de Leiria, então... Haver esta partilha é... são passos que vamos dando, mas caminhos, nota, tenho essa sensação, mas sim, aí é uma área a apostar, digo eu.”</p>
<p>A CE do ponto de vista dos intervenientes</p>	<p>Relação entre a CE e a Autonomia das escolas</p>	<p>Diretores AE</p>	<p>“...eu entendo que depende do ângulo e depende da perspetiva. Eu acho que é um instrumento facilitador porque ajuda a escola a posicionar-se naquilo que é o contexto educativo onde está inserido e, portanto, aí é facilitador. É facilitador, na medida em que é participado, porque é elaborado com o contributo de todos e dá-nos uma visão, olharmos para a carta educativa, para os seus pontos fortes, para as suas fragilidades, para as suas potencialidades, conseguimos vê-la realmente como a facilitadora. No entanto, uma vez que estão na CE, definidas linhas orientadoras bem definidas, pode ser um instrumento pouco facilitador no que diz respeito, por exemplo, à inovação porque, ainda há pouco falávamos, que tem um horizonte temporal muito grande e pode condicionar. Enquanto, a CE enquanto instrumento dificultador da autonomia das escolas, eu vejo mais na perspetiva de poder eventualmente limitar alguma inovação que as escolas queiram implementar. Isto porquê? Porque como o horizonte temporal de vigência da CE é bastante alargado,</p>

esse será talvez o maior senão, porque não se consegue, e a educação, não se consegue certamente fazer uma previsão a 10 anos, considerando todas as variáveis e, portanto, viria esse como talvez o instrumento mais difícil, dificultador dessa autonomia da escola, dela se renovar melhor e de propor diferença.” D. TEIP

“Eu devo dizer que até ao momento nem facilitou nem dificultou. (...).. nem uma coisa nem outra, honestamente. Porque, independentemente do que está numa carta educativa, quando... face ao número de alunos que nós temos matriculados, face à realidade que é hoje o nosso agrupamento, nós vamos sempre...No fundo é assim. Nós também, nós também pensamos e projetamos o nosso agrupamento, não é? Independentemente da CE, nós também projetamos o nosso, o nosso agrupamento, não é? E dentro desta lógica, a CE nunca foi impedimento para que nós caminhássemos num sentido ou noutra, não é? E daí eu dizer que nem é facilitador nem deixa de ser, pronto. (...) Estou-me a lembrar, por exemplo, no momento em que nós alterámos as zonas de influência pedagógica desta escola. A CE vigente, à época, o que tinha? Tinha que a zona de influência pedagógica desta escola era ou eram as freguesias de XXXXXX, XXXXXX e XXXXXX. E depois dizia também que as zonas de influência pedagógica do XXXXXX eram XXXXX, XXXXXX, XXXXX. Depois, dizia também que a zona de influência pedagógica do Colégio de XXXXX era XXXXXX, XXXXXX e XXXX, penso eu. Mas XXXX e XXXX são nossas, não é? E num determinado momento, nós percebemos que isto não podia ser deste jeito. Porquê? Porque esta definição, e aqui sim, a CE, na verdade, dificultou a vida desta escola. (...) Porque a Câmara Municipal só assumia o transporte, o transporte escolar dos alunos para esta escola desde que a origem fosse a zona de influência... desde que nós fôssemos a zona de influência pedagógica (...). (...) Portanto, isto era o que dizia a carta educativa. Isto tinha que mudar, que não podia ser de outra forma, porque se os pais têm o direito de escolher a escola dos filhos, depois de repente deixam de ter esse direito porque há aqui uma CE, há aqui...enfim. E, portanto ,nós o que fizemos foi, junto do Ministério da Educação dizer isto e explicar isto direitinho. E o Ministério da Educação alterou a zona de influência pedagógica desta escola e a seguir, nós informámos a Câmara Municipal, e a seguir o transporte dos alunos passou a ser assumido pela Câmara Municipal. Tudo isto à revelia do que dizia a carta educativa.” D.B

“À bocadinho dei a entender que muitas vezes os pressupostos que estão na lei, a intenção, pode ser uma coisa boa, e aliás os atos educativos ou os atos administrativos ligados à educação ou os atos educativos propriamente, sejam organizacionais ou curriculares, tem que ter intencionalidade, porque a educação não pode viver de impulsos, tem que ser uma coisa estruturada, pensada, planeada, portanto, a intencionalidade é fundamental. Ora, se uma CE é um instrumento de planeamento, naturalmente estamos muito mal se alguma vez uma carta educativa foi constrangedora, não for facilitadora, porque a CE, não sendo um documento acabado, ser um

		<p><i>documento dinâmico, tem que ter um, tem que ter um contínuo de monitorização e tem que ter momentos de avaliação e de necessidade de reajustamento. De correção de assimetrias, de capacidade de implementar soluções que são pensadas em conjunto, articuladas com parceiros e, portanto, tem que ser claramente um instrumento facilitador. No meu ponto de vista, tem que ser. Se me perguntar, ou se me perguntares se é isso que tem sido a prática? Eu acho que já dei a entender para trás, a intenção, sobretudo na proximidade com a autarquia, e vais ouvir muitos outros colegas podem ter uma ideia diferente, na minha opinião, acho que foi sempre lido e operacionalizado, em termos de processos, como um instrumento facilitador para uma melhor redefinição do território educativo e das ofertas educativas. Facilitador. Claro que os processos são importantes pois o produto vai depender de um conjunto de variáveis, que em cada momento, depois se pensam. Mas acho que sim.”^{D.C}</i></p> <p><i>“Eu diria assim, dificultador não é. Com certeza que não é. Facilitador, pronto. É um... é um instrumento legal, ok? Mas ele aparece para cumprir um preceito legal, não é? Eu diria que estamos nessa fase ainda para... para encarar as coisas. Valorizava mais o que ele... normalmente... ele ou ela... a CE, impõe. Que são as reuniões, são os contatos, são quando nós... quando a Câmara nos pede dados, quando nos pede a nossa opinião, nós estamos a trabalhar em CE, e, portanto, este nível para mim é facilitador. Agora dificultador, não tem sido, de facto não, ok? Não... não tem bloqueado de forma nenhuma. E falava de outras realidades. Agora a CE é... é um... portanto, já tem esta franja, da escola básica no seu total e da escola secundária, também da nossa oferta profissionalizante, que nós temos secundária e temos cursos profissionais, e, portanto, a CE, nessa perspetiva, até me parece facilitador.”^{D.D}</i></p>
	Diretora EP	-----
	Vereadora	<p><i>“Ao nível do Concelho de Leiria, felizmente, a visão da escola, os objetivos, as estratégias, têm sido construídas em conjunto num processo de descentralização também da educação, que é o momento que estamos a viver. De alguma forma, também muito assimilado por todos, como algo melhor para a escola. Porque irá com certeza ter impacto e está a ter impacto na autonomia das escolas, que é um grande objetivo que todos temos, é que a escola tenha mais e melhor autonomia, não é? E, portanto tudo o que conseguirmos fazer para dar essa autonomia, vamos estar com certeza a trabalhar para um impacto na qualidade do sucesso escolar, na qualidade de vida das nossas crianças e dos nossos jovens. (...) Mas não tenho dúvida que a descentralização é um excelente contributo para a autonomia das escolas. Precisamos é de acreditar e assim... mais do que acreditar, é operacionalizar.”</i></p>
	Chefe DPEML	-----

			<p><i>“É mais uma vez uma questão do ângulo. Eu acho que as duas visões são possíveis. Vou-me focar na primeira, a CE ser a um contributo para uma verdadeira descentralização dos poderes da administração central. Ao devolver às escolas, ao indagar as escolas e a comunidade educativa, quais são as suas reais necessidades para a construção de uma carta educativa, estamos a vivenciar uma forma pura de descentralização de poderes onde, quer as autarquias, quer as juntas de freguesia, que estão muito próximas das escolas e fazem um bom trabalho junto das escolas e das direções das escolas, podem agir, porque aqui é um dividir para reinar, porque esta proximidade faz com que todo o processo se torne mais operativo e mais rápido. É muito mais fácil uma intervenção se não estiver dependente de uma reunião de Câmara, de uma aprovação superior, se tiver sido essa função atribuída a um presidente de junta que muito próximo do local e muita a boa articulação com a direção e com os professores, resolve o problema ali na escola e, portanto, esta é uma verdadeira forma de descentralização importante. A carta educativa enquanto uma ferramenta ao serviço da municipalização.... também pode ser. Também pode ser vista nesse ângulo. Eu prefiro ao termo municipalização, que dá sempre a ideia de o município tomar conta da escola, eu prefiro termo de descentralização de competências. Se pusermos a coisa nestes termos, se a carta educativa é uma ferramenta ao serviço da descentralização de competências, eu diria que também é. Porque há uma carta educativa que ouve todos os parceiros, que lhes dá a voz, é realmente uma ferramenta de descentralização e isso é importante porque quanto mais descentralizada, na minha perspetiva pessoal, mais operativa.”^{D.TEIP}</i></p> <p><i>“Eu acho que a carta educativa pode ser um excelente instrumento de gestão estratégica numa (...) relação articulada entre Autarquia e Ministério da Educação. Eu acho que poderia ser deste modo e deveria ser deste modo. Porquê? Porque efetivamente, quem está no terreno tem uma visão, acho eu, muito mais pormenorizada e realista de cada contexto e acho que, aqui, a administração central, dito o Ministério da Educação, ganha ou poderia ganhar (...) neste trabalho, lá está, de complementaridade, trabalhar juntos. Eu tenho esta coisa de que trabalhando juntos podemos fazer, podemos fazer mais e mais e melhor. E, portanto, poderia ser aqui, de facto, um instrumento fantástico para uns e outros fazerem mais e melhor. Se depois na realidade isto acontece, há contextos em que eu acho que sim, há outros em que efetivamente não. E, por vezes, e agora não estou a falar do nosso.... do nosso Concelho. Por vezes, o que é que acontece? Acontece que sim, a CE acaba por ser um... um instrumento de poder da autarquia para impor determinada linha de ação, determinado pensamento, porque sim. A CE diz que é assim e, portanto, não arredamos uma vírgula do que diz a carta educativa. O inverso, não. E às vezes há estas questões. Do mesmo modo que às vezes também é da parte central, da administração, também pode</i></p>
--	--	--	--

ser uma forma (...) de se desresponsabilizar, diria assim (...). Pois a dada altura (...) a CE pode ser um documento um bocadinho perverso, não é? Dependendo, dependendo de como é que o uso dele. (...) Sabemos para que é que serve, muito bem. Mas como é que nós depois a utilizamos? E utilizamo-la no sentido de construir bem comum? De trabalhar para o bem comum? Ou ela depois acaba por ser aqui um arma que fortalece o poder de um face ao outro?”^{D.B}

(...) ...eu pertencia ao Conselho de Escolas desde a sua génese... Nos últimos anos, quando se começou a falar da descentralização... eu estive lá até até julho de 2021, é gritante a diferença entre... parece que temos países dentro do nosso país. Há determinadas zonas do país onde a descentralização foi caótica, há outras que é... Eu assumir o que vou dizer, são prepotentes, porque a maneira como foram assumidas, quem está, são piores que a municipalização. A Câmara e tudo chama a si tudo e mais alguma coisa, coordenando tudo e mais alguma coisa e havendo até por vezes tendências a fulanizar determinados órgãos com... com... relações de natureza político-partidária ou ideológica, se não quisermos dizer isto desta maneira. Há outras que não tem organização nenhuma, nem sequer vão por estes por estes prismas, porque aquilo é... é meio caótico e há outras que têm uma capacidade de planeamento e de resposta muito eficaz. Eu situaria o Conselho de Leiria neste patamar. Os diretores foram todos chamados a participar na descentralização, a dar sugestões, a contribuir para a melhoria, a refletir momento a momento, sempre, sempre, sempre. (...)E há aqui outra coisa que é uma massa, é um cimento muito importante. Apesar das diferenças entre os diretores e as diretoras, mesmo que existam, que devem existir, naturalmente, diferenças ideológicas, de conceção de escola, de maneiras de ser, a verdade é que nas reuniões, em prol destas matérias, nunca isso vem à superfície. Se quiser adicionar essa pergunta a quem vai falando, vão lhe dar essa resposta. De facto, as diretoras e diretores sempre estiveram aqui com uma missão de estarem ao serviço de uma melhor capacidade de resposta da rede educativa, da CE na sua plenitude, e isso é um bom princípio. (...) Isto é como tudo, as leis podem estar muito bem escritas, mas a forma como nós fazemos depois uso delas pode ainda enaltecê-las mais ou pode torná-las perversas. Neste caso concreto, eu acho que a grande resistência que existiu sobre a descentralização, teve muito haver, por razões sustentadas, ou sustentadas também por ecos de partidos que não se revêm muito em órgãos que sejam unipessoais ou que sejam presos a uma instituição. Também as experiências menos boas que ocorreram em determinados sítios, em determinados sítios noutras matérias, e por saber também que em Portugal somos um país com uma tipicidade muito própria em vários aspetos e este é, assumo o que vou dizer, em Portugal quando muitas pessoas passam a ter certo tipo de poder, muitas vezes ou se tornam umbiguistas ou centralizam-se muito ou não conseguem ter a maleabilidade, a flexibilidade de perceber que o todo se faz por um conjunto de pontos de vista diferentes e não por uma só pessoa. (...) Portanto, eu direi que a descentralização poderá ser muito exequível e ser possível e tornar o território educativo mais forte. Porque isto é assim,

			<p><i>quer dizer, não vem mal ao mundo se houver territórios educativos diferentes, portanto, do mapeamento de Portugal, desde que tenham os pressupostos que são universais, portanto, há um currículo que é universal, há um conjunto de metodologias que são universais, depois a operacionalização é que se faz diferente. E que pode dar resposta, então sim, às reais necessidades locais. (...) Municipalização é se, quem assumir essa delegação, passar a querer que este instrumento esteja ao serviço do interesse da instituição.(...) E eu acho que há aspetos que devem ser sempre de competência central, porque não interferem com a operacionalização do território.</i> ^{D.C}</p> <p><i>“É assim, se eu olhar para Leiria, para a realidade que está perto de mim, eu diria que tem havido mais a descentralização, ok? Portanto, eu seria injusto se não dissesse que há uma preocupação nas verbas a transferir, há uma preocupação em tentar ver se remedeiam os problemas da falta de funcionários, e nunca com, num regime de imposição, de limitação, ok? Tenho ouvido por aí pelo país, outros regimes que me preocupam, não é? Em que as próprias Câmaras têm, têm uma posição mais diretiva, mais controladora, não é? E inclusivamente, utilizando interlocutores diretos ou que estejam próximos, isso preocupa-me. Leiria, estamos bem neste momento, não é? Até este momento, portanto, eu diria que os efeitos da descentralização, às vezes, há um bocado de ruído que nós sentimos mais por... por questões de operacionalização que tem que ser diferentes, não é? Isto, sobretudo isto, sentimos nos funcionários. A questão do regime das faltas, estas questões todas, mas que no fundo, a Câmara tem tido sempre este papel colaborador. Isto não... não poderia ser injusto, não é? Portanto, diria assim, preocupa-me se a CE no futuro vier a ter, digamos, for assim um documento fechado, hermético não é? E que e que venha a dar uma dimensão de trabalho em que as escolas percam um bocadinho a sua autonomia, sobretudo, eu espero bem, na vertente pedagógica, nunca, nunca tenham interferência, não é? Mas pronto, julgo que aqui terá sentido dizer que isto tem muito a ver com as políticas e com as pessoas, não é? (...) Neste momento Leiria não tem estado mal, pelo contrário, acho que ...acho que tem sido, como volto a dizer, tenho tido mais... fui mais bafejado, contemplado, com recursos, e não estou a falar de recursos, não estou só a falar no dinheiro e dos materiais, não. Com recursos até o ponto de vista de diálogo, de formação, etc. Tem sido melhor agora do que era... ou do que se estivermos à espera do poder central para isso, não é?”</i> ^{D.D}</p>
		Diretora EP	<p><i>“Eu não lhe posso responder a isso, que eu não sei. E estar a falar só por falar...não seria correto da minha parte.”</i></p>
		Vereadora	<p><i>“Esta municipalização, a palavra municipalização, especialmente para os docentes, tem um peso muito negativo porque... Mas eu acredito que em algumas situações, não havendo este trabalho que é feito em comunidade educativa, com os municípios não é? Talvez a transferência de competências não seja vista como algo que venha dar um contributo para a melhoria da escola, não é? Porque se</i></p>

		<p><i>partir de cima para baixo o efeito não é o mesmo se for de baixo para cima. Isto é, se as pessoas se envolverem todas para que a coisa aconteça, não é? (...) ...eu acho que é um processo de descentralização de competências. (...) Porque o que nós queremos é passar autonomia para as escolas, não é? Eu sei que há municípios que todo o dinheiro que vem do Ministério é o município que faz a gestão. A nossa opção política foi o dinheiro vem do Ministério, passa pelo município, vai para a escola e é gerido pelos diretores, pelas direções das escolas, não é? (...) Agora há momentos em que podemos pensar em... em melhor gestão de recursos se trabalharmos em conjunto, não é? Pronto. (...) Mas nesta fase de transição e para dar um sinal às escolas de que realmente a descentralização deve ter por princípio a conquista de mais autonomia por parte das escolas, eu acho que este era o caminho que todos devíamos seguir, porque realmente a escola precisa dessa autonomia, não é? Portanto, este pode ser um caminho se for assim entendido pelos municípios, não é? (...) E pelas pessoas que gerem, não é? Isto também tem muito a haver com as pessoas, não é? Acima de tudo.”</i></p>
	<p>Chefe DPEML</p> <p>-----</p>	
Mais-valias da CE	<p>Diretores AE</p>	<p><i>“De uma forma geral sim, acho que a CE, e eu já referi isto nesta entrevista, o facto de me pôr em diálogo com todos os outros parceiros com responsabilidade em educação, o facto de ser um documento a onde eu também revejo meu agrupamento, onde eu me posicione relativamente a todas as outras escolas do meu concelho, isto faz com que e eu vejo isto como um documento válido e o veja como um documento sintetizador daquilo que são as grandes linhas que eu acho que devem de existir. Por exemplo, nós temos que falar, falar brevemente ou pelo menos questionarmos se vamos optar ou se vamos experimentar a questão da semestralização e isso só é feito, só é possível se houver alinhamento. E, portanto, a CE eu entendo-a como um documento de alinhamento e, portanto, onde há realmente negociação, onde há auscultação. Sendo um documento de alinhamento, um documento partilhado, um documento construído colaborativamente, é claro, é um documento que é uma mais valia.”^{D.TEIP}</i></p> <p><i>“A carta educativa em si... Se eu pensar em termos de edificado, sim, sim. Se eu pensar em termos de edificado sim, e depois naturalmente, mas lá está, não é por causa da carta educativa em si. Depois (...) é a atitude das pessoas que estão em determinados lugares.... O que é que fazem e como fazem. (...) Eu acho que a CE deveria (...) ser um documento (...) que não estivesse dependente das pessoas que estão em determinados lugares. Ou seja, independentemente de quem estivesse, efetivamente a CE deveria permitir uma resposta adequada, justa, face ao contexto. (...) Ser uma resposta adequada a cada do contexto, ser uma resposta, ser um instrumento que permita criar condições de justiça e equidade... Eu acho que a carta por si não é porque ela está sempre dependente de quem é o</i></p>

Senhor Presidente de Câmara, que é o Senhor Vereador, quem são os Senhores Diretores, quem são os senhores Delegados de Regionais de Educação (...), ou seja, está sempre dependente. (...) Portanto, há coisas que nós podemos efetivamente fazer. Nós podemos melhorar aqui os nossos espaço... a... acho que há muita coisa que pode ser efetivamente melhorado, se conseguirmos trabalhar em conjunto. É um bocadinho aquilo que eu... que eu acho. E por isso uma CE, naturalmente que ela é fundamental para se poder construir uma escola nova. Ela é fundamental para se poder renovar uma escola, para se requalificar um espaço, naturalmente que sim. Mas... mas para além disso, há depois muitas outras coisas que nós podemos fazer, independentemente do que está numa CE. E até aqui lá está, e para voltar a esta tónica de as pessoas que estão num determinado lugar. Eu posso ter uma CE que diz que é suposto construir uma escola aqui, mas se entretanto o Senhor Presidente de Câmara, ou Senhor Vereador, entender que não deve ser ali, que não deve ser para já, também ninguém há de correr atrás deles porque não fizeram o que estavam na casa de educativa, não é? Ou o inverso, quer dizer. (...) Eu posso estar errada aí e ter assim uma visão muito tonta de tudo isto, mas estes... estes documentos deveriam ser assim: à prova de quem está num determinado momento num determinado lugares, não é?”^{D.B}

“A CE, o que teve e poderá ter foi, de facto, a capacidade de dar resposta, priorizando a necessidade de requalificação do parque escolar (...). Nós estamos aqui alguma coisa importante que é no interesse superior da criança e do aluno. E nesse sentido, foi ter sabido escutar as necessidades da escola e perfilhar-se com ela, porque estavam fundamentados e faziam sentir, também se não fizessem também não, naturalmente, não podiam ser aceites de ir, ano a ano a negociando a exceções, do fundo, de escolas... Quando nós tivemos políticas ativas que quiseram fechar escolas que tivessem menor número de alunos e nós fomos sempre resistindo (...). Mas à questão em concreto foi, de facto, a requalificação do parque, foi acompanhar a escola no seu projeto educativo e sobretudo na constituição dos grupos turma da pré e do 1. sendo sensível àquilo que fomos propondo fundamentadamente e, portanto, sem estar a falar em nomes, embora me lembro claramente quem foram, quais foram as escolas e os locais em que isso aconteceu, fomos tendo grupos turma em lugares que estavam há muito tempo assinalados pelo Ministério para fechar e nós fomos sempre fundamentando e pedindo a regra de exceccionalidade.”^{D.C}

“Sim, sim, sim, não tenho dúvida que o centro escolar que nós temos, por exemplo, neste momento, aqui um centro escolar, repara, não foi só para a escola, até do ponto de vista da comunidade. É um edifício que tem quase 100 anos e que a Câmara recuperou, aproveitou. Ainda tem muitas carências e tem ali necessidade de manutenção, mas era um património que, se não fosse desta maneira, se calhar estava perdido e que é história de D. Eu posso dizer que os pais dos alunos que andam por aqui, foram alunos destas escolas e que se

			<p>vê um particular gosto, uma particular sensibilidade, estas situações. Dizer-te, Donato, que temos o antigo refeitório da... da...enfim, das crianças da fábrica que neste momento é um centro de recursos para as crianças de necessidades especiais e até para associação de estudantes. Um ginásio que estava desativado e que a Câmara ajudou a recuperar e que é... neste momento é a sala de aula pelas questões da pandemia, mas que é um é, de facto, estamos à espera de entretanto tudo se organizar e passa a ser... é um ginásio mais que nós temos. Enfim, recentemente esta questão do... do campo relvado sintético veio dar, digamos, uma alegria, um... sem dúvida diferente, não é? Portanto, eu se, volto a dizer que é importante referir, voltando a CE, eu estou a falar desta realidade toda, mas que ela é contemplada na CE, naturalmente, não é? Dizer que estou mais tranquilo quando, quando as questões da diminuição das crianças se colocam, porque eu sei que da Câmara tenho alguém que nos ouve e que sabe que fatores a questão aqui em jogo. Dizer que estou tranquilo quando me faltam computadores neste momento, agora já não faltam que eu até tenho a sobrar, mas quando faltava e quando eu fazia um apelo à biblioteca ou à Câmara, e tinha solução. Dizer que a biblioteca é um centro de grande dinamismo e que articula com as bibliotecas. (...) Portanto, isto é uma mais-valia que o documento CE, digamos, é um instrumento, mas que de facto, ele conseguiu injetar esta energia, esta energia diferente, que eu espero que saibamos de facto... porque isto não é só da Câmara, não é? Teremos que ser nós escolas a saber valorizar esta CE. De certeza que me está aqui a faltar muitas situações, não é? Dizer assim, há um conjunto de recursos que nós fomos tendo e que eu agora, de facto, eu agasto-me é se eu agora vejo partir algumas oportunidades ou se não consigo aproveitar as oportunidades que estão aqui ao pé.” D.D</p>
	Diretora EP		<p>“Para aqui para a escola, não. De qualquer das formas, não, não fazendo assim diretamente, não estando dependente de uma CE, como eu lhe disse, sentimos que há por parte da Câmara, faz parte da entidade proprietária da escola com as outras empresas, entidades, nós sentimos, talvez porque as relações pessoais também são fluidas, sentimos a algum apoio, mas é um apoio moral. Às vezes até material, mas não financeiro, que é o mais importante. Mas claro que há... Eu estou em contato permanente com a Vereadora da Educação, ou com o seu assessor, que é o Dr. Paulo Felício ou com a Dra. Célia, conheço aquelas pessoas todas já há vários anos. E sempre, na altura, foi o Dr. Gonçalo que também esteve aqui como vereador... Portanto, os contactos , se houver um problema, são feitos e há ajuda e há boa vontade. Nunca senti, da parte da Câmara, que fossemos excluídos de alguma forma, pelo contrário, eles até tentam incluir-nos. Mas, dadas as circunstâncias em que nós existimos do ponto de vista legal e financeiro não nos podemos equiparar, ou fazer parte daquele grupo que são escolas públicas, que agora estão muito na dependência da Câmara Municipal.”</p>
	Vereadora	-----	

		<p>Chefe DPEML</p> <p>-----</p>	
Operacionalização da CE	Monitorização das CE	Diretores AE	<p><i>“E esse reajustamento assenta numa outra potencialidade das CE, na capacidade de monitorização, portanto, estes processos têm que ter uma monitorização que deve ser sistémica e sistematizada, sistémica no sentido dos ecossistemas e sistematizada no sentido de ter um carácter regular. Eu, não sei se se bem ou mal, a experiência que eu tenho tido disto é que anualmente, anualmente deve ser feita uma análise e uma eventual revisão da CE. Esta é uma grande potencialidade. (...) ...se não houver os instrumentos e os recursos necessários para fazer essa análise sistemática, ela acaba-se tornando uma limitação porque o documento preconizou uma linha de ação e de intervenção para determinado tempo, que se não for atualizado, se não for revisto, depois já não dá respostas devidas e, portanto, poder-se-á tornar numa limitação se a metodologia de monitorização e revisão não for eficaz e não for regular.(...) porque a CE, não sendo um documento acabado, ser um documento dinâmico, tem que ter um, tem que ter um contínuo de monitorização e tem que ter momentos de avaliação e de necessidade de reajustamento.”^{D.C}</i></p>
		Diretora EP	
		Vereadora	<p><i>“Isto tem que haver uma monitorização, uma avaliação. É extremamente importante. Nós fazemos questão de fazer esta reflexão nos Conselhos Municipais de Educação, ao nível da CE, há sempre pontos da situação intermédios, não é? Porque fazemos sempre questão de apresentar a rede escolar, discutir a rede escolar também para ter essa perceção. Qual é o sentido do Conselho Municipal de Educação relativamente a isto? Mas temos que ir mais longe, temos que fazer que temos que criar quase que um observatório, não é? De monitorização da CE, isso é fundamental.”</i></p>
		Chefe DPEML	<p><i>“Porque isto lá está, quando nós falamos o planeamento, ‘ah, o planeamento a 10 anos é para cumprir’, não é para cumprir, porque há (...) muitos fatores que se vão metendo pelo meio, que nós temos de estar atentos e esta monitorização é extremamente importante, até fazer-se ano a ano e se for preciso recuar, recuar. (...)</i></p> <p><i>(...) ...é uma das coisas que eu tenho frisado, nesta nova CE, o processo monitorização. Temos que ter consciência, não temos que ter medo nem da avaliação nem da monitorização. E... e um bocadinho à semelhança do que eu costumo dizer, quando nós estamos a fazer uma investigação, se tivermos que voltar atrás, não estamos a errar, estamos a adaptar o percurso.</i></p>

		<p><i>Para a 20-30, certamente que vão existir, até porque as estratégias são diferentes, os instrumentos são diferentes, é um documento em que todas as pessoas que conhecem o território estão envolvidas. Porque é uma diferença que, se calhar, fica-me mal dizer isto, mas as CE quando são encomendadas a entidades que não conhecem o território, por vezes, é mais difícil perceberem as sinergias, as dinâmicas e estando envolvido, por exemplo, o nosso, o nosso departamento do Planeamento... do plano Municipal, PDM, que sabem quais são as zonas e as freguesias onde potencialmente se pode construir, onde tem maior índice ou não de construção e onde potencialmente poderão crescer. E tudo isto acaba por... esta discussão interna entre os diferentes técnicos e as diferentes áreas de atuação do município, acaba por ser proveitoso e mais enriquecedor, porque nós não estamos só a responder a formulários, nem a itens. Estamos a olhar para aquilo que é nosso, para o nosso território, e tentar desenhar um instrumento que seja capaz de responder à própria orientação da... da autarquia não é? Do município, da política educativa que é estabelecida com a política também de desenvolvimento económico e social. Porque quando falamos de CE, não podemos ter a sensação que 'isso é com a educação'. É só educação. Não, é mais do que educação. Não podemos deixar de parte quer o desenvolvimento social, quer o desenvolvimento económico, não, de maneira nenhuma, o territorial e o geográfico, muito menos."</i></p>
Orientações para a elaboração das CE	Diretores AE	<p><i>"E depois, para voltar à questão dos estrangeiros, e que eu acho que Leiria precisa de fazer este trabalho, que é: nós termos aqui uma espécie de uma turma mais que permita responder a estas necessidades, porque a verdade é que ao longo do ano todas as escolas estão a receber mais e mais e mais e mais e mais. E cada uma por si... naturalmente que não... não é mais uma turma. Não vai ter mais uma turma porque, entretanto, chegaram meia dúzia, não é? E se nós tivéssemos aqui uma resposta concertada entre todas as escolas, acho que todas as escolas ganhariam com isto e mais do que as escolas, os miúdos... os miúdos, porque depois eu acho que eles chegam e um fica nesta turma, o outro fica na outra... e ficam muito perdidos no meio de tudo isto. É aquilo que eu acho e portanto, acho que... daí, eu... eu defendo muito esta ideia de nós podermos trabalhar em parceria, de olharmos para a realidade de uma forma holística, de facto. Acho que ninguém perde a sua identidade por causa disso, muito pelo contrário. E acho que podíamos encontrar respostas que seriam muito mais ajustadas depois à especificidade de cada contexto. E... acho que ainda falta este passo. É a sensação que eu tenho. Um bom diagnóstico, eu continuo a insistir nisto. Nós precisamos de saber quem são os alunos que temos, o que é que eles querem,</i></p>

para onde é que... qual é a escola que eles querem, porque é que querem aquela escola e não a outra. E este é um trabalho que nós temos que fazer em conjunto, efetivamente.” D.B

“Essa nova carta, no caso concreto de Leiria, tem que ter uma preocupação fundamental que é a redefinição da oferta educativa. E portanto, está aqui uma oportunidade, primeira e única, de, uma vez que já houve uma descentralização de cima para baixo, já se colocou... É evidente que a tutela, a tutela municipal tem que ter a capacidade de negociar superior no reforço do envelope financeiro ou no protocolo, seja do que for, como tem feito, a autarquia de Leiria tem feito subdelegação de competências com as juntas para agilizar os processos de intervenção mais rápidos. Ora se... se entende, e porque é verdade, que a rede de um 2.º ou 3.º CEB urbana, da malha urbana de Leiria está sobredimensionada, que as escolas urbanas não têm capacidade de resposta, mais agora com a vinda, do impacto da guerra que se está a viver entre a Ucrânia e a Rússia chegarem alunos estrangeiros, e vão ainda engrossar mais este caudal na Cidade, esta nova CE, se calhar, terá que pôr como que em paralelo, ou se calhar como em primeira grande prioridade, o sentido de redefinir a rede da oferta educativa, que terá que ser sempre complementar, mas também tem que ter um espaço adicional porque o número de espaços que existem, de equipamentos físicos que existem em Leiria, já não dão resposta aquilo que é necessário. Esse acho que é um dos grandes desafios. Associado a esse é... Pronto a nível de... a nível da CE é também o olhar para o currículo e perceber que temos um dimensionamento enorme de estrangeiros e nós precisamos de trabalhar com eles um conjunto de competências quer da língua portuguesa, quer de integração, de socialização e, portanto, se calhar é tempo de pensar se é mais funcional, porque eficiente e eficaz, ter a dispersão por áreas residências dessas populações ou se não será melhor concentrar num espaço, afetando... Porque o grande problema da política educativa e do seu impacto é a maneira como são geridas de forma eficiente e eficaz os recursos. Se os recursos estiverem muito dispersos, é fazer com o que temos mais e melhor e muitas vezes não se reequaciona isso e não se consegue ter melhor produtividade, entre outras, nesse aspecto. (...) Eu vou rematar isto dizendo assim, na conjuntura atual, tendo a capacidade como as autarquias... estamos a falar desta autarquia, que esta autarquia tem de olhar para trás, ver o caminho que se fez, sentir claramente 3 ou 4 coisas. Uma delas é como os diretores e as diretoras do concelho de Leiria são parte disponível para serem solução no debate e na reflexão das melhores comissões para. Sabendo que isto é uma projeção para o futuro, que tem que ter uma relação custo-benefício, porque é investimento público, reconhecendo como foi várias vezes reconhecido, até na própria Assembleia Municipal e em documentos escritos, de que é necessário melhorar a rede dos transportes escolares, do concelho de Leiria, eu dei por estes 3 ou 4 fatores... esta... porque está a ser construída e elaborada esta nova CE que há-de responder para aí até 2030, daqui a 10 anos, até 2030, se não estou em erro, tem todas as condições para ser... Eu não vou dizer melhor estruturada, mas ter no seu osso, no

		<p><i>seu, no seu foco principal, melhor... melhor matéria, mais eficaz para tornar o território com melhores respostas. Eu acredito que isso possa ser. Agora, isto vai...Depende do Conselho Municipal, depende dos colegas diretores e das propostas que se tenham que apresentar e ter esta visão, quer dizer, esta visão que também é... Pode não fazer grande eco, mas suscita debate. Nós não podemos ser umbiguistas, não podemos ser donos do nosso filme.”^{D.C}</i></p>
	Diretora EP	-----
	Vereadora	<p><i>“Eu penso que esta forma de é orientar, não é? Dá uma orientação superior, não é? Mas que não foge muito àquilo que já era, não é? Acho que por um lado, permite é... algo que é importante e que nunca foi feito, e espero que venha a ser feito e que não passe só, fique só pelo papel, que é o tal acompanhamento, não é? Essa parte do acompanhamento é que é algo de novo. E a definição das metas, tendo por base também o nacional, não é? E o regional, pronto, acho que é muito importante isso, par nós nos podermos situar. Nós temos que nos situar. Nós, ao nível da promoção do sucesso escolar, nós estamos muito bem, não só no contexto nacional, também no contexto regional, não é? Portanto, a nossa CE tem que dar outro salto, não é? Portanto, é a este nível e esta, este... esta possibilidade também de nos situarmos no país e na região, ao nível da CE, acho que é... que é uma vantagem para nós porque nos permite pensar, no contexto local, ‘o que é que eu posso fazer ainda para superar as nossas metas’, não é? E tem esse nível... E a questão de... de termos o Ministério da Educação também empenhado nesta mudança, não sei se isto é intencional só ou se depois se... se vai concretizar ou não, não é?”</i></p>
	Chefe DPEML	<p><i>“...[Em 2007] não era uma plataforma, existia um manual para elaboração das cartas educativas. (...) É que era um manual e uma base de dados para nós nos orientarmos, sim havia, havia. Por isso é que eu digo que as cartas eram muito formatadas para responder... e o que está a acontecer neste momento, a nossa carta é um bocadinho fora dessa linha mas o que está a acontecer neste momento com a publicação destas novas normas do IGEFE, é precisamente também cumprir aqueles parâmetros. Mas... eu acho que quando falamos de educação e em educação local, não é? Não podemos usar modelos, não há modelos, porque há sempre questões, temos que adaptar, as realidades são diferentes. Nós, por exemplo, nesta carta educativa 20-30 estávamos a tentar articular tudo o que é intervenção e tudo o que é espaços com o próprio Projeto Educativo Municipal. Mas a carta não tem espaço para isso, por exemplo. Continua muito focados no edificado e na rede e de potenciar ao máximo uma escola, com... com o número de alunos máximo ou... pronto. Mas nós estamos a trabalhar na mesma dessa forma. Vamos é ter que adaptar o índice que eles têm, pronto. De certa forma. (...) ...faz com que todos os municípios respondam aos mesmos requisitos, não é? Portanto, independentemente da localização ou da realidade, todos têm que responder a determinados requisitos. Também é uma forma de organizar e para quem avalia as cartas educativas é lógico que se</i></p>

		<p>tiverem uma checklist bem, bem orientada, é muito mais fácil de analisar, porque são muitas páginas e muita informação. Sim, é uma forma... em termos organizativos. Sim, acho que é vantajoso.”</p>
Plano de transporte escolar	Diretores AE	<p>“Por exemplo, no processo de diagnóstico prospetivo na elaboração desta CE já se antevem problemas ao nível dos transportes, por exemplo.” ^{D.TEIP}</p> <p>“Nós articulamos com o município o pré-escolar e o primeiro ciclo, porque muitas vezes, decorrente do número de alunos do número de turmas, nós precisamos de CAF num determinado sítio, AAAF no outro, porque, como temos escolas com poucos alunos, há situações onde a CAF, por exemplo, funciona numa escola que... mas depois... que oferece este serviço a meninos de várias escolas. Recebe alunos de outras escolas e às vezes há aqui necessidade de assegurar transporte, por exemplo. E claro que aqui nós precisamos da Câmara para poder suportar esta esta situação, o transporte e enfim. E portanto há sempre, há sempre aqui com a Câmara sim, uma articulação de mais meninos, menos meninos e o redefinir aqui, depois a operacionalização de refeições, de transportes, AAAFs, CAFs, por aí. (...) Todos os outros, a Câmara não assumia o transporte para esta escola. Assumia, respetivamente, para XXXXXX ou para XXXXXX, consoante a área de influência pedagógica de cada uma das escolas. E num determinado momento, o que é que aconteceu? Portanto, isto era o que dizia a carta educativa. Num determinado momento o que é que aconteceu? Nós tínhamos, de Bajouca, catorze alunos matriculados nesta escola para o 5.º ano. E é quando começamos... e houve... e mais uma vez os pais apresentaram uma proposta à Câmara no sentido de: eles pagavam a diferença de transporte de Monte Redondo para a Carreira, pronto. A Câmara pagava a distância de Bajouca - Monte Redondo, porque era zona de influência pedagógica daquela localidade, e os pais assumiam a diferença de transporte para aqui. Não conseguiram porque entretanto não havia transporte e depois a própria rodoviária... portanto, não havia transporte, não havia transporte. E em Setembro, estes catorze meninos tiveram que pedir transferência para XXXXXXXX.” ^{D.B}</p> <p>“E outra nota que é vital nesta reorganização da CE é a rede de transportes escolares. Porque a rede transporte escolares é, diga-se o que disserem e pese porque é verdade, todo o esforço, eu participei em imensa reuniões, aliás, nós temos uma luta desde que abrimos este agrupamento. Nunca ficamos satisfeitos com os horários que nos... nunca conseguimos ter o horário de funcionamento como gostaríamos por condicionalismos da rede transporte. E fizemos ao longo dos anos várias reivindicações, várias reuniões. Só uma vez é que se fez um pequeno reajustamento mas depois nem foi muito funcional porque a empresa de transportes depois não conseguiu cumprir com isso na plenitude. Mas, de facto, outra coisa que tem que ser feita, se não a CE não serve para nada, é... está aqui o tempo certo, por via até da delegação de competências, de se repensar seriamente uma rede de transportes escolares que sirva. Pronto, então</p>

		<p><i>é assim, temos que não duplicar ofertas educativas.(...) Começaram a ter que pensar nas periferias. Como a nossa escola no ano X, não interessa ano de escolaridade, tinha turmas com alunos, com menos alunos... A malha urbana aguenta? Então para ali, só tem 17 alunos, pode ter até 20.... Eu também... não olha.... Quer-se dizer... E uma coisa que tem que se perceber é que os transportes, quem paga os transportes, e tal... (...) Depois, temos que ter um serviço da rede de transportes que dê resposta a essa oferta educativa e formativa que foi requalificada e reatualizada, escola a escola, em função da capacidade de resposta da escola.”^{D.C}</i></p>
	Diretora EP	-----
	Vereadora	-----
	Chefe DPEML	<p><i>“(...) ...nem que seja caracterizar quais são os circuitos e a questão das zonas de influência das escolas, todas essas questões. Mas os transportes, seja os transportes ditos normais, regulares ou os transportes escolares, é um problema em Leiria, toda a gente reconhece isso, quer pelos horários, quer pela forma como se organizam os circuitos. Agora, também sei que, não sendo essa a minha área, também sei que neste momento é a CIMRL que define a rede de transportes com as escolas e com... que apresenta essa rede de transportes. Mas sim, é uma das preocupações, assim como já na outra CE, nós chegámos a falar nisso. Não faz sentido construir um centro escolar se não temos depois acessos e as condições, em termos de transporte, ideais. Isso também foi uma questão que foi colocada... (...) é um dos dossiês, se calhar, mais complicados de gerir, porque também, a esse nível, a pressão também é muito grande, não é? Porque as empresas de transportes também têm assim... E agora com estes aumentos todos, os combustíveis e essas coisas todas, se calhar ainda vai ficar muito mais apertado, digo eu.”</i></p>
Ponto de situação da CE 20-30	Diretores AE	
	Diretora EP	
	Vereadora	<p><i>“Há uma metodologia de trabalho que, que neste momento nós estamos nesta fase... já estamos numa fase muito adiantada, porque já... já tudo, tudo o que diz respeito ao diagnóstico já está feito, ao nível da reformulação... (...) agora estamos numa fase de apresentação, também, destes eixos de intervenção e estratégicos de intervenção. Mas estes eixos trazem aqui algumas alterações no que diz respeito</i></p>

			<p><i>ao parque escolar, não é? Porque a questão da... da requalificação é algo que com descentralização se tornou uma prioridade, especialmente das escolas de 2.º e 3.º ciclo e secundário. Portanto, esse eixo da... de requalificar os equipamentos escolares, esse primeiro eixo, já está mais ou menos definido, não é? Até com o próprio Ministério da Educação, a reabilitação da Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, a reabilitação e ampliação do Agrupamento de Escolas Dom Dinis, a requalificação do... da Escola Básica 2/3 também dos Marrazes, da Henrique Sommer... Portanto, nós já sabemos, em termos de calendário e em termos de projeto da obra, o que é que, em termos de reabilitação, o que é que temos que fazer, não é? Isto foi algo novo que resultou de uma política pública que é a descentralização da educação. Portanto, era algo que não fazia parte da nossas, das nossas ambições, não é? Porque... nem dos nossos compromissos. E de repente com esta, com a descentralização, houve toda uma alteração e, portanto, é isso que também estamos agora a fazer e este é... este é um eixo estratégico em que houve uma mudança incrível por estes fatores, não é? Portanto, outra, outra mudança que... que está para acontecer, e por acaso até foi agora aqui notícia no jornal, a chegada de muitos imigrantes à cidade, ao nível do pré-escolar e do 1.ºCEB fez-nos repensar, de uma forma urgente, numa solução, não é? Portanto, aqui não há CE a médio prazo ou longo prazo. Porque há necessidade de pegar na CE e de arranjar uma solução a curto prazo, não é? E para o ano temos que encontrar uma solução para o pré-escolar, e para o outro, ou daqui a 2 ou 3 anos temos que ter outra solução para o 1.ºCEB, pronto.</i></p>
		<p>Chefe DPEML</p>	<p><i>“Neste momento estamos a terminar a parte da... das propostas de intervenção, a segunda parte da CE e o plano de monitorização, precisamente. É o que estamos neste momento a terminar. Esperamos que dentro de 2 a 3 meses seja concluído.”</i></p>

ANEXO IV

Validação das Entrevistas

Jorge Dias (260)

DISSERTAÇÃO 21 de fevereiro de 2022, 11:12

JD

Re: Validação de Entrevista

Para: Donato Filipe Nobre Rosa

Caro Donato

Analisado o questionário proposto no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação - Gestão Escolar, declaro que considero as perguntas adequadas para entrevistar os Diretores dos Agrupamentos do concelho de Leiria e a Vereadora de Educação do Município de Leiria.

Votos dos maiores êxitos

Um abraço

Jorge Dias

Donato Filipe Nobre Rosa <1200200@my.ipleiria.pt> escreveu no dia terça, 15/02/2022 à(s) 19:41:

Exmo. Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus,
Prof. Jorge Dias,

O meu nome é Donato Rosa e estou a frequentar o 2.º ano do Mestrado em Ciências da Educação - Gestão Escolar.

Estou neste momento a trabalhar no projeto final que se propõe a compreender de que modo a Carta Educativa influencia a política educativa local.

Neste contexto, é minha intenção entrevistar Diretores de alguns dos Agrupamentos do concelho de Leiria, assim como a Vereadora de Educação do Município de Leiria.

Assim, venho por este meio solicitar a sua opinião e validação sobre as perguntas que compõem a entrevista aos seus pares, Diretores de Agrupamentos de Escolas.

Antecipadamente grato pela atenção.

Com os melhores cumprimentos,
Donato Rosa

Jorge Paulo Fernandes

DISSERTAÇÃO 12 de fevereiro de 2022, 22:37

JF

Re: Validação de Entrevista

Para: Donato Filipe Nobre Rosa

Boa noite,

Sou da opinião que o vereador com o pelouro da educação, estará capacitado para responder às questões formuladas, visto ser matéria de responsabilidade municipal, de suas obrigações.

Melhores cumprimentos,

Jorge Paulo Fernandes

A quarta, 9/02/2022, 20:55, Donato Filipe Nobre Rosa <1200200@my.ipleiria.pt> escreveu:

Exmo. Sr. Vereador da Educação do Município de Ansião,
Dr. Jorge Paulo Fernandes,

O meu nome é Donato Rosa e estou a frequentar o 2.º ano do Mestrado em Ciências da Educação - Gestão Escolar.

Estou neste momento a trabalhar no projeto final que se propõe a compreender de que modo a Carta Educativa influencia a política educativa local.

Neste contexto, serão entrevistados diretores de alguns dos agrupamentos do concelho de Leiria e a Vereadora de Educação do Município de Leiria.

Assim, venho por este meio solicitar a sua opinião sobre as perguntas que compõe a entrevista ao seu par, como vereador com o pelouro da Educação.

Antecipadamente grato pela atenção.

Com os melhores cumprimentos,
Donato Rosa